



UnB Decanato de Planejamento e Orçamento

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício 2014

Brasília, 2015



Universidade de Brasília

Ministério da Educação

Secretaria de Educação Superior

Fundação Universidade de Brasília

Decanato de Planejamento e Orçamento

Relatório de Gestão do exercício de 2014

Brasília, 2015.



Universidade de Brasília

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Superior
Fundação Universidade de Brasília
Decanato de Planejamento e Orçamento

Relatório de Gestão do exercício de 2014

Relatório de Gestão do exercício de 2014, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 134/2014, da DN TCU nº 139/2014, da Portaria TCU nº 90/2014 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU 650-2014).

Decanato de Planejamento e Orçamento

Brasília, 2015.

Dilma Vana Rousseff
Presidenta da República
Cid Gomes
Ministro da Educação
Adriana Weska
Secretária de Educação Superior

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Reitor: Prof. Ivan Marques de Toledo Camargo
Vice-Reitora: Prof^ª. Sônia Nair Bão
Decano de Ensino de Graduação: Prof. Mauro Luiz Rabelo
Decano de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof. Jaime Martins de Santana
Decano de Extensão: Prof^ª. Thérèse Hofmann Gatti Rodrigues da Costa
Decana de Assuntos Comunitários: Prof^ª. Denise Bomtempo Birche de Carvalho
Decano de Administração: Prof. Luis Afonso Bermudez
Decana de Gestão de Pessoas: Prof^ª. Gardênia da Silva Abbad
Decano de Planejamento e Orçamento: Prof. César Augusto Tibúrcio Silva

Relator do Conselho de Administração
Prof. Noraí Romeu Rocco

Relator do Conselho Diretor
José Mário Miranda Abdo

Fundação Universidade de Brasília
Decanato de Planejamento e Orçamento
Campus Universitário Darcy Ribeiro – Asa Norte
Prédio da Reitoria, Bloco B, 1º andar
CEP: 70910-900 Brasília-DF, Brasil
Telefones: (61) 3107-0610 e 3107-0612
Fax: (61) 3274-5915
<http://www.unb.br> – dpo@unb.br

Decano de Planejamento e Orçamento

César Augusto Tibúrcio Silva

Diretor de Planejamento Institucional

Antonio Márcio Lopes Bezerra

Revisão Técnica:

Katia Maria Silva Boynard - Economista

Organização:

Kamilla Turnes Lemos - Administradora

Katia Maria Silva Boynard - Economista

Equipe Técnica:

Katia Maria Silva Boynard – Coordenadora de Planejamento Institucional

Ana Carolina Rezende Costa – Administradora

André Porfírio de Almeida – Contador

Eliane dos Santos da Rocha – Administradora

Juliana Sampaio Rodrigues – Assistente em Administração

Kamilla Turnes Lemos – Administradora

Lindalva Lima Costa – Assistente em Administração

Pedro de Barros Leal Pinheiro Marino – Administrador



Universidade de Brasília

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO N. 0003/2015

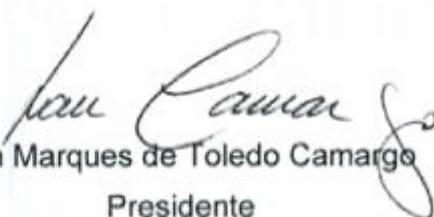
Aprova o Relatório de Gestão do exercício de 2014.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, em sua 359ª Reunião Ordinária, realizada em 5/3/2015,

RESOLVE:

- Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão do exercício de 2014.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Brasília, 5 de março de 2015.


Ivan Marques de Toledo Camargo
Presidente



RESOLUÇÃO DO CONSELHO DIRETOR DA FUB N. 0005 /2015

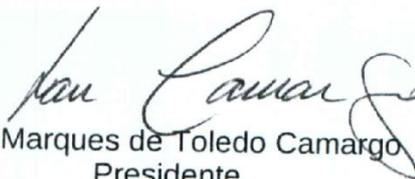
Aprova o Relatório de Gestão da FUB,
referente ao exercício de 2014.

O CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, no uso de suas atribuições, em sua 463ª Reunião Ordinária, realizada no dia 20/3/2015, considerando o parecer do relator do Relatório Anual de Gestão da FUB, exercício 2014, junto ao Conselho de Administração da UnB, e nos termos do parecer do relator deste Colegiado,

RESOLVE:

- Art. 1º Aprovar o Relatório Anual de Gestão da Fundação Universidade de Brasília, referente ao exercício de 2014.
- Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Brasília, 25 de março de 2015.


Ivan Marques de Toledo Camargo
Presidente
Conselho Diretor/FUB



Gestores de Unidades Acadêmicas e Administrativas (Atualizado até 23.2.2015)

Unidades Administrativas

Assessoria de Assuntos Internacionais	INT	Prof. Eiiti Sato
Auditoria	AUD	João Luiz Domingues
Centro de Planejamento	CEPLAN	Arq. Alberto Alves de Faria
Decanato de Ensino de Graduação	DEG	Prof. Mauro Luiz Rabelo
Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação	DPP	Prof. Jaime Martins de Santana
Decanato de Extensão	DEX	Prof. ^a Thérèse Hofmann Gatti R. da Costa
Decanato de Assuntos Comunitários	DAC	Prof. ^a Denise Bomtempo Birche de Carvalho
Decanato de Administração	DAF	Prof. Luis Afonso Bermudez
Decanato de Gestão de Pessoas	DGP	Prof. ^a Gardênia da Silva Abbad
Decanato de Planejamento e Orçamento	DPO	Prof. César Augusto Tibúrcio Silva
Prefeitura do Campus	PRC	Prof. Marco Aurélio G. de Oliveira
Procuradoria Jurídica	PJU	Karla Kristine Correia Ameno
Secretaria de Empreendimentos Imobiliários	SEI	Ednalva Fernandes Costa de Moraes
Secretaria de Gestão Patrimonial	SGP	Ednalva Fernandes Costa de Moraes
Secretaria de Assuntos Acadêmicos	SAA	Arnaldo Carlos Alves
Secretaria de Comunicação	SECOM	Luiz Fernando Molina de Freitas
Ouvidoria	OUV	Eurides Araújo Costa Pessoa

Órgãos Complementares

Arquivo Central	ACE	Prof. ^a Cynthia Roncaglio
Biblioteca Central	BCE	Prof. Emir José Suaiden
Centro de Informática	CPD	Prof. Jorge Henrique Cabral Fernandes
Editora Universidade de Brasília	EDU	Prof. ^a Ana Maria Fernandes
Fazenda Água Limpa	FAL	Prof. José Mauro da Silva Diogo
Hospital Universitário de Brasília	HUB	Prof. Hervaldo Sampaio Carvalho

Centros

Centro de Desenvolvimento Sustentável	CDS	Prof. ^a Dores Aleida Willamizar Sayago
Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico	CDT	Prof. Paulo Anselmo Ziani Suarez
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares	CEAM	Prof. Gustavo Macedo de Mello Baptista
Centro de Educação a Distância	CEAD	Prof. ^a Wilsa Maria Ramos
Centro de Estudos do Cerrado	CER	Nina Paula Ferreira Laranjeira
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos	CESPE	Prof. Paulo Henrique Portela de Carvalho
Centro de Excelência em Turismo	CET	Prof. Neio Lúcio de Oliveira Campos
C. Internacional de Física da Matéria Condensada	CIFMC	Prof. Tarcísio Marciano da Rocha Filho
Centro Integrado de Ordenamento Territorial	CIORD	Prof. Jorge Madeira Nogueira
Diretoria de Manutenção de Equipamentos Científicos	CME	Andrea Campos
Centro de Produção Cultural e Educativa	CPCE	Neuza Meller Maia
C. Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas	CEPPAC	Prof. ^a Simone Rodrigues Pinto
C. de Formação de Recursos Humanos em Transportes	CEFTRU	Prof. Sérgio Ronaldo Granemann
Centro de Pesquisa e Opinião Pública da UnB	DATAUnB	Prof. José Ângelo Belloni
Centro Transdisciplinar de Educação no Campo	CETEC	Prof. ^a Mônica Castagna Molina
Centro Intern. de Pesquisa em Representação e Pisc.	CIRPS	Prof. ^a Ângela Maria de Oliveira Almeida
Centro de Pesquisa e Aplicação de Bambu e Fibras	CPAB	Prof. Jaime Gonçalves de Almeida
Centro de Referência em Conservação da Natureza e Recuperação de Áreas Degradadas	CRAD	Prof. Manoel Cláudio da Silva Júnior



Unidades Acadêmicas (Institutos/Faculdades)

Faculdade de Comunicação	FAC	Prof. David Renault da Silva
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade	FACE	Prof. Roberto de Goes Ellery Júnior
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo	FAU	Prof. José Manoel Morales Sánchez
Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária	FAV	Prof. ^a Simone Percemanis
Faculdade de Ciência da Informação	FCI	Prof. ^a Elmira Luiza Melo Soares Simeão
Faculdade de Direito	FD	Prof. George Rodrigo Bandeira Galindo
Faculdade de Educação	FE	Prof. ^a Lívia Freitas Fonseca Borges
Faculdade de Educação Física	FEF	Prof. Jake Carvalho do Carmo
Faculdade de Medicina	FM	Prof. Paulo César de Jesus
Faculdade de Ciências da Saúde	FS	Prof. ^a Maria Fátima de Sousa
Faculdade de Tecnologia	FT	Prof. Antônio César Pinho Brasil Júnior
Instituto de Ciências Biológicas	IB	Prof. ^a Andréa Queiroz Maranhão
Instituto de Ciências Sociais	ICS	Prof. Sadi Dal Rosso
Instituto de Artes	IdA	Prof. Ricardo José Dourado Freire
Instituto de Ciências Exatas	IE	Prof. Noraí Romeu Rocco
Instituto de Física	IF	Prof. José Felipe Beaklini Filho
Instituto de Geociências	IG	Prof. ^a Márcia Abrahão Moura
Instituto de Ciências Humanas	IH	Prof. Mário Diniz de Araújo Neto
Instituto de Letras	IL	Prof. Enrique Huelva Unternbäumen
Instituto de Psicologia	IP	Prof. Hartmut Gunther
Instituto de Ciência Política	IPOL	Prof. ^a Marilde Loiola de Menezes
Instituto de Química	IQ	Prof. Jurandir Rodrigues de Souza
Instituto de Relações Internacionais	IREL	Prof. José Flávio Sombra Saraiva
UnB-Faculdade de Planaltina	FUP	Prof. Luíz Antônio Pasquetti
UnB-Faculdade de Ceilândia	FCE	Prof. ^a Diana Lúcia Moura Pinho
UnB-Faculdade do Gama	FGA	Prof. ^a Alessandro Borges de S. Oliveira



APRESENTAÇÃO

O presente documento constitui peça relevante ao cumprimento da obrigação constitucional de prestar contas prevista no art. 70 da Constituição Federal, com base na Decisão Normativa TCU nº 134, de 4 de dezembro de 2013 e nas orientações constantes na Portaria-TCU nº 90, de 16 de abril de 2014.

Completados dois anos de mandato como Reitor, tivemos no trajeto uma infinidade de desafios acadêmicos e administrativos. A missão de melhorar o desempenho das atividades de ensino, pesquisa e extensão veio acompanhada da necessidade de planejar o uso de um orçamento apertado e de garantir investimentos em infraestrutura.

Para alcançar metas e buscar soluções, a administração superior adotou um procedimento claro: incluir a comunidade acadêmica nas discussões que determinam os rumos da universidade. Fizemos audiência pública, ouvimos nossos especialistas e buscamos uma gestão técnica como queria a universidade.

Tenho a satisfação de perceber avanços, a dificuldade orçamentária é enfrentada através de diálogos com o Ministério da Educação e racionalização dos gastos; a adoção de medidas para melhorar a gestão de obras e a manutenção de espaços e equipamentos da universidade; a retomada do planejamento estratégico, a consolidação dos *campi*; a estratégia para aumentar a segurança; a ampliação do quadro de professores e de técnico-administrativos e a melhora no desempenho da UnB em avaliações externas.

Por fim, ressalto que a elaboração do relatório prezou pela objetividade, clareza e fidedignidade na demonstração das informações solicitadas; alguns dados estão referenciados em link conforme sugestão do TCU. Assim, buscou-se da melhor forma possível apresentar a sociedade os esforços e desempenho da gestão em 2014.

Ivan Marques de Toledo Camargo

Reitor



SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS.....	9
LISTA DE GRÁFICOS	11
LISTA DE FIGURAS	12
LISTA DE SIGLAS.....	13
LISTA DE ABREVIATURAS.....	19
SUMÁRIO EXECUTIVO.....	20
INTRODUÇÃO.....	21
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES JURISDICIONADAS CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO	22
1.1 Identificação da unidade jurisdicionada.....	22
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade.....	23
1.3 Organograma Funcional	23
1.4 Macroprocessos finalísticos	26
2. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA.....	36
2.1 Estrutura de Governança.....	36
2.2 Atuação da unidade de auditoria interna.....	38
2.3 Sistema de Correição.....	40
2.4 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	40
3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	43
3.1 Canais de acesso do cidadão	43
3.2 Carta de Serviços ao Cidadão	44
3.3 Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços	45
3.4 Acesso às informações da jurisdicionada.....	46
3.5 Avaliação de desempenho das jurisdicionadas.....	46
3.6 Medidas relativas à acessibilidade.....	47
4. AMBIENTE DE ATUAÇÃO	48
4.1 Informações o ambiente de atuação da unidade jurisdicionada.....	48
5. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS	52
5.1 Planejamento da unidade	52
5.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados	57
5.3 Desempenho operacional das IFES.....	58
5.4 Informações sobre outros resultados da gestão	69
5.5 Relação de projetos desenvolvidos pelas Fundações de Apoio	69
5.6 Projetos e programas financiados com recursos externos	75
6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	76
6.1 Programação e Execução das despesas.....	76
6.2 Despesas com ações de publicidade e propaganda.....	93
6.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores	94
6.4 Transferências de Recursos.....	96
6.5 Suprimento de Fundos	98
7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	100
7.1 Estrutura de pessoal da unidade	100
7.2 Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários.....	112
8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....	118
8.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	118



8.2	Gestão do Patrimônio Imobiliário	120
8.3	Bens Imóveis Locados de Terceiros	122
8.3.1	Análise.....	123
8.4	Subsídios imobiliário.....	123
9.	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	125
9.1	Gestão da Tecnologia da Informação (TI)	125
10.	GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	129
10.1	Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental.....	129
11.	ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE	131
11.1	Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU	131
11.2	Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI).....	131
11.3	Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93	132
11.4	Alimentação SIASG E SICONV.....	133
12.	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	134
12.1	Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	134
12.2	Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas.....	135
12.3	Conformidade Contábil	139
12.4	Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis	140
13.	OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	141
13.1	Avaliação de Riscos	141
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
	REFERÊNCIAS	145
	ANEXOS	146
	Anexo A: Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados.....	146
	Anexo B: Deliberações do TCU atendidas no exercício	166
	Anexo C: Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	176
	Anexo D: Recomendações do Órgão de Controle Interno Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	179
	Anexo E: Alimentação SIASG e SICONV	187
	Anexo F: Declaração do Contador com Ressalvas sobre a Fidedignidade das Demonstrações Contábeis	188
	Anexo G: Riscos Avaliados	189



LISTA DE QUADROS

Quadro 1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual.....	22
Quadro 1.2 - Macroprocessos Finalísticos.....	28
Quadro 1.3 - Macroprocesso: Ensino.....	29
Quadro 1.4 - Macroprocesso: Pesquisa.....	31
Quadro 1.5 - Macroprocesso: Extensão.....	32
Quadro 2.1 - Avaliação do Sistema de Controle Interno da UnB.....	41
Quadro 4.1 - Matriz SWOT – Oportunidades e Ameaças 2014.....	49
Quadro 5.1 - Objetivos e Estratégias.....	53
Quadro 5.2 - Vinculação dos Objetivos Estratégicos da UnB aos Principais Elementos do Plano Plurianual 2012 – 2015.....	56
Quadro 5.3 - Resumo das Ações Orçamentárias vinculadas à FUB.....	57
Quadro 5.4 - UnB: Resultados dos Indicadores Primários – Decisão TCU n.º 408/2002.....	59
Quadro 5.5 - UnB: Resultados dos Indicadores da Decisão TCU n.º 408/2002.....	60
Quadro 5.6 - UnB: Insumos dos Indicadores de Gestão segundo a Metodologia do TCU – 2013e 2014.....	67
Quadro 5.7 - UnB: Indicadores de Gestão (Metodologias TCU e UnB) – 2013 e 2014.....	68
Quadro 5.8 - Evolução dos alunos formados na UnB.....	69
Quadro 5.9 - Resultados da pós-graduação.....	69
Quadro 5.10 - Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio: FINATEC.....	70
Quadro 5.11 - Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio: FINATEC.....	71
Quadro 5.12 - Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio: FAHUB.....	71
Quadro 5.13 - Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio: FAP.....	74
Quadro 5.14 - Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio: FAP.....	75
Quadro 5.15 - Projetos custeados com recursos internacionais por intermédio do CDT – exercício de 2014.....	75
Quadro 6.1 - Programação de Despesas – FUB.....	76
Quadro 6.2 - Programação de Despesas – HUB.....	77
Quadro 6.3 - Síntese da Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa – UO 26271 (FUB).....	79
Quadro 6.4 - Síntese da Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa – UO 26271 (FUB).....	79
Quadro 6.5 - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos originários – Total (FUB+HUB).....	80
Quadro 6.6 - Despesas executadas diretamente pela UJ, por modalidade de contratação – Créditos Originários – FUB.....	80
Quadro 6.7 - Despesas executadas diretamente pela UJ, por modalidade de contratação – Créditos Originários – HUB.....	81
Quadro 6.8 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total (FUB+HUB).....	82
Quadro 6.9 - Despesas executadas diretamente pela UJ – Créditos Originários – FUB.....	84
Quadro 6.10 - Despesas executadas diretamente pela UJ – Créditos Originários – HUB.....	85
Quadro 6.11 - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação – Total (FUB+HUB).....	86
Quadro 6.12 - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação – FUB (UG: 154040).....	86
Quadro 6.13 - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação – HUB (UG:154106).....	87
Quadro 6.14 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação – Total (FUB+HUB).....	88
Quadro 6.15 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação – FUB.....	89
Quadro 6.16 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação – HUB.....	90
Quadro 6.17 - Resumo dos Limites Recebidos x Créditos Orçamentários.....	93
Quadro 6.18 - Despesas com Publicidade.....	93
Quadro 6.19 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores – Total (FUB+HUB).....	94
Quadro 6.20 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores – FUB.....	94
Quadro 6.21 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores – HUB.....	95
Quadro 6.22 - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.....	96
Quadro 6.23 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.....	97
Quadro 6.24 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.....	97
Quadro 6.25 - Concessão de suprimento de fundos.....	98
Quadro 6.26 - Utilização de suprimento de fundos.....	99
Quadro 6.27 - Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência.....	99
Quadro 7.1 - Força de Trabalho da FUB.....	100
Quadro 7.2 - Distribuição da Lotação Efetiva.....	101



Quadro 7.3 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da FUB.....	101
Quadro 7.4 - Qualificação dos servidores técnico-administrativos e docentes.....	103
Quadro 7.5 - Custos do pessoal – Em R\$.....	105
Quadro 7.6 - Histórico consolidado sobre a apuração realizada – período de 03/04/2014 a 16/10/2014.....	106
Quadro 7.7 - Quantidade de desligamentos de colaboradores SICAP – 2012 a 2014.....	108
Quadro 7.8 - Carga horária por linha de desenvolvimento.....	110
Quadro 7.9 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	113
Quadro 7.10 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	115
Quadro 7.11 - Composição do Quadro de Estagiários.....	117
Quadro 8.1 - Gestão da Frota de Veículos Automotores da FUB.....	118
Quadro 8.2 - Quantidade de Veículos de Uso Comum da FUB Agrupados por Tipo, Ano 2014.....	119
Quadro 8.3 - Posicionamento da FUB.....	120
Quadro 8.4 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.....	121
Quadro 8.5 - Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ.....	121
Quadro 8.6 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros.....	122
Quadro 8.7 - Demonstrativo de subsídio imobiliário concedido pela FUB com imóveis residenciais e comerciais.....	123
Quadro 8.8 - Demonstrativo de subsídios de aluguéis concedidos às unidades da UnB em imóveis comerciais.....	124
Quadro 9.1 - Sistemas computacionais utilizados na UnB e suas funções.....	125
Quadro 9.2 - Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014.....	127
Quadro 10.1 - Aspectos da Gestão Ambiental.....	129
Quadro 11.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno.....	131
Quadro 11.2 - Demonstrativo do cumprimento por servidores da obrigação de entregar a DBR.....	132
Quadro 12.1 - FUB/UnB – Custo Corrente por aluno, 2008 a 2014, segundo a Metodologia TCU.....	136
Quadro 12.2 - Custo do ensino, por unidade acadêmica, nos anos de 2008 a 2014 - FUB.....	137
Quadro 13.1 - Frequência de riscos quanto a seu Impacto/Probabilidade.....	142
Quadro 13.2 - Frequência de Riscos Internos.....	142
Quadro 13.3 - Frequência de Riscos Externos.....	142



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 2.1 - Atividades de Correição.....	40
Gráfico 3.1 - Manifestações recepcionadas pela ouvidoria.....	44
Gráfico 3.2 - Tipos de manifestações.....	44
Gráfico 3.3 - Pedidos de acesso ao SIC.....	46
Gráfico 5.1 - Número de Alunos em Tempo Integral, UnB, 2008-2014.....	61
Gráfico 5.2 - Número de Professores Equivalentes, UnB, 2008-2014.....	61
Gráfico 5.3 - Número de Alunos em Tempo Integral/Professor Equivalente, UnB, 2008-2014.....	62
Gráfico 5.4 - Número de Funcionários Equivalentes com HUB, UnB, 2008-2014.....	62
Gráfico 5.5 - Aluno Tempo Integral/Funcionário Equivalente com HUB, UnB, 2008-2014.....	63
Gráfico 5.6 - Funcionários Equivalentes sem HUB, UnB, 2008-2014.....	63
Gráfico 5.7 - Aluno Tempo Integral/Funcionário Equivalente sem HUB, UnB, 2008-2014.....	63
Gráfico 5.8 - Número de Funcionários Equivalentes com HUB/Número de Professores Equivalentes, UnB, 2008- 2014.....	64
Gráfico 5.9 - Número de Funcionários Equivalentes sem HUB/Número de Professores Equivalentes, UnB, 2008- 2014.....	64
Gráfico 5.10 - Grau de Participação Estudantil (GPE), UnB, 2008-2014.....	65
Gráfico 5.11 - Grau de Envolvimento com a Pós-Graduação (GEPG), UnB, 2008-2014.....	65
Gráfico 5.12 - Média dos conceitos da CAPES para os programas de pós-graduação, UnB, 2008-2014.....	66
Gráfico 5.13 - Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD), UnB, 2008-2014.....	66
Gráfico 5.14 - Taxa de Sucesso na Graduação (TSG), UnB, 2008-2014.....	67
Gráfico 6.1 - Evolução da programação das despesas.....	77
Gráfico 6.2 - Comparação entre os estágios das despesas.....	91
Gráfico 6.3 - Proporção entre despesas correntes e de capital.....	91
Gráfico 7.1 - Evolução da Quantidade de Ingressos e Egressos da FUB – 2012 a 2014.....	101
Gráfico 7.2 - Quantitativo de terceirizados que ocupam ou exercem cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da FUB – 2012 a 2014.....	108
Gráfico 7.3 - Quantidade de servidores avaliados - Resolução CAD nº 04/1998 – Exercícios de 2013 e 2014.....	110
Gráfico 7.4 - Quantidade de servidores avaliados - Resolução CGP nº 05/2013 – Exercício de 2014.....	110
Gráfico 7.5 - Quantidade de Progressões por Mérito Profissional (PMP) resultantes da avaliação de desempenho em estágio probatório.....	111
Gráfico 7.6 - Quantidade de Progressões – série histórica de 2011 a 2014.....	111
Gráfico 12.1 - Alertas e Ressalvas na Conformidade Contábil – 2014.....	140



LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1 – Organograma Funcional da Universidade de Brasília – UnB.....	24
Figura 1.2 – Contexto dos Macroprocessos Finalísticos e de Apoio.....	27
Figura 2.1 – Estrutura de Governança da FUB.....	36
Figura 4.1 – Instituições de Ensino Superior do Distrito Federal.....	48
Figura 5.1 – Modelo sistêmico de análise.....	53



LISTA DE SIGLAS

AGU	Advocacia Geral da União
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ANP	Agência Nacional do Petróleo
ANS	Agência Nacional de Saúde Suplementar
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
ASCOL	Assessoria de Controle Interno e Orientação à Legislação
AUD	Auditoria da Universidade de Brasília
BDT	Boletim Diário de Transporte
BGU	Balanço Geral da União
CAC	Conselho Comunitário
CAD	Conselho de Administração
CAF	Câmara de Administração Financeira
CAG	Câmara de Gestão de Pessoas
CAL	Diretoria Casa da Cultura da América Latina
CAM	Coordenadoria de Acompanhamento e Movimentação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPO	Câmara de Planejamento e Orçamento
CCD	Câmara de Carreira Docente
CD	Cargos de Direção
CDP	Comissão Disciplinar Permanente
CDT	Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico
CEBRASPE	Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos
CEDOC	Centro de Documentação da Universidade de Brasília
CEG	Câmara de Ensino de Graduação
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CESPE	Centro de Seleção e Promoção de Eventos da Universidade de Brasília
CEU	Casa do Estudante Universitário
CEX	Câmara de Extensão
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CGA	Coordenadoria de Gestão Administrativa
CGP	Câmara de Gestão de Pessoas
CGU	Controladoria Geral da União
CGU-PAD	Sistema de Gestão de Processos Administrativos Disciplinares
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COEST	Coordenadoria de Estágio
CONDOC	Atividades Acadêmicas e Administrativas de Docentes
CONSUNI	Conselho Universitário
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CPAD	Coordenação de Processo Administrativo Disciplinar
CPD	Centro de Informática
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CPGF	Cartão de Pagamentos do Governo Federal
CPP	Câmara de Pesquisa e Pós – graduação
CTI	Comitê de Tecnologia da Informação



CT-INFRA	Fundo de Infra-Estrutura
DAC	Decanato de Assuntos Comunitários
DAF	Decanato de Administração
DAI	Diretoria de Avaliação e Informações Gerenciais
DAIA	Diretoria de Acompanhamento e Integração Acadêmica
DAP	Diretoria de Administração de Pessoas
DAS	Direção e Assessoramento Superior
DBR	Declaração de Bens e Rendas
DCF	Diretoria de Contabilidade e Finanças
DCO	Diretoria de Compras
DDIR	Diretoria de Desenvolvimento e Integração Regional
DDS	Diretoria de Desenvolvimento Social
DECAD	Diretoria de Capacitação, Desenvolvimento e Educação
DEG	Decanato de Ensino de Graduação
DEGD	Diretoria de Ensino de Graduação à Distância
DEX	Decanato de Extensão
DF	Distrito Federal
DGI	Diretoria de Gestão da Informação
DGM	Diretoria de Gestão de Materiais
DGP	Decanato de Gestão de Pessoas
DIFES	Diretoria de Desenvolvimento da Rede de IFES
DIRDI	Diretoria de Desenvolvimento Institucional e Inovação
DIRIC	Diretoria de Fomento à Iniciação Científica
DIRPE	Diretoria de Pesquisa
DIRPG	Diretoria de Pós-graduação
DIV	Diretoria da Diversidade
DN	Decisão Normativa
DOR	Diretoria de Orçamento
DOU	Diário Oficial da União
DPA	Diretoria de Apoio a Projetos Acadêmicos
DPAM	Diretoria de Provimento, Acompanhamento e Movimentação
DPL	Diretoria de Planejamento
DPO	Decanato de Planejamento e Orçamento
DPP	Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação
DPR	Diretoria de Processos Organizacionais
DTE	Diretoria Técnica de Extensão
DTG	Diretoria Técnica de Graduação
EAD	Ensino à Distância
EBSERH	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENAD	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ESCS	Escola de Ensino Superior de Saúde
FAHUB	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Hospital da Universidade de Brasília
FAI	Fundo de Apoio Institucional
FAP	Fundo de Apoio à Pesquisa
FAP-DF	Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal
FINATEC	Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos



FUB	Fundação Universidade de Brasília
FUNAPE	Fundação de Apoio à Pesquisa
GEPE	Grau de Envolvimento Discente com a Pós-Graduação
GLONASS	Sistema de Navegação Global por Satélite
GPE	Grau de Participação Estudantil
GSISTE	Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal
HUB	Hospital Universitário de Brasília
HUFs	Hospitais Universitários Federais
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICC	Instituto Central de Ciências
ICT	Instituto de Ciência e Tecnologia
IES	Instituições de Ensino Superior
IFB	Instituto Federal de Brasília
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IN	Instrução Normativa
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INT	Assessoria de Assuntos Internacionais
INTERFOCO	Diretoria de Capacitação e Formação Continuada
IQCD	Índice de Qualificação do Corpo Docente
ISSN	International Standard Serial Number
LAI	Lei de Acesso à Informação
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LEdoC	Alojamento dos estudantes de Licenciatura do Campo de Planaltina
LOA	Lei Orçamentária Anual
MATWeb	Matrícula Web
MCTI	Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação
MEC	Ministério da Educação
MinC	Ministério da Cultura
MPOG	Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão
MPT	Ministério Público do Trabalho
MS	Ministério da Saúde
MTO	Manual Técnico de Orçamento
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
OCI	Órgão de Controle Interno
ODC	Outras Despesas Correntes
OFSS	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
OS	Organização Social
OUV	Ouvidoria da Universidade de Brasília
PAC	Plano Anual de Capacitação
PAD	Processo Administrativo Disciplinar
PAINT	Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PARFOR	Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PAS	Programa de Avaliação Seriada
PC	Prestação de Contas
PCCTAE	Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PEAC	Projetos de Extensão de Ação Contínua
PES	Projeto Esplanada Sustentável



PET	Programa de Educação Tutoria
PETI	Planejamento Estratégico de Tecnologia de Informática
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S.A
PI	Plano Interno
PIBEX	Programa Institucional de Bolsas de Extensão
PJU	Procuradoria Jurídica da Universidade de Brasília
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PO	Plano Orçamentário
PPA	Plano Plurianual
PPAES	Participantes dos Programas de Assistência Estudantil
PPNE	Programa de Apoio ao Portador de Necessidades Especiais
PRC	Prefeitura do Campus
PROCAP	Coordenadoria de Capacitação
PROEXT	Programa de Extensão
QRSTA	Quadro de Referência do Servidor Técnico Administrativo
RAINT	Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna
RE	Riscos Externos
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RI	Riscos Internos
RIP	Registro Imobiliário Patrimonial
RP	Restos a Pagar
RPNP	Restos a Pagar Não Processados
RPP	Restos a Pagar Processados
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
RU	Restaurante Universitário
SAA	Secretaria de Administração Acadêmica
SAE	Sistema de Assistência Estudantil
SAEWeb	Sistema de Assistência Estudantil Web
SAI	Secretaria de Articulação Institucional
SCA	Sistema de Controle de Acesso
SEB	Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SECOM	Secretaria de Comunicação
SEDF	Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal
SEER S	Sistema de Editoração Eletrônica de Revistas
SESU	Secretaria de Educação Superior
SGI	Sistema de Gerenciamento de Imóveis
SGIWeb	Sistema de Gerenciamento de Imóveis Web
SGP	Secretaria de Gestão Patrimonial
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIBOL	Sistema de Controle de Bolsas
SIBOLWeb	Sistema de Controle de Bolsas Web
SIC	Sistema de Informação ao Cidadão
SICAP	Sistema de Cadastramento Unificado de Prestação de Serviço
SICAU	Sistema de Controle de Atendimento de Usuários
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SICOS	Sistema de Controle de Ordem de Serviço
SIDIP	Sistema de Diplomas



SIED	Sistema de Ensino a Distância
SIEFI	Sistema de Execução Financeira
SiEx	Sistema de Extensão
SIGER	Sistema Gerador de Relatórios
SIGRA	Sistema de Graduação
SIGRAW	Sistema Acadêmico – Lançamento de Menções (Menção Web)
SIMAR	Sistema de Informações de Materiais e Serviços
SIMCON	Sistema de Orçamento de Material de Consumo
SIMEC	Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle
SINUP	Sistema de Números Únicos de Processos
SIOF	Sistema de Ocupação dos Imóveis Residenciais da FUB
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPAC	Sistema Integrado de Patrimônio
SIPAT	Sistema de Patrimônio
SIPES	Sistema de Pessoal da UnB
SIPPOS	Sistema de Controle Acadêmico de Pós-Graduação
SISAC	Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões
SISOUV	Sistema Informatizado da Ouvidoria
SISRU	Sistema de Restaurante Universitário
SISU	Sistema de Seleção Simplificada
SITAB	Sistema Unificado de Tabelas
SITRAN	Sistema de Transportes
SMI	Sistema de Microfilmagem
SOF/MP	Secretaria de Orçamento Federal do Ministério Público
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPO/MEC	Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação
SPU	Secretaria do Patrimônio da União a União
SRH	Secretaria de Recursos Humanos
SRHPS	Sistema de Prestação de Serviços
STF	Supremo Tribunal Federal
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUDECO	Superintendência de Desenvolvimento e Integração da Região Centro-Oeste
SUS	Sistema Único de Saúde
SWOT	Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats
TCE	Tomada de Contas Especial
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
TSG	Taxa de Sucesso na Graduação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UF	Unidade da Federação
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFCE	Universidade Federal do Ceará
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPE	Universidade Federal do Pernambuco
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRPE	Universidade Federal Rural do Pernambuco
UG	Unidade Gestora
UGO	Unidade Gestora Orçamentária
UJ	Unidade Jurisdicionada



UnB	Universidade de Brasília
UnBDOC	Sistema de Tramitação de Documentos
UO	Unidade Orçamentária
VRT	Vice Reitoria



LISTA DE ABREVIATURAS

adm.	Administração
amort.	Amortização
aplic.	Aplicação
aposent.	Aposentadorias
art.	Artigo
autarq.	Autárquica
contrib.	Contribuições
deprec.	Depreciação
ex.	Exemplo
fls.	Folhas
func.	Funcionário
fund.	Fundacional
ltda.	Limitada
n.	Número
obrig.	Obrigações
prof.	Professor
ref.	Referência
refor.	Reforma
remuner.	Remunerada
resrv.	Reserva
subst.	Substituto
tribut.	Tributárias



SUMÁRIO EXECUTIVO

O Relatório de Gestão 2014 é um instrumento para o acompanhamento das atividades desenvolvidas e dos resultados alcançados. O documento inicialmente descreve as finalidades e competências da FUB, os macroprocessos finalísticos de ensino, pesquisa e extensão e o sistema de governança. A avaliação do funcionamento dos controles internos mostrou melhorias: dos trinta itens avaliados, dez apresentaram aprimoramentos. No que tange à gestão dos riscos, a universidade pretende criar uma cultura de monitoramento dos riscos institucionais.

Para os gestores é importante demonstrar que a universidade está agindo de acordo com o interesse da sociedade. Os principais canais de comunicação entre essas partes são a Carta de Serviços ao Cidadão, a Ouvidoria, o Serviço de Informação ao Cidadão, a Secretaria de Comunicação, os Conselhos Superiores e a Comissão Própria de Avaliação. Um estudo sobre o ambiente de atuação da FUB no Distrito Federal e sua imagem perante a sociedade também é retratado no documento.

O relatório aborda a retomada do Planejamento Institucional. A Missão, Visão de Futuro, Objetivos e Estratégias definidas pela Administração Superior e a concepção de Programas, Projetos e os Planos de Ação para os Decanatos e Prefeitura. São analisados os doze indicadores de desempenho definidos pelo TCU. Destaca-se o aumento no indicador Conceito Capes que reflete a melhoria na avaliação dos cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado). Uma gestão mais eficiente propiciou a redução do indicador custo corrente/aluno equivalente. Com o intuito de complementar a apuração do custo aluno, é apresentada a evolução dos custos do ensino e do aluno de cada unidade acadêmica de acordo com a metodologia da UnB.

Ao longo dos anos as despesas da universidade foram ampliadas em função da expansão física e acadêmica. Em 2014, foram despendidos R\$ 1,062 bilhões com despesas de pessoal (12,8% superior a 2013), R\$ 449 milhões em outras despesas correntes (21,7% inferior a 2013) e R\$ 18 milhões em investimentos (3,5% superior a 2013). A Programação, Movimentação e a Realização das despesas são detalhadas no capítulo 6.

A força de trabalho efetiva da FUB é composta por 2.874 (49%) servidores nas áreas meio (servidores técnico-administrativos) e 2.977 (51%) servidores nas áreas fim (docentes e técnicos administrativos de laboratórios). A terceirização regular de mão de obra está evidenciada através de cada contrato de mão de obra de apoio para os serviços de limpeza, higiene, vigilância, recepção, copeiragem e manutenção de bens móveis e imóveis.

No que se refere ao patrimônio imobiliário, estão registrados 1.716 imóveis, sendo 1.514 residenciais, 176 comerciais e 26 garagens. Os imóveis considerados "Bens de Uso Especial" são os prédios do Campus Darcy Ribeiro, a Fazenda Água Limpa e o terreno de Alto Paraíso, onde será construído o Centro de Estudos do Cerrado. Ressalta-se que os campi de Planaltina, Ceilândia e Gama são cedidos pela TERRACAP e estão em processo de escrituração.

Por último é exposto o tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU, das recomendações do Órgão de Controle Interno e as informações sobre a fidedignidade e conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.



INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão demonstra os aspectos mais relevantes da gestão da FUB. O conteúdo exposto foi baseado na Decisão Normativa TCU nº 134/2013, Decisão Normativa TCU nº 139/2014 e Portaria TCU nº 90/2014.

O documento está estruturado em treze capítulos e sete anexos. Os itens do conteúdo específico que se aplicam a FUB foram inseridos nos capítulos correlatos, conforme orientações do TCU. Algumas informações com conteúdo extenso constam em documento a parte, sendo referenciadas para um link na página eletrônica do Decanato de Planejamento e Orçamento. Desta forma, procura-se apresentar um relatório com clareza e objetividade, tanto para os órgãos de controle quanto para a sociedade. Recomenda-se a leitura do arquivo em PDF por meio do programa Adobe Reader, pois há comentários adicionais e links ao longo do texto que não serão visualizados em outros programas ou em versão impressa.

Ressalta-se que os itens: contratação de consultores (pessoas físicas) na modalidade “Produto” no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais, Termos de Parceria regidos pela Lei 9.790/99 e Contratos de Gestão não se aplicaram à FUB em 2014, conforme entendimento da DCF e DPA. No que se refere aos Contratos de Gestão, o Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe), após ser qualificado como Organização Social (OS) firmou contrato tendo o Ministério da Educação como órgão supervisor e a FUB e o INEP como instituições intervenientes.

Destacam-se como principais realizações da gestão em 2014:

- Implementação do Sisu como forma de ingresso
- Revisão do Projeto Político-Pedagógico
- Melhorias na infraestrutura física de salas e laboratórios
- Acompanhamento a avaliadores externos
- Defesa da propriedade intelectual
- Lançamento de editais de fomento à pesquisa
- Renegociação de pendências de projetos CT-Infra
- Realização de 28 programas de extensão e 295 projetos de extensão
- Capacitação de voluntários para a Copa do Mundo
- Inauguração de restaurantes universitários nos campi
- Reinauguração da Casa do Estudante
- Ampliação do Programa Auxílio Socioeconômico
- Contratação de 259 docentes e 470 técnico-administrativos
- Oferta de 522 atividades de capacitação para servidores
- Revisão dos critérios de distribuição da matriz interna de recursos
- Economia com o planejamento tributário de R\$22,5 milhões
- Novo Sistema de Gestão de Obras
- Aprovação do Plano de Desenvolvimento Institucional e elaboração do Planejamento Estratégico 2014-2017
- Modelagem de Processos
- Fortalecimento da Comissão Própria de Avaliação
- Melhoria da avaliação dos programas de produção científica da UnB, segundo a avaliação da CAPES

Enfim, com a expansão propiciada pelo Reuni a UnB passa por estágio de consolidação e melhoria na qualidade. Há um esforço por parte dos gestores para otimizar o uso dos recursos, minimizar desperdícios, estreitar laços com instituições de fomento e garantir os investimentos que a universidade precisa.



1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES JURISDICIONADAS CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

Este capítulo apresenta a identificação da FUB através do quadro Relatório de Gestão Individual, sua finalidade e competências, o organograma funcional e os macroprocessos finalísticos. O Decanato de Planejamento e Orçamento (DPO) é a unidade responsável pelas informações do capítulo.

1.1 Identificação da unidade jurisdicionada

A elaboração do Relatório de Gestão da Universidade de Brasília se apresenta como um Relatório Individual. Este capítulo pretende elencar aqui, sua finalidade e competências institucionais, macroprocessos finalísticos e principais, as normas associadas à sua constituição, incluindo manuais e publicações, organograma funcional bem como as unidades gestoras e à gestão, os elementos identificadores da FUB, gerenciamento do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI utilizadas para a execução das despesas relacionadas às ações vinculadas, conforme apresentado no Quadro 1.1.

Quadro 1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação		Código SIORG: 244
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação Completa: Fundação Universidade de Brasília		
Denominação Abreviada: FUB		
Código SIORG: 470470	Código LOA: 26271	Código SIAFI: 152435
Natureza Jurídica: Fundação Pública		CNPJ: 00.038.174/0001-43
Principal Atividade: Educação Superior – Graduação e Pós-Graduação		Código CNAE: 8542-5
Telefones/Fax de contato: (61) 3107-3300		
Endereço Eletrônico: dpo@unb.br		
Página na Internet: www.unb.br e www.dpo.unb.br		
Endereço Postal: Campus Universitário Darcy Ribeiro – Asa Norte; Prédio da Reitoria, Bloco B, 1º Andar – 70910-900– Brasília – DF – Brasil.		
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada:		
Lei nº 3.998/61.		
Decreto n.º 500/62.		
Estatuto e Regimento Geral da FUB.		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada:		
Estatuto e Regimento Geral da FUB.		
Carta de Serviços da UnB ao Cidadão.		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada:		
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código UO	Código SIAFI	Nome
26271	152435	Decanato de Planejamento e Orçamento – DPO
26271	154106	Hospital Universitário de Brasília – HUB



1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

A Fundação Universidade de Brasília - FUB, instituída pela Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961, conforme preceitua o Art. 3º, tem por objetivo criar e manter a Universidade de Brasília, instituição de ensino superior de pesquisa e estudo em todos os ramos do saber e de divulgação científica, técnica e cultural.

A Universidade de Brasília (UnB), inaugurada em 21 de Abril de 1962 e idealizada para combinar o rigor da ciência com a ousadia da arte, dispõe, no Art. 3º de seu Estatuto, a combinação entre suas finalidades essenciais, o ensino, a pesquisa e a extensão, integradas na formação de cidadãos qualificados para o exercício profissional e empenhados na busca de soluções democráticas para os problemas nacionais. A Universidade, ainda, segundo o Art. 2º, “goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, em conformidade com a Constituição Federal”.

No que respeita à estrutura e a suas competências institucionais, cabe sintetizar que a UnB está estruturada por Conselhos Superiores, Reitoria, Unidades Acadêmicas, Órgãos Complementares e Centros. Quanto às atribuições/competências instituídas no Estatuto, vale ressaltar que:

- a) o Conselho Universitário representa o órgão máximo da UnB com 11 atribuições, dentre elas a formulação de políticas globais da UnB (Inciso I do Art. 12);
- b) à Reitoria compete coordenar e superintender as atividades universitárias (Art. 22 a 26);
- c) as atribuições das Unidades Acadêmicas abrangem a coordenação e avaliação das atividades de ensino pesquisa e extensão, a decisão sobre a organização interna e o planejamento e a administração dos recursos humanos, orçamentários, financeiros e materiais sob sua responsabilidade (Art. 27);
- d) aos Órgãos Complementares e Centros competem as atividades de caráter permanente de apoio, necessárias ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão conforme determina o Art. 40 do Estatuto.

Conforme rege o Art. 27 do Estatuto, são unidades acadêmicas os Institutos e Faculdades, que tem como atribuições:

- I. coordenar e avaliar as atividades de ensino, pesquisa e extensão nas respectivas áreas;
- II. decidir sobre a organização interna, respeitadas este Estatuto e Regimento Geral;
- III. planejar e administrar os recursos humanos, orçamentários, financeiros e materiais sob sua responsabilidade.

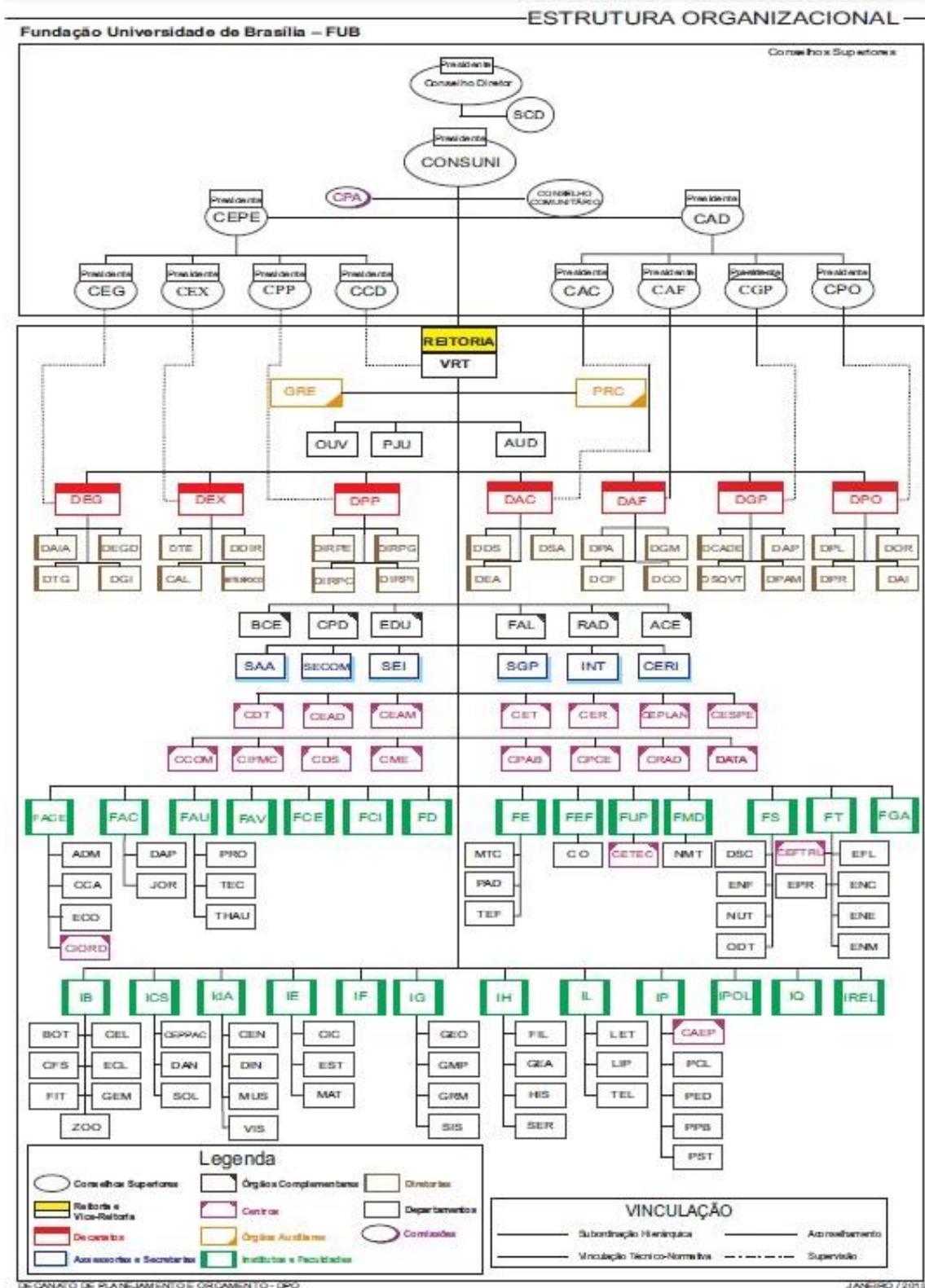
A UnB, conforme determina o Art.10º da Lei 3.998/61 “empenhar-se-á no estudo dos problemas relacionados com o desenvolvimento econômico, social e cultural do País e, na medida da sua possibilidade, na colaboração às entidades públicas e privadas que o solicitarem”.

1.3 Organograma Funcional

Este subitem apresenta o organograma funcional da UnB com a descrição sucinta das principais competências das áreas/subunidades consideradas estratégicas para o desenvolvimento das atribuições finalísticas da Universidade de Brasília (Ensino, Pesquisa e Extensão), bem como informações sobre os titulares responsáveis com os respectivos períodos de atuação. O Organograma pode também ser visualizado no link: <http://www.dpo.unb.br/estrutura.php>.



Figura 1.1 - Organograma Funcional da Universidade de Brasília - UnB



Fonte: DPO (disponível em: <http://www.dpo.unb.br/estrutura.php>)



A Universidade de Brasília está estruturada da seguinte forma:

Conselhos Superiores:

- Conselho Universitário – CONSUNI
- Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE
- Conselho de Administração - CAD
- Conselho Comunitário – CAC

Reitoria:

- Gabinete do Reitor
- Decanatos
- Procuradoria Jurídica
- Auditoria
- Ouvidoria (Redação dada pela Resolução n. 7/2011, de 24/5/2011, do Conselho Universitário da UnB).
- Assessorias
- Serviço de Apoio aos Colegiados Superiores
- Prefeitura do Campus

Unidades Acadêmicas (Institutos e Faculdades)

Órgãos Complementares:

Competem aos Órgãos Complementares as atividades de caráter permanente de apoio, necessárias ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, estabelecidas nos seus Regimentos Internos. Os Órgãos Complementares são:

- Biblioteca Central;
- Centro de Informática;
- Editora Universidade de Brasília;
- Fazenda Água Limpa;
- Hospital Universitário;
- Rádio e Televisão Universitárias

Centros:

Competem aos Centros as atividades de caráter cultural, artístico, científico, tecnológico e de prestação de serviços à comunidade, com finalidades específicas ou multidisciplinares.

A Vice Reitoria criou uma Comissão, através da Resolução VRT 021/2014, de 12 de agosto de 2014, com o objetivo de analisar e propor adequações no organograma da Universidade de Brasília. A comissão procedeu à análise solicitada a partir do estudo dos Atos e Resoluções do Conselho Diretor, do Conselho Universitário e da Reitoria e também ouviu uma amostra de servidores ocupando cargos em diferentes unidades administrativas e estudou o organograma de uma amostra de outras Universidades Federais. O estudo deu atenção especial às estruturas da administração superior e procurou mapear como, de fato, está se comportando a estrutura, em termos de competências setoriais e organicidade, e a repercussão de sua evolução para o funcionamento da Universidade.

As análises preliminares indicam um excesso de centralização de responsabilidade na pessoa do reitor, pela relação direta de subordinação, evidenciada no atual organograma da Universidade; a superposição de funções entre diferentes estruturas, ou a lacuna de atribuição de competências; insuficiência e inconsistência na especificação de fluxos de procedimentos; inconsistências entre estrutura formal, estrutura em funcionamento e aporte de funções; inconsistência entre organização funcional e organização do espaço físico; insuficiência no apoio técnico para análise de impacto de decisões dos colegiados superiores; insuficiência na publicização da informação; lacunas na documentação normativa; ausência de padronização na comunicação das unidades com o público. Recomendações estão sendo preparadas, e a Comissão continua desenvolvendo o seu trabalho.



Informações complementares sobre a Estrutura da Universidade de Brasília, competências, atribuições e responsabilidades das Unidades constam no seu Estatuto e Regimento Geral, disponível no site da UnB no seguinte endereço eletrônico:

http://www.unb.br/unb/transparencia/downloads/regimento_estatuto_unb.pdf

Compondo o item 1.3 Organograma Funcional, são apresentadas informações sobre as áreas/subunidades consideradas estratégicas diretamente responsáveis pelo desenvolvimento das atribuições finalísticas da Universidade de Brasília (Ensino, Pesquisa e Extensão), como também as áreas/subunidades que participam do desenvolvimento dessas atribuições. O conteúdo pode ser visualizado no documento “Subunidades Estratégicas.pdf” no site da UnB, no endereço eletrônico: <http://dpo.unb.br/documentosrelatorio.php>.

1.4 Macroprocessos finalísticos

Este subitem contém a identificação dos macroprocessos finalísticos da Universidade de Brasília - UnB, os quais correspondem às suas grandes funções, para as quais estão voltadas suas unidades internas e descentralizadas. A figura 1.2 apresenta o contexto dos macroprocessos finalísticos e de apoio, contendo as entidades que impactam na gestão da UnB.

- Ambiente Externo: entidades controladoras da execução dos macroprocessos finalísticos e de apoio; entidades parceiras/financiadoras, que possibilitam a captação de recursos; entidades fornecedoras, que entregam produtos e serviços; e entidades que recebem resultados – sociedade em geral;
- Ambiente Interno: macroprocessos de apoio, os quais visam dar suporte às entidades finalísticas; macroprocessos finalísticos, que determinam as necessidades de suporte das entidades de apoio; e as Unidades Acadêmicas e Centros a elas vinculados, que são responsáveis pela execução dos macroprocessos finalísticos.

São identificados, igualmente, os órgãos de controle interno e assessoria aos macroprocessos.

Em busca do atendimento ao conteúdo solicitado apresenta-se, primeiramente, no Quadro 1.2 – Macroprocessos Finalísticos, uma visão macro dos mesmos, havendo mais detalhes nos Quadros: 1.3 - Macroprocesso: Ensino, 1.4 – Macroprocesso: Pesquisa e 1.5 – Macroprocesso: Extensão, onde estão apresentados os macroprocessos e seus processos componentes com descrição, identificação de insumos, produtos e serviços, subunidades diretamente responsáveis pela execução, principais clientes, subunidades fornecedoras dos insumos adequados às necessidades do processo, assim como o relato sucinto da condução desses processos no exercício de 2014.

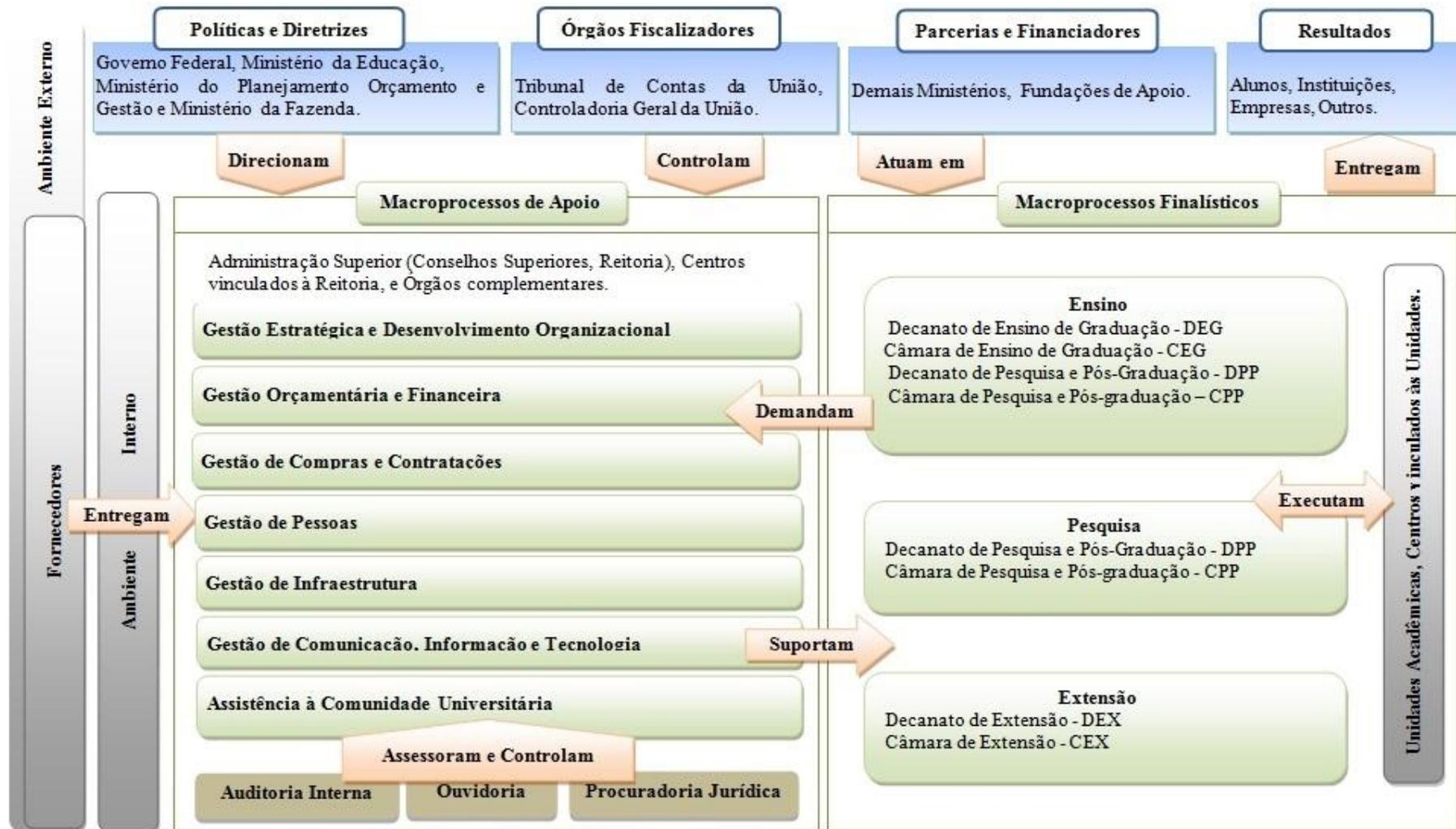
Não obstante a gestão por/de processos não ser o enfoque direcionador da Instituição, no ano de 2014, foram levadas a efeito algumas iniciativas nesse sentido, embora não integradas à gestão estratégica, de modelagem de alguns macroprocessos de apoio e de disseminação da visão por processos na Instituição.

No que tange aos Macroprocessos Finalísticos, são relacionados, também, os principais parceiros externos que, no exercício de 2014, colaboraram ou participaram na consecução dos objetivos da Universidade de Brasília. Essas parcerias ocorreram nas seguintes modalidades: Contrato, Convênio, Acordos de Cooperação, Termos de Compromisso, Termos de Outorga e Termos de Cooperação. O conteúdo pode ser visualizado no documento “Principais Parceiros Externos da UnB.pdf” no site da UnB, no endereço eletrônico:

<http://dpo.unb.br/documentosrelatorio.php>.

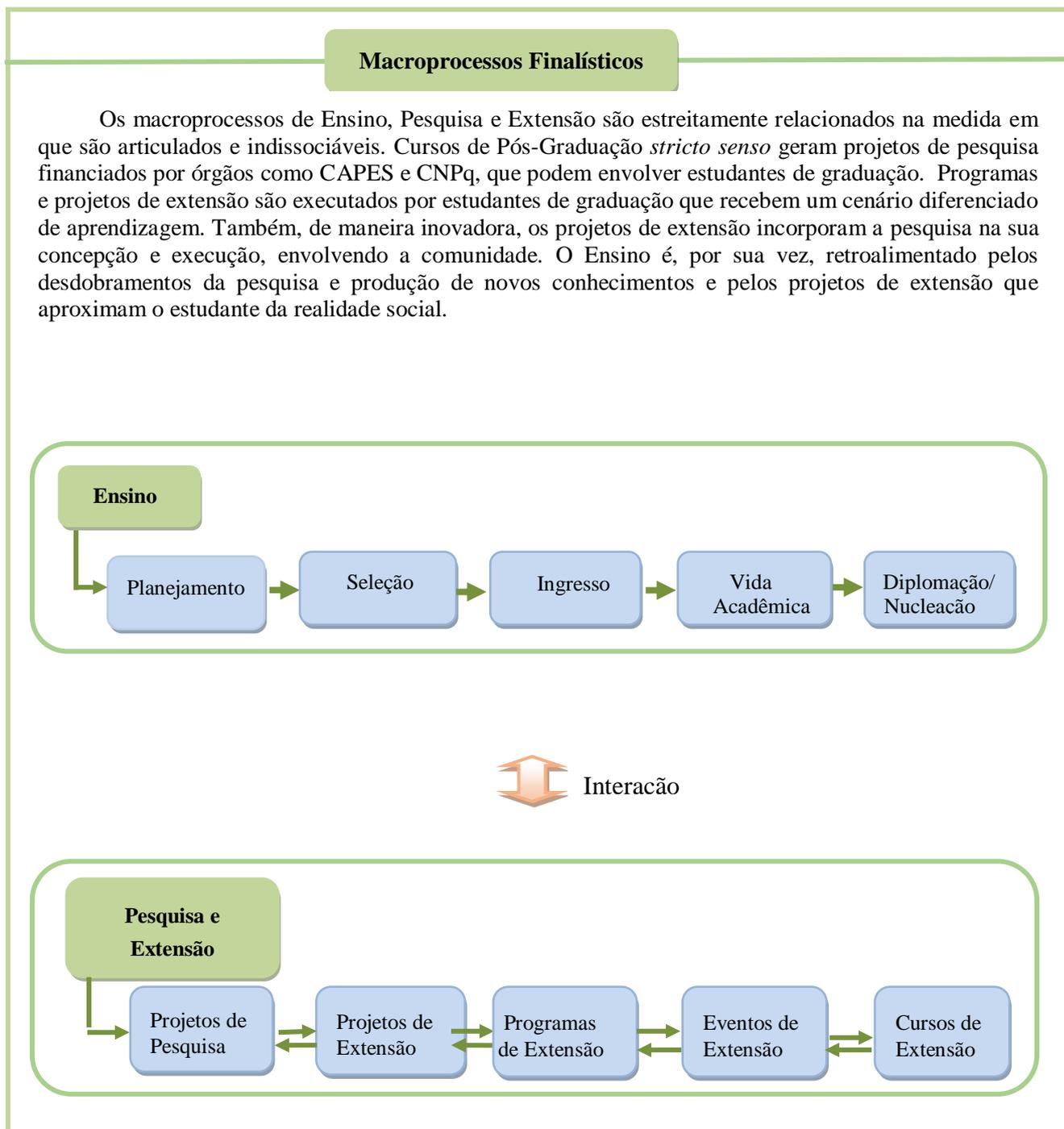


Figura 1.2 - Contexto dos Macroprocessos Finalísticos e de Apoio





Quadro 1.2 – Macroprocessos Finalísticos



Fonte: DPR



Quadro 1.3 - Macroprocesso: Ensino

Macroprocesso:

Ensino

DESCRIÇÃO

O macroprocesso de Ensino opera nos níveis de graduação e pós-graduação tanto na modalidade presencial, quanto na modalidade de ensino à distância (EAD).

Graduação:

Objetiva a formação, com excelência, de cidadãos socialmente responsáveis.

Pós-graduação:

Objetiva a formação de docentes, pesquisadores e profissionais de alto nível.

Envolve:

✓ **Planejamento**

Consiste nos projetos de criação ou alteração de cursos, na elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos, na criação de lista de ofertas de disciplinas com respectivos professores, na apresentação semestral do calendário letivo, na alocação de espaço físico para ministrar aulas, na oferta de infraestrutura necessária para a efetivação das aulas, entre outros. Para a pós-graduação, existe o credenciamento e descredenciamento de orientadores conforme a sua produtividade, de acordo com as áreas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

✓ **Seleção**

Consiste na seleção de candidatos para ingresso na universidade, de acordo com o número de vagas ofertadas. As formas de seleção para graduação são: aluno especial, aluno estrangeiro, vestibulares, transferências, diplomas, Programa de Avaliação Seriada (PAS) e outros, como: mudança de curso, Portador de Diploma Superior, vestibular para as vagas remanescentes, certificação de Habilidade Específica e Sistema de Seleção Unificada (SISU). Cabe ressaltar que as normas acadêmicas para o ensino à distância são as mesmas da educação presencial na UnB. Abrange, também, iniciativas como o Programa “Universidade Aberta do Brasil (UAB)”, “Pro Licenciatura”, Educação do Campo, Letras/Libras.

Para a pós-graduação, consiste na oferta de ensino de especialização, mestrado e doutorado.

✓ **Ingresso**

Consiste no registro e matrícula do novo discente (calouro) no curso escolhido e aprovado pela seleção da Universidade, dentro do período estabelecido no Calendário Universitário. Para os discentes mais antigos, consiste, semestralmente, na solicitação de matrícula na Unidade Acadêmica responsável pela oferta da disciplina.

✓ **Vida Acadêmica**

Compreende a realização das disciplinas presenciais ou à distância, que são oferecidas por meio do sistema de créditos, na verificação da aprendizagem e na integralização dos créditos correspondentes. Durante a vida acadêmica, o estudante pode optar por realizar monitorias, participar de atividades de extensão, de eventos científicos e de vários programas como Jovens Talentos, Iniciação Científica, Programa de Educação Tutorial (PET), Ciências sem Fronteiras, Idiomas sem Fronteiras.

A UnB oferece inúmeros incentivos aos alunos da pós-graduação. A oportunidade de integrar grupos de pesquisa, de participar de eventos científicos nacionais e internacionais, de cursar o Doutorado Sanduíche no Exterior. No que diz respeito ao fomento à pesquisa, são concedidas aos estudantes de mestrado e doutorado diversas bolsas de estudo (CAPES, CNPq, FAPDF, bolsas de empréstimo do DPP e bolsas internacionais) com o intuito de permitir ao aluno dedicação às atividades relacionadas à pesquisa.

✓ **Diplomação/Nucleação (Pós-graduação)**

Corresponde à finalização do ciclo de estudos do aluno, por meio da colação de grau, diplomando o profissional para o exercício profissional avançado.

INSUMOS

- Lei Orçamentária Anual;
- Emendas Parlamentares;
- Pactuação de Programas e Projetos;
- Ações de Inclusão (Cotas Sociais);
- Legislação
 - Secretaria de Educação Superior (SESu/ MEC);
- Formas de Ingresso (SISU).

PRODUTOS/SERVIÇOS

- Projeto político pedagógico dos cursos de graduação;
- Bolsas e Auxílios para estudantes;
- Criação de novos editais nos projetos de graduação;



- Novos Editais de auxílio para diminuição da evasão;
- Análise de alunos em desligamento, transferências obrigatórias; revalidação de diploma;
- Acompanhamento de avaliação de cursos para o conceito MEC;
- Controle orçamentário de recursos provindos das ações 8282 (REUNI); 20RJ (Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica) – Secretaria de Educação Básica (SEB) e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), e a parte da graduação da ação 20GK (Fomento às ações de Ensino, Pesquisa e Extensão), além do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- Acompanhamento financeiro dos recursos gerenciados pelo Decanato de Ensino de Graduação;
- Acompanhamento dos novos docentes e discentes à UnB;
- Ementa/Programa de Disciplina;
- Integralização de créditos em extensão;
- Calendário Letivo;
- Credenciamento e descredenciamento de Orientadores;
- Relatório de Avaliação dos cursos de pós-graduação;
- Relatório anual e trienal de avaliação dos cursos de pós-graduação pela CAPES com vistas aos conceitos dos programas.

FORNECEDORES	PRINCIPAIS CLIENTES
--------------	---------------------

- | | |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Decanato de Extensão (DEX) <ul style="list-style-type: none"> • Diretoria Técnica de Extensão (DTE); • Diretoria de Capacitação e Formação Continuada (Interfoco); • Decanato de Planejamento e Orçamento (DPO) <ul style="list-style-type: none"> ○ Diretoria de Avaliação e Informações Gerenciais (DAI) ○ Diretoria de Orçamento (DOR) ○ Diretoria de Planejamento (DPL) • Decanato de Administração (DAF) <ul style="list-style-type: none"> ○ Diretoria de Apoio a Projetos Acadêmicos (DPA); • Secretaria de Administração Acadêmica (SAA); • Assessoria de Assuntos Internacionais (INT); • Unidades Acadêmicas; • Unidades Administrativas. | <ul style="list-style-type: none"> • Instituições; • Sociedade; • Comunidade Acadêmica. |
|---|--|

SUBUNIDADES RESPONSÁVEIS

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Decanato de Ensino de Graduação (DEG) <ul style="list-style-type: none"> ○ Diretoria de Ensino de Graduação à Distância (DEGD); ○ Diretoria Técnica de Graduação (DTG); ○ Diretoria de Gestão da Informação (DGI); ○ Diretoria de Acompanhamento e Integração Acadêmica (DAIA); • Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação (DPP) <ul style="list-style-type: none"> ○ Diretoria de Fomento à Iniciação Científica (DIRIC); ○ Diretoria de Pós-graduação (DIRPG); ○ Diretoria de Desenvolvimento Institucional e Inovação (DIRDI); ○ Diretoria de Pesquisa (DIRPE). |
|--|

CONDUÇÃO DO PROCESSO EM 2014

Graduação

Os processos em 2014 foram conduzidos para promover manutenção dos programas como Jovens Talentos e o atual Idioma sem Fronteiras, entre outros. O processo de matrícula foi alterado para permitir a melhora da alocação de espaço físico e garantia das disciplinas iniciais para os calouros. A criação da Comissão da Diversidade, relacionada à Diretoria da Diversidade, favoreceu o acompanhamento acadêmico de estudantes em situação de vulnerabilidade. O processo de reintegração foi alterado para facilitar e sistematizar a possibilidade de reingresso, bem como foram propostas ações para prevenir o desligamento.

Pós-Graduação

Em 2014 houve a construção e aprovação no Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão – CEPE de uma resolução para o reconhecimento de diplomas de origem estrangeira pela UnB (Resolução CEPE 0250/2014) e a assessoria da PJU/UnB nos processos judiciais de revalidação de diplomas.

Fonte: DPR



Quadro 1.4 – Macroprocesso: Pesquisa

Macroprocesso:	Pesquisa
DESCRIÇÃO	
<p>Tem como objetivo produzir, criticar e difundir conhecimentos culturais, artísticos, científicos e tecnológicos, associando-se ao ensino e à extensão por meio de projetos de pesquisa.</p> <p>Projetos de Pesquisa:</p> <p>Conjunto de ideias postas à prova, a partir de uma hipótese a ser testada por metodologias consagradas cientificamente com uma fundamentação teórica, que possa garantir que o seu planejamento experimental é válido para garantir que estes resultados sejam aceitos cientificamente e possivelmente disponibilizados à sociedade. Deve ter orçamento, equipe adequada, cronograma de execução e participação dos discentes.</p> <p>Envolve:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Planejamento: Consiste em idealizar ou aplicar os métodos científicos e a logística para a pesquisa de forma que um projeto seja executado com êxito. ✓ Avaliação do mérito pelos pares: Consiste na avaliação do projeto por pessoas experientes no assunto, de forma que haja aprovação e reconhecimento da validade técnica/científica do projeto. É o chamado “mérito científico”. ✓ Aprovação: A partir da avaliação do mérito acadêmico/científico, bem como considerando outros aspectos como orçamento e cronograma, o projeto poderá ser aprovado ou não cientificamente pelo DPP/UnB. No DPP, a Câmara de Pesquisa e Pós graduação (CPP) é quem recomenda ou não os projetos de pesquisa da Universidade de Brasília. ✓ Execução e Análise dos resultados: Os projetos são executados no âmbito dos Programas de Pós-graduação, Unidades, Institutos ou Faculdades. Alguns grandes projetos institucionais são acompanhados diretamente pelo DPP, como é o caso dos FINEP-CT Infra e os CAPES Pro-Equipamentos. ✓ Publicação: Os resultados dos projetos de pesquisa podem ser apresentados em forma de diversos produtos, tais como publicações, patentes, formação de pessoal, entre outros. Geralmente, todo projeto de pesquisa deve apresentar os seus resultados para a comunidade científica em publicações e produtos que sejam reconhecidos pela mesma. 	
INSUMOS	
<ul style="list-style-type: none"> • Acordos; • Termos de Cooperação; • Convênios; • Contratos e afins. 	
PRODUTOS/SERVIÇOS	
<ul style="list-style-type: none"> • Edital de Fomento; • Editais que visam auxiliar em eventos científicos de docentes e discentes, de auxílio à publicação de artigos científicos em periódicos, tradução e correção de idiomas e publicação de livros; • Editais Externos: MCTI/FINEP/CT-INFRA e CAPES-Pro equipamentos e emendas parlamentares; • Editais Procad/CAPES; • Concessão de Bolsas (CAPES CNPq e FAP-DF); • Acompanhamento da execução dos Projetos aprovados (Compras, obras); • Acompanhamento dos recursos financeiros de custeio da CAPES distribuídos aos programas de Pós-Graduação e Projetos de Pesquisa; • Acompanhamento e gerência de cota de bolsas para os Programas de Pós-Graduação que necessitam de cotas extras, conforme a política de fortalecimento dos diferentes Programas. 	
FORNECEDORES	PRINCIPAIS CLIENTES
<ul style="list-style-type: none"> • Decanato de Administração (DAF) <ul style="list-style-type: none"> ○ Diretoria de Apoio a Projetos Acadêmicos(DPA); • Decanato de Planejamento e Orçamento (DPO) <ul style="list-style-type: none"> ○ Diretoria de Avaliação e Informações Gerenciais (DAI) ○ Diretoria de Orçamento (DOR) ○ Diretoria de Planejamento (DPL) • Unidades Acadêmicas; • Unidades Administrativas; • Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); • Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); • Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP); • Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF); • Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (FINATEC). 	<ul style="list-style-type: none"> • Comunidade Acadêmica; • Sociedade; • Órgãos de fomento.



SUBUNIDADES RESPONSÁVEIS

- Decanato de Pesquisa e Pós-graduação (DPP)
 - Diretoria de Pesquisa (DIRPE);
 - Diretoria de Pós-graduação (DIRPG);
 - Diretoria de Fomento à Iniciação Científica (DIRIC);
 - Diretoria de Desenvolvimento Institucional e Inovação (DIRDI).

CONDUÇÃO DO PROCESSO EM 2014

No ano de 2014 ocorreu a prestação de contas de projetos pendentes, processos de 2001, 2003, 2004 e 2008 que estavam inadimplentes, construção de editais de apoio à Pesquisa corrigidos, ajuste de convênios com implantação de termos aditivos e auxílios mais adequados aos programas de pós-graduação, resgate da propriedade intelectual das teses e dissertações e de outros produtos da UnB, assim como resgate de Obras de infraestrutura que estavam em vias de serem perdidas. Ex: LIPSIS (Instituto de Psicologia - IP); Centro de Primatologia (Instituto de Ciências Biológicas - IB) / (Fazenda Água Limpa-FAL).

Em relação ao resgate de obras de infraestrutura que estavam em vias de serem perdidas, em 2013 e 2014 o DPP, através da Diretoria de Pesquisa (DIRPE) normalizou a relação da FUB com a FINEP, através da confecção de prestação de relatórios técnicos de grandes editais, os quais a FUB se encontrava inadimplente, conforme os abaixo relacionados:

- 01.04.0801.00/ 2003 – Relatório final APROVADO e PROCESSO ENCERRADO em 21/11/2013;
- 01.02.0245.00 / 2001 - Relatório técnico final APROVADO em 17/02/2014;
- 23.01.0381-00 / 2001 – Relatório técnico final APROVADO em 09/05/2014;
- 01.04.0211.00 / 2004 - Relatório técnico final APROVADO em 25/03/2014;
- 04.11.0128.00 / 2010 – Relatório técnico parcial FAVORÁVEL – projeto da obra retomado – obra do Campi Gama/UnB; em 21/04/2014.

Fonte: DPR

Quadro 1.5 – Macroprocesso: Extensão

Macroprocesso:

Extensão

DESCRIÇÃO

As ações de extensão se desenvolvem por meio das unidades acadêmicas e administrativas da UnB, em processos educativos, culturais e científicos, articulados com o ensino e a pesquisa. É por meio da ação extensionista envolvendo professores, estudantes e técnicos que a Universidade interage com a sociedade, em um exercício de contribuição mútua. São projetos e programas contínuos e especiais, cursos e eventos.

Projetos de Extensão

É uma ação formalizada de caráter educativo, social, cultural, científico, tecnológico ou de inovação tecnológica, com objetivo específico e prazo determinado, vinculado ou não a um Programa.

Programas de Extensão

É o conjunto de ações de médio e longo prazo, orientadas a um objetivo comum, articulando projetos e outras atividades existentes, cujas diretrizes e escopo de interação com a sociedade, no que se refere à abrangência territorial e populacional, integrem-se às linhas de ensino e pesquisa desenvolvidas na UnB, nos termos de seus projetos político-pedagógico e de desenvolvimento institucional.

Eventos de Extensão

São ações de curta duração, sem caráter continuado, que implicam a apresentação do conhecimento ou produto cultural, científico, tecnológico ou de inovação tecnológica desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade.

Cursos de Extensão

É o conjunto articulado de ações pedagógicas, de caráter teórico ou prático, presencial ou à distância, seja para a formação continuada, aperfeiçoamento ou disseminação de conhecimento, planejada, organizada e avaliada de modo sistemático.

Envolve:

- ✓ Planejamento

Consiste na organização de um conjunto de ações tendo em vista a institucionalização dos projetos, programas, cursos e eventos de extensão bem como o seu apoio, a fim de otimizar e racionalizar a execução dessas ações, visando alcançar objetivos determinados.

- ✓ Análise e Aprovação

Diz respeito à apreciação das ações por duas instâncias de avaliação. A primeira será no âmbito da unidade quando a proposta será avaliada pelo coordenador de extensão do Departamento e depois pelo Colegiado da Unidade.



Aprovada nesta instância, seguirá para apreciação da Câmara de Extensão. A aprovação consiste na homologação pela Câmara de Extensão, instância máxima no processo de institucionalização.

✓ Execução

Diz respeito ao início da ação aprovada, considerando o conjunto de ações inerentes ao planejamento de execução das ações.

✓ Monitoramento e Avaliação

Corresponde ao acompanhamento do processo de institucionalização e dos processos que envolvem as referidas ações. No cenário de avaliação destaca-se o recebimento dos relatórios parciais e finais dos projetos ou programas, cursos e eventos de extensão, bem como monitoramento de seu envio.

✓ Inscrição

Consiste em garantir a participação na atividade e propiciar a sua certificação, por meio do Sistema de Informações (www.sistemas.unb.br).

✓ Participação

Diz respeito à participação da equipe executora da ação de extensão, professores, estudantes, técnicos e especialistas da própria Instituição ou externos, desempenhando funções e tarefas diferenciadas, conforme a modalidade específica. Para que a participação do estudante em atividades de extensão traga qualidade à sua formação, deve estar sustentada em iniciativas que viabilize a flexibilização curricular, a integralização dos créditos, ser supervisionada por um professor, ter clareza das atribuições do estudante e possuir uma metodologia de avaliação;

✓ Creditação curricular

Consiste em integralizar no histórico do estudante os créditos atribuídos pela participação em projetos/programas de extensão.

✓ Certificação (Cursos e Eventos).

Corresponde à avaliação elaborada pelos participantes, quando aplicável, e, obrigatoriamente, pelo Coordenador da atividade e pelo Colegiado do Departamento, Centro ou Órgão Complementar que aprovou a realização da proposta da atividade. O coordenador deve fazer um relatório com a relação dos professores e palestrantes que participaram efetivamente da ação, bem como dos participantes que devem receber o certificado, explicitando o critério utilizado para certificação (frequência ou menção) O encaminhamento desse relatório é condição indispensável para emissão dos certificados.

Fonte: Resolução da Câmara de Extensão n. 01/2012 (submetida à apreciação e aprovação do CEPE).

INSUMOS

A especificação dos insumos, tais como: [Sistema de Extensão](#), Formulários e Instruções, Documentos Normativos, Legislação Pertinente e Editais internos e externos estão disponíveis nos endereços abaixo:

<https://www.sistemas.unb.br>

<http://www.unb.br/administracao/decanatos/dex/documentos.html>

http://www.unb.br/administracao/decanatos/dex/form_instru.html

PRODUTOS/SERVIÇOS

- Frequência e compromisso de estudante extensionista;
- Declaração de participação em atividade de extensão;
- Relatório de Participantes de Unidades em atividades de Extensão;
- Relatório de Índice de Participação de Atividades de Extensão por Unidade Acadêmica;
- Análise final e homologação de atividades de extensão;
- Relatório de coordenação de Atividades;
- Relatório Discente de Participação em Projetos;
- Acordos e Cooperações;
- Oferta de Disciplina de Extensão;
- Certificado de Participação em Cursos e Eventos de Extensão;
- Relatório diagnóstico e Relatório Técnico;
- Solução de certificação Digital;
- Relatório institucional de produtividade da extensão;
- Projeto de Desenvolvimento Científico de Processo Teórico-metodológico para a capacitação em voluntariado público;
- Observatório de Oportunidades de Inclusão Socioproductiva e Trabalho (UnB/ Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEDF)/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT);
- Programa de Economia Criativa (UnB/MinC);
- Curso de Capacitação “Projetos de Extensão: Abordagens Metodológicas, Conceituais e Técnicas, aprovado pelo edital 001/2014 DGP/DCADE/PROCAP, realizado de 4 a 27 de novembro de 2014;
- Curso de formação de 210 Gestores Culturais do Distrito Federal, estados e municípios do Centro-Oeste, em cooperação com o Ministério da Cultura (MinC), por meio da Secretaria de Articulação



<p>Institucional (SAI). A Ação de Capacitação foi iniciada em 11 de agosto de 2014 (em execução);</p> <ul style="list-style-type: none"> • Bolsas de extensão; • Apoio financeiro; • Exposição de Pôster PIBEX pelos estudantes vinculados às atividades de extensão; • Comunicações Orais de estudantes vinculados à atividade de extensão; • Publicação de livros; • Aquisição de equipamentos e instrumentos; • Produção de CDs e DVDs; • Anais dos eventos; • Semana Universitária – evento anual de difusão das produções acadêmicas promovido pelo DEX. • Relatórios Técnicos; • Revista Participação ISSN impresso nº 1677-1893 ISSN online nº 22386963 e indexada na WebQualis B-5 nas áreas: turismo e administração, e interdisciplinar. Consta do Diretório QualisCapes e está inserida no Sistema de Editoração Eletrônica de Revistas - SEER, desenvolvida pelo IBICT; • Aprimoramento do Sistema de Extensão – SIEX. <p>Fonte: http://periodicos.bce.unb.br/index.php/participacao/index www.participacaodex.unb.br</p>	
FORNECEDORES	PRINCIPAIS CLIENTES
<ul style="list-style-type: none"> • Decanato de Pesquisa e Pós-graduação (DPP) <ul style="list-style-type: none"> ○ Diretoria de Fomento à Iniciação Científica (DIRIC); ○ Diretoria de Pós-graduação (DIRPG); ○ Diretoria de Desenvolvimento Institucional e Inovação (DIRDI); ○ Diretoria de Pesquisa (DIRPE). • Decanato de Ensino de Graduação (DEG); • Decanato de Administração <ul style="list-style-type: none"> ○ Diretoria de Apoio a Projetos Acadêmicos (DPA); • Decanato de Planejamento e Orçamento (DPO) <ul style="list-style-type: none"> ○ Diretoria de Avaliação e Informações Gerenciais (DAI) ○ Diretoria de Orçamento (DOR) ○ Diretoria de Planejamento (DPL) • Secretaria de Administração Acadêmica (SAA); • Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE); • Conselho de Administração (CAD); • Unidades Acadêmicas; • Unidades Administrativas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Comunidade Acadêmica; • Sociedade.
SUBUNIDADES RESPONSÁVEIS	
<ul style="list-style-type: none"> • Decanato de Extensão – DEX <ul style="list-style-type: none"> ○ Diretoria Técnica de Extensão – DTE ○ Diretoria Casa da Cultura da América Latina – CAL ○ Diretoria de Capacitação e Formação Continuada – INTERFOCO ○ Diretoria de Desenvolvimento e Integração Regional – DDIR 	
CONDUÇÃO DO PROCESSO EM 2014	
<p>No ano de 2014, o Edital de fomento às Ações de Extensão apresentou algumas alterações de ordem político-conceitual. Além disso, abriu a possibilidade para o pagamento de bolsas a estudantes da graduação da UnB. Os recursos liberados pelo edital foram oriundos de emenda parlamentar. Quanto ao fomento acadêmico, abriu-se discussão sobre a necessidade de gestão junto aos departamentos visando mudanças nos procedimentos de integralização curricular nos projetos políticos pedagógicos dos cursos sobre a participação discente na extensão.</p> <p>O Decanato de Extensão da Universidade de Brasília (UnB/DEX) firmou parcerias com o Ministério da Cultura (MINC); o Ministério do Esporte; as universidades brasileiras (UFPE, UFF, UFRJ, UFCE, UFRPE, UFMG, UFBA) e o Corpo de Bombeiros correspondentes aos estados das universidades acima descritas; IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia; Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), em busca da ampliação de programas alinhados com as políticas públicas para a educação brasileira. Firmou parcerias no âmbito parlamentar, recebendo emendas que foram revertidas diretamente em apoio às atividades de extensão. No Monitoramento das Atividades de Extensão, não houve alterações nos fluxos quanto ao processo de acompanhamento das atividades de extensão no ano de 2014.</p> <p>Quanto às normas da extensão, houve proposta de mudanças substanciais, sendo, inclusive, suspensas durante o processo de revisão, finalizado no final do segundo semestre de 2014. A Resolução da CEX N. 001 encontra-se em trâmite no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE). Alguns fluxos na apreciação e tramitação de processos</p>	



junto à Câmara de Extensão foram alterados, visando ao alinhamento das normas da extensão com a legislação do Conselho Universitário (CONSUNI) sobre a política de extensão da UnB.

Por meio de oficina de trabalho foi elaborado o Planejamento Estratégico do Decanato de Extensão (DEX), o qual reúne as novas definições conceituais e processuais da gestão do DEX, traduzidas na sua missão, visão de Futuro, diretrizes, programas e projetos mobilizadores, metas, ações estratégicas e táticas para o período 2014/2017. Este documento absorve o resultado da discussão coletiva de equipes setoriais do DEX, coordenada pelo Decanato de Planejamento e Orçamento (DPO/UnB), ocorrida em agosto de 2014. Os dados constantes do Planejamento Estratégico, a partir da oficina, foram consolidados por comissão formada pela decana de Extensão da UnB Profa. Thérèse Hofmann e os representantes dos órgãos da estrutura do DEX.

<http://www.unb.br/administracao/decanatos/dex/publicacoes.html>

Fonte: DPR

2. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA

Neste tópico, é abordado o sistema de Governança da FUB. O capítulo é composto pela estrutura de governança, a atuação da unidade de auditoria interna, o sistema de correição e a avaliação do funcionamento dos controles internos. Cabe informar que o subitem remuneração paga a administradores das empresas estatais não se aplica à FUB. As unidades responsáveis pelas informações do capítulo foram: CPAD, AUD e DPO.

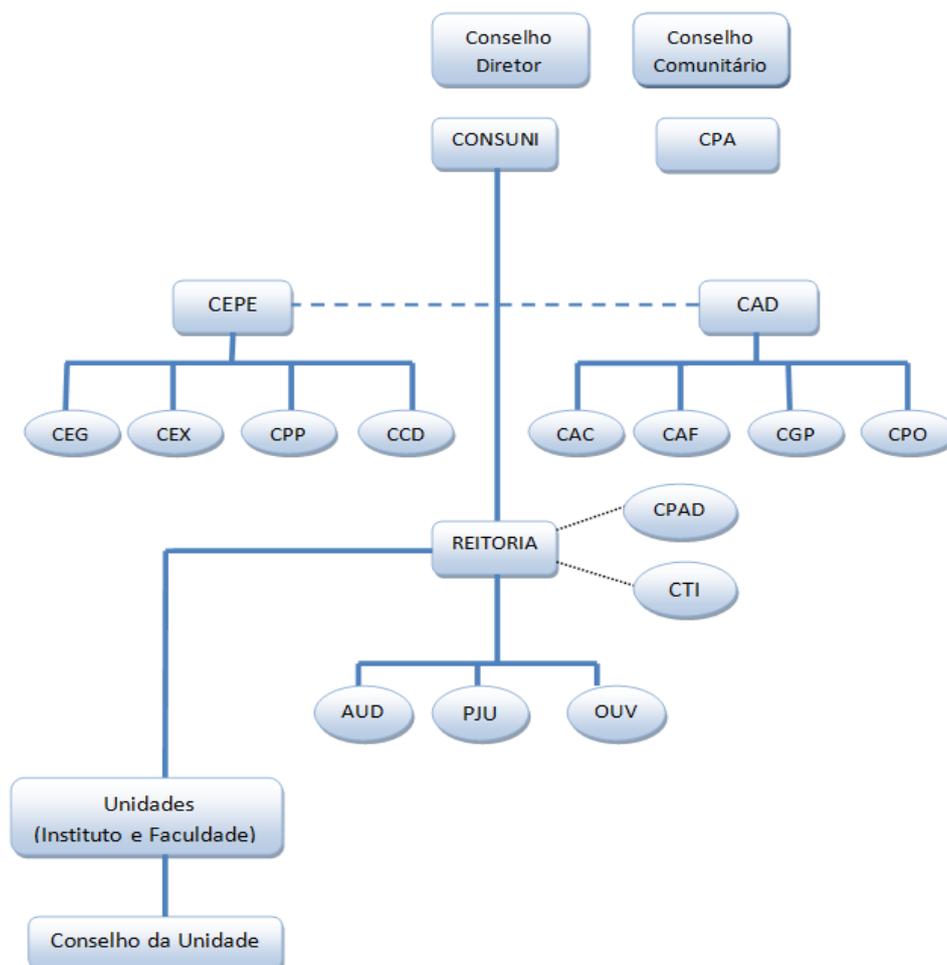
2.1 Estrutura de Governança

De acordo com o Estatuto e o Regimento Geral, a Administração Superior da Universidade de Brasília é responsabilidade dos Conselhos Superiores, como órgãos normativos, deliberativos e consultivos, e da Reitoria, como órgão executivo.

Os conselhos são órgãos administrativos compostos por membros da Administração, professores, servidores técnico-administrativos e estudantes. São competências dos conselhos estabelecer as diretrizes da Universidade, supervisionar a execução de atividades, coordenar e integrar as atividades dos departamentos, cursos, pesquisa e projetos especiais.

A estrutura de governança da FUB é demonstrada resumidamente na figura 2.1.

Figura 2.1- Estrutura de Governança da FUB



Fonte: DPL



A Lei nº 3.998/61, que instituiu a FUB, criou o **Conselho Diretor**, composto por seis membros e dois suplentes escolhidos entre pessoas de ilibada reputação e notória competência, que se renovará, a cada 2 anos, pela sua metade. Dentre as competências desse Conselho, tem-se: estabelecer as diretrizes e os planos quinquenais para o desenvolvimento da Universidade, deliberar sobre a administração dos bens da Fundação, aprovar o plano de atividades e o respectivo orçamento para o exercício seguinte.

O **Conselho Universitário (CONSUNI)** é o órgão máximo da universidade. Suas atribuições estão dispostas no Regimento, dentre elas, formular as políticas globais da Universidade, aprovar o orçamento interno, aprovar a criação, a modificação e a extinção de Unidades (Órgãos Complementares e Centros) e dirimir dúvidas e conflitos de jurisdição entre CEPE e o CAD.

O **Conselho Comunitário** é um órgão consultivo, reunindo-se uma vez por ano, ordinariamente, ou quando convocado pelo Reitor ou por requerimento da maioria do CONSUNI. Sua função é opinar sobre estudos, projetos, planos e relatórios da Universidade e recomendar ações e medidas à Administração Superior.

O **Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE)** delibera sobre as matérias acadêmica, científica, cultural e artística. O **Conselho Administrativo (CAD)** atua sobre a matéria administrativa, econômica, financeira, de planejamento e orçamento, de gestão de pessoas e sobre relações sociais, de trabalho e de vivência.

As Câmaras deliberativas são vinculadas aos Conselhos Superiores atuando conforme a natureza dos assuntos: Câmara de Ensino de Graduação (**CEG**), Câmara de Pesquisa e Pós graduação (**CPP**), Câmara de Carreira Docente (**CCD**), Câmara de Extensão (**CEX**), Câmara de Assuntos Comunitários (**CAC**), Câmara de Administração e Finanças (**CAF**), Câmara de Planejamento e Orçamento (**CPO**) e Câmara de Gestão de Pessoas (**CGP**). Cada uma em sua competência tem como atribuições emitir pareceres, analisar propostas e projetos e regulamentar as normas do Conselho.

O **Conselho da Unidade** é o órgão deliberativo e de recurso, em matéria administrativa e acadêmica, que atua em cada Instituto ou Faculdade. Suas atribuições estão dispostas no art. 25 do Regimento Geral. O conselho é composto por Diretor, Vice-Diretor, Chefes de Departamento, um representante docente de cada Departamento, discentes e técnico-administrativos.

A **Coordenação de Processo Administrativo Disciplinar (CPAD)** está vinculada ao GRE. Sua função é acompanhar e assessorar tecnicamente os processos administrativos disciplinares, sindicâncias e termos circunstanciados administrativos instaurados no âmbito da FUB. Todos os processos são cadastrados no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD).

Instituído em 2013, o **Comitê de Tecnologia da Informação (CTI)** tem caráter deliberativo. Sua função é formular e implementar as estratégias e os planos para a área de Tecnologia da Informação, assim como promover a harmonização da área de TI com os objetivos organizacionais da UnB.

A **Comissão Própria de Avaliação (CPA)** é uma comissão autônoma, responsável pelos processos de avaliação internos da UnB e pela sistematização e prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Composta por 17 integrantes, entre eles representantes discente, docente, técnico-administrativos e sociedade civil, a CPA também participa do processo de avaliação dos cursos de graduação da UnB.

A **Auditoria (AUD)** é um órgão de assessoramento e está vinculada ao Gabinete do Reitor (GRE), sendo que a indicação do seu dirigente é de competência do Reitor. Tem como atribuições assessorar a Administração Superior e os Centros de Custo, fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle, e prestar apoio aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.



A **Procuradoria Jurídica (PJU)** está vinculada ao GRE, com a função de representação judicial e extrajudicial, realizar consultoria e assessoramento, apurar a liquidez e certeza de créditos inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, examinar ou elaborar minutas de contratos e convênios, emitir pareceres e zelar pelo cumprimento da legislação aplicável à UnB.

A **Ouvidoria (OUV)** é vinculada ao GRE, sem nenhuma subordinação técnica, agindo com independência funcional e imparcialidade. É um serviço disponibilizado para garantir a efetiva comunicação entre o manifestante e os diversos órgãos da UnB, recepcionando e encaminhando sugestões, reclamações, denúncias, pedidos de informação e elogios da comunidade universitária e da sociedade em geral.

2.2 Atuação da unidade de auditoria interna

A Auditoria Interna submeteu-se a um processo de reestruturação no primeiro semestre de 2014, o que impossibilitou a execução de todas as ações previstas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) para o exercício. Cabe ressaltar que o referido Plano previu que as ações nele elencadas seriam executadas por 8 servidores, no entanto, essa expectativa não foi confirmada, sendo o efetivo composto por 5 servidores, incluindo o Auditor-Chefe.

Na escolha das ações a serem realizadas, buscou-se evitar a duplicidade de atividades, tendo como referência aquelas executadas pelos órgãos de controle interno e externo, Controladoria-Geral da União e Tribunal de Contas da União, respectivamente. Nesse sentido, as ações executadas pela Auditoria Interna se concentraram basicamente na análise de processos licitatórios, acompanhamento dos acórdãos emitidos pela Corte de Contas Federal, e na ação de capacitação destinada aos novos integrantes da equipe da Auditoria Interna.

As ações executadas pela Auditoria Interna em 2014 estão detalhadas por atividades:

- 1.** Elaboração do Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna (RAINT) do exercício de 2013.

Número do Relatório: RAIN/2013.

Áreas, Unidades e Setores Auditados: todas as Áreas objeto da execução do PAINT/2013.

Escopos Examinados: atividades executadas pela Auditoria interna no exercício de 2013.

Cronograma de Execução: 12/01 a 31/01/2014.

Recursos Humanos e Materiais Empregados: um servidor.

- 2.** Acompanhamento e encaminhamento dos Acórdãos/Decisões emanados do Tribunal de Contas da União – TCU às respectivas unidades ou setores que integram a FUB.

Número do Relatório: essa atividade não está relacionada com emissão de relatório. Foram encaminhados, por meio de memorandos, os acórdãos emanados do TCU aos respectivos setores.

Áreas, Unidades e Setores Auditados: Fundação Universidade de Brasília (FUB).

Escopos Examinados: a atividade consistiu em identificar, no site do TCU, os acórdãos emitidos no ano de 2014 referentes à FUB, contendo recomendação e/ou determinação às unidades que integram a sua estrutura. Ao todo foram identificados 42 acórdãos, sendo destinados, respectivamente, ao Decanato de Gestão de Pessoas (DGP), 36 acórdãos; Diretoria de Compras (DCO), 4 acórdãos; Prefeitura do *Campus* Darcy Ribeiro, 1 acórdão; e Unidade de Auditoria Interna, 1 acórdão.

A todas essas unidades, foram solicitadas as providências adotadas em relação às recomendações e/ou determinações emitidas pela Corte de Contas Federal.

Cronograma de Execução: 24/11 a 12/12/2014.

Recursos Humanos e Materiais Empregados: um servidor.

- 3.** Verificação da composição do Processo de Prestação de Contas Anual e emissão de parecer.

Número do Relatório: parecer Específico.

Áreas, Unidades e Setores Auditados: todas as Áreas da FUB que sofreram Ações de Controle, de acordo com a execução do PAINT/2013.



Escopos Examinados: composição do Processo de Prestação de Contas da FUB no que se refere às peças exigidas e Parecer da Auditoria Interna.

Cronograma de Execução: 03/03 a 07/03/2014.

Recursos Humanos e Materiais Empregados: um servidor

4. Acompanhamento das recomendações emanadas da Controladoria-Geral da União.

Número do Relatório: ofícios da FUB à CGU encaminhando o Plano de Providências Permanente.

Áreas, Unidades e Setores Auditados: todas as Áreas citadas nos Relatórios da CGU.

Escopos Examinados: recomendações da CGU contidas em seus Relatórios.

Cronograma de Execução: durante o exercício de 2014.

Recursos Humanos e Materiais Empregados: um servidor.

5. Análise de processos licitatórios

Número do Relatório: foram emitidos os Relatórios de Auditoria nºs 20141260 e 20141261, bem como as Notas Técnicas nºs 01/2014 e 02/2014.

Áreas, Unidades e Setores Auditados: setores responsáveis pela realização de licitação no âmbito da FUB.

Escopos Examinados: o tipo de auditoria utilizado durante as ações de controle realizadas foi o de auditoria de conformidade, em que se buscou, entre outros aspectos, verificar a formalização processual; o planejamento da contratação; a motivação da aquisição (justificativas); a elaboração do termo de referência; a demonstração da vantajosidade em aderir à ata de registro de preços; a análise processual pela Procuradoria Jurídica; a retenção tributária; e a satisfação dos usuários dos bens adquiridos.

Na execução da Ordem de Serviço nº 20141260, a amostra selecionada envolveu 7 processos de contratação relacionados com adesão a atas de registros de preços, envolvendo, em termos de recursos financeiros, o montante de R\$ 4.988.919,05.

Na execução da Ordem de Serviço nº 20141261, a amostra selecionada envolveu 2 processos de contratação relacionados com realização de licitação para registros de preços, envolvendo, em termos de recursos financeiros, o montante de R\$ 20.571.529,81.

As Notas Técnicas nºs 01/2014 e 02/2014 apresentaram, respectivamente, como escopo a verificação da conformidade das empresas que participaram de processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, consoante ao que estabelece o Art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006; e a execução e gerenciamento de atas de registro de preços pela FUB. Portanto, as atividades desenvolvidas não se relacionaram com análise de processos licitatórios e sim com acesso ao site <http://www.comprasgovernamentais.gov.br/> e <http://www.portaltransparencia.gov.br/>.

Cronograma de Execução: 22/07 a 31/12/2014.

Recursos Humanos e Materiais Empregados: cinco servidores.

6. Realização de ações de capacitação pelos novos integrantes da Auditoria Interna.

Número do Relatório: a atividade desenvolvida não gera a emissão de relatório.

Áreas, Unidades e Setores Auditados: Servidores lotados na Auditoria Interna.

Escopos Examinados: os servidores com lotação na Auditoria Interna da FUB participaram, ao longo do exercício de 2014, de cursos e treinamentos, além da participação nos eventos realizados pela Associação Nacional dos Servidores Integrantes das Auditorias Internas do Ministério da Educação (FONAI-MEC).

Cronograma de Execução: 11/03 a 31/12/2014

Recursos Humanos e Materiais Empregados: cinco servidores.

7. Elaboração do PAINT para o exercício de 2015

Número do Relatório: a atividade desenvolvida não gera a emissão de relatório.

Áreas, Unidades e Setores Auditados: unidades da FUB selecionadas para realização de ações de Controle no exercício de 2015.

Escopos Examinados: Conforme seleção constante do PAINT/2014.



Cronograma de Execução: 01/12 a 12/12/2014.

Recursos Humanos e Materiais Empregados: 1 servidor.

No que tange à opinião do auditor interno sobre a qualidade dos controles internos da FUB, é importante frisar que, em virtude da reestruturação da Auditoria Interna, não foram executadas ações de controle voltadas à avaliação dos mesmos, de modo a verificar a existência de fragilidades ou aperfeiçoamentos implementados. Entretanto, consta do PAINT/2015 ações de controle voltadas à avaliação de controles internos nos principais setores da Universidade.

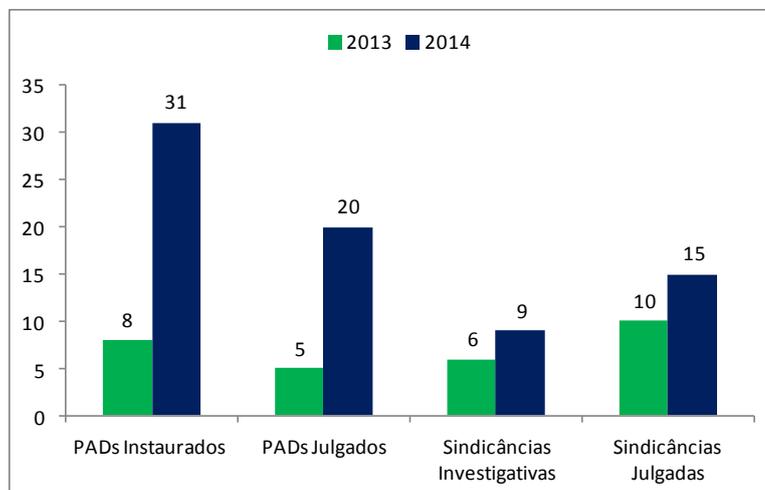
2.3 Sistema de Correição

Na estrutura da FUB, as atividades de correição são realizadas pela Coordenação de Processo Administrativo Disciplinar (CPAD), instituída em 13/02/2014, substituindo a Comissão Disciplinar Permanente (CDP). O objetivo principal da CPAD é orientar as comissões disciplinares nos aspectos referentes ao rito processual aplicado à matéria.

A FUB atua em consonância com a Portaria nº 1043/2007 da CGU, aderindo ao registro de informações pertinentes aos processos disciplinares no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD) desde o ano de 2013. Cabe informar que há uma divergência entre os dados registrados pela CPAD e o relatório extraído do CGU-PAD, tendo em vista que alguns processos ainda não foram cadastrados.

Em síntese, o Gráfico 2.1 apresenta a atuação das comissões designadas para apurar os fatos submetidos ao juízo de admissibilidade da autoridade competente, bem como a realização de apuração simplificada por meio de termo circunstanciado administrativo conforme a IN CGU nº de 17/2/2009 e Instrução da Reitoria nº 03/2010 de 5/11/2010. Destaca-se o aumento das atividades de correição em 2014; foi aplicada uma penalidade de demissão e nenhuma de advertência e suspensão.

Gráfico 2.1- Atividades de Correição



Fonte: CPAD

2.4 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

A Avaliação do Sistema de Controles Internos da UnB referentes aos exercícios 2013 e 2014 abrangeu cinco componentes: Ambiente de Controle, Avaliação de Risco, Atividades de Controle, Informação e Comunicação, Monitoramento. Nos dois anos o questionário foi analisado em uma reunião de equipe⁴ da Administração Superior, com representantes de áreas estratégicas da universidade. Cada item foi avaliado pelos gestores e pontuado após o consenso da equipe.



Ao comparar a avaliação no biênio, percebe-se uma evolução nos Controles Internos. Dos trinta itens avaliados, dez apresentaram aprimoramentos. Os gestores entendem a importância de estabelecer esses mecanismos, como forma de demonstrar que a Universidade está agindo de acordo com o interesse da sociedade.

Entre as ações que contribuíram para as melhorias em 2014, destacam-se a ampliação dos encontros entre a Comissão de Ética e o Reitor, o início dos estudos sobre o Gerenciamento de Riscos na UnB e a aprovação do Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2017. No entanto, o Sistema de Controles Internos ainda apresenta fragilidades.

Apesar de conhecer os processos críticos, os gestores encontram dificuldades para solucioná-los. Cabe ressaltar que a formalização do código de ética e a melhoria na comunicação são metas para 2015.

No que se refere à análise geral dos quesitos do questionário, os gestores recomendam uma revisão e aperfeiçoamentos. Alguns itens avaliados são confusos, extensos, o que dificulta a resposta com precisão. Os itens 16 “Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade” e 21 “As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação”, foram considerados pouco objetivos.

Quadro 2.1- Avaliação do Sistema de Controle Interno da UnB

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	2013	2014
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.	5	5
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.	2	4
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.	2	2
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	1	2
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.	4	4
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	5	5
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.	5	3
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.	4	3
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.	4	5
Avaliação de Risco		
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.	5	5
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.	4	5
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	4	5
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	2	2
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	4	4



15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	2	4
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	2	2
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.	5	5
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.	5	5
Procedimentos de Controle		
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.	5	5
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.	2	4
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.	1	2
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.	2	2
Informação e Comunicação		
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.	4	4
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.	4	4
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.	4	4
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.	4	4
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.	4	4
Monitoramento		
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	2	2
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.	2	4
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.	2	4

Fonte: Reunião de Equipe da Administração Superior, 2013 e 2014

Escala de valores da Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válida.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.



3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.

Este capítulo descreve os canais de acesso do cidadão à UnB, as informações referentes à Carta de Serviços ao Cidadão, os mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços, o detalhamento do caminho de acesso no portal da UnB às informações julgadas úteis a sociedade, os resultados da pesquisa de satisfação junto aos usuários de seus serviços e as medidas relativas à acessibilidade. As unidades OUV, SECOM e DAC prestaram as informações constantes no capítulo.

3.1 Canais de acesso do cidadão

O capítulo em questão apresenta os canais de comunicação do cidadão/sociedade com a Universidade de Brasília. Esses mecanismos de interação têm como finalidade promover o atendimento de qualidade e o reconhecimento do direito à informação, bem como aprimorar a prevenção de riscos decorrentes da má informação e garantir a efetiva prestação de serviços.

Tem-se, como mecanismos de interação com a sociedade, a Ouvidoria da Universidade de Brasília (OUV), que tem como função garantir a efetiva comunicação entre manifestante e os diversos órgãos da UnB, recepcionando e encaminhando sugestões, reclamações, denúncias, pedidos de informação e elogios da comunidade universitária e da sociedade em geral; o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), com o objetivo de representar um serviço de interlocução e mediação disponibilizado pela UnB para atender as demandas da comunidade universitária e da sociedade; a Secretária de Comunicação (SECOM), com a finalidade de informar a comunidade interna e externa sobre a produção científica e cultural da Universidade, por divulgar os atos da administração e zelar pela imagem da Instituição de forma ética e transparente.

Outra forma de interação com a sociedade são comissões constituídas com o intuito de estabelecer maior contato entre a comunidade externa e a Universidade. A Comissão Própria de Avaliação (CPA), instituída conforme diretrizes da [Lei 10.861/04](#), com o objetivo de sistematizar e prestar informações, tem em, sua composição, representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica, além de dois representantes da sociedade civil. Com isso, a CPA é a ligação entre a Universidade de Brasília e a comunidade, pois há a participação efetiva dos membros da comissão nos trâmites da Unidade Jurisdicionada com o objetivo de desenvolver ações de melhoria que a torne mais acessível à comunidade.

Os Conselhos Superiores também representam uma forma de interação com a sociedade. O Conselho Comunitário, com função de opinar e recomendar ações, o Conselho Diretor, com seus representantes escolhidos entre pessoas de ilibada reputação e notória competência e o CONSUNI, com a finalidade de assegurar as funções de ensino, pesquisa e extensão, além de ter papel social na busca efetiva da convivência na comunidade universitária e outros segmentos que se relacionem.

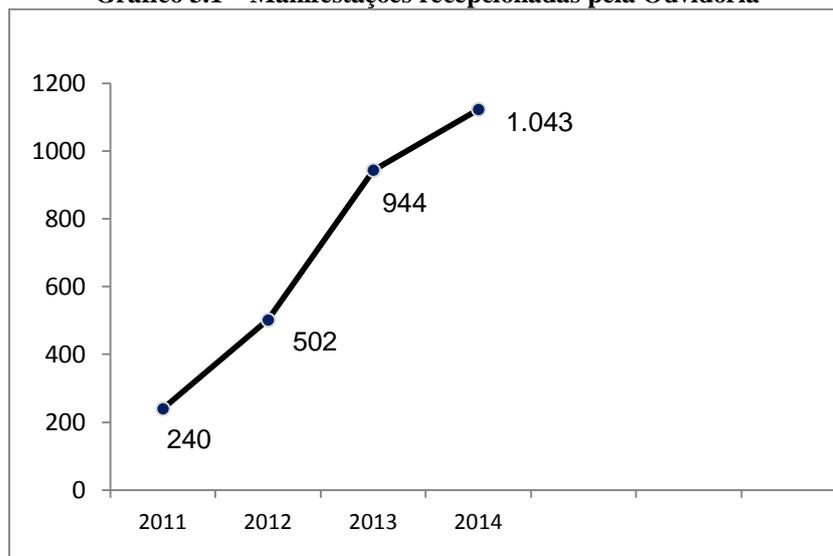
No que tange ainda ao relacionamento com a sociedade, é importante destacar que a UnB inovou ao criar o Programa de Avaliação Seriada (PAS), em 1996, como uma alternativa ao ingresso na Universidade. Ressalta-se que a UnB foi pioneira em atender uma ação afirmativa para cotas raciais em 2003. Após dez anos de vigência, uma comissão foi instituída para analisar o sistema de cotas na Universidade, foi realizada audiência pública sobre o tema e, em 2014, o CEPE decidiu pela prorrogação das cotas raciais.

É relevante salientar que, nos processos seletivos para os *campi* de Planaltina, Gama e Ceilândia, são concedidos “bônus” para candidatos daquelas localidades, o que promove a inserção local ao ensino superior.

O gráfico 3.1 evidencia o número de manifestações recepcionadas pela Ouvidoria no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014, sendo que o eixo vertical representa um referencial numérico das manifestações ocorridas, e o eixo horizontal representa o ano no qual essas ocorrências aconteceram na Universidade:



Gráfico 3.1 – Manifestações recepcionadas pela Ouvidoria

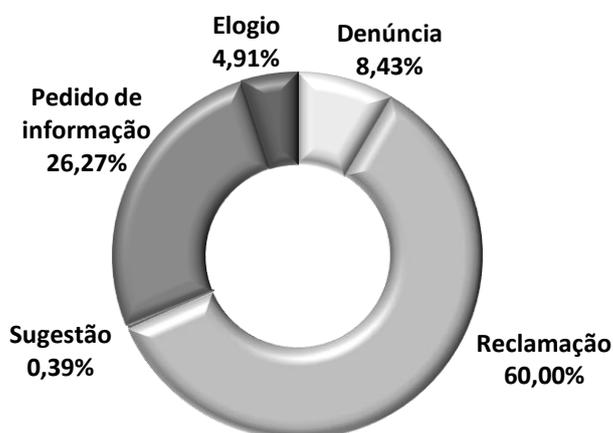


Fonte: Ouvidoria

No tocante às manifestações recebidas, em 2014 foram computadas 1.123, sendo que 87 demandas (7,74% dos registros) ainda não foram finalizadas até o dia 31/12/2014 por falta de posicionamento das unidades acadêmicas e administrativas. O objetivo das informações apresentadas é a mediação entre o usuário e a Administração na busca por melhoria nos serviços prestados pela Instituição.

NO gráfico 3.2, estão demonstrados os tipos de manifestações recepcionadas pela Ouvidoria no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014:

Gráfico 3.2 – Tipos de manifestações



Fonte: Ouvidoria

3.2 Carta de Serviços ao Cidadão

A Carta de Serviços ao Cidadão da Universidade de Brasília atende à exigência do [Decreto n. 6.932, de 11/8/2009](#). A edição atual é a segunda versão da Carta de Serviços ao Cidadão da UnB, tendo em vista o aperfeiçoamento das informações e conteúdos contidos no exemplar [anterior](#), lançada em 2013.



Esta Carta tem por objetivo informar o cidadão sobre os serviços prestados pelo órgão ou entidade, as formas de acesso a esses serviços e os respectivos compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público, além de trazer informações referentes aos serviços prestados pela instituição, em especial: os que estão ligados à razão de existir da Universidade – ensino, pesquisa e extensão-, à forma e aos requisitos necessários para acessar os serviços da UnB, bem como às etapas para processamento e prazos dos serviços na Universidade. É instrumento efetivo de comunicação entre a Universidade e a sociedade e funciona como escopo para medir a satisfação da gestão do atendimento ao público.

A carta de Serviços ao Cidadão está disponível em meio eletrônico e físico. O documento eletrônico é encontrado no link “Carta de Serviços ao Cidadão”, disponível em www.unb.br/noticias/downloads/carta-de-servicos_cidadao.pdf, da página da Universidade de Brasília (www.unb.br). Quanto ao documento impresso, o cidadão interessado pode consultá-lo em todas as unidades acadêmicas e administrativas da Universidade de Brasília.

3.3 Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços

A Universidade de Brasília tem como mecanismos de satisfação dos cidadãos-usuários, a ferramenta “Ouvidoria Proativa”, lançada em forma de questionário e disponível no endereço <http://migre.me/os8PC>. Está ativa desde outubro de 2014 e seu encaminhamento é feito após a conclusão da demanda do cidadão usuário. Por ser recente, ainda não há um levantamento de dados quantitativos. Esse instrumento levanta algumas questões, tais como: meio de acesso para registro da manifestação, vínculo com a Universidade, se outras unidades da UnB foram acionadas preliminarmente, qual o grau de satisfação com os atendimentos recebidos, e se há sugestões para melhoria dos serviços oferecidos;

Há também pesquisa voluntária referente à consulta acadêmica, lançada pelo Decanato de Planejamento e Orçamento – DPO, através da Diretoria de Avaliação e Informação Gerencial – DAI, com o intuito de avaliar a instituição e subsidiar melhorias na Universidade. O público alvo abrange cada um dos segmentos - os estudantes, docentes e técnico-administrativos-. A pesquisa pode ser encontrada no *link*: (<http://www.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=9235>).

O Decanato de Assuntos Comunitários – DAC, através da Diretoria de Desenvolvimento Social – DDS, lançou em 2013, pesquisa de opinião referente à avaliação dos Programas de Assistência Estudantil da UnB. O público alvo abrange alunos, professores e gestores/técnicos. Tem como objetivo sugestões sobre melhorias nos programas oferecidos. A pesquisa está em sua primeira edição e os resultados podem ser conferidos através do relatório elaborado pelo Decanato.

Outra pesquisa foi lançada, também pelo Decanato de Assuntos Comunitários – DAC, sobre o Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). O objetivo é conhecer melhor e dar visibilidade às necessidades dos estudantes de graduação. O questionário pode ser acessado pelo link: http://www.perfil.ufu.br/perfil_prd/.

A Secretária de Comunicação (SECOM) lançou pesquisa referente ao portal da UnB. Essa pesquisa foi realizada entre o final de 2013 e o início de 2014 para verificar o resultado da satisfação dos usuários em relação ao Portal. O público alvo envolveu professores, alunos, servidores, interessados em estudar na UnB, ex-alunos, prestador SICAP e outros. No total, foram entrevistadas 467 pessoas. Através dos resultados obtidos, foi possível identificar os serviços mais acessados no portal, entre eles: agenda de eventos culturais e esportivos, agenda de eventos de ensino, pesquisa e extensão, informações sobre cursos de graduação e de pós-graduação e notícias sobre manifestações sociais. A pesquisa pode ser solicitada na assessoria da Secretária de Comunicação.



3.4 Acesso às informações da jurisdicionada

As informações referentes à atuação da Universidade podem ser consultadas através do Portal da UnB (www.unb.br). Além do portal, há canais de acesso que permitem maior interação com a sociedade:

Página da Ouvidoria:

(<http://www.ouvidoria.unb.br/>),

Carta de Serviços ao Cidadão:

(http://www.unb.br/noticias/downloads/Carta_Cidadao.pdf),

Relatório de Autoavaliação Institucional:

(http://www.dpo.unb.br/documentos/relatorio_autoavaliacao_2013.pdf),

Portal de transparência Unb:

(http://www.unb.br/transparencia_unb)

Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade de Brasília:

(http://www.dpo.unb.br/documentos/PDI/PDI_2014-2017.pdf)

Relatório de Gestão 2013:

(http://www.dpo.unb.br/documentos/Relatorio_Gestao_2013.pdf)

Anuário Estatístico da Universidade de Brasília:

(http://www.dpo.unb.br/documentos/anuario/Anuario_2014.pdf)

UnB Ciência:

(<http://www.unbciencia.unb.br/>)

Repositório Institucional:

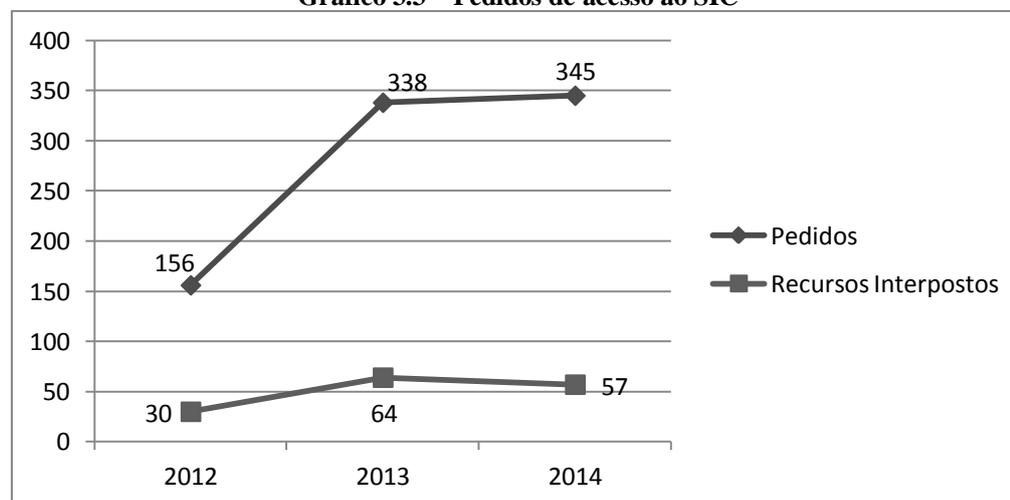
(<http://repositorio.unb.br/>)

3.5 Avaliação de desempenho das jurisdicionadas

Em observância aos padrões de qualidade de atendimento, a UnB tem buscado atingir um padrão que justifique o que se espera de um adequado relacionamento com a sociedade. Essa busca está consignada nos relatórios de gestão semestrais da ouvidoria e levantamento de dados do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC.

No tocante ao levantamento de dados do SIC, foram observados os seguintes números de acordo com o gráfico 3.3, sendo que o eixo vertical representa um referencial numérico das manifestações ocorridas e o eixo horizontal representa o ano no qual essas ocorrências aconteceram na Universidade, conforme a seguir:

Gráfico 3.3 – Pedidos de acesso ao SIC



Fonte: SIC/UnB



O questionário “Ouvidoria Proativa” tem a finalidade de atingir mais amplamente as comunidades interna e externa que procuram os serviços da Instituição. Foi verificada também ampla divulgação do trabalho, a partir do cartaz com os dizeres: *A Ouvidoria existe! Não basta desabafar.*

Com o intuito de facilitar a comunicação com o público externo e a comunidade universitária, a Secretaria de Comunicação (SECOM), oferece serviços de interação com a sociedade, que favorecem a avaliação de desempenho dos serviços e produtos ofertados pela Universidade. Os serviços incluem: o portal UnB, que organiza as informações e produz conteúdos diários; as redes sociais, que incluem o *Facebook, Twitter e Flickr*, bem como o serviço de *Clipping* que funciona como um recorte eletrônico ou impresso das notícias publicadas na imprensa.

O UnB Hoje é um boletim informativo que disponibiliza a agenda das atividades realizadas nos quatro *campi* da UnB e é fixado em pontos de grande circulação (www.unb.br). O UnB ciência (www.unbciencia.unb.br) divulga a produção científica com o propósito de organizar notícias com foco nas pesquisas desenvolvidas nos programas de pós-graduação e de iniciação científica, bem como divulga a avaliação dos cursos de graduação e pós graduação. Esta avaliação dos cursos inclui as notas do INEP, da CAPES, do Guia do Estudante, QS World University Ranking, etc.

3.6 Medidas relativas à acessibilidade

Em atendimento à [Lei 10.098/2000](#) e ao [Decreto 5.296/2004](#), a Universidade oferece o Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais da Universidade de Brasília (PPNE/UnB). Criado em 1999, o objetivo do PPNE é estabelecer uma política permanente de atenção a esse segmento na UnB e assegurar sua plena integração à vida universitária. As atividades desenvolvidas pelo Programa visam propiciar e garantir condições para o desenvolvimento acadêmico por meio da consolidação de uma rede de apoio da Universidade e da garantia de uma prática cidadã na comunidade universitária em todos os seus *campi*.

Em relação à acessibilidade, o PPNE, em parceria com a Prefeitura do Campus (PRC), busca equacionar tecnicamente as demandas relativas à acessibilidade na UnB por meio do planejamento, elaboração de diagnósticos e execução de projetos arquitetônicos para adaptação, eliminação e supressão de barreiras arquitetônicas existentes. Dentre as ações desenvolvidas em 2014, estão:

- a) discussão com a PRC, sobre acessibilidade física nos projetos das novas edificações dos *campi*;
- b) planejamento de instalação de elevador em prédios novos e construção de rampa externa nas entradas dos prédios dos *campi* da UnB;
- c) acompanhamento da conservação da reserva de vagas em todos os estacionamentos para pessoas com deficiência e idosos;
- d) planejamento da reforma e construção de banheiros adaptados para pessoas com deficiência no ICC Norte e Sul da UnB e em prédios que estão em construção.

No 1º/2014, o PPNE teve 136 alunos cadastrados e, no 2º/2014, 177. Em ambos os semestres, a maioria dos alunos cadastrados foi de cursos de graduação e com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade e/ou dislexia, seguido de deficiência física.

O PPNE conta com um veículo para transporte de pessoas com deficiência e dificuldade de locomoção nos trajetos realizados internamente ao campus universitário Darcy Ribeiro, com motorista devidamente capacitado. Esse transporte é realizado com reserva prévia de horário para atividades de ensino, pesquisa, extensão e estágio. No tocante às atividades de divulgação, em 2014, o PPNE deu continuidade às ações de comunicação na comunidade interna e externa iniciada no ano anterior. Nesse sentido, foi realizada a manutenção do site institucional do Programa (www.ppne.unb.br) e da página do PPNE na rede social [facebook](#).



4. AMBIENTE DE ATUAÇÃO

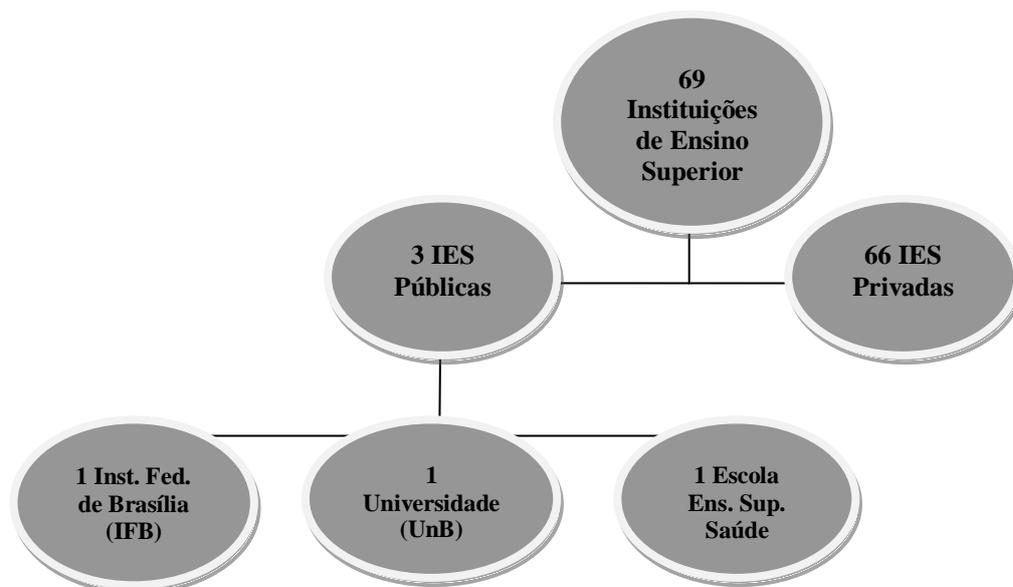
Este capítulo aborda o ambiente de atuação da FUB no Distrito Federal, a análise do ambiente externo (oportunidades e ameaças), sua imagem perante a sociedade e as principais mudanças ocorridas no último exercício. O DPO é responsável pelas informações prestadas neste capítulo.

4.1 Informações o ambiente de atuação da unidade jurisdicionada

A Universidade de Brasília atua na área de ensino, pesquisa e extensão. Desde 1962, a instituição promove a formação de profissionais de diversas áreas do conhecimento e de docentes, a especialização de profissionais potenciais, fomenta a elaboração de pesquisas com aplicabilidade tecnológica-social e desenvolve projetos que contribuem para o avanço científico do país.

A universidade está localizada no Distrito Federal. O DF possui 69 Instituições de Ensino Superior (IES) com credenciamento funcional permitido. Dessa população, conforme dados do E-Mec, 3 são IES públicas e 66 são IES privadas. A figura 4.1 evidencia as Instituições de Ensino Superior do Distrito Federal.

Figura 4.1 – Instituições de Ensino Superior do Distrito Federal



Fonte: Sítio E-mec

As 3 instituições públicas são: a Universidade de Brasília (UnB), o Instituto Federal de Brasília (IFB) e a Escola de Ensino Superior de Saúde (ESCS). Dentre o rol das 66 Instituições de Ensino Superior privadas temos 2 universidades, 6 centros universitários e 58 faculdades.

As duas universidades privadas do Distrito Federal ofertam produtos e serviços similares ao da UnB, porém por ser uma instituição pública com uma imagem institucional renomada, ter uma maior oferta de ensino, pesquisa e extensão, bem como por contribuir para o desenvolvimento tecnológico do Brasil, a UnB possui preferência da população do Distrito Federal e pelo entorno do DF na escolha de serviços educacionais e produtos técnicos – científicos.

Os principais produtos/serviços que são oferecidos pela Universidade de Brasília consistem na oferta de ensino, pesquisa e extensão à sociedade. Os docentes e os técnicos-administrativos da instituição trabalham com afinco para desempenharem um trabalho de alto grau de eficiência aos



seus clientes. Em linhas gerais, a UnB se relaciona com seus clientes (os alunos e a sociedade em geral) de forma transparente e legal, visando nessa relação a disseminação do conhecimento e o respeito aos seus tomadores de serviços e produtos.

Tendo por base a percepção dos dirigentes e técnicos da Universidade, foi elaborada uma Matriz “SWOT”, na qual foram enumeradas as ameaças e oportunidades que estão presentes no clima organizacional da Universidade de Brasília, conforme ilustrado no quadro 4.1:

Quadro 4.1 - Matriz SWOT – Oportunidades e Ameaças 2014

OPORTUNIDADES
Legislação favorável à transmissão do conhecimento e cultura e inovação em processos e produtos para uso público e privado viabilizados pela Lei de Inovação.
Fomento à melhoria das licenciaturas e programas de iniciação à docência – PIBID.
Adesão aos programas de ingresso de alunos e Expansão de políticas assistência estudantil.
Internacionalização, interculturalidade e mobilidade na educação superior.
Universidade.
Acordo e autorização de novas vagas e liberação de vagas de servidores.
Industrialização do Centro-Oeste.
Mudança no perfil do aluno.
Avanços tecnológicos e tecnologia aplicada ao ensino, pesquisa e extensão com a Expansão da EAD e fomento à inovação pedagógica.
Proximidade geográfica com o poder decisório.
Marca UnB.
AMEAÇAS
Restrição de recursos em função da conjuntura econômica e baixo crescimento do país.
Insegurança jurídica e excesso de legislação e inadequação da mesma.
Perda de servidores.
Instabilidade dos recursos financeiros locais para ciência, inovação e tecnologia e redução do financiamento governamental (federal e local).
Greves frequentes.
Inadequação da infraestrutura local oferecida pelo GDF (transporte, segurança).
Indefinição do período de transição HUB / EBSE RH que gera dispêndio financeiro à UnB.
Redução na captação dos recursos próprios em função da criação da O.S. CEBRASPE.

Fonte: Planejamento Estratégico UnB 2014 (disponível em www.dpo.unb.br/documentos.php)

Ainda na temática do Planejamento Estratégico, a concepção do Novo Modelo de Gestão Estratégica e Planejamento Estratégico 2014-2017 da Universidade de Brasília possui como parte integrante o relatório de análise e tendências do ambiente de atuação da UnB.

Os resultados apontam que a UnB possui uma imagem positiva perante a sociedade, com um importante papel para o desenvolvimento do Distrito Federal e com cursos de qualidade nas diferentes áreas de conhecimento. Os entrevistados destacam também o papel que a universidade tem tido na melhoria da educação, bem como a nova gestão da Universidade, que é vista como promissora. Em relação ao histórico da UnB, dois pontos são destacados pelos entrevistados: o seu surgimento diferenciado (proposta de universidade inovadora) e a crise de gestão vivenciada na última década. Entre os aspectos negativos, ressaltam-se problemas de ordem estrutural e de ordem



gerencial: comportamento indiferente da Universidade frente às demandas do mercado; ingerência política; dificuldades burocráticas enfrentadas pelo ambiente do sistema de ensino público; formação e capacitação deficiente dos professores; ambiente cada vez mais competitivo; e comunicação institucional precária. Ou seja, há um consenso sobre a fragilidade da gestão universitária, com gestores pouco preparados e instrumentos pouco eficazes, articulação deficiente com os programas e políticas do governo local e fraca sintonia com as demandas mais relevantes da economia e da sociedade brasilienses.

Por fim, em relação ao futuro, a UnB é percebida como decisiva para o Distrito Federal e para o próprio país, devendo crescer de acordo com as necessidades econômicas e sociais. Diversos desafios se desenham ante a Instituição: ousar no relacionamento externo; melhorar a sua gestão e a capacidade de planejar; ampliar os recursos da universidade para consolidar os bons cursos existentes; qualificar os corpos docente e administrativo; ampliar a pós-graduação; e suprir as deficiências da infraestrutura dos campi.

No que tange aos riscos de mercado e as estratégias para mitigá-los, foi elaborado um estudo no Decanato de Planejamento e Orçamento (DPO) que relata essas duas temáticas. A descrição dos riscos e suas estratégias de redução encontram-se no capítulo [13](#).

A Universidade de Brasília, nas últimas décadas, sofreu grandes mudanças. Conforme elencadas a seguir:

- **SISU**

De acordo com o sítio do Ministério da Educação (MEC), o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) é um sistema informatizado gerenciado pelo (MEC), no qual as instituições públicas de ensino superior oferecem vagas para os candidatos participantes do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem).

O Enem, que foi realizado em 2013, proporcionou a 1.986 alunos de ensino médio o ingresso, em 2014, nos 88 cursos de graduação ofertados pela UnB, mediante o uso do Sistema de Seleção Unificada (SISU) proposto pelo Ministério da Educação.

- **HOSPITAL UNIVERSITÁRIO / EBSERH**

As instalações físicas do Hospital Universitário de Brasília (HUB) passaram a ser de responsabilidade da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), no ano de 2013.

- **PROGRAMA AUXÍLIO SOCIOECONÔMICO**

O Programa Bolsa de Permanência da Universidade de Brasília foi criado por meio da Resolução do Conselho de Administração Nº 1/97. Esse programa, que é gerenciado pela Diretoria de Desenvolvimento Social da Universidade de Brasília (DDS/UnB), visa proporcionar um suporte financeiro (em pecúnia) para garantir a permanência do aluno que possui dificuldades financeiras, sendo que a jornada do bolsista não poderia exceder 3 horas diárias ou 15 semanais.

Em março de 2014, o Programa foi extinto por meio da Resolução do Conselho de Administração 12/2014 e foi substituído pelo Programa Auxílio Socioeconômico. O novo programa inova em relação ao primeiro, sendo que neste atual não há uma contrapartida trabalhista pelo aluno, ou seja, o aluno recebe o recurso (em pecúnia) sem doar sua força de trabalho. Esse fato é considerado um avanço democrático nas políticas de assistência estudantil da Universidade.

- **CONSOLIDAÇÃO DO REUNI**

Com o advento da consolidação do REUNI, em 2012, a UnB trabalhou no sentido de fortalecer, durante o exercício de 2014, a ampliação do atendimento à demanda do ensino superior público da região, em termos de aumento na quantidade da oferta de vagas em cursos de graduação. Na gestão atual, visa-se trabalhar na qualidade da prestação de serviços educacionais, tendo em vista que foram aumentadas as vagas nos cursos de graduação na Universidade.

- **CASA DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO (CEU)**

Em 2014, foi finalizado o processo de reforma e aquisição de móveis da Casa do Estudante/UnB. Hoje, o complexo de moradia estudantil da CEU/UnB é composto por dois blocos



localizados no Campus Darcy Ribeiro com 90 apartamentos do tipo duplex, sendo dois adaptados para portadores de necessidades especiais, que são organizados para receber quatro estudantes, totalizando 360 vagas. Em setembro de 2014, as vagas da CEU/UnB voltaram a ser ocupadas pelos estudantes de graduação classificados como Participantes do Programa de Assistência Estudantil (PPAES), cujas famílias residem foras do DF; estes são encaminhados pela DDS/DAC, em conformidade com Ato da Reitoria N.º 1200/2014.

Na atualidade, o Programa Moradia Estudantil da Graduação é oferecido para os estudantes do Campus Darcy Ribeiro nas duas modalidades de participação (vaga na CEU ou auxílio em pecúnia) e, para os estudantes dos demais *campi*, a participação ocorre apenas na modalidade pecúnia. Em 2014, 1.121 estudantes participaram do Programa Moradia Estudantil da Graduação. Desses estudantes, 105 residiram na CEU e 1.058 estudantes receberam auxílio moradia em forma de pecúnia.

- **CESPE/CEBRASPE**

Durante 20 anos, a atuação do Centro de Seleção e Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (CESPE/UnB) foi suficiente para atender às demandas de diversas seleções e eventos em âmbito nacional. No entanto, tendo em vista um aumento da demanda por eventos e seleções, a Instituição necessitava de um processo de expansão, para que sua finalidade fosse atendida.

Em 19 de agosto de 2013, a Presidenta Dilma Rousseff assinou o [Decreto n.º 8.078](#), que qualificou o Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe), denominado CespeUnB, como Organização Social (OS), permitindo que o Centro continuasse a desenvolver as atividades com os mesmos valores de qualidade, competência, isonomia, segurança e transparência que se tornaram destaque da Instituição.

- **RETOMADA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**

No primeiro semestre de 2014 foi iniciado o processo de planejamento da Universidade de Brasília (UnB) 2014-2017. Ressalta-se que a UnB teve seu último planejamento para o período 2006-2010. Foram organizados dois encontros com o Reitor, a Vice-Reitora, os Decanos e seus diretores e coordenadores. No primeiro encontro, foi definido, em plenária, a Missão e Visão de Futuro da UnB, além da Matriz SWOT (Pontos Fortes, Pontos Fracos, Oportunidades e Ameaças). Nesse primeiro estágio, uma comissão eleita na plenária com cinco representantes ficou responsável por sistematizar as informações.

Com a finalização dos trabalhos da comissão de sistematização, o segundo encontro foi realizado para apresentação dos resultados e decisão da Missão, Visão de Futuro e Matriz SWOT. A etapa seguinte consistiu na definição de Objetivos e Estratégias para a UnB combater as ameaças e pontos fracos e aproveitar seus pontos fortes e oportunidades. Com base nos resultados desses dois encontros, foi elaborada o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2017 da UnB.

Atualmente está em fase de elaboração o Planejamento Tático dos Decanatos e áreas chaves, tendo como referência os resultados dos dois encontros. Nessa etapa estão sendo definidos os programas, os projetos e as ações para viabilizar o Planejamento Estratégico, e tem previsão de entrega em março de 2015.

- **SICAP**

No exercício de 2014, tendo em vista o Acordo Judicial – PAJ N° 608/2009, que foi firmado entre a Fundação Universidade de Brasília – FUB, o Ministério da Educação e o Ministério Público do Trabalho do DF, ocorreu a saída de 321 prestadores de serviços do Sistema de Cadastramento Unificado de Prestação de Serviços (SICAP). Nos últimos meses, têm ocorrido concursos públicos para substituição do pessoal do SICAP por servidores concursados, conforme apresentado no capítulo 7 deste relatório.



5. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

Este capítulo aborda o planejamento da Universidade; as informações pertinentes à FUB acerca da programação orçamentária e financeira e resultados alcançados; o resultado dos indicadores de desempenho; os projetos desenvolvidos pelas Fundações de Apoio; e os projetos e programas financiados com recursos externos. Cabe informar que as informações referentes aos custos de produtos e/ou serviços ofertados estão demonstradas no item [12.2](#) e, no que se refere aos indicadores institucionais utilizados para monitorar e avaliar o desempenho da Universidade, esses serão elaborados na próxima fase do processo de planejamento institucional. As unidades responsáveis pelas informações do capítulo 5 foram o DPO, o CDT e as Fundações de Apoio.

5.1 Planejamento da unidade

A concepção do Planejamento Estratégico 2014-2017 da Universidade de Brasília iniciou-se em março de 2014 com o Workshop de Planejamento, com duração de dois dias e meio. Foram realizadas plenárias e trabalhos em grupo, com a participação do Reitor, Vice-Reitora, Assessores, Decanos e Diretores de cada Decanato.

A metodologia adotada teve caráter eminentemente participativo, reforçando a filosofia da gestão compartilhada. No fim do Workshop foi constituído o Grupo de Planejamento para a discussão, análise e sistematização dos resultados de todas as atividades desenvolvidas no evento. Os trabalhos geraram os seguintes resultados: Missão, Visão de Futuro, Análise do Ambiente Interno (Pontos Fortes e Fracos) e Externo (Oportunidades e Ameaças), Objetivos e Estratégias.

Missão: Ser uma instituição inovadora, comprometida com a excelência acadêmica, científica e tecnológica formando cidadãos conscientes do seu papel transformador na sociedade, respeitadas a ética e a valorização de identidades e culturas com responsabilidade social.

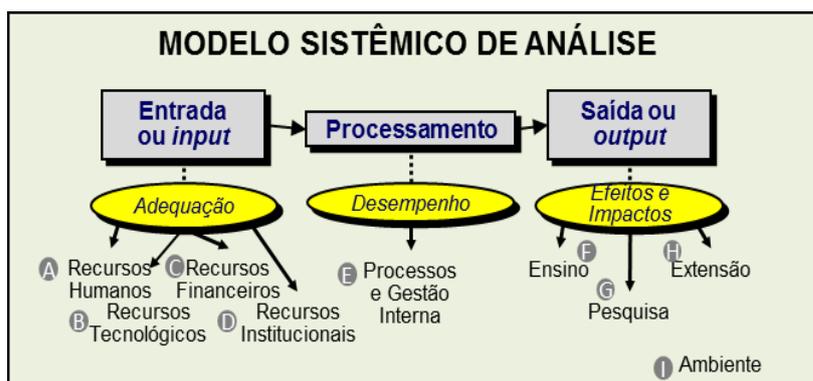
Visão de Futuro: Estar entre as melhores universidades do Brasil, inserida internacionalmente, com excelência em gestão de processos que fortaleça o ensino, pesquisa e extensão.

A análise do ambiente interno e externo, e a construção da Matriz SWOT estão fundamentadas: (a) por um lado, no estudo das tendências do ambiente de atuação das IFES, em particular, no contexto educacional específico da região Centro-Oeste e do Distrito Federal; (b) por outro lado, no diagnóstico organizacional da UnB, de acordo com sua condição de operação, abrangendo aspectos processuais e funcionais da sua atuação.

O resultado final dessas reflexões foi a escolha dos parâmetros ambientais mais significativos, a caracterização de importantes traços organizacionais, identificados em seu âmbito de atuação. A escolha consensual desses fatores e o cruzamento de cada um deles com os demais resultaram na aferição do potencial ofensivo e defensivo da UnB, assim como de suas vulnerabilidade e debilidade, conforme demonstra a [Matriz SWOT](#).

A expectativa dos participantes manteve-se focada na importância da convergência de esforços e ideias, necessária para a proposta de um conjunto de Objetivos e Estratégias a serem implementados, coordenados e acompanhados pela Reitoria. A organização dos Objetivos e Estratégias da UnB seguiu um modelo sistêmico, demonstrado na figura 5.1. Os objetivos e estratégias definidos para a Universidade encontram-se no quadro 5.1.

Figura 5.1- Modelo sistêmico de análise



Fonte: Planejamento Estratégico UnB 2014-2017

Quadro 5.1- Objetivos e Estratégias

Gestão Acadêmica (Ensino, Pesquisa e Extensão)	
OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS
Formar com excelência	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Instituir política de acolhimento dos discentes ; ▶ estimular e promover o desenvolvimento profissional docente; ▶ investir em tecnologias de ensino e aprendizagem inovadoras; ▶ possibilitar a oferta de disciplinas em fluxo contínuo; ▶ diversificar a certificação e proficiência em disciplinas; ▶ promover a convergência do ensino presencial e a distância; ▶ estimular e fomentar a inserção de discentes em grupos de pesquisa; ▶ estimular e fomentar o ensino-aprendizagem em contexto social que integre pesquisa e extensão.
Melhorar o desempenho institucional nas avaliações externas, nacionais e internacionais, de cursos de graduação e programas de pós-graduação	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Diagnosticar a situação atual dos cursos de graduação e programas de pós-graduação; ▶ conscientizar docentes e discentes da importância dos sistemas externos de avaliação; ▶ melhorar métodos, técnicas e sistemas de coleta e análise de dados; ▶ aprimorar a comunicação e divulgação dos resultados de avaliação; ▶ reduzir a quantidade de programas de pós-graduação com conceito 3; ▶ aumentar a quantidade de programas de pós-graduação com conceitos 6 e 7.
Consolidar os princípios éticos e humanistas na formação acadêmica	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Desenvolver programas e projetos para integração social e acadêmica; ▶ articular a prática da formação em contexto social e comunitário; ▶ estimular ações de formação que promovam a valorização e o respeito à diversidade; ▶ estimular ações de formação que desenvolvam a consciência e o comportamento ecológicos.
Ampliar o processo de internacionalização	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Fortalecer a formação e a certificação em línguas estrangeiras; ▶ favorecer e ampliar o processo de mobilidade local, nacional e internacional; ▶ estimular os convênios internacionais de cooperação técnico-científica; ▶ ampliar a divulgação institucional em língua estrangeira; ▶ ampliar as ações de internacionalização nos campi; ▶ incentivar a oferta de disciplinas de graduação e pós-graduação em língua estrangeira; ▶ criar laboratórios de ensino de línguas em todos os campi.
Gestão de Pessoas (Recursos Humanos)	
OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS
Capacitar e desenvolver servidores em gestão universitária	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Elaborar Plano de Desenvolvimento Profissional Individual alinhado às áreas de gestão universitária; ▶ promover ações que possibilitem o desenvolvimento profissional dos servidores; ▶ implantar a Escola de Gestão Universitária; ▶ estimular o desenvolvimento de competências necessárias ao ingresso de servidores técnico-administrativos no mestrado e doutorado.



Valorizar o desempenho profissional	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Desenvolver e manter banco de talentos; ▶ oportunizar a participação dos servidores técnico-administrativos em congressos e eventos nas áreas que compõem a gestão universitária; ▶ reconhecer publicamente os servidores que contribuem para o aprimoramento da gestão universitária, atribuindo honrarias e prêmios.
Dimensionar o quadro de pessoal de acordo com as demandas institucionais	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Atualizar periodicamente o quadro da força de trabalho nas unidades acadêmicas e administrativas; ▶ analisar a demanda de servidores de acordo com a natureza, a complexidade e o volume das atividades desenvolvidas; ▶ aerenciar os cadastros de reservas com base no estudo dos indicadores de rotatividade; ▶ identificar demandas de docentes para assegurar o ensino de graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão; ▶ planejar a abertura de processos seletivos simplificados para contratação de professores substitutos/visitantes, com base nas demandas das unidades acadêmicas, alinhadas à divulgação da lista de oferta de disciplinas.
Implantar políticas de retenção de talentos	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Propor realocação de servidores técnico-administrativos intra ou entre unidades acadêmicas e administrativas, de modo a alinhar demandas institucionais, perfis profissionais e cargos; ▶ incentivar e oportunizar processos seletivos para cargos de direção e funções gratificadas; ▶ promover e disseminar as ações de melhoria da saúde e qualidade de vida dos servidores; ▶ estudar o organograma da UnB com vistas a otimizar a distribuição de cargos de direção e funções gratificadas, de acordo com a estrutura formal e a prévia disponibilidade de funções; ▶ solicitar Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal (GSISTE) à Secretaria de Gestão Pública – SEGEP/MP, a ser disponibilizada por meio de processo seletivo; ▶ negociar com o Ministério do Planejamento e MEC a revisão de estrutura remuneratória de técnico-administrativos; ▶ incentivar o uso e disponibilizar o banco de talentos para a Universidade.
Recursos Financeiros	
OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS
Melhorar o desempenho acadêmico no ranking da Matriz Andifes que distribui recursos para as IFES	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Incrementar o desempenho acadêmico destacando as variáveis da Matriz Andifes; ▶ propor estudos e pesquisas para fortalecer e acompanhar os indicadores das variáveis da Matriz Andifes.
Reformular a regulamentação de captação (e retenção) de recursos financeiros	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Constituir diretoria de recursos a receber; ▶ estabelecer normas, regulamentações da retenção de recursos na UnB; ▶ aperfeiçoar alternativas de parceria, apoio técnico e de infraestrutura aos executores; ▶ adequar a captação de recursos às metas estratégicas da Universidade; ▶ criar sistema de controle das informações referentes aos projetos de captação de recursos.
Reformular a política de regulamentação de ocupação dos imóveis da FUB	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Melhorar a gestão imobiliária (planejamento, controle, sistemas);
Promover e estimular a expansão da captação de recursos pelos diversos centros de custo da FUB	<ul style="list-style-type: none"> ▶ trabalhar marcos regulatórios internos voltados para programas de ciência e tecnologia; ▶ centralização da gestão de projetos com o aprimoramento na aplicação dos recursos; ▶ capacitação dos gestores e agentes administrativos.



Adequar um cronograma de transição para os contratos FUB/EBSERH e FUB/CEBRASPE	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Redefinir as competências das questões administrativa, acadêmica e financeira.
Promover a efetividade na execução da despesa	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Implantar a cultura de redução de custos; ▶ otimizar os fluxos dos processos administrativos e automatizando-os com definição das competências do DPO e DAF; ▶ capacitar as unidades demandantes e as equipes de licitação, compras e contratos; ▶ melhorar a fiscalização dos contratos de terceirização.
Implementar o planejamento institucional	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Implantar sistema de planejamento integrado de gestão; ▶ atualizar o organograma institucional; ▶ gerir o orçamento da LOA e orçamento programa interno integrado ao planejamento institucional.
Gestão Interna (Processos e Modelo de Gestão)	
OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS
Atualizar o planejamento estratégico	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Elaboração do planejamento estratégico; ▶ aprovar o planejamento; ▶ disseminar o planejamento estratégico a todas as unidades da UnB.
Atualizar o P.D.I.	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Rever os critérios; ▶ avaliar a ferramenta de apoio computacional.
Implantar a gestão por processos	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Definir o modelo de governança de processos; ▶ elaborar programa de capacitação em gestão por processos para gestores e executores; ▶ estabelecimento de metodologia e padrões para mapeamento e modelagem dos processos; ▶ disseminar a cultura da visão por processos; ▶ estabelecer mecanismos de publicação de processos (Portal dos Processos); ▶ estabelecer alinhamento entre T.I. e negócios; ▶ políticas, metodologia e padrões para desenvolvimento de soluções de TI.
Recursos Tecnológicos	
OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS
Aprimoramento da comunicação institucional (interna e externa)	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Estabelecer política de comunicação e informação integradas (ex; SECOM + UnB/TV + rádio); ▶ mapear e aprimorar as redes de comunicação; ▶ desenvolver sistemas que apoiem a comunicação (ou aquisição); ▶ fortalecer as mídias da UnB: produção de conteúdos, organização, publicação e uso – repositórios de áudio, vídeo e textos; ▶ implementar a UnBTV em sinal aberto e rádio UnB; ▶ implementar o arquivo de memória institucional; ▶ implementar uma intranet na UnB; ▶ aprimorar a rede de telefonia; ▶ padronizar o uso da identidade visual e marca UnB em todos os sítios e documentos institucionais; ▶ universalizar o acesso à rede sem fio; ▶ desenvolver a literacia/letramento digital – alfabetização informacional na comunidade (uso de fontes de informação, citação, combate ao plágio, etc).
Estabelecer governança em TI – Planejar e organizar	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Desenvolver o PDTI da UnB; ▶ implantar escritório de projetos; ▶ integrar sistemas por áreas: ensino, pesquisa, extensão, administração, a fim de oferecer informações integradas; ▶ fortalecimento da estrutura organizacional do CPD e demais órgãos de TI: (quadro de servidores), políticas, visão empreendedora, investimentos equilibrados, funções, visão de projetos, capacitação, tornar unidade gestora e captadora de recursos; ▶ institucionalizar a ligação entre o CPD e os Decanatos, incluindo fornecimento de informação gerencial com qualidade.



Governança em TI: Aprimorar aquisições e implementação de sistemas de informação e comunicação	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Política de padronização de aquisições do CPD; ▶ licenciar extratores de dados/informação sobre produção intelectual da UnB; ▶ implementar a automação do processo de compras; ▶ implementar a automação da gestão do patrimônio imobiliário; ▶ internalizar os ambientes Moodle (Aprender e UAB).
Governança em TI: Aprimorar entrega e suporte de serviços de TI	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Catalogação dos serviços de TI prestados pelas várias unidades da UnB; ▶ implementar a gestão de acordos de níveis de serviço de TI nas unidades administrativas; ▶ implementar a gestão de incidentes; ▶ implementar a gestão de capacidades; ▶ implementar a gestão de continuidade de serviços; ▶ implementar a gestão de mudanças de TI – comissão técnica.
Aprimorar recursos humanos em TI	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Fortalecimento da escola de informática em sintonia com a PROCAP; ▶ desenvolver cultura de pesquisa na área técnica administrativa na UnB, incluindo o CPD; ▶ fomentar oferta de pós-graduação na área de TI.
Recursos Institucionais (Infraestrutura)	
OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS
Melhorar e adequar a infraestrutura física às atividades de ensino, pesquisa e extensão	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Mapear a utilização dos espaços físicos a curto prazo; ▶ definir normas de utilização, monitoramento e controle de forma contínua / a curto prazo.
Estabelecer uma política voltada à manutenção da infraestrutura física	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Aprimorar a contratação de serviços de manutenção da infraestrutura física; ▶ estabelecer normas de fiscalização e controle dos serviços executados de forma contínua; ▶ padronizar o parque de infraestrutura física.
Elaborar plano de gestão de obras	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Elaborar e executar o plano anual de obras; ▶ garantir a eficácia na elaboração de projetos de obras.
Elaborar política de gestão do patrimônio imobiliário da FUB	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Elaborar um modelo de gestão do patrimônio imobiliário; ▶ implantar o modelo de gestão do patrimônio imobiliário; ▶ realizar monitoramento e avaliação do modelo de gestão do patrimônio.
Implantar um sistema integrado de gestão de infraestrutura física	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Mapear setores e demandas relacionadas à infraestrutura física; ▶ definir fluxos e processos visando à convergência dos setores e demandas; ▶ implantar o plano de gestão de infraestrutura, conforme aprovação do Comitê de TI.

Fonte: Planejamento Estratégico UnB 2014-2017

Posteriormente à elaboração do Planejamento Estratégico (Missão, Visão de Futuro, Objetivos e Estratégias), iniciou-se a segunda fase com o Planejamento Tático². Em termos de gestão, as estratégias definidas na dimensão institucional para a UnB foram adaptadas nesta etapa à realidade institucional de cada Decanato e Prefeitura, com a concepção de Programas, Projetos e os Planos de Ação com seus respectivos responsáveis.

A terceira fase será o Planejamento Operacional prevista para março de 2015, englobando os institutos, faculdades e centros. Enfim, para atender o proposto no processo de Planejamento Estratégico, Tático e Operacional e suprir as expectativas dos gestores e da sociedade, deverá haver a definição clara dos planos de ação de cada unidade, com revisão e atualização sistemáticas.

O Quadro 5.2 demonstra a vinculação dos Objetivos Estratégicos da UnB aos principais elementos do Plano Plurianual 2012 -2015, programas e ações governamentais, monitorados pelo MEC em seu sistema de Planejamento e Acompanhamento Orçamentário SIMEC.

Quadro 5.2- Vinculação dos Objetivos Estratégicos da UnB aos Principais Elementos do Plano Plurianual 2012 - 2015

Plano Plurianual 2012 -2015		Objetivos Estratégicos da UnB
Programas	Ações Governamentais	
2032: Educação Superior - Graduação, Pós-	20GK - Fomento às ações de Ensino, Pesquisa e Extensão.	Todos os objetivos relacionados à área
	20RK - Funcionamento das Universidades Federais.	



Plano Plurianual 2012 -2015		Objetivos Estratégicos da UnB
Programas	Ações Governamentais	
Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão.	4002 - Assistência ao Estudante de Ensino Superior.	de Gestão Acadêmica
	6328 - Universidade Aberta e a Distância.	
	8282 - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.	
2030: Educação Básica	20RJ - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica.	Formar com excelência
2109: Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.	Capacitar e desenvolver servidores em gestão universitária; Valorizar o desempenho profissional.
	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes.	
	2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados.	
	2011 – Auxílio Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares.	
	2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados.	

Fonte: SIMEC, 2014.

5.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

A Fundação Universidade de Brasília - FUB não possui Programas ou Iniciativas relativas a programas temáticos no Plano Plurianual. Dessa forma, são relacionadas somente informações referentes às ações orçamentárias vinculadas a programas temáticos, de gestão, manutenção e serviços ao estado que estão sob a responsabilidade dessa Unidade Jurisdicionada.

5.2.1 Ações da FUB: Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS

As informações detalhadas sobre as ações orçamentárias constam no Anexo A deste Relatório. No quadro 5.3, estão dispostas as principais informações referentes às ações orçamentárias vinculadas à Unidade Jurisdicionada 26271- Fundação Universidade de Brasília - FUB. A FUB dispõe de 29 ações orçamentárias vinculadas aos Programas Temáticos, de Gestão e Manutenção e de operações especiais. Entretanto, as ações orçamentárias do tipo operações especiais não constam do Quadro resumo por não possuírem metas físicas relacionadas.

Quadro 5.3 – Resumo das Ações Orçamentárias vinculadas à FUB

Ações	Meta		Execução Física %	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Execução Financeira %
	Prevista	Realizada				
20RJ	15.728	12.933	82,2	4.232.304	2.006.625	47,4
20GK	1.152	955	82,9	4.709.483	2.933.682	62,3
20GK	62	23	37,1	800.000	565.353	70,7
20RK	43.436	49.553	114,1	425.383.115	387.778.723	91,2
4002	3.594	4.182	116,4	21.616.054	13.471.498	62,3
6328	7.000	4.676	66,8	480.137	277.849	57,9
8282	11	5	45,5	41.862.672	29.688.445	70,9
4572	3.100	1.721	55,5	890.279	590.974	66,4
2004¹	-	-	-	7.434.301	7.383.317	99,3
2010¹	-	-	-	668.519	668.519	100,0
2011¹	-	-	-	1.874.704	1.874.704	100,0
2012¹	-	-	-	20.681.031	20.681.031	100,0
20TP¹	-	-	-	622.295.626	622.216.098	100,0

Fonte: SIMEC/2014, SIAFI/2015

Nota: 1- Ações que não dispõem de meta física.



5.3 Desempenho operacional das IFES

Este item contém informações sobre a apuração e análise dos indicadores de desempenho nos termos da Decisão TCU nº 408/2002. Cabe explicar que a análise dos resultados dos indicadores do TCU foi realizada após a apresentação dos quadros 5.4 e 5.5.

5.3.1 Indicadores de desempenho das IFES nos Termos da Decisão n. 408/2002 – Plenário e Modificações Posteriores

Esta seção demonstra a evolução dos indicadores de gestão da UnB pelas metodologias do TCU e da UnB, caracterizando o desempenho da Instituição no desenvolvimento de sua atividade precípua. O Tribunal de Contas da União, ao proferir a Decisão n. 408/2002 – Plenário (versão atualizada em outubro/2010), determinou às IFES que incluíssem, em seus relatórios de gestão das contas anuais, uma série de nove indicadores⁵ previamente selecionados por aquele órgão de controle externo.

Em 2006, por meio da revisão dessa Decisão, foram incorporadas modificações que se resumem à subdivisão dos dados diretamente relacionados à manutenção de unidades hospitalares, dos valores que excluam as atividades dos hospitais. Assim, os componentes “Custo Corrente” e “Funcionário Equivalente” e os indicadores que os envolvem foram desdobrados em dois valores: um que inclui os dados referentes aos Hospitais Universitários/HUs e outro que exclui esses dados.

Para o cálculo dos indicadores, o TCU impõe ajustes aos dados brutos apresentados pelas instituições de ensino. O modelo parte dos seguintes dados brutos:

- a) **AG** = total de alunos efetivamente matriculados na graduação (média anual dos dois semestres);
- b) **APG** = total de alunos efetivamente matriculados na pós-graduação *stricto sensu*, incluindo alunos de mestrado e doutorado (média anual dos dois semestres);
- c) **AR** = alunos de residência médica.

A partir destes dados, calcula-se:

- a) **AGTI** = Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral. Após o ajuste, normalmente o **AGTI** resulta em um quantitativo menor que o **AG** e o **AGE**;
- b) **AGE** = Número de Alunos Equivalentes da Graduação;
- c) **APGTI** e **ARTI** = Número de Alunos em Tempo Integral de Pós-Graduação (**APGTI**) e de Residência (**ARTI**).

Para o cálculo de alunos em tempo integral, os alunos de mestrado, doutorado e residência devem ser computados com peso dois:

$$\text{APGTI} = 2 * \text{APG} \text{ e } \text{ARTI} = 2 * \text{AR}$$

Os resultados desses indicadores estão no quadro 5.4:



Quadro 5.4 - UnB: Resultados dos Indicadores Primários – Decisão TCU n.º 408/2002

Indicadores Primários	Exercícios				
	2014	2013	2012	2011	2010
1) Custo Corrente com HUB em R\$	1.274.246.569	1.389.071.097	1.025.643.770	954.861.901	900.721.516
2) Custo corrente sem HUB em R\$	1.222.151.795	1.330.869.270	865.671.461	903.046.929	862.982.746
3) Número de professores equivalentes	2.449,00	2.424,00	2.474,00	2.307,50	2.030,50
4) Número de funcionários equivalentes com HU	5.773,00	7.551,00	7.068,75	9.177,00	5.794,75
5) Número de funcionários equivalentes sem HU	5.130,50	5.724,75	5.185,25	6.440,50	4.497,00
6) Total de alunos regularmente matriculados na graduação (AG)	29.837,00	29.218,00	29.565,00	26.759,00	22.024,50
7) Total de alunos na pós-graduação <i>stricto sensu</i> , incluindo alunos de mestrado e de doutorado (APG)	7.664,00	7.345,50	6.416,00	5.822,00	4.828,50
8) Alunos de residência médica (AR)	309,00	355,00	254,00	294,00	149,00
9) Número de alunos da graduação em tempo Integral (AGTI)	22.863,96	21.059,46	21.204,11	20.748,89	20.811,25
10) Número de alunos equivalentes da graduação (AGE)	35.724,96	30.702,21	34.444,65	31.572,26	30.754,09
11) Número de alunos da pós-graduação em tempo integral (APGTI)	15.328,00	15.012,00	12.832,00	11.644,00	9.657,00
12) Número de alunos em tempo integral de residência médica (ARTI)	618,00	710,00	508,00	588,00	298,00

Fonte: CIG/DPO, 2014 e Decisão TCU n. 408/2002 – Plenário

Sobre a análise relacionada aos cálculos dos indicadores, listam-se as seguintes observações:

- a) não houve alterações na base de Cálculo dos Indicadores de Gestão de 2013 para 2014, conforme as orientações da SESu/MEC;
- b) para os alunos, conforme as orientações para o cálculo dos indicadores do TCU, foram considerados apenas os dados relativos aos cursos permanentes/presenciais, excluindo-se aqueles que visam atender a demandas específicas (autossustentáveis), como é o caso dos alunos dos cursos a distância e mestrado profissionalizante;
- c) para os dados de servidores, foram considerados 2.760 servidores de empresas terceirizadas conforme orientação constante da metodologia decisão TCU de n. 408/2002;
- d) para o ano de 2014, a maioria dos dados apresenta-se coerente aos apresentados em anos anteriores, cabendo observar que a queda no indicador de funcionários equivalentes se deu devido à dispensa de servidores terceirizados;
- e) os indicadores do TCU referentes ao ano de 2014 estão disponíveis no SIMEC, módulo Rede Federal, em observância ao Ofício Circular CGPO/DIFES/SESu/MEC n. 002 de 06.01.2015;
- f) para efeito de análise dos órgãos de fiscalização externa, apresenta-se a série histórica dos indicadores relativos aos exercícios de 2010 a 2014, conforme determinação TCU, parte B, do anexo II da Portaria n. 119 de 18.01.2012;
- g) outros tipos de residência existentes na UnB não foram considerados, pois não se enquadram no cálculo exigido pelo TCU.



5.3.2 Resultado dos indicadores de desempenho das IFES

Para efeito de análise dos órgãos de fiscalização externa, apresenta-se a série histórica dos indicadores relativos aos exercícios de 2010 a 2014, conforme determinação do Acórdão do TCU n. 1.043/2006 – Plenário.

Quadro 5.5 - UnB: Resultados dos Indicadores da Decisão TCU n.º 408/2002

Indicadores Decisão TCU 408/2002 - Plenário	EXERCÍCIOS				
	2014	2013	2012	2011	2010
1) Custo Corrente com HUB / Aluno Equivalente	24.660,79	29.921,27	34.354,29	30.243,70	29.287,86
2) Custo corrente sem HUB / Aluno Equivalente	23.652,59	28.667,57	25.591,88	28.602,54	28.060,75
3) Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	15,85	15,17	13,96	14,29	10,25
4) Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HUB	6,72	4,87	4,89	3,59	5,31
5) Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HUB	7,56	6,42	6,66	5,12	4,63
6) Funcionário Equivalente com HUB / Professor Equivalente	2,36	3,12	2,86	3,98	2,85
7) Funcionário Equivalente sem HUB/ Professor Equivalente	2,09	2,36	2,10	2,79	2,21
8) Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,77	0,64	0,72	0,77	0,94
9) Pós-Graduação (GEPG)	0,20	0,18	0,18	0,17	0,18
10) Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação	4,46	4,34	4,34	4,34	4,31
11) Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	4,46	4,64	4,52	4,5	4,53
12) Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	39,73%	47,93%	59,09%	60,67%	76,02%

Fonte: CIG/DPO, DAF e DGP.

Apresenta-se a seguir a análise da evolução dos indicadores básicos do TCU calculados para a UnB a partir da série histórica de 2010 a 2014, com comentários sobre o desempenho de cada indicador. Em relação aos aspectos mais relevantes, são reportadas as apurações de cálculo dos indicadores por meio da metodologia da UnB, conforme tabela B.6.2, adiante.

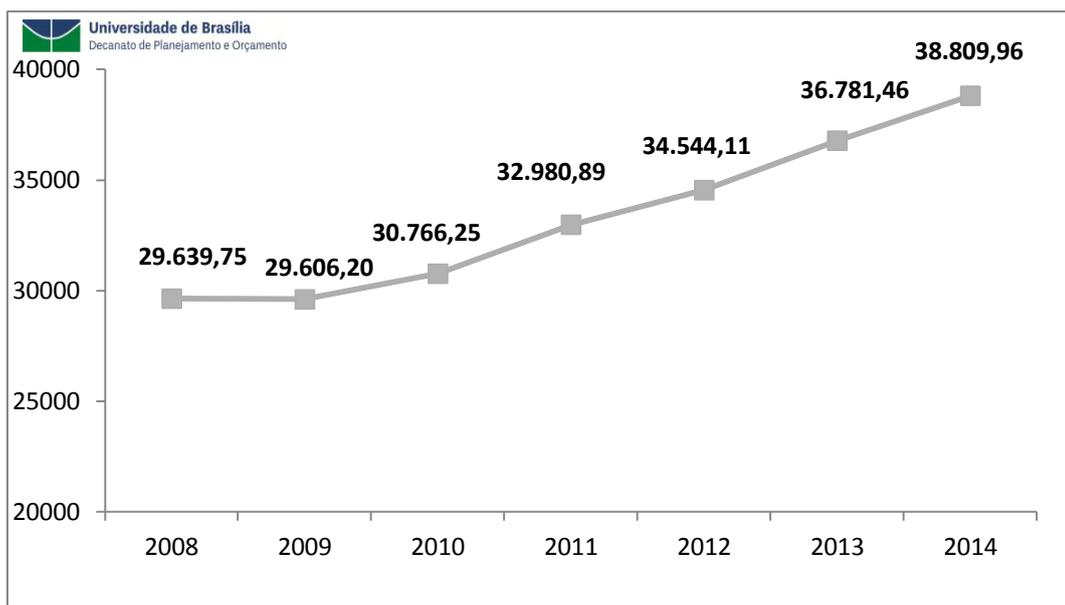
Aluno Tempo Integral/Professor Equivalente

Este indicador expressa a produtividade e a eficiência do corpo docente, a partir do número médio de alunos atendidos por professor.

A série histórica do Número de Alunos em Tempo Integral (Gráfico 5.1) indica um crescimento durante todo o período de 2009 a 2014, observando-se um aumento na variável professor equivalente, no ano de 2014 (Gráfico 5.2). Esse aumento no numerador da razão **Aluno Tempo Integral/Professor Equivalente** do ano de 2013 para 2014 (Gráfico 5.3) ocasionou o crescimento de 15,51 para 15,85 alunos por professor.

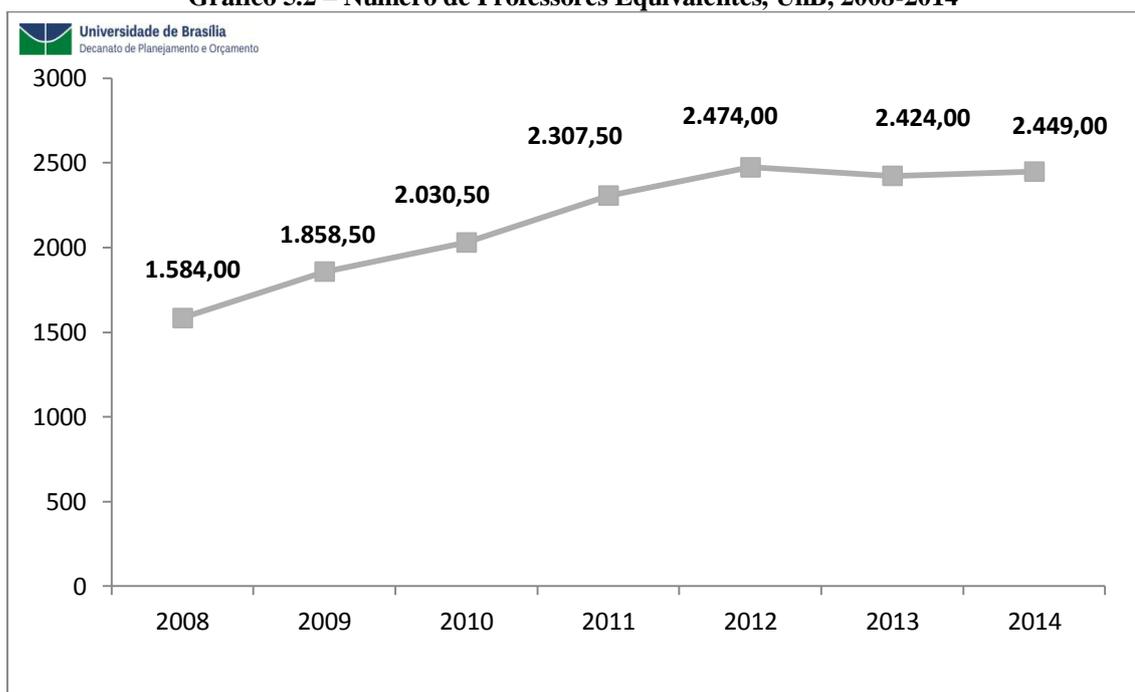


Gráfico 5.1 - Número de Alunos em Tempo Integral, UnB, 2008-2014



Fonte: CIG/DPO, 2014

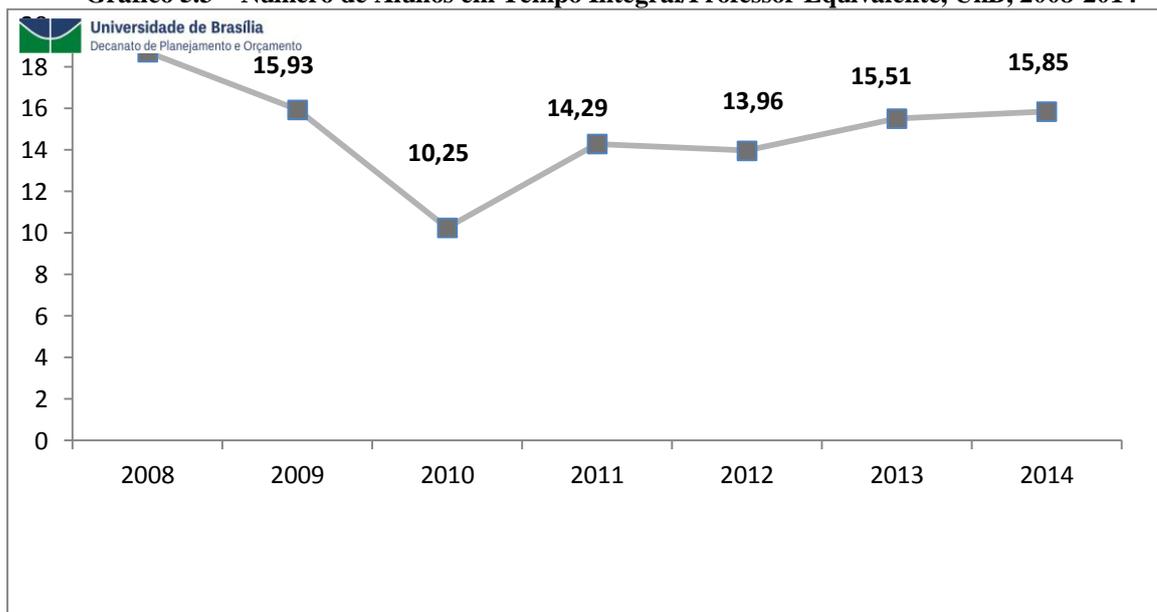
Gráfico 5.2 – Número de Professores Equivalentes, UnB, 2008-2014



Fonte: CIG/DPO, 2014



Gráfico 5.3 – Número de Alunos em Tempo Integral/Professor Equivalente, UnB, 2008-2014

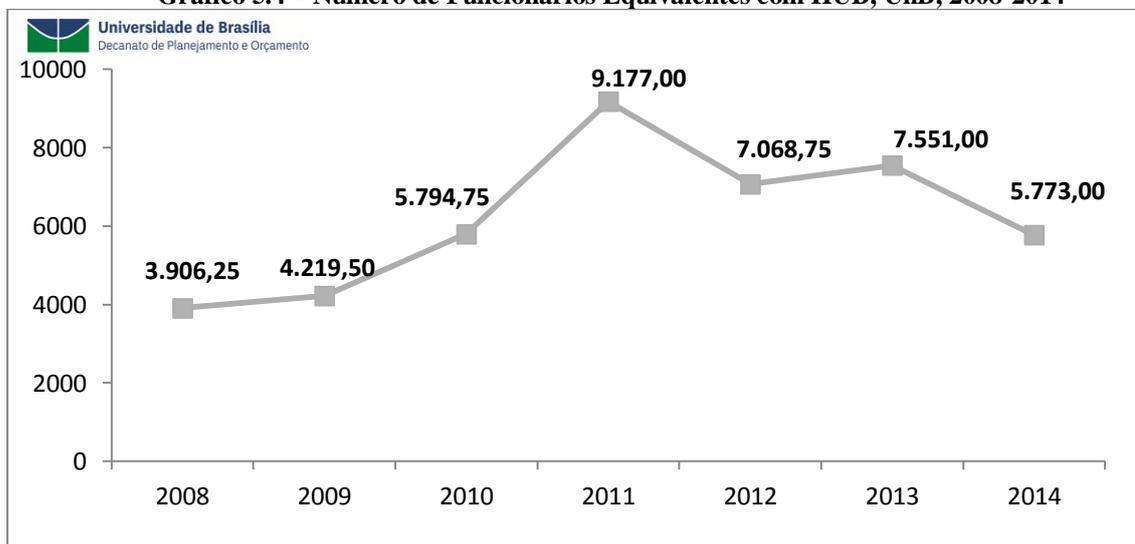


Fonte: CIG/DPO, 2014

Aluno Tempo Integral/Funcionário Equivalente com HUB

O indicador expressa a produtividade e a eficiência dos servidores do quadro permanente da Instituição, a partir do cálculo do número médio de alunos por funcionário, incluindo o Hospital Universitário da UnB (HUB). De acordo com o cálculo do indicador TCU, em 2013, havia 4,87 alunos por funcionário. Verifica-se que, em 2014, esse índice aumentou para 6,72 alunos atendidos por funcionário (Gráfico 5.5), o que se deve à redução do quadro de terceirizados da UnB. O Gráfico 5.4 demonstra a evolução do indicador Funcionário Equivalente no período de 2008 a 2014.

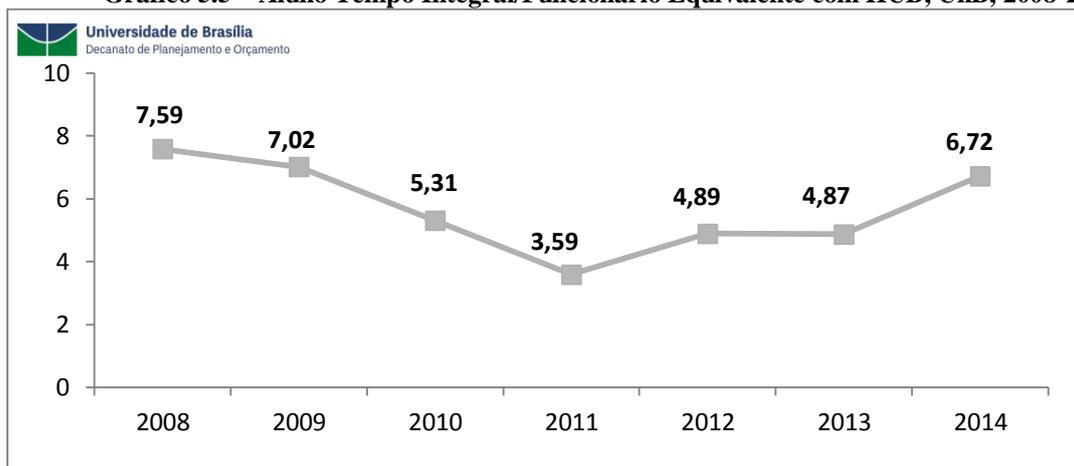
Gráfico 5.4 – Número de Funcionários Equivalentes com HUB, UnB, 2008-2014



Fonte: CIG/DPO, 2014



Gráfico 5.5 – Aluno Tempo Integral/Funcionário Equivalente com HUB, UnB, 2008-2014



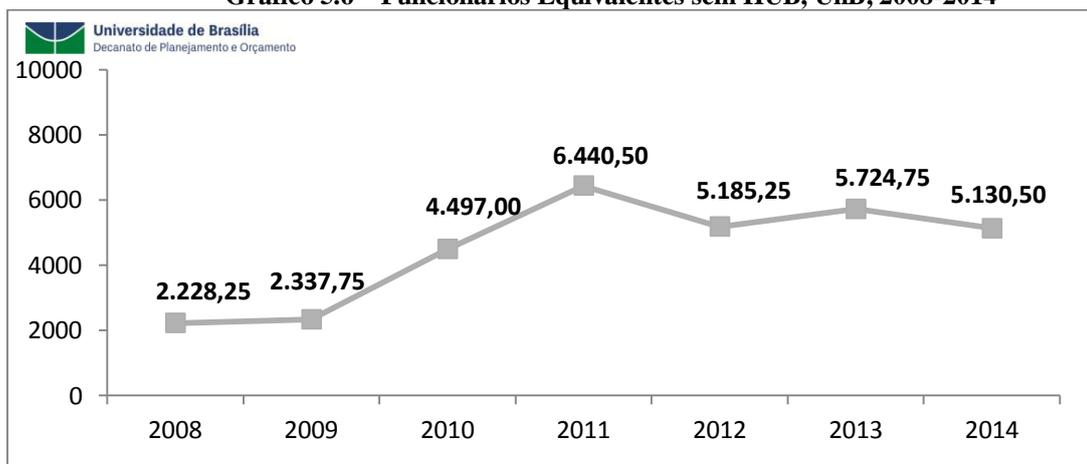
Fonte: CIG/DPO, 2014

Aluno Tempo Integral/Funcionário Equivalente sem HUB

De acordo com a determinação do TCU, apurou-se o número de alunos por funcionário excluindo os que atuam no HUB. Em 2014, o índice alcançou 7,56 alunos por funcionário.

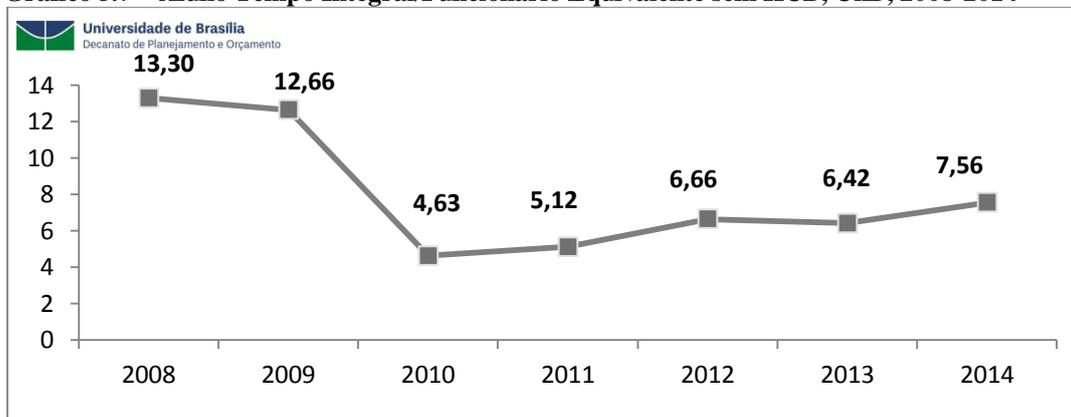
A razão Aluno Tempo Integral/Funcionário Equivalente sem HUB também apresentou aumento no último ano (Gráfico 5.7), o que se deu em função do decréscimo da variável Funcionário Equivalente sem HUB, que pode ser observado no Gráfico 5.6, a seguir:

Gráfico 5.6 – Funcionários Equivalentes sem HUB, UnB, 2008-2014



Fonte: CIG/DPO, 2014

Gráfico 5.7 – Aluno Tempo Integral/Funcionário Equivalente sem HUB, UnB, 2008-2014



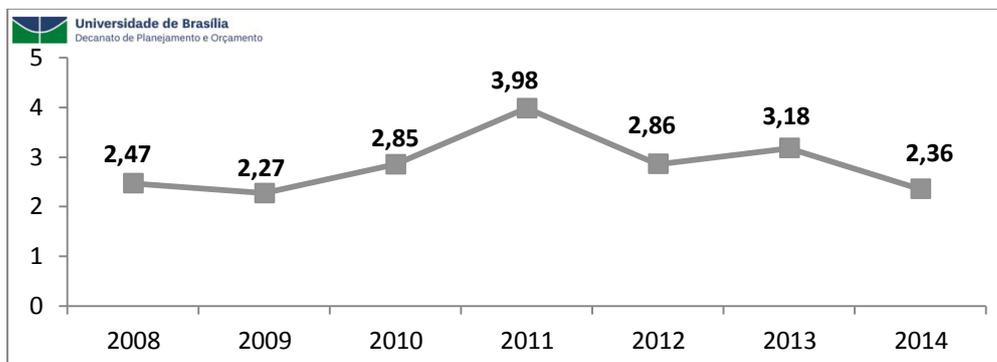
Fonte: CIG/DPO, 2014



Funcionário com HUB/Professor Equivalente

A apuração deste indicador engloba os servidores técnico-administrativos vinculados à Universidade, inclusive Hospital Universitário, e exclui os funcionários afastados para capacitação e cedidos para outros órgãos. Este indicador apresentou, em 2014, o valor de 2,36, implicando decréscimo se comparado com o resultado de 2013, 3,18 (Gráfico 5.8).

Gráfico 5.8 - Número de Funcionários Equivalentes com HUB/Número de Professores Equivalentes, UnB, 2008-2014

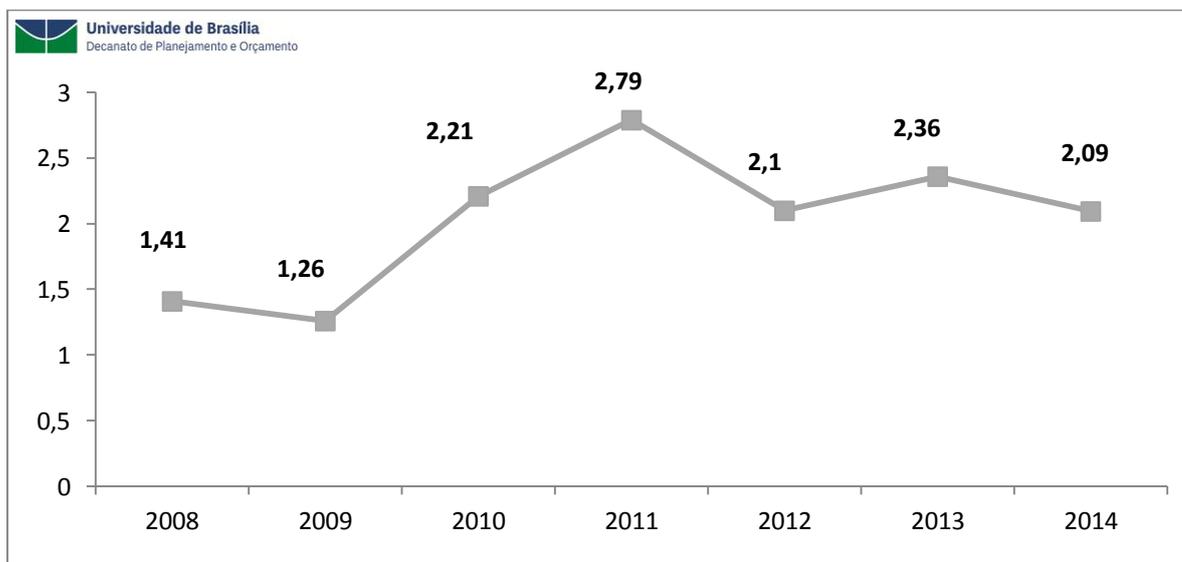


Fonte: CIG/DPO, 2014

Funcionário Equivalente sem HUB/Professor Equivalente

Este indicador engloba os servidores técnico-administrativos vinculados à Universidade, excluindo aqueles que operam no Hospital Universitário e os funcionários afastados para capacitação ou cedidos para outros órgãos. De acordo com a metodologia do TCU, esse indicador alcançou índice de 2,09 no ano de 2014, apresentando um decréscimo em relação a 2013, quando era 2,36 (Gráfico 5.9). Essa queda se deve à redução na quantidade de funcionários equivalentes demonstrada no Gráfico 5.6.

Gráfico 5.9 – Número de Funcionários Equivalentes sem HUB/Número de Professores Equivalentes, UnB, 2008-2014



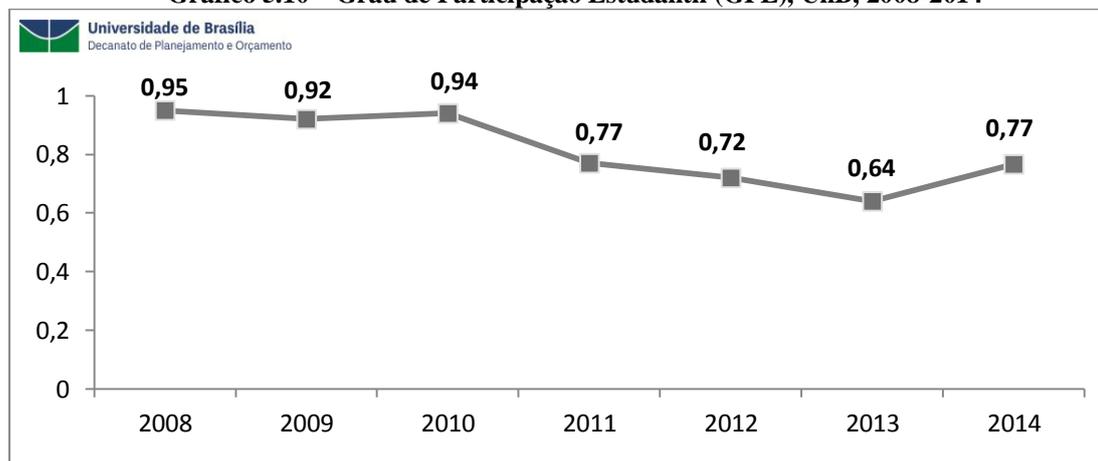
Fonte: CIG/DPO, 2014



Grau de Participação Estudantil (GPE)

O GPE expressa o grau de utilização, pelo corpo discente, da capacidade instalada da UnB e a velocidade de integralização curricular. É obtido por meio da razão entre o número de alunos em tempo integral (ATI) e o número total de alunos matriculados nos cursos de graduação (AG). Pela metodologia do TCU, o melhor desempenho nos últimos anos ocorreu no ano de 2008, com o índice de 95% (Gráfico 5.10). Em 2014, o GPE foi de 77%, o que representa um crescimento de 13% em relação a 2013, devido ao aumento no numerador da razão.

Gráfico 5.10 – Grau de Participação Estudantil (GPE), UnB, 2008-2014

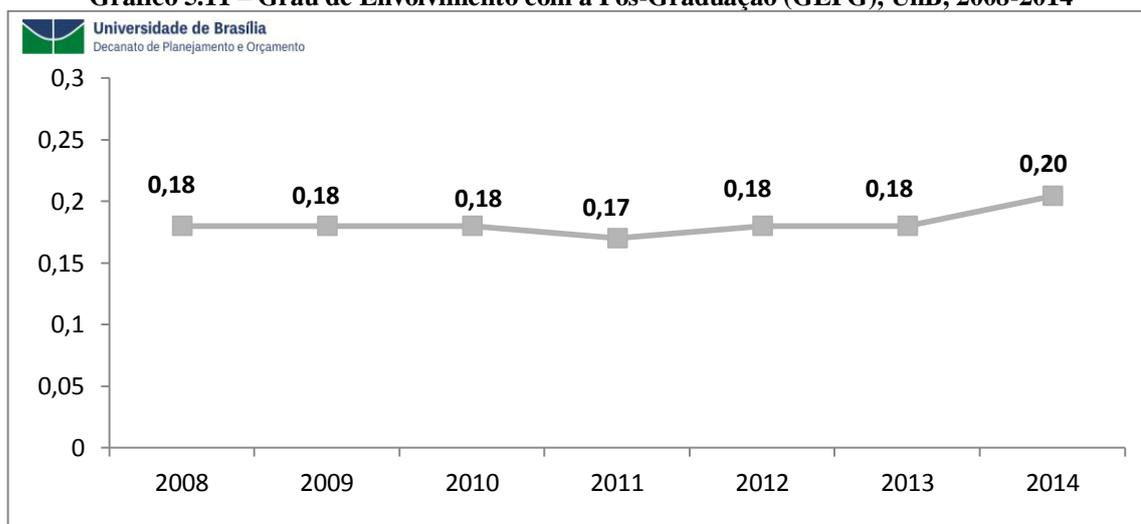


Fonte: CIG/DPO, 2014

Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (GEPG)

Segundo afirma o próprio TCU, a inclusão deste índice “deveu-se à assertiva, aceita pelos analistas, de que envolvimento mais profundos com pós-graduação significam, geralmente, atividades de pesquisa mais intensa”. Intrinsecamente, esse indicador privilegia as IFES que se dedicam mais às atividades de pesquisa; e isso é o que diferencia substantivamente a Universidade de uma escola de 3º grau ou de outra instituição que mantenha, como principal objetivo, o ensino na graduação (VELLOSO, 1991, *apud* TCU). O GEPG, de 2009 a 2010, manteve o índice de 0,18, diminuindo, em 2011, para 0,17 e chegando, em 2014, a 0,20.

Gráfico 5.11 – Grau de Envolvimento com a Pós-Graduação (GEPG), UnB, 2008-2014



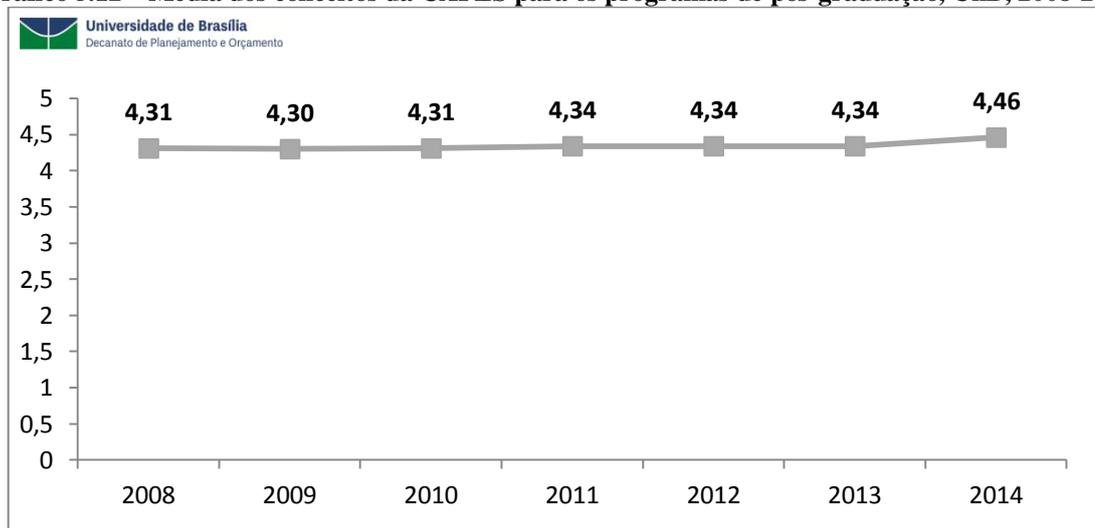
Fonte: CIG/DPO, 2014



Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação

O indicador reflete a qualidade dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) segundo avaliação da CAPES. É obtido pela divisão entre o somatório dos conceitos dos diversos programas e a quantidade de programas de pós-graduação. No período destacado no Gráfico 5.12, percebe-se que esse indicador ficou estável de 2011 a 2013 (4,34), aumentando, em 2014, para 4,46. Esse aumento se deve à melhoria na avaliação dos programas, incluindo programas como nota máxima.

Gráfico 5.12 – Média dos conceitos da CAPES para os programas de pós-graduação, UnB, 2008-2014

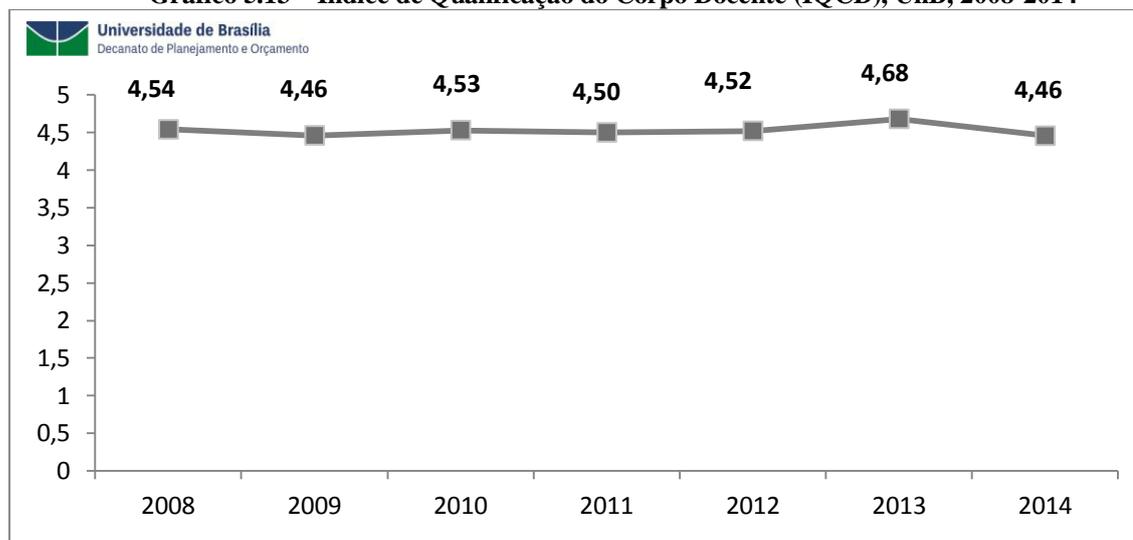


Fonte: CIG/DPO, 2014

Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)

O indicador mensura a qualidade do corpo docente, cujo valor máximo é 5, denotando o caso de uma IFE, na qual todos os docentes são doutores. Atualmente o IQCD da UnB é 4,46. Do total de docentes da UnB, considerando os que são do quadro, mais os substitutos e visitantes, 78% possuem o doutorado. Considerando apenas os docentes do quadro efetivo, 88% são doutores. A redução no indicador deveu-se ao aumento de professores visitantes e substitutos em 2014, que somaram 831, 29% do total de docentes. Desses, 55% eram doutores.

Gráfico 5.13 – Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD), UnB, 2008-2014



Fonte: CIG/DPO, 2014



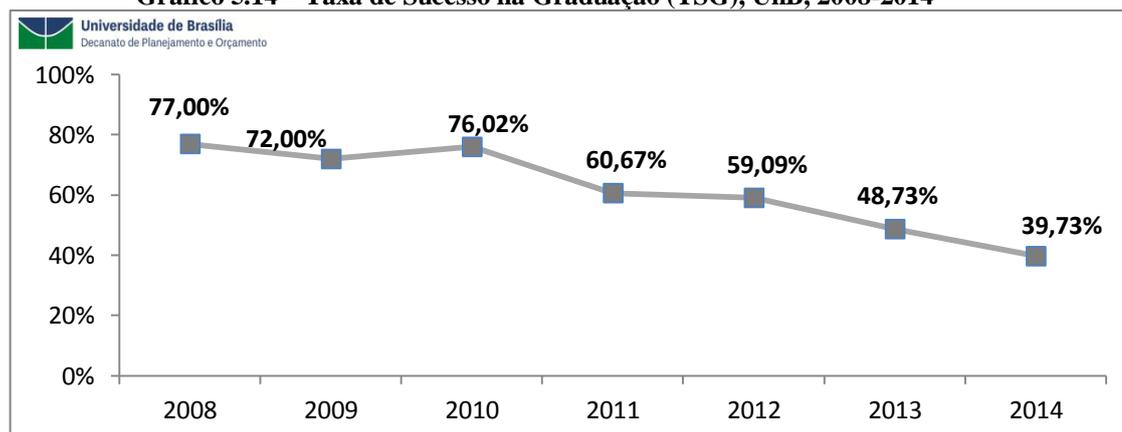
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)

Este último indicador é obtido pela razão entre o número de diplomados e o número de ingressantes, ajustados pelo ano em que os alunos ingressaram na UnB e por um tempo de permanência fixado pela SESu/MEC para cada curso. O indicador procura “dar uma medida do grau de evasão dos alunos que ingressam na Universidade”.

Desde 2010, esse indicador vem apresentando queda. Em 2014, a queda foi de 9% se comparado com o ano de 2013 (Gráfico 5.14). Isso se deve, provavelmente, ao aumento na quantidade de ingressantes devido ao REUNI, que não teve crescimento correspondente na quantidade de concluintes no tempo previsto, considerando a duração padrão dos cursos definida pela SESu.

Deve-se ponderar, no entanto, que a Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) indica o percentual de alunos que se formaram no prazo do curso, conforme definido pela SESu, o que não inclui os que irão se formar em prazos maiores. Assim, esse indicador expressa não apenas a evasão, mas também e, sobretudo, a retenção, pois parte dos alunos que não se formaram no prazo mínimo também irão concluir seus cursos posteriormente. Além disso, a duração do curso definida pela SESu não diferencia cursos noturnos, normalmente com duração maior. No caso da UnB, 13 cursos possuem duração maior do que a prevista, dos quais oito são noturnos. Outro fator a ser levado em consideração é o programa Ciências sem Fronteiras, no qual os alunos, por ficarem dois ou mais semestres em intercâmbio, se formam em prazos superiores que a duração pré-estabelecida.

Gráfico 5.14 – Taxa de Sucesso na Graduação (TSG), UnB, 2008-2014



Fonte: CIG/DPO, 2014

A seguir, comparam-se indicadores similares obtidos segundo as metodologias do TCU e da UnB. Os insumos para o cálculo dos indicadores podem ser observados no quadro 5.6. Já a comparação entre TCU e UnB encontra-se no quadro 5.7

Quadro 5.6 - UnB: Insumos dos Indicadores de Gestão segundo a Metodologia do TCU – 2013 e 2014

2014				2013			
AG	29.837,00	AGTI	22.863,96	AG	32.765,00	AGTI	21.059,46
A _{PG}	7.664,00	APGTI	15.328,00	A _{PG}	7.345,50	APGTI	15.012,00
A _R	309,00	ARTI	618,00	A _R	355,00	ARTI	710,00
Total	39.824,00	Total	40.823,96	Total	40.465,50	Total	36.781,46
AGE	35.724,96			AGE	30.702,21		
Docente (Quadro)	2.822,00	Docente sem Subst.	1.991,00	Docente (Quadro)	2.376,00	Docente sem Subst.	2.335,00
Funcionário com HU	2.736,00	Com HU e sem Prestadores	2.382,00	Func. com HUB	7.678,00	Com HUB e sem Prestadores	2.950,00
Funcionário sem HU	2.142,00	Sem HU e sem Prestadores	1.788,00	Func. sem HUB	5.791,00	Sem HUB e sem Prestadores	2.388,75

Fonte: DPO 2014



Quadro 5.7 - Indicadores de Gestão (Metodologias TCU e UnB) – 2013 e 2014

Indicador		2014			2013		
Item	Forma de cálculo	TCU ¹	UnB ²		TCU ¹	UnB ²	
Aluno Tempo Integral/Professor	ATI/Prof.	15,85	19,87 ¹	23,44 ²	15,17	15,75 ¹	20,77 ²
Aluno Tempo Integral/Funcionário com HU	ATI/Func. com HU	6,72	14,58 ³	17,20 ⁴	4,87	12,47 ³	16,44 ⁴
Aluno Tempo Integral/Funcionário sem HU	ATI/Func. sem HU	7,56	18,31 ³	21,60 ⁴	6,42	15,40 ³	20,30 ⁴
Funcionário com HU/Professor	Func. com HU/Prof.	2,36	1,36 ⁵	1,09 ⁶	3,12	1,26 ⁵	1,22 ⁶
Funcionário sem HU/Professor	Func. sem HU/Prof.	2,09	1,09 ⁵	0,87 ⁶	2,36	1,02 ⁵	0,99 ⁶
Grau de Participação Estudantil (AGTI/AG)	GPE	76,63 %	-		64,27%	-	
Grau de Envolvimento com Pós-Graduação (APG/AG+APG)	GEPG	20,44 %	-		18,31%	-	
Conceito CAPES	Conceitos	4,46	-		4,34	-	
Índice de Qualificação do Corpo Docente	IQCD	4,46	-		4,64	-	
Taxa de Sucesso na Graduação ⁷	TSG	39,73 %	-		48,73%	-	

Fonte: DPO 2014

Notas:

- 1 – Considerando Professor Equivalente sem o substitutos e visitantes.
- 2 – Considerando (AG + APGTI + ARTI)/Professor Equivalente sem o substituto/visitante.
- 3 – Funcionários equivalentes sem os Prestadores de serviço.
- 4 – Considerando (AG + APTI + ARTI)/Técnico sem os Prestadores de serviço.
- 5 – Funcionários equivalente sem os Prestadores de serviço/Docentes equivalente sem os Substitutos/Visitantes.
- 6 – Funcionários equivalentes sem os Prestadores de serviço/Docentes equivalente.
- 7 – O indicador TSG, calculado a partir do modelo UnB, difere do calculado pelo modelo TCU no que tange à variável ingressantes, uma vez que esse considera todos os ingressantes no período, enquanto aquele faz uso dos ingressantes oriundos apenas pelas formas Vestibular e PAS.

As diferenças observadas se devem ao fato de a UnB considerar, no caso dos alunos, não apenas os de tempo integral, como faz o TCU, mas a totalidade dos graduandos. Entre os docentes, a metodologia da UnB não inclui substitutos e visitantes e nem os técnico-administrativos terceirizados e prestadores de serviço, ao contrário do TCU. Assim, alteram-se as relações entre alunos e professores e entre alunos e funcionários, como se viu nos quadros anteriores.

Comparando 2013 com 2014, observa-se que o indicador da UnB sobre a quantidade de alunos por professor subiu de 20,8 para 23,4; e a diferença em relação ao indicador do TCU também ficou maior. Isso pode ser atribuído ao peso dos professores substitutos e visitantes, que aumentou em 2014 relativamente ao quadro de docentes efetivos. Ao desconsiderar uma quantidade relativamente maior de docentes, o indicador da UnB aponta para uma quantidade significativamente mais alta de alunos por professor.

Já a diferença na relação entre alunos e técnico-administrativos, que já era alta, ficou ainda maior com a redução do corpo de terceirizados e prestadores de serviços. A UnB realizou concursos públicos para provimento de cargos efetivos, destacando o ano de 2014 na contratação de novos servidores. Esse movimento de recomposição dos quadros efetivos, no entanto, provavelmente não surte efeitos mais evidentes devido aos constantes desligamentos de técnicos, incluindo os novos funcionários. Trata-se de um indicativo do fenômeno da rotatividade no corpo técnico-administrativo da UnB.

Por fim, a relação entre técnicos por professor, que resulta menor a partir dos indicadores da UnB pelos mesmos motivos (não considerar docentes substitutos e visitantes e nem técnicos terceirizados), apresenta tendência de queda nas duas metodologias. Isso denota um movimento distinto da recomposição dos quadros técnicos em relação ao corpo docente. O REUNI promoveu aumento na contratação de docentes, para atender aos novos cursos, mas o corpo técnico não tem acompanhado esse crescimento.



5.4 Informações sobre outros resultados da gestão

Este item aborda resultados da FUB não contemplados nos demais tópicos do Relatório. As informações apresentadas possuem enfoque na área acadêmica, englobando a graduação e a pós-graduação.

O quadro 5.8 demonstra a evolução da quantidade de alunos diplomados na graduação, no mestrado e no doutorado, no período de 2010 a 2014.

Quadro 5.8 – Evolução de alunos formados na UnB

Diplomados	Exercícios				
	2014 ¹	2013	2012	2011	2010
Graduação	3.910	3.613	3.316	3.363	4.202
Mestrado	1.228	1.063	1.212	859	874
Doutorado	411	383	417	268	258
Total	5.549	5.059	4.945	4.490	5.334

Nota: 1 – Os dados de 2014 são preliminares

Fonte: CIG/DPO

O quadro 5.9 mostra alguns dados referentes à pós-graduação da universidade em 2014, como produções acadêmicas (teses e dissertações), matrículas efetivadas, entre outros, divididos por semestre. Cabe ressaltar que em 2013 houve 4.319 publicações em periódicos, jornais e revistas.

Quadro 5.9 – Resultados da pós-graduação

Alunos					
	Teses Aprovadas	Dissertações aprovadas	Desligados	Trancamento geral	Aluno especial
2014/1	196	635	180	55	2.058
2014/2	102	396	222	82	2.050
Total	298	1.031	402	137	4.108
Disciplinas					
	Disciplinas oferecidas	Matriculas	Trancamentos	Aprovações	Reprovações
2014/1	1.934	10.432	55	8.806	286
2014/2	1.939	9.504	57	6.852	287
Total	3.873	19.936	112	15.658	573

Fonte: DPP

5.5 Relação de projetos desenvolvidos pelas Fundações de Apoio

A presente seção busca demonstrar a relação de projetos desenvolvidos pelas fundações em apoio às Instituições Federais de Ensino Superior, conforme os ditames da Lei nº 8.958/94. O referido quadro é composto por dois grandes blocos. O primeiro tem por objetivo coletar informações quanto ao tipo de instrumento contratual celebrado entre as IFES e a fundação de apoio. O segundo, por sua vez, tem por objetivo apurar os recursos pertencentes às IFES e envolvidos com os projetos geridos pelas fundações. No exercício de 2014, a FINATEC não teve movimentação no valor de seus recursos financeiros e materiais, bem como os convênios firmados. Os valores estão em R\$ 1,00.



Quadro 5.10 - Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio: FINATEC

Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (FINATEC)							
Projeto		Instrumento Contratual					
		Contrato					
Nº	Tipo	Nº	Objeto	Vigência		Valor (R\$)	
				Início	Fim	Bruto	Repassado
1	2	8825	Formação de parceria entre a FUB e a FINATEC, com vistas ao desenvolvimento do Projeto "Brazilian Bureau to Enhance the Bilateral Cooperation Between Brazil and Europe - B.Bice+".	20/02/2013	02/01/2016	-	-
2	2	8289	Viabilizar o acesso a conteúdos musicais em escolas da educação básica, utilizando recursos presenciais e à distância na formação de professores e alunos do ensino básico.	22/12/11	31/12/14	353.831	-
3	2	8703	Desenvolver experiências inovadoras de ensino, pesquisa e extensão no âmbito da educação do campo e de conceber e executar projetos de apoio à promoção do desenvolvimento rural.	31/12/12	12/09/2014	1.044.408	-
4	1	9039	Formar especialistas em saúde da família, em larga escala, em apoio ao processo de estruturação e organização da atenção básica, ampliando a efetividade clínica e a eficiência na gestão do cuidado à saúde, na perspectiva da consolidação do Sistema Único de Saúde.	06/11/13	10/09/2015	1.746.000	-
5	2	9093	Investigar a distribuição espacial dos indicadores epidemiológicos das doenças transmissíveis no Brasil, e em seus municípios, no período 2000-2010. Analisar a associação entre a ocorrência de doenças transmissíveis e indicadores socioeconômicos no Brasil, em nível ecológico, nos anos de 2000 e 2010.	13/12/13	09/05/2015	585.310	585.310
6	2	9092	Formar gestores municipais e estaduais, capazes de gerir bens e serviços culturais por intermédio de políticas locais coadunadas com o Sistema Nacional de Cultura.	18/12/13	30/05/2015	1.067.900	1.067.900
7	2	9111	Apoio à execução do projeto - "Observatório de Políticas Públicas de Cidadania, Diversidade e Gestão Cultural"	27/12/2013	31/5/2015	444.553	444.553
8	2		Manter o Observatório da Rede Latino-Americana da Justiça de Transição; atuar como sede da Secretaria Executiva da Rede e organizar encontros anuais; implementar as decisões do Comitê Executivo da Rede; manter o Observatório e providenciar a eleição da próxima sede e para continuidade da Rede; estimular e fomentar processos para a ampliação e o fortalecimento da Rede.	28/4/2014	31/12/2015	290.000	145.000
9	2	9739	Desenvolver processos inovadores para formulação de políticas públicas de voluntariado em mega eventos.	30/4/2014	30/11/2014	1.158.768	1.158.768
Total						6.690.770	3.401.531

Fonte: FINATEC, 2014



Quadro 5.11 - Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio: FINATEC

Recursos Pertencentes às IFES Envolvidos nos Projetos			
Projeto			
Nº	Tipo	Humanos	Valor (R\$)
		Quantidade	
8289	2	Bolsas de estágio - Nível de Graduação.	117.720
8703	2	Bolsas de Pesquisa.	179.480
9039	1	Bolsas de estágio e iniciação científica- Nível de Graduação e Pós-Graduação - previstas para 2014.	546.355
9093	2	Bolsa de Pesquisa e Bolsa Auxílio.	60.550
9092	2	Bolsa - Estudantes; Pesquisador; Pesquisador Supervisor; Pesquisador Conteudista; Pesquisador Revisor; Pesquisador Tutor.	396.492
9111	2	Bolsa de Pesquisa.	34.400
S/N	2	Bolsa de Pesquisa e Bolsa estágio.	43.020
Total			1.378.017

Fonte: FINATEC, 2014.

Quadro 5.12 – Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio: FAHUB

Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Hospital da Universidade de Brasília – FAHUB							
Projeto		Instrumento Contratual					
Nº	Tipo	Nº	Objeto	Vigência		Valor	
				Início	Fim	Bruto	Repassado
5	4	S/Nr	Protocolo IMCL CP11-0806 “ Estudo randomizado, fase III, multicêntrico, aberto de quimioterapia com Gencitabina-Cisplatina com Gencitabina-Cisplatina somente no tratamento de primeira linha de pacientes com câncer de pulmão de não-pequenas células (NSCLC) de histologia escamosa em estágio IIIB ou IV” estudo realizado no HUB	05/02/2010	04/02/2015	786	79
6	4	S/Nr	Protocolo CAMN 107B2301 “ Estudo TEAM (Eficácia do Tassigna em MELANOMA Avançado): Estudo fase III, de dois braços randomizado, aberto e multicêntrico para comparar a eficácia de Tassigna versus dacarbazina (DTIC) no tratamento de pacientes com melanoma e/ou inoperável contendo uma mutação do c-Kit” estudo realizado no HUB	06/10/2012	6/10/2017	-	-
7	4	S/Nr	Protocolo AC-052-414 / COMPASS 2 “ Estudo de efeitos da combinação de bosentana e sildenafil versus monoterapia com sildenafil sobre a morbidade e mortalidade em pacientes sintomáticos com hipertensão arterial pulmonar – Estudo multicêntrico, duplo-cego, randomizado, placebo-controlado, em grupos paralelos, prospectivo, direcionado por eventos de fase IV” estudo clínico realizado no HUB.	01/11/2007	01/11/2014	9.672	967
8	4	S/Nr	Protocolo ML21530 “ Estudo aberto, de braço único, sobre a segurança e redução de sinais e sintomas durante tratamento com Tocilizumabe em combinação com Metotrexato em pacientes com artrite 71 reumatoide ativa moderada a grave” estudo clínico realizado no HUB.	19/10/2010	19/10/2015	-	-



Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Hospital da Universidade de Brasília – FAHUB							
Projeto		Instrumento Contratual					
		Contrato					
Nº	Tipo	Nº	Objeto	Vigência		Valor	
				Início	Fim	Bruto	Repassado
9	4	S/Nr	Protocolo FILGRASTIMA “ Estudo de Fase III de Não-Inferioridade comparando duas preparações de Filgrastima na Prevenção de Neutropenia Induzida por Quimioterapia em Câncer de Mama.” Estudo Clínico realizado no HUB.	22/10/2010	21/10/2015	-	-
10	4	S/Nr	Protocolo NIMOTUZUMABE “ Estudo Clínico de fase Iib randomizado controlado aberto comparativo de quimiorradiação padrão versus quimiorradiação associado ao Nimotuzumabe como tratamento definitivo do câncer de esôfago localmente avançado”.	28/06/2010	28/06/2015	-	-
11	4	S/Nr	Protocolo OSI-906-205 “ Estudo de fase II, randomizado, duplo-cego, controlado por placebo, com OSI-906 e Erlotinibe (Tarceva) ou Erlotinibe e Placebo no tratamento de manutenção de pacientes com câncer de pulmão de não-pequenas células (NSCLC) avançado que não progrediram após quatro ciclos de quimioterapia de primeira linha baseada em platina”.	05/08/2010	05/08/2010	9.534	953
12	4	S/Nr	Protocolo 2-55-52030-730/TR321 “ Estudo clínico duplo-cego, randomizado, controlado por placebo para pesquisar a eficácia e a segurança de Somatuline Depot (lancreotida) Injeção no tratamento da Síndrome carcinóide” Estudo clinico realizado no HUB	12/07/2011	12/07/2016	762	76
13	4	S/Nr	Protocolo CL2-38093-011 “ Estudo da Eficácia e segurança de 03 doses de S 38093 (2,5 e 20 mg/dia) versus placebo em pacientes com doença de Alzheimer leve moderada o Estudo de fase iib, tem duração de 24 semanas, internacional multicêntrico, randomizado, duplo-cego, placebo-controlado, seguido por um período de extensão de 24 semanas” estudo clínico realizado no HUB.	29/08/2011	29/08/2014	49.480	4.948
14	4	S/Nr	Protocolo HQTDR1207756 Contribuir para fortalecer a adoção de boas práticas de ética e conduta ética em práticas de pesquisa e comunicação científica em instituições brasileiras e sul-americanas.	16/12/2013	26/11/2014	43.579	4.358
15	4	S/Nr	Protocolo IEP-HCOR Efeitos do Programa Alimentar Brasileiro Cardioprotetor na redução de eventos e fatores de risco na prevenção secundária para doença cardiovascular: um Ensaio Clínico Randomizado.	02/09/2013	31/12/2014	8.715	872
16	4	S/Nr	Protocolo KF6005/07 Eficácia segurança e tolerabilidade do medicamento oral cebranopadol versus sulfato de morfina de liberação prolongada em sujeitos com dor oncológica crônica moderada a grave.	22/07/2013	22/07/2016	-	-



Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Hospital da Universidade de Brasília – FAHUB							
Projeto		Instrumento Contratual					
		Contrato					
Nº	Tipo	Nº	Objeto	Vigência		Valor	
				Início	Fim	Bruto	Repassado
17	4	S/Nr	Protocolo KF6005/09 Estudo aberto multicêntrico para descrever a segurança e a tolerabilidade do medicamento oral Cebranopadol por 26 semanas em sujeitos com dor oncológica que completaram o tratamento no estudo KF6005/07.	18/06/2014	18/06/2017	-	-
18	4	S/Nr	Protocolo FILBLA1011 Avaliação da eficácia clínica e imunogenicidade da filgrastine do Laboratório Blau comparada ao medicamento granulokine do laboratório Roche na profilaxia da neutropenia decorrente ao tratamento quimioterápico em pacientes com câncer de mama.	01/12/2014	01/12/2017	-	-
19	4	S/Nr	Protocolo RACO Estudo Prospectivo, Randomizado, Multicêntrico, Aberto, de Fase III de Imunoterapia específica ativa com Racotumomabe mais o melhor tratamento de apoio versus o melhor tratamento de apoio em pacientes com câncer Pulmonar de não-Pequenas Células Avançado com inclusão inicial de 05 (cinco) pacientes.	01/01/2013	01/01/2015	1.028	103
Total						124.056	12.356

Fonte: FAHUB, 2014.

Nota: A FAHUB informou que até o presente momento não tem recursos vindo da FUB ou IFES, e que seus projetos são provenientes de Indústrias Farmacêuticas das quais são captados diretamente (In Loco). A instituição também informou que nas colunas VALOR BRUTO e REPASSE foram colocados valores recebidos somente no exercício de 2014, sendo que a coluna REPASSE são valores a título de FAI 10% a FUB. Cabe informar ainda que, por se tratar de Projetos dos quais não existe Repasse inicial e sim após Monitorias/Visitas da Contratante, sendo inviável colocar VALOR BRUTO GLOBAL e sim informar o recebido no exercício. A fundação não evidenciou o Tipo de projetos (humanos) nem mesmo o valor e sua respectiva quantidade.



Quadro 5.13 - Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio: FAP

Fundação de Apoio a Pesquisa – FAP/DF									
Projeto		Instrumento Contratual	Nº	Objeto	Vigência		Valor		
Nº	Tipo				Início	Fim	Bruto	Repasso	
-	4 e 5	Convênio	53.070	Geração de modelos prospectivos para minério de ferro na província mineral de Carajás.	05/10/11	05/03/16	872.516	2.937	
-	2 e 5	Contrato	4500075241	Projeto de P&D: "Desenvolvimento de aparelho medidor de vibrações (vibrógrafo) com software acoplado para tratamento de sinais".	06/05/11	06/11/14	690.457	39.632	
-	3	Convênio	6000.0069816.11.4	Promoção do fortalecimento e consolidação dos programas de formação nos cursos de graduação, mestrado e doutorado em temas relacionados à automação, controle e otimização de dispositivos e processos na exploração de petróleo.	21/11/2011	20/09/2015	2.738.658	487.979	
29	2,4 e 5	Convênio	-	Controle de injeção de água em reservatórios de petróleo.	1/3/12	1/9/15	735.600	159.160	
-	3	Convênio	6000.0069817.11.4	Promoção do fortalecimento e consolidação dos programas de formação nos cursos de mestrado e doutorado em temas relacionados à tecnologia de materiais metálicos e cerâmicos, mudanças climáticas, energias renováveis e desenvolvimento sustentável.	21/11/11	21/3/16	964.280	125.351	
-	2 e 5	Contrato	4500076993	Projeto de P&D intitulado "pesquisa e desenvolvimento de dispositivo de fluxo linearmente variável para aplicação em reatores e, ou transformadores".	28/5/12	28/11/15	362.801	0	
-	1 e 2	Contrato	23106009795/2013-61	Contratação da FUNAPE, com a finalidade de dar suporte para o desenvolvimento do projeto de ensino, pesquisa, extensão de interesse da FUB, intitulado "Estudos especializados e planos estratégicos" com foco na cadeia produtiva, como suporte na confecção de projeto técnico, acompanhamento à implementação e monitoramento de empreendimentos agroindustriais em assentamentos da reforma agrária localizados na região Centro_Oeste, em três estados da região Sudoeste (MG, RJ, ES) e em um estado da região Norte (RO), inclusive na gestão administrativa e financeira estritamente necessária a execução desse projeto.	15/10/13	15/4/16	22.596.468	1.328.918	
-	2 e 5	Contrato	4.500.082.729	Execução do projeto de P&D tecnológico: "ensaios e modelagem da resistência à fadiga eólica da montagem grampo de suspensão/cabo para condutores de alumínio submetidos a altos níveis de EDS".	7/5/20	7/9/20	2.150.236	1.088.943	
-	2	Convênio	272.2014	Desenvolvimento de projeto de P&D: "Desenvolvimento de metodologia para redução de custos na estimativa de vida à fadiga de cabos condutores de energia".	9/5/15	9/9/15	1.958.970	670.000	
Total							33.069.986	3.902.920	

Fonte: FAP, 2014



Quadro 5.14 - Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio: FAP

Recursos Pertencentes às IFES Envolvidos nos Projetos						
Projeto		Recursos das IFES				
Nº	Tipo	Financeiros	Materiais		Humanos	
		Valor	Tipo	Valor	Quantidade	Valor(R\$)
53.070	4 e 5	0	N/A	0	2	34.188
4500075241	2 e 5	0	N/A	0	6	46.740
6000.0069816.11.4	3	0	N/A	0	47	441.725
29	2,4 e 5	0	N/A	0	6	141.550
6000.0069817.11.4	3	0	N/A	0	9	212.287
4500076993	2 e 5	0	N/A	0	9	372.020
23106009795/2013-61	1 e 2	0	N/A	0	0	0
4.500.082.729	2 e 5	0	N/A	0	9	219.657
272. 2014	2	0	N/A	0	4	66.000
Total						1.534.167

Fonte: FAP, 2014.

No exercício de 2014, a FAP não teve movimentação no valor de seus recursos financeiros e materiais, bem como os convênios firmados. A relação de recursos humanos foi evidenciada no quadro 5.14.

5.6 Projetos e programas financiados com recursos externos

Com relação ao andamento dos projetos e programas financiados com recursos externos, ingressou na FUB no ano de 2014, por intermédio do CDT, o valor de R\$ 948.119, oriundo de parcerias com entes internacionais para custear as despesas de projetos em execução por esse Centro. Desse valor, foi identificado o abatimento de 4% de variação cambial e taxa bancária, abatendo R\$ 36.466. Excepcionalmente em 2014, devido à oscilação do dólar entre R\$ 2,40 e R\$ 2,80, a arrecadação dos projetos superou as previsões orçamentárias iniciais, diferentemente do acontecido em outros anos com a moeda em baixa.

Com a emissão de cobranças, seguindo as informações contidas nos planos de trabalhos dos projetos contratados, não houve atrasos significativos no recebimento dos recursos de entes internacionais. Foi informado, ainda pelo CDT que não houve impactos negativos sobre o fornecimento dos bens e serviços objetos dos contratos. Os projetos custeados com recursos internacionais por intermédio do CDT, no exercício de 2014, são apresentados por meio do Quadro 5.15.

Quadro 5.15 - Projetos custeados com recursos internacionais por intermédio do CDT – exercício de 2014

Número do Contrato	Empresa	Título do Projeto	Andamento
643/11477389/000103	Joint Stock Company	Projeto de implantação e manutenção de uma estação de referência de monitoramento e correção diferencial para o sistema russo de localização por satélite Glonass.	80% das atividades concluídas
131/2013	OAQ NPK SPP	Instalação, Uso e Pesquisa da Estação Óptica (EO) Equipada com Estação de Medição Unidirecional (OWS) MS GLONASS – “Sazhen-TM-OWS” no Território da República Federativa do Brasil.	80% das atividades concluídas
O número não foi informado	Motorolla Foundation	Capacitação em Comunicação Sem fio Crítica para a Motorolla Foundation ¹ .	80% das atividades concluídas

Fonte: CDT

Nota: 1- Doação da empresa americana.



6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.

Neste capítulo são demonstradas informações sobre: a execução das despesas, inclusive as de publicidade e propaganda; a movimentação e os saldos de restos a pagar; as transferências de recursos; e a utilização de suprimento de fundos. Alguns tópicos apresentam as análises críticas dos gestores responsáveis pelas informações fornecidas. Os valores estão informados em R\$ 1,00.

As unidades responsáveis pelas informações foram a DPA/DAF, a DCF/DAF e a PJU. Elas informaram que os itens sobre reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, renúncia tributária e gestão de precatórios não se aplicam à Fundação Universidade de Brasília - FUB.

6.1 Programação e Execução das despesas

Este tópico fornece informações sobre a Programação, a Movimentação e a Realização das despesas, em 2014. São apresentados demonstrativos individuais para as unidades orçamentárias FUB e HUB. Em alguns subitens, há também um demonstrativo consolidado das informações.

6.1.1 Programação das despesas

Não houve programação de despesas relacionadas às despesas correntes 2. Juros e Encargos da Dívida e às despesas de capital 5. Inversões Financeiras e 6. Amortização da Dívida e com o grupo 9. Reserva de Contingências para ambas as unidades orçamentárias.

Quadro 6.1 – Programação de Despesas - FUB

Unidade Orçamentária:			Código UO: 26271 (FUB)		UGO: 152435
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes		Grupos de Despesa Capital
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	3- Outras Despesas Correntes	4- Investimentos
DOTAÇÃO INICIAL			954.148.045	509.216.183	112.086.657
CRÉDITOS	Suplementares		135.629.115	125.828.464	803.600
	Especiais	Abertos	-	-	-
		Reabertos	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-
		Reabertos	-	-	-
Créditos Cancelados		-527.606	-15.681.945	-43.129.919	
Outras Operações			-	-	-
Dotação final 2014 (A)			1.089.249.554	619.362.702	69.760.338
Dotação final 2013(B)			953.162.709	736.257.973	139.078.043
Varição (A/B-1)*100			14,3%	-15,9%	-49,8%

Fonte: SIAFI Gerencial. Dados extraídos pela DOR/DPO em janeiro de 2015.



Quadro 6.2 – Programação de Despesas – HUB

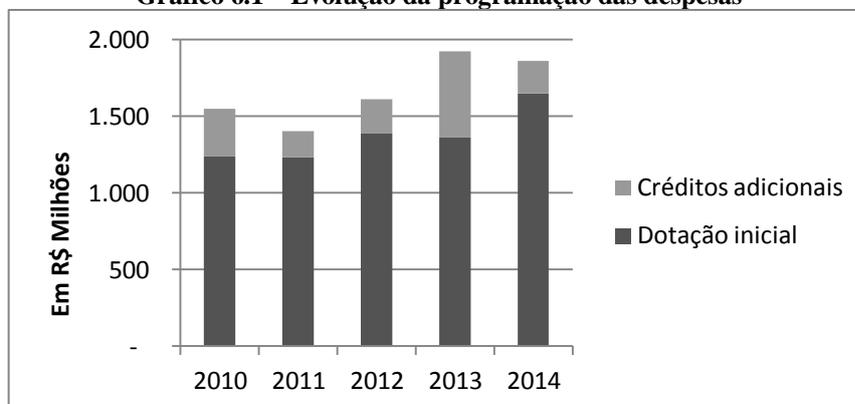
Unidade Orçamentária:		Código UO: 26271 (HUB)		UGO: 152435
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes		Grupos de Despesa Capital
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	3- Outras Despesas Correntes	4- Investimentos
DOTAÇÃO INICIAL		68.423.823	5.470.540	15.245
CRÉDITOS	Suplementares	2.180.169	338.634	3.529.583
	Especiais	Abertos	-	-
		Reabertos	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-
		Reabertos	-	-
Créditos Cancelados		0	-149.028	0
Outras Operações		-	-	-
Dotação final 2014 (A)		70.603.992	5.660.146	3.544.828
Dotação final 2013(B)		69.210.493	12.510.632	13.382.798
Varição (A/B-1)*100		2,0%	-54,8%	-73,5%

Fonte: SIAFI Gerencial. Dados extraídos pela DOR/DPO em janeiro de 2015.

6.1.1.1 Análise Gráfica

Complementando as informações anteriores, o gráfico 6.1 demonstra a evolução da programação da despesa e a utilização de créditos adicionais no período de 5 anos, na qual a soma dos valores representa a dotação final em cada ano. Os valores são apresentados de forma consolidada, ou seja, o gráfico integra as unidades orçamentárias FUB e HUB. As informações sobre dotação inicial e créditos adicionais dos anos de 2013, 2012, 2011 e 2010 foram retiradas dos Relatórios de Gestão dos respectivos anos.

Gráfico 6.1 – Evolução da programação das despesas



Fonte: DPL

Observa-se que a programação despesa não apresenta um comportamento constante, ou seja, há anos em que ela é maior em relação ao anterior, como 2012 e 2013, e anos em que é menor (2011 e 2014). O montante de créditos adicionais também varia a cada ano. Em 2013, a dotação final, bem como a quantidade de créditos adicionais, superaram os demais anos. Já em 2011, os valores de ambos foram menores em comparação aos outros.

6.1.1.2 Análise Crítica

Ao longo dos anos, as dotações autorizadas para as despesas correntes da FUB (UO 26271) não têm sido suficientes para atender às necessidades institucionais, que tiveram as despesas ampliadas em função da expansão física e acadêmica. No exercício de 2014, os recursos alocados



pelo critério da Matriz Andifes, no valor de R\$65,8 milhões, financiou parte dos compromissos de funcionamento da FUB. Também se tornou necessário contar com uma parcela dos recursos da Ação 8282 “Reestruturação e Expansão de IFES” e de arrecadação própria.

Diante das limitações orçamentárias, os esforços empreendidos pela Administração concentraram-se em assegurar o cumprimento das obrigações de manutenção da Universidade. Para tanto, foram promovidas várias reuniões com a SPO/MEC, no sentido de solicitar complementações de crédito orçamentário, que não foram atendidas.

As alterações realizadas na dotação original pautaram-se na suplementação de recursos de Outras Despesas Correntes – ODC por meio de remanejamento de créditos inicialmente programados a investimentos, na fonte do Tesouro, da ordem de R\$13,1 milhões. Esta medida só foi possível em função de não terem sido concluído todos os processos licitatórios do plano de obras da FUB, previstos para o período. Além destas iniciativas, foram necessários ajustes na dotação de recursos próprios para complementar o orçamento em ODC no valor de R\$30 milhões.

Outras alterações basearam-se na demanda dos próprios gestores de Ações Orçamentárias. No caso do Programa Incluir, foi realizado o pedido para remanejamento de dotação de investimento para ODC, objetivando melhorias no tocante à acessibilidade de Pessoas com Necessidades Especiais nos Campi da FUB. Para as dotações de Pessoal e Benefícios, as alterações foram orientadas a partir de projeções elaboradas pela SOF/MP.

Se compararmos a dotação final de custeio e investimento, entre os anos de 2014 e 2013, observa-se variação negativa de 49,8%, no ano de 2014, para o grupo de investimento. Já no grupo de custeio, a redução chegou a 15,9% para o mesmo ano. Em ambos os casos, a justificativa para esses decréscimos foi em função do menor volume de crédito suplementar para o exercício de 2014.

Dentre as dificuldades vivenciadas, destaca-se a restrição de limite orçamentário pelo Governo Federal no último bimestre do exercício de 2014. Para as suplementações de ODC, a liberação de cota orçamentária ocorreu de forma lenta e parcial, comprometendo a programação de trabalho institucional e forçando a transferência de despesas que não puderam ser cumpridas dentro do prazo legal para o início do próximo exercício.

Cabe registrar que a FUB atendeu a uma demanda da SPO/MEC, no sentido de devolver cota de limite de empenho na fonte de recursos próprios (fonte 0250), no valor de R\$60 milhões, para atendimento de necessidades estratégicas do MEC. Manteve-se o compromisso de disponibilidade do recurso à FUB, a partir do ano de 2015, mediante a liberação do superávit financeiro apurado no Balanço Geral da União - BGU.

Para o enfrentamento do desequilíbrio orçamentário, em 2015, propõem-se medidas, tais como a redução nos valores dos contratos de serviços terceirizados e extraquadro, a adoção de política para a captação de recursos baseada na cobrança de custos indiretos e a elevação da receita de imóveis patrimoniais, como as mais significativas.

Quanto às dotações orçamentárias do HUB (UO 26393), aprovadas na LOA 2014, os créditos iniciais totalizam R\$73,9 milhões, sendo 92,58% destinados ao grupo de Pessoal, 7,40% para as Despesas Correntes e 0,02% para Investimento. As solicitações por créditos suplementares totalizam R\$6,05 milhões, principalmente para atender os compromissos de investimento e gastos com pessoal ativo/ encargos sociais. Em comparação ao exercício de 2013, observa-se redução nas dotações de 2014, em Investimento e ODC, da ordem de 73,5% e 54,8%, respectivamente.

Por fim, é importante informar que parte dos gastos do HUB em 2014 foi realizada pela EBSEH. Porém, as despesas de 2014, com pagamento de SICAP, no valor de R\$ 18,8 milhões, foi realizada pela FUB.

6.1.2 Movimentações de Créditos Interna e Externa

Inicialmente, apresentam-se informações consolidadas sobre o volume de créditos movimentados dentro da Unidade Orçamentária – UO ou vinculados ao MEC (Quadro 6.3).



Observa-se o recebimento de crédito no grupo de Outras Despesas de Custeio – ODC (R\$37,6 milhões), realizado principalmente pela EBSEERH (36%), MEC (32%), CAPES (21%), entre outras UO (11%). Os repasses de investimentos originaram-se da CAPES (64%), EBSEERH (25%) e outras UO (11%).

Os créditos detalhados por UO, conforme recomendado pelo TCU, e material adicional por Unidade Gestora (UG) estão disponíveis no link www.dpo.unb.br/documentos.php. Ressalta-se que não constam movimentações de crédito dentro da Unidade Orçamentária entre UJ distintas.

Quadro 6.3 – Síntese da Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa – UO 26271 (FUB)

Créditos ¹	1 - Pessoal e Encargos Sociais	3 - Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos
Concedidos	-	81.017	-
Recebidos	-	37.653.102	4.468.064

Fonte: SIAFI Gerencial. Dados extraídos pela DOR/DPO em janeiro de 2015.

Nota: 1- Movimentação dos créditos concedidos e recebidos pela FUB de UO vinculados ao MEC.

O quadro 6.4 mostra as transferências de créditos entre UO de Órgãos distintos (não vinculados ao MEC), com representatividade para os recursos recebidos em ODC (R\$158,3 milhões), sendo 47% repassado pelo Ministério da Saúde. Por outro lado, as movimentações concedidas à Justiça Federal, para viabilizar o pagamento de sentenças judiciais/ precatórios, somam R\$8,3 milhões, o que significa 97% do total concedido no grupo de despesa de Pessoal.

Quadro 6.4 – Síntese da Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa – UO 26271 (FUB)

Créditos ¹	1 - Pessoal e Encargos Sociais	3 - Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos
Concedidos	8.582.332	957.726	-
Recebidos	-	158.339.889	5.284.298

Fonte: SIAFI Gerencial. Dados extraídos pela DOR/DPO em janeiro de 2015.

Nota: 1- Movimentação dos créditos concedidos e recebidos pela FUB de outras UOs (não vinculadas ao MEC).

6.1.3 Realização da Despesa

A realização da despesa e análise crítica da execução orçamentária está sob responsabilidade da Diretoria de Contabilidade e Finanças (DCF), vinculada ao Decanato de Administração (DAF). As informações sobre realização da despesa estão detalhadas em dois subitens:

- a) Despesas por Modalidade de Contratação; e
- b) Despesas Correntes e de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.

6.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

Os quadros deste subitem destinam-se à demonstração da execução das despesas cuja fonte é proveniente de créditos originários, ou seja, de créditos orçamentários que foram recebidos diretamente da LOA. O Quadro 6.5 representa as despesas totais (FUB + HUB) por modalidade de contratação. Nos exercícios 2013 e 2014, não houve despesas nas modalidades concurso, consulta e regime diferenciado de contratações públicas.



Quadro 6.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos originários – Total (FUB+HUB)

Unidade Orçamentária:	Código UO: 26271/26393		UGO: 154040/154106	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d)	149.926.004	192.737.014	119.678.865	124.676.426
a) Convite	97.626	293.036	97.626	134.199
b) Tomada de Preços	2.227.426	4.342.591	842.109	2.053.140
c) Concorrência	14.897.622	20.158.573	12.209.385	2.911.481
d) Pregão	132.703.331	167.942.814	106.529.745	119.577.606
2. Contratações Diretas (e+f)	83.653.660	86.112.565	75.002.236	65.829.611
e) Dispensa	77.586.001	80.547.932	69.790.371	62.748.438
f) Inexigibilidade	6.067.659	5.564.633	5.211.865	3.081.173
3. Regime de Execução Especial	322.124	352.933	322.124	349.472
g) Suprimento de Fundos	322.124	352.933	322.124	349.472
4. Pagamento de Pessoal (h+i)	1.135.133.285	1.016.960.308	1.131.005.275	1.010.914.837
h) Pagamento em Folha	1.132.264.292	1.013.176.998	1.128.136.514	1.007.142.354
i) Diárias	2.868.993	3.783.310	2.868.761	3.772.483
5. Outros	295.289.335	473.834.555	270.270.155	416.874.096
6. Total (1+2+3+4+5)	1.664.324.408	1.769.997.375	1.596.278.655	1.618.644.442

Fonte: DCF

6.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ

A seguir são apresentadas as despesas por modalidade de contratação – Créditos Originários – em valores executados diretamente por cada unidade orçamentária. Na UO da FUB (26271), não ocorreram despesas nas modalidades concurso, consulta e regime diferenciado. Quanto ao HUB (26393), as modalidades tomada de preço, concorrência, concurso, consulta, regime diferenciado, bem como as contratações diretas (dispensa e a inexigibilidade de licitações) não foram utilizadas nos períodos analisados. Não houve, também, despesas com diárias nos períodos em questão.

Quadro 6.6 – Despesas executadas diretamente pela UJ, por modalidade de contratação – Créditos Originários – FUB

Unidade Orçamentária:	Código UO: 26271		UGO: 154040	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d)	149.856.820	177.075.043	119.678.865	120.064.762
a) Convite	97.626	293.036	97.626	134.199
b) Tomada de Preços	2.227.426	4.342.591	842.109	2.053.140
c) Concorrência	14.897.622	20.158.573	12.209.385	2.911.481
d) Pregão	132.634.147	152.280.843	106.529.745	114.965.942
2. Contratações Diretas (e+f)	83.653.660	86.011.186	75.002.236	65.776.273
e) Dispensa	77.586.001	80.446.554	69.790.371	62.695.102
f) Inexigibilidade	6.067.659	5.564.632	5.211.865	3.081.173
3. Regime de Execução Especial	322.124	344.768	322.124	341.308
g) Suprimento de Fundos	322.124	344.768	322.124	341.308
4. Pagamento de Pessoal (h+i)	1.065.529.293	947.749.815	1.065.443.733	945.746.305
h) Pagamento em Folha	1.062.660.300	943.966.505	1.062.574.972	941.973.822
i) Diárias	2.868.993	3.783.310	2.868.761	3.772.483
5. Outros	293.697.303	457.140.005	268.824.945	400.437.659
6. Total (1+2+3+4+5)	1.593.059.201	1.668.320.818	1.529.271.904	1.532.366.309

Fonte: DCF



Quadro 6.7 – Despesas executadas diretamente pela UJ, por modalidade de contratação – Créditos Originários – HUB

Unidade Orçamentária:	Código UO: 26393		UGO: 154106	
	Despesa Liquidada		Despesa paga	
Modalidade de Contratação	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b)	69.184	15.763.350	-	4.665.000
a) Convite	-	101.379	-	53.336
b) Pregão	69.184	15.661.971	-	4.611.664
2. Regime de Execução Especial	-	8.165	-	8.165
c) Suprimento de Fundos	-	8.165	-	8.165
3. Pagamento de Pessoal	69.603.992	69.210.493	65.561.541	65.168.532
d) Pagamento em Folha	69.603.992	69.210.493	65.561.541	65.168.532
4. Outros	1.592.032	16.694.550	1.445.210	16.436.437
5. Total (1+2+3+4)	71.265.207	101.676.557	67.006.752	151.839.675

Fonte: DCF

6.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

Este subitem expõe a movimentação total (FUB + HUB) das Despesas Correntes: 1. Despesas de Pessoal e 3. Outras Despesas Correntes; e das Despesas de Capital: 4. Investimentos. Nos períodos analisados, não ocorreram lançamentos nos grupos: 2. Juros e Encargos da Dívida, 5. Inversões Financeiras e 6. Amortização da Dívida. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ.

**Quadro 6.8 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total (FUB+HUB)**

Unidade Orçamentária:			Código UO: 26271/26393		UGO: 154040/154106			
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal civil - 3190.11.00	540.162.876	488.829.948	539.715.428	486.806.790	447.448	2.013.158	538.562.149	485.754.251
Aposent. RPPS, Resrv. remuner. e Refor. militar - 3190.01.00	204.187.045	181.735.016	204.151.836	181.505.892	35.209	229.124	204.128.829	181.505.271
Obrigações patronais - op. Intra orçamentária - 3191.13.00	168.802.806	149.841.274	167.679.906	148.687.311	1.122.900	1.153.963	166.750.765	148.687.311
Demais elementos do grupo	219.111.565	192.770.761	218.697.474	191.474.080	414.091	1.306.681	218.694.771	191.195.520
3. Outras Despesas Correntes								
Outros serviços de terceiros - pessoa física - 3390.36.00	157.639.956	295.288.364	147.082.405	262.233.021	10.557.451	34.055.343	147.077.385	260.925.659
Locação de Mão-de-obra - 3390.37.00	102.957.899	106.547.594	101.603.738	97.931.413	1.354.161	8.616.181	101.603.738	91.267.007
Outros Serviços de Terceiros - pessoa jurídica - 3390.39.00	69.924.643	74.578.418	54.606.032	51.437.525	15.318.611	23.140.894	54.606.032	49.416.956
Demais elementos do grupo	165.719.616	224.237.627	147.540.733	192.857.108	18.178.983	30.380.519	146.822.128	192.167.357
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Equipamentos e material permanente - 4490.52.00	27.620.671	34.275.048,41	13.550.160	12.937.913	14.070.511	21.337.135	13.550.160	12.816.953
Obras e instalações - 4490.51.00	7.188.867	21.356.663,41	4.218.999	4.481.041	2.969.868	16.875.622	4.218.999	4.402.536
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica - 4490.39.00	1.008.387	535.753,74	263.624	505.622	744.764	30.132	263.624	505.622
Demais elementos do grupo	76	909	76	-	-	909	76	-

Fonte: DCF



6.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executado diretamente pela UJ

Os quadros 6.9 e 6.10 apresentam as despesas por grupo e elementos de despesas – créditos originários – executados diretamente pelas unidades jurisdicionadas (FUB e HUB). São demonstrados apenas os grupos de despesas com movimentação, com exclusão dos Juros e Encargos da Dívida, no grupo de despesas correntes, e Inversões Financeiras e Amortização da Dívida, nas despesas de capital.



Quadro 6.9 – Despesas executadas diretamente pela UJ – Créditos Originários – FUB

Unidade Orçamentária:			Código UO: 26271		UGO: 154040			
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal civil - 3190.11.00	496.683.856	445.182.931	496.670.766	445.168.808	13.090	14.123	496.670.737	444.116.269
Aposent. RPPS, Resrv. remuner e Refor. militar - 3190.01.00	203.527.715	180.978.442	203.527.715	180.978.442	-	-	203.521.944	180.973.821
Sentenças judiciais - 3190.91.00	156.671.386	137.006.239	156.671.386	137.006.239	-	-	156.671.386	137.006.239
Demais elementos do grupo	205.777.342	180.798.893	205.710.905	180.152.052	66.437	646.841	205.710.905	179.877.492
3. Outras Despesas Correntes								
Outros serviços de terceiros - pessoa física - 3390.36.00	157.416.429	290.883.116	146.867.610	256.965.139	10.548.819	33.917.977	146.862.590	256.657.776
Locação de mão-de-obra - 3390.37.00	102.957.899	104.904.943	101.603.738	96.288.762	1.354.161	8.616.181	101.603.738	89.624.356
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica - 3390.39.00	69.924.643	72.113.697	54.606.032	49.259.606	15.318.611	22.854.091	54.606.032	47.246.776
Demais elementos do grupo	164.281.928	210.062.846	146.237.574	180.509.841	18.044.354	29.553.005	145.591.713	179.437.569
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Equipamentos e material permanente - 4490.52.00	27.620.671	24.497.295	13.550.160	12.611.663	14.070.511	11.885.632	13.550.160	12.517.853
Obras e instalações - 4490.51.00	7.188.867	21.356.663	4.218.999	4.481.041	2.969.868	16.875.622	4.218.999	4.402.536
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica - 4490.39.00	1.008.387	535.754	263.624	505.622	744.764	30.132	263.624	505.622
Demais elementos do grupo	76	-	76	-	-	-	76	-

Fonte: DCF



Quadro 6.10 – Despesas executadas diretamente pela UJ – Créditos Originários – HUB

Unidade Orçamentária:			Código UO: 26393		UGO: 154106			
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1. Despesas de Pessoal								
Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal civil - 3190.11.00	43.479.020	43.647.017	43.044.663	41.637.982	434.357	2.009.034	41.891.412	41.637.982
Obrigações patronais - OP. Intra Orçamentária - 3191.13.00	12.706.682	11.695.241	11.583.782	11.123.080	1.122.900	572.162	10.654.641	11.123.080
Sentenças judiciais - 3190.91.00	9.493.222	8.260.445	9.187.958	8.231.018	305.263	29.427	9.187.958	8.231.018
Demais elementos do grupo	3.925.068	5.607.789	3.847.468	4.176.451	77.600	1.431.338	3.827.530	4.176.451
3. Outras Despesas Correntes								
Indenizações e restituições - 3390.93.00	780.000	781.000	719.066	710.345	60.934	70.755	719.066	710.345
Obrigações tribut. e contrib. - OP. Intra Orçamentária - 3191.47.00	548.604	7.751.005	540.937	7.751.005	7.667	-	491.349	7.751.005
Outros serviços de terceiros - Pessoa Física - 3390.36.00	223.428	4.405.248	214.795	4.267.882	8.633	137.366	214.795	4.267.882
Demais elementos do grupo	109.184	9.750.148	43.156	8.706.487	66.028	1.043.561	20.000	8.081.270
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
4. Investimentos								
Equipamentos e material Permanente - 4490.52.00	-	9.777.754	-	326.250	-	9.451.504	-	299.100
Despesas de exercícios Anteriores - 4490.92.00	-	909	-	-	-	909	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: DCF



6.1.3.5 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

A seguir, será demonstrada a execução das despesas cujos créditos orçamentários foram recebidos por movimentações interna e externa, complementando a informação já apresentada da movimentação dos créditos recebidos pela LOA. O quadro 6.11 exibe as despesas totais (FUB + HUB) por modalidade de contratação. Os exercícios 2013 e 2014 não registraram despesas nas modalidades convite, concurso, consulta e regime diferenciado. Também não houve execução de despesas no item pagamento em folha.

Quadro 6.11 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação – Total (FUB+HUB)

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1.Modalidade de Licitação (a+b+c)	91.819.028	70.176.890	51.063.672	41.651.483
a) Tomada de Preços	132.540	254.675	103.830	138.955
b) Concorrência	43.900	-	11.265	-
c) Pregão	91.642.588	69.922.215	50.948.577	41.512.528
2. Contratações Diretas (d+e)	19.709.570	34.331.218	6.043.700	11.071.358
d) Dispensa	18.554.035	30.259.617	5.723.270	8.991.727
e) Inexigibilidade	1.155.535	4.071.601	320.430	2.079.631
3. Regime de Execução Especial	4.541	1.693	4.541	1.406
f) Suprimento de Fundos	4.541	1.693	4.541	1.406
4. Pagamento de Pessoal	958.849	677.335	958.849	668.963
g) Diárias	958.849	677.335	958.849	668.963
5. Outros	91.012.045	78.182.267	43.687.504	42.259.662
6. Total (1+2+3+4+5)	203.504.034	183.369.403	101.758.266	95.652.872

Fonte: DCF

Quanto às despesas por modalidade de contratação – Créditos de Movimentação – em valores executados por cada unidade orçamentária, as informações estão descritas no quadro 6.12 e 6.13. Na UO da FUB (154040), não ocorreram despesas nas modalidades convite, concurso, consulta, regime diferenciado e no regime de execução: pagamento em folha. Quanto ao HUB (154106), as modalidades convite, concorrência, concurso, consulta, regime diferenciado, regime de execução especial e pagamento de pessoal não foram utilizadas.

Quadro 6.12 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação – FUB (UG: 154040)

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1.Modalidade de Licitação (a+b+c)	27.869.171	21.605.708	7.473.502	4.311.480
a) Tomada de Preços	-	115.720	-	-
b) Concorrência	43.900	-	11.265	-
c) Pregão	27.825.271	21.489.988	7.462.237	4.311.480
2. Contratações Diretas (d+e)	18.219.845	27.950.525	4.736.310	6.034.362
d) Dispensa	17.271.093	25.318.957	4.571.013	4.192.853
e) Inexigibilidade	948.752	2.631.568	165.297	1.841.509
3. Regime de Execução Especial	4.541	1.693	4.541	1.406
f) Suprimento de Fundos	4.541	1.693	4.541	1.406
4. Pagamento de Pessoal	958.849	677.335	958.849	668.963
g) Diárias	958.849	677.335	958.849	668.963
5. Outros	75.700.037	53.490.618	29.519.378	18.748.208
6. Total (1+2+3+4+5)	122.752.442	103.725.880	42.692.580	29.764.420

Fonte: DCF



Quadro 6.13 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação – HUB (UG:154106)

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1.Modalidade de Licitação (a+b)	63.949.857	48.571.182	43.590.170	37.340.003
a) Tomada de Preços	132.540	138.955	103.830	138.955
b) Pregão	63.817.317	48.432.227	43.486.340	37.201.048
2. Contratações Diretas (c+d)	1.489.725	6.380.692	1.307.389	5.036.995
c) Dispensa	1.282.943	4.940.660	1.152.257	4.798.873
d) Inexigibilidade	206.782	1.440.032	155.133	238.122
3. Outros	15.312.009	24.691.649	14.168.126	23.511.454
4. Total (1+2+3)	80.751.591	79.643.523	59.065.686	65.888.452

Fonte: DCF

6.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa- Créditos de Movimentação

Este subitem mostra a execução das despesas cujos créditos orçamentários foram recebidos por movimentações interna e externa, assim como no anterior. Na movimentação total (FUB + HUB), não houve despesas nos grupos: 1. Despesas de Pessoal, 2. Juros e Encargos da Dívida, 5. Inversões Financeiras e 6. Amortização da Dívida.

Os quadros 6.15 e 6.16 mostram as informações de acordo com a execução das unidades orçamentárias FUB e HUB. São demonstrados apenas os grupos de despesas com movimentação. Ambas as unidades orçamentárias não realizaram despesas nos grupos: 1. Despesas de Pessoal, 2. Juros e Encargos da Dívida, 5. Inversões Financeiras e 6. Amortização da Dívida.



Quadro 6.14 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação – Total (FUB+HUB)

DESPESAS CORRENTES (UO: 26271/26393)								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1. Outras Despesas Correntes								
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica - 3390.39.00	48.932.172	46.932.065	20.748.378	18.377.126	28.183.794	28.554.039	18.116.431	18.175.331
Auxílio financeiro a pesquisadores - 3390.20.00	41.198.631	31.387.197	12.525.622	8.408.102	28.673.009	22.979.095	12.496.422	8.408.102
Locação de mão de obra - 3390.37.00	24.639.465	16.758.619	23.886.668	16.757.939	752.798	680	19.895.759	16.757.939
Demais elementos do grupo	79.085.818	68.388.152	54.187.661	51.754.716	24.898.156	16.634.336	49.414.930	50.568.845
DESPESAS DE CAPITAL (UO: 26271/26393)								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
4. Investimentos								
Equipamentos e material permanente - 4490.52.00	9.309.753	19.605.353	1.674.441	1.726.119	7.635.312	17.879.234	1.639.329	1.686.656
Auxílio financeiro a estudantes - 4490.18.00	192.000	96.000	96.000	48.000	96.000	48.000	96.000	32.000
Auxílio financeiro a pesquisadores - 4490.20.00	144.000	72.000	97.200	24.000	46.800	48.000	97.200	24.000
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: DCF



Quadro 6.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação – FUB

DESPESAS CORRENTES (UO: 26271)								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Outras Despesas Correntes	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Auxílio financeiro a pesquisadores - 3390.20.00	41.198.631	31.387.197	12.525.622	8.408.102	28.673.008	22.979.095	12.496.422	8.408.102
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica - 3390.39.00	33.111.114	30.099.043	6.409.361	5.510.468	26.701.753	24.588.475	6.409.361	5.417.031
Outros serviços de terceiros - pessoa física - 3390.36.00	24.413.549	15.634.292	12.236.119	7.901.731	12.177.430	7.732.561	12.236.119	7.840.425
Demais elementos do grupo	17.555.786	11.952.461	9.792.710	6.956.719	7.763.077	4.995.842	9.771.103	6.356.207
DESPESAS DE CAPITAL (UO: 26271)								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Equipamentos e material permanente - 4490.52.00	6.135.167	14.354.870	1.584.180	1.726.119	4.550.986	12.628.751	1.584.180	1.686.656
Auxílio financeiro a estudantes - 4490.18.00	192.000	96.000	96.000	48.000	96.000	48.000	96.000	32.000
Auxílio financeiro a pesquisadores - 4490.20.00	144.000	72.000	97.200	24.000	46.800	48.000	97.200	24.000
Demais elementos do grupo	2.195	130.017	2.195	-	-	130.017	2.195	-

Fonte: DCF



Quadro 6.16 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação – HUB

DESPESAS CORRENTES (UO: 26393)								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Outras Despesas Correntes	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Locação de mão de obra - 3390.37.00	24.639.465	16.758.419	23.886.668	16.757.939	752.798	480	19.895.759	16.757.939
Material de consumo - 3390.30.00	20.481.018	15.896.112	16.198.514	12.235.398	4.282.504	3.660.714	11.718.992	11.774.288
Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica- 3390.39.00	15.821.058	16.833.022	14.339.016	12.866.657	1.482.041	3.966.365	11.707.070	12.758.300
Demais elementos do grupo	16.635.464	24.905.486	15.960.318	24.660.867	675.146	244.619	15.688.716	24.597.925
DESPESAS DE CAPITAL (UO: 26393)								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Equipamentos e material permanente - 4490.52.00	3.174.586	5.250.483	90.261	-	3.084.326	5.250.483	55.149	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

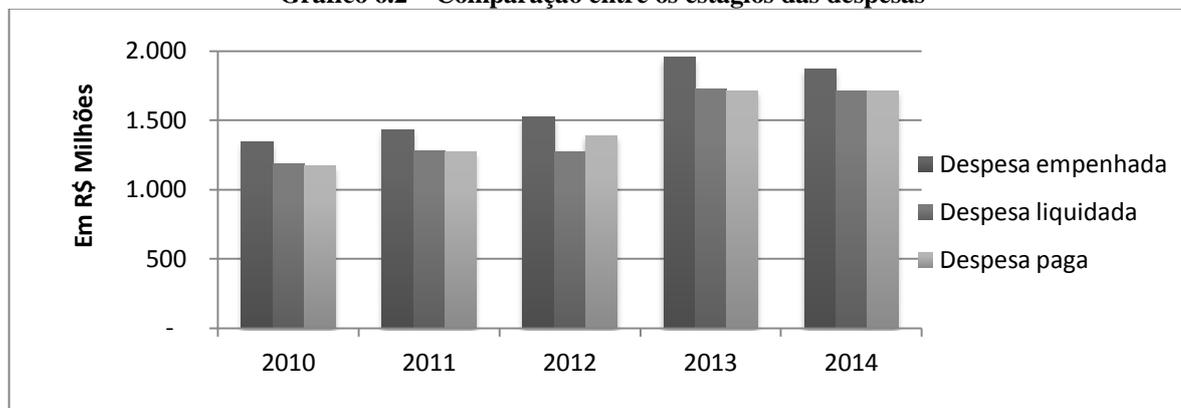
Fonte: DCF



6.1.3.7 Análise Gráfica

Com base nas informações anteriores, foram elaborados dois gráficos. O gráfico 6.2 refere-se à comparação entre as despesas empenhadas, liquidadas e pagas no período de 2010 a 2014, já o gráfico 6.3 demonstra a composição das despesas empenhadas correntes e de capital, no mesmo período. As informações de exercícios anteriores foram retiradas dos Relatórios de Gestão correspondentes a cada ano.

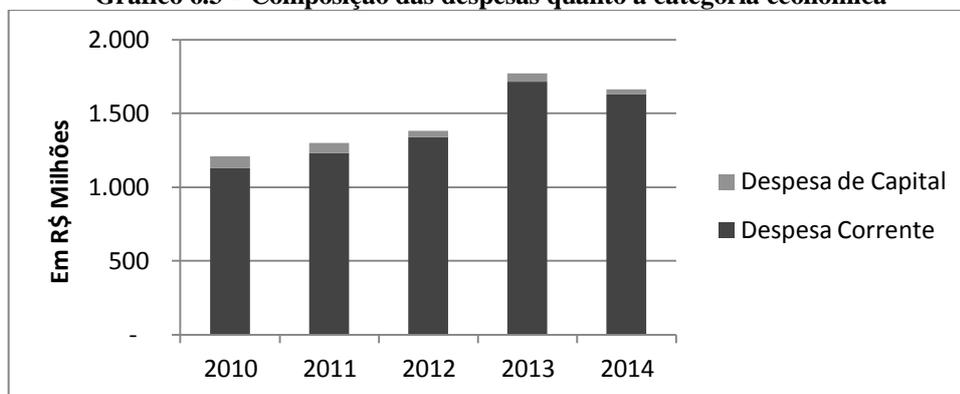
Gráfico 6.2 – Comparação entre os estágios das despesas



Fonte: DPL

Nos três estágios da despesa analisados no gráfico 6.2, os montantes cresceram entre os anos de 2010 a 2013. Em 2014 houve uma redução nos valores empenhados, liquidados e pagos, ficando menores que os valores de 2013. Ainda em 2014, observa-se que a FUB pagou todas as despesas liquidadas. Cabe ressaltar que em 2012 o montante de despesas pagas superou o de despesas liquidadas. Isso ocorre pelo pagamento de restos a pagar não processados no ano.

Gráfico 6.3 – Composição das despesas quanto à categoria econômica



Fonte: DPL

O gráfico 6.3 demonstra que, ao longo dos anos, o montante de despesas de capital vem reduzindo de forma relativa (comparada ao montante de despesas correntes) e de forma absoluta (valores totais). A exceção a essa situação ocorre em 2013. Observa-se que em 2014 os valores de despesas de capital foram os menores do período analisado; isso pode ser explicado pela necessidade do remanejamento das ações de Investimentos para Outras Despesas Correntes, conforme explicação nas análises críticas dos subitens 6.1.1 e 6.1.3.



6.1.3.8 Análise crítica

A análise crítica da realização da despesa, elaborada pela DCF, foi agrupada nos seguintes tópicos: alterações significativas ocorridas na execução da despesa, concentração de contratações realizadas via dispensa e inexigibilidade, contingenciamento, eventos negativos e positivos sobre a execução orçamentária.

Alterações significativas ocorridas na execução orçamentária durante o exercício:

- a) a dotação inicial (LOA/2014) foi insuficiente para atender principalmente às demandas com despesas correntes, dado que, em anos anteriores, os contratos de manutenção da Universidade tiveram um aumento substancial (ex: gastos com água, luz, telefone e mão de obra terceirizada) em função da expansão física promovida pelo REUNI;
- b) no que tange aos investimentos, não houve procedimentos licitatórios suficientes para a execução do crédito orçamentário disponível. Esse fato possibilitou aos gestores o reforço nas dotações de custeio mediante o remanejamento do crédito orçamentário de investimento para custeio. Neste contexto, a FUB obteve uma suplementação orçamentária na fonte 0312 - Tesouro (superávit financeiro apurado no BGU em exercícios anteriores), com o objetivo de tentar promover o equilíbrio entre as contas de resultado. O valor autorizado e liberado foi de 30 milhões; este foi executado com despesas de custeio na manutenção da Universidade;
- c) houve remanejamento em duas ações de Investimentos para Outras Despesas Correntes, ação 4002 (Assistência ao Estudante - PNAES), Recursos do Tesouro (fonte 0100), no valor de R\$ 5 milhões, e Ação 20RK (Funcionamento da IFES) Recursos Próprios (fonte 0250), no valor de R\$ 30 milhões, ocorrendo apenas alteração do Grupo da Natureza da Despesa com a finalidade de reforçar os créditos destinados à manutenção da FUB;
- d) houve também o remanejamento no grupo natureza de despesa de custeio para investimento referente à ação orçamentária 4002 (programa incluir), no valor de R\$ 280 mil, a fim de atender demandas pontuais das unidades acadêmicas;
- e) houve o recebimento de crédito suplementar por conta do superávit financeiro na FR. 0650 – Recursos Próprios, no valor de R\$ 21 milhões. Esse valor foi distribuído entre o CESPE, CDT e FUB de acordo com o superávit apurado para atender as demandas com projetos iniciados em exercícios anteriores;
- f) houve excesso de arrecadação na FR 0280 no valor de R\$ 79 mil (em relação à dotação inicial), porém não houve suplementação por excesso de arrecadação na FR. 0280. Esses recursos serão recebidos em 2015 por conta do superávit financeiro.

Concentração de contratações realizadas via dispensa e inexigibilidade:

- no caso das dispensas, houve um aporte menor de crédito orçamentário de instituições que fomentam a pesquisa científica e tecnológica (Exemplo: CAPES, FINEP, CNPQ e FAP/DF). Neste caso, o maior volume das aquisições de bens insumos destinados exclusivamente à pesquisa na UnB é realizado por meio de dispensa ([com base art. 24, inciso XXI da Lei nº 8.666/93](#)). O menor recebimento de recursos para as pesquisas causou a queda do valor das dispensas em 2014. No referido exercício, também foram priorizadas as aquisições por meio de licitações próprias e atas de registro de preços;
- em relação à inexigibilidade, houve um uso maior do crédito orçamentário de instituições que fomentam a pesquisa científica e tecnológica (Exemplo: CAPES, FINEP, CNPQ e FAP/DF) para compra de bens e serviços vinculados à pesquisa, principalmente por meio de importação.

Contingenciamento no exercício:

- não houve contingenciamento no exercício de 2014, entretanto, também não houve a liberação total das cotas de limite orçamentário, conforme ilustra o quadro 6.17.



Quadro 6.17 – Resumo dos Limites Recebidos x Créditos Orçamentários

Conta	Dotação	Limite Recebido	Limite Não Recebido
CA - 100	25.359.146	23.965.369	1.393.777
CA - 280	12.568.423	12.568.423	-
CA - 680	15.439.000	10.807.300	4.631.700
CB - 250	372.221.520	260.018.551	112.202.969
CB - 650	21.141.000	21.141.000	-
CD - 112	108.698.869	107.033.435	1.665.434
CD - 312	30.000.000	30.000.000	-
Total	585.427.958	465.534.077	119.893.881

Fonte: SIAFI

Eventos negativos sobre a execução orçamentária:

- contingenciamento na liberação de recursos financeiros, por parte do Órgão Superior em 2014, o que causou atraso em diversos pagamentos aos fornecedores;
- contingenciamento do limite orçamentário nos meses de novembro e dezembro, além da demora e do recebimento parcial de cota para emissão empenho no fim do exercício;
- redução na captação de recursos próprios (fonte 250) pelo CESPE, em função da abertura da O.S. CEBRASPE vinculada ao MEC e não mais à FUB;
- carência de pessoal na Diretoria de Contabilidade e Finanças para manter o controle dos recursos financeiros e promover o controle adequado na contabilidade;
- aumento do custo nos contratos de locação de mão de obra por conta dos dissídios coletivos das categorias (limpeza, vigilância, portaria, etc.) e por conta de contratações emergenciais.

Eventos positivos sobre a execução orçamentária:

- liberação de crédito suplementar na fonte de recurso 0312 e 0250;
- adoção de medida preventiva para captação de recursos baseados na cobrança de custos indiretos dos projetos de pesquisa;
- redução dos gastos com pessoal extraquadro (substituição por servidores concursados) em função do acordo celebrado com o MPT, FUB e MEC.;
- destaque para o desempenho do corpo técnico da FUB na execução dos créditos consignados na LOA/2014 e dos demais créditos descentralizados;
- gestão compartilhada da UG 154106 (Hospital Universitário) com a EBESERH;
- créditos orçamentários e recursos financeiros recebidos do CESPE para auxílio no custeio da Universidade no valor de R\$ 42 milhões aproximadamente;
- economia de R\$ 22,5 milhões em débitos de recebimentos de impostos junto ao INSS, pelo enquadramento da situação de dívida da FUB nas leis 12.865/2013 e 13.043/2014.

6.2 Despesas com ações de publicidade e propaganda

Os gastos com publicidade estão evidenciados no quadro 6.18. Em 2014, não houve gastos com publicidade legal e mercadológica.

Quadro 6.18 – Despesas com Publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	2015 20YD	2.253	2.253
	2032 0487	125.321	115.879
	2032 20GK	74.609	66.164
	2032 20RK	10.927	10.927



Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Utilidade pública	2032 0487	320	-
Total		213.430	195.223

Fonte: DCF

6.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Os valores acumulados nos exercícios anteriores, referentes ao pagamento de Restos a Pagar, serão apresentados a seguir. Foi realizada a distinção entre restos a pagar não processados - RPNP e processados - RPP, sob a forma de montante, pagamentos, cancelados e saldo a pagar.

Quadro 6.19 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores – Total (FUB+HUB)

Restos a Pagar não Processados (UO: 26271/26393)				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	224.242.202	170.836.364	9.586.347	43.819.491
2012	31.394.424	13.194.189	10.662.433	7.537.802
2011	9.590.211	3.749.135	1.935.744	3.905.333
2010	11.552.591	1.166.317	6.846.965	3.539.309
2009	3.906.310	154.319	3.713.522	38.469
Restos a Pagar Processados (UO: 26271/26393)				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	13.913.925	12.774.117	547.334	592.474
2012	1.394.196	1.050.851	148.651	194.694
2011	794.596	79.494	114.310	600.793
2010	1.488.886	131.953	75.634	1.281.299
2009	680.100	-	27.441	652.658
2008	1.314.620	-	927.416	387.204
2007	92.241	-	57.510	34.731
2006	2.034	-	2.034	-

Fonte: DCF

Quadro 6.20 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores - FUB

Restos a Pagar não Processados (UO: 26271)				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	197.490.615	157.478.165	9.072.294	30.940.156
2012	26.318.572	10.949.338	9.388.783	5.980.451
2011	7.078.473	3.212.799	1.235.148	2.630.526
2010	11.449.792	1.166.317	6.808.322	3.475.153
2009	3.411.261	154.319	3.256.815	128
Restos a Pagar Processados (UO: 26271)				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	12.629.147	11.680.434	539.007	409.706
2012	615.896	434.519	116.671	64.706
2011	419.721	79.494	42.847	297.381
2010	1.171.239	131.953	28.528	1.010.758
2009	234.331	-	13.308	221.023
2008	41.309	-	5.787	35.522
2007	10.399	-	10.246	152

Fonte: DCF



Quadro 6.21 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores - HUB

Restos a Pagar não Processados (UO: 26393)				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	26.751.587	13.358.199	514.053	12.879.336
2012	5.075.851	2.244.850	1.273.650	1.557.351
2011	2.511.738	536.336	700.596	1.274.806
2010	102.799	-	38.643	64.155
2009	495.048	-	456.707	38.341
Restos a Pagar Processados (UO: 26393)				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	1.284.778	1.093.683	8.327	182.769
2012	778.300	616.332	31.981	129.987
2011	374.875	-	71.463	303.412
2010	317.648	-	47.106	270.542
2009	445.768	-	14.134	431.635
2008	1.273.311	-	921.629	351.682
2007	81.842	-	47.264	34.579
2006	2.034	-	2.034	-

Fonte: DCF

6.3.1 Análise Crítica

Segundo a DCF, o pagamento de RP de exercícios anteriores não causa impacto na gestão financeira da FUB, considerando que:

- os restos a pagar com origem nos recursos próprios do orçamento executado correspondem à quota orçamentária liberada em função do esforço que a unidade orçamentária teve com sua arrecadação (fonte 0250);
- quanto aos restos a pagar do orçamento da fonte de recursos do tesouro ou de descentralizações de créditos, os recursos financeiros estão previstos na inscrição em recursos a receber por transferência. Entretanto, deve haver um impacto na gestão financeira da unidade setorial, considerando que é de responsabilidade desta a gestão dos recursos financeiros.

Sobre a permanência de restos a pagar processados:

- os restos a pagar processados de 2006 a 2009, das UO's 26271 e 26393, foram cancelados por conta do prazo prescricional e da análise feita pela DCF;
- em relação a 2010, os restos a pagar serão cancelados em 2015 por conta do prazo prescricional ou por conta de conciliação contábil feita pela DCF referente às UO's 26271 e 26393;
- os restos a pagar processados de 2011 a 2014 (referentes à FUB) serão analisados e, se não houver obrigação de pagamento, serão cancelados em 2015.

Sobre a permanência de restos a pagar não processados:

- os empenhos dos restos a pagar não processados de 2009 a 2012 estão sendo analisados para verificação dos saldos passíveis de cancelamento, em observância ao art. 68 do Decreto nº 93.872/86;
- houve cancelamentos por conta da não entrega dos bens e serviços ou pela finalização do projeto, entretanto necessita de uma nova análise para averiguação dos saldos;
- os empenhos dos restos a pagar não processados de 2013 e 2014 estão dentro do prazo de validade estabelecido pelo art. 68 do Decreto nº 93.872/86.



Por fim, as inscrições de restos a pagar não processados anteriores ao exercício de 2012 (na condição estabelecida no art. 68, § 3º, I, “c” do Decreto 93.872/86) estão em processo de análise para fins de verificação dos saldos passíveis de cancelamento.

6.4 Transferências de Recursos

6.4.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Este subitem contempla as transferências vigentes em 2014 nas modalidades Convênio, Contrato de Repasse, Termo de Cooperação e Termo de Compromisso. As transferências informadas estão em situação 1 – Adimplentes, ou 4 – Concluídos.

Segundo nota explicativa da DPA, os valores de repasses no exercício e acumulados no exercício para as modalidades Convênio e Contrato de Repasse não estão disponíveis para consulta, uma vez que os recursos entram em fonte 0250 sem especificação precisa pelo emitente. Já os valores acumulados no exercício para a modalidade Termo de Cooperação não estão disponíveis para consulta, uma vez que a FUB não dispõe de sistema informatizado de acompanhamento de projetos.

A prestação de contas deste subitem está sob a responsabilidade da DPA e da DCF. As informações do quadro sobre os instrumentos de transferências vigentes em 2014 constam no seguinte link: <http://dpo.unb.br/documentosrelatorio.php>.

6.4.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

O quadro 6.23 apresenta um resumo dos instrumentos (convênio, contrato de repasse, termo de cooperação e de compromisso) celebrados pela FUB e seus respectivos recursos repassados.

Segundo a DPA, os Termos de Compromisso não envolvem recursos (conforme classificação interna da FUB), portanto, não há montantes financeiros repassados nos períodos analisados.

Quadro 6.22 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Fundação Universidade de Brasília – FUB					
CNPJ:	00.038174/0001-43					
UG/GESTÃO:	154040/15257					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Convênio	115	113	110	19.010.645	8.621.021	15.292.936
Contrato de Repasse	31	111	97	26.698.390	116.388.801	293.650.864
Termo de Cooperação	59	63	71	53.082.605	159.691.757	76.202.988
Termo de Compromisso	1	11	3	0	0	0
Totais	206	298	281	98.791.640	284.701.579	385.146.787

Fonte: DPA

6.4.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse

A prestação de contas das transferências concedidas pela FUB, apresentada pela DCF, está explicitada no quadro 6.24. No período analisado, há apenas o convênio firmado no exercício de



2009 com a Prefeitura de Alto Paraíso – GO, convênio nº 7142, valor global de R\$ 1,79 milhões reais.

Quadro 6.23 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Unidade Concedente				
Nome: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – FUB				
CNPJ: 00.038.174/0001-43		UG/GESTÃO: 154040/15257		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
			Convênios	Contratos de Repasse
2014	Contas Prestadas	Quantidade	1	0
		Montante Repassado	1.792.377	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0
		Montante Repassado	0	0
2013	Contas Prestadas	Quantidade	0	0
		Montante Repassado	0	0
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0
		Montante Repassado	0	0
2012	Contas Prestadas	Quantidade	0	0
		Montante Repassado	0	0
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0
		Montante Repassado	0	0
Anteriores a 2012	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0
		Montante Repassado	0	0

Fonte: DCF

6.4.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

A análise da prestação de contas do convênio nº 7.142, firmado com a prefeitura de Alto Paraíso – GO, atualmente de está em processo de Tomada de Contas Especial. A DCF ainda não foi notificada do recebimento do objeto.

Quadro 6.24 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUB					
CNPJ: 00.038.174/0001-43		UG/GESTÃO: 154040/15257			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados		Instrumentos		
			Convênios	Contratos de Repasse	
2014	Quantidade de Contas Prestadas				
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	0	0
			Quantidade Reprovada	0	0
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade de TCE	0	0
			Montante Repassado (R\$)	0	0
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	0	0
			Montante Repassado (R\$)	0	0
		Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	0	0
			Quantidade Reprovada	0	0
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade de TCE	1	0	
		Montante Repassado (R\$)	1.792.377	0	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	0	0	
Montante Repassado (R\$)		0	0		

Fonte: DCF



6.4.5 Análise Crítica

Sobre as medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente, a DCF afirma que possui uma única transferência com a situação de inadimplente: o Convênio encerrado com a Prefeitura de Alto Paraíso com a finalidade de construir um centro de pesquisa e acadêmico na cidade mencionada. Foi encaminhado à prefeitura um documento contendo ressalvas sobre a obra (Ofício DCF 01/2013 e Parecer DCF 04/2013), porém os problemas não foram sanados. Com isso, a DCF emitiu um ofício de cobrança em desfavor da Prefeitura de Alto Paraíso, que recolheu para a UnB o valor correspondente aos rendimentos de aplicação financeira somente. Como a prestação de contas do convênio nº 7.142 não foi aprovada, a DCF noticiou a autoridade competente que determinou a instauração de TCE relativo ao convênio nº 7.412 contra o Prefeito de Alto Paraíso e a pessoa jurídica de Alto Paraíso. Atualmente, o processo de TCE está em andamento e encontra-se com a comissão designada. Quanto ao recebimento do objeto, a DCF não foi notificada até o momento.

6.5 Suprimento de Fundos

Este tópico relata a evolução dos gastos efetuados pela modalidade de pagamento denominada Suprimento de Fundos. São demonstradas as despesas realizadas por meio do Cartão de Crédito Corporativo (CPGF) na forma de saque e fatura e das Prestações de Contas referentes aos exercícios de 2012 a 2014. Cabe ressaltar que a modalidade Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B” não é utilizada pela FUB.

6.5.1 Concessão de Suprimento de Fundos

O quadro 6.26 demonstra a quantidade e os valores concedidos a título de suprimento de fundos por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF.

Quadro 6.25 – Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão		Valor do maior limite individual concedido
			Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	
2014	154040	FUB	199	325.958	8.000
2013	154040	FUB	199	325.958	8.000
	154040	FUB	221	334.890	8.000
	154106	HUB	2	4.308	4.500
2012	154040	FUB	307	251.575	7.500
	154106	HUB	35	52.721	7.000

Fonte: DCF

6.5.2 Utilização de Suprimento de Fundos

O Quadro 6.27 demonstra a quantidade e os valores utilizados efetivamente a título de suprimento de fundos por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF.



Quadro 6.26 – Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
			Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2014	154040	FUB	12	4.221	321.737	325.958
2013	154040	FUB	29	5.395	329.495	334.890
	154106	HUB	1	1.200	3.108	4.308
	154019	CDT	1	210	1.000	1.210

Fonte: DCF

6.5.3 Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos

O quadro 6.28 lista os tipos de despesas que foram realizadas com o uso de suprimento de fundos no exercício de 2014.

Quadro 6.27 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
154040	Fundação Universidade de Brasília	339030	33903096	294.893
		339039	33903096	31.065

Fonte: DCF

6.5.4 Análise Crítica

Desde 2012, diversas ações foram instituídas visando inibir o sucateamento e a fragilidade dos processos de Suprimento de Fundos. As ações procuraram atribuir transparência ao processo, de maneira que os servidores supridos contassem com instrumentos eficazes na utilização do Cartão de Pagamentos do Governo Federal (CPGF), bem como favorecer o imediato atendimento às demandas de auditorias.

No exercício de 2014, ocorreram os seguintes fatos relativos ao suprimento de fundos:

- cancelamento de 40 cartões por conta da não utilização por mais de 180 dias;
- redução no uso do Suprimento de Fundos nas Unidades Descentralizadas. Por questões de segurança, somente a UG 154040 tem autorização para utilização do cartão de pagamento;
- a utilização de suprimento de fundos em UG's descentralizadas foi realizada somente em caso de emergências;
- redução no valor utilizado do cartão de pagamento devido ao maior controle efetuado na liberação por parte do Ordenador de Despesas.

Por fim, cabe ressaltar que cartão de pagamento é utilizado principalmente em viagens educacionais, pesquisas de campo fora de Brasília e pequenas compras imediatas.



7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

Este capítulo está dividido em dois blocos: o 7.1 refere-se à estrutura de pessoal da FUB, contemplando algumas perspectivas, e o 7.2 relaciona-se a informações sobre a contratação de mão de obra de apoio e sobre a política de contratação de estagiários. Cabe informar que a força de trabalho do HUB não é contabilizada neste capítulo e que o subitem informações sobre a revisão dos contratos firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento não se aplica a FUB. As unidades DTER/DAF e DGP prestaram as informações constantes no capítulo 7.

7.1 Estrutura de pessoal da unidade

O perfil do quadro de servidores ativos da FUB é demonstrado por meio dos quadros detalhados nos tópicos a seguir.

7.1.1 Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da FUB

O quadro 7.1 demonstra a força de trabalho da FUB, de 1º/01/2014 até 31/12/2014, comparando-se a lotação autorizada com a efetiva. O quadro também apresenta o registro de ingressos e egressos no exercício de 2014.

Quadro 7.1 – Força de Trabalho da FUB (em 31/12)

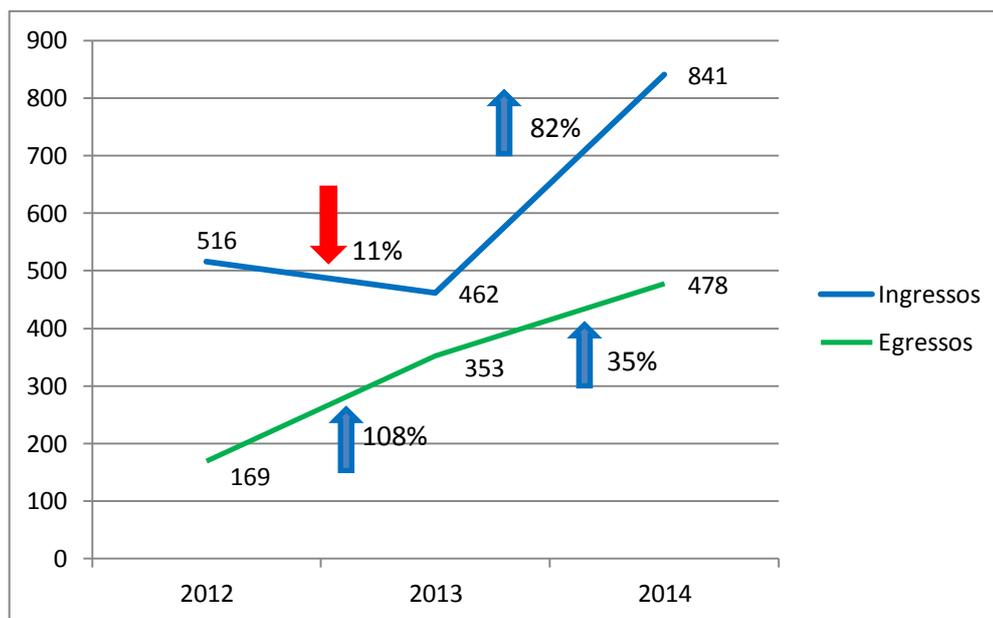
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	5.792	5.178	460	261
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	5.792	5.178	460	261
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	5.737	5.123	444	243
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	9	9	2	2
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	35	35	8	5
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	11	11	6	11
2. Servidores com Contratos Temporários	757	364	280	130
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há	309	101	87
4. Total de Servidores (1+2+3)	6.549	5.851	841	478

Fonte: DGP

O gráfico 7.1 demonstra a evolução do quantitativo de ingressos e egressos da FUB nos exercícios de 2012, 2013 e 2014, bem como o percentual de aumento (ou diminuição, no caso do comparativo de ingressos de 2012 para 2013) entre essa série histórica.



Gráfico 7.1 – Evolução da Quantidade de Ingressos e Egressos da FUB – 2012 a 2014



Fonte: DGP e Relatórios de Gestão FUB 2013 e 2012.

O quadro 7.2 evidencia a distribuição da força de trabalho entre área meio e área fim dos servidores de carreira, em contratos temporários e sem vínculo com a administração.

Quadro 7.2 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio ¹	Área Fim ²
1. Servidores de Carreira (1.1+1.2+1.3+1.4)	2.565	2.613
1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	2.537	2.586
1.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	9	0
1.3. Servidores de carreira em exercício provisório	11	24
1.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	8	3
2. Servidores com Contratos Temporários	0	364
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	309	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	2.874	2.977

1: Todos os servidores técnico-administrativos, com exceção dos técnicos administrativos de laboratório.

2: Todos os docentes e servidores técnico-administrativos de laboratório.

Fonte: DGP.

O quadro 7.3 apresenta a estrutura de cargos em comissão e de funções gratificadas da FUB.

Quadro 7.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da FUB

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão (1.1 + 1.2)	118	114	39	27
1.1. Cargos Natureza Especial	Não há	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior (1.2.1 + 1.2.2 + 1.2.3 + 1.2.4 + 1.2.5)	118	114	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	108	37	25
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	2	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas ¹	Não há	2	1	1
1.2.4. Sem Vínculo	Não há	0	0	0
1.2.5. Aposentados	Não há	2	1	1



2. Funções Gratificadas (2.1 + 2.2 + 2.3)	804	715	287	223
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	710	284	216
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	3	2	2
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	Não há	2	1	5
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	922	829	326	250

1: Há 2 servidores aposentados na administração pública. Sendo assim, estes foram inseridos no item 1.2.5.

Nota: No item 1 foram considerados os Cargos de Direção (CD) equivalentes aos cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS), pois a FUB não possui cargos DAS.

Fonte: DGP.

7.1.1.1 Análise crítica

Um aspecto que afeta negativamente a força de trabalho da FUB é o alto índice de desligamentos de servidores: o percentual é de aproximadamente 57% de egressos em comparação aos servidores que ingressaram em 2014 (baseando-se em dados do Quadro 7.1). Tal fato ocorre principalmente devido à baixa remuneração dos servidores. Houve um aumento da quantidade de servidores nos últimos anos em razão do Programa Reuni; da substituição dos colaboradores vinculados ao SICAP (Sistema de Cadastramento Unificado de Prestação de Serviço) por servidores concursados; e do ingresso de novos servidores concursados em consequência das vagas pleiteadas junto ao Ministério da Educação (MEC) e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Contudo, o atual quadro de pessoal ainda não corresponde ao ideal, o que pode interferir na qualidade dos serviços prestados.

Em 2014, a FUB efetuou o desligamento de parte da força de trabalho exercida pelos colaboradores vinculados ao SICAP e realizou concurso público para contratação de servidores efetivos, com o objetivo de dar continuidade ao cumprimento do Acordo Judicial (PAJ n. 608/2009 – disponível em: www.dpo.unb.br/documentos.php). Assim sendo, foi realizado um estudo de dimensionamento para melhor alocação dos novos servidores com a finalidade de evidenciar ao MPOG e ao MEC os tipos de cargos necessários para atender de forma satisfatória às demandas da FUB.

Quanto à distribuição da força de trabalho, o DGP realiza entrevistas com os servidores recém-empocados visando distribuí-los adequadamente em suas respectivas áreas de conhecimento e a partir de suas experiências profissionais anteriores, diminuindo possíveis conflitos internos e insatisfação. Ainda, o DGP promove um curso de integração para os novos servidores a fim de apresentar o cenário da FUB, bem como para motivá-los a fazer parte dessa equipe.

A despeito do quantitativo apresentado no quadro 7.3, a FUB entende ser necessária a disponibilização de mais funções, tendo em vista sua expansão, o que acarretou na contratação de um grande número de servidores, inclusive para coordenarem os novos setores.

Foi realizado um estudo de lotação das funções existentes, que consistiu em verificar se todos os departamentos possuíam funções e se essas estavam adequadas às responsabilidades dos cargos, a fim de dimensionar a distribuição efetiva. Atualmente, a distribuição de funções ocorre conforme a estrutura organizacional e a demanda de cada área acadêmica e administrativa da FUB. Além disso, houve a criação de uma comissão de estrutura organizacional, com vistas à análise e adequação do atual organograma da FUB.

Como um fator que influencia a força de trabalho, a aposentadoria merece ser destacada. Dos 243 egressos constantes no item 1.2.1 do quadro 7.1, 107 decorreram de aposentadoria. Outra informação relevante é que, atualmente, a FUB possui aproximadamente 593 servidores recebendo abono de permanência. Assim, quando esses servidores se aposentarem, haverá possível descontinuidade dos serviços caso a FUB não capacite os novos servidores na execução das tarefas realizadas por esses egressos.

Com relação ao afastamento de servidores docentes, a FUB pode contratar professores substitutos para suprir essa ausência, conforme preceitua a Lei 12.772/2012. Contudo, quando se trata de afastamento de servidor técnico-administrativo em educação, não há essa previsão legal. O



afastamento para capacitação dos servidores técnico-administrativos é condicionado à anuência da chefia imediata. Em referência à quantidade de afastamentos, em 2014, a FUB concedeu 142 afastamentos aos servidores, correspondendo a aproximadamente 2% do quantitativo de servidores em 2014.

7.1.2 Qualificação e capacitação da Força de Trabalho

O quadro 7.4 apresenta a qualificação dos servidores técnico-administrativos e docentes da Fundação Universidade de Brasília.

Quadro 7.4 - Qualificação dos servidores técnico-administrativos e docentes

Titulação	Categoria		Total
	Docente	Técnico	
Ensino Fundamental Incompleto	-	66	66
Ensino Fundamental Completo	-	107	107
Nível Médio	-	690	690
Nível Superior Completo	39	853	892
Especialização	6	815	821
Mestrado	278	195	473
Doutorado	2.074	44	2.118
TOTAL	2.397	2.770	5.167

Fonte: DGP.

Quanto às competências necessárias ao desenvolvimento das atividades, qualquer unidade da FUB, ao constatar que o servidor possui necessidade de aprimoramento do seu conhecimento, solicita à Coordenadoria de Capacitação (PROCAP) a realização de algum curso.

A PROCAP anualmente publica seu Plano Anual de Capacitação (PAC), contendo o catálogo das ações de capacitação a serem executadas no ano, visando ao desenvolvimento de competências fundamentais, gerenciais e específicas. Para o desenvolvimento de competências específicas, a sistemática adotada pela PROCAP, no ano de 2014, foi operacionalizada por meio de edital, o que incentivou as áreas acadêmicas e administrativas a manifestarem a necessidade de capacitação de seus servidores.

As ações de capacitação foram oferecidas em duas modalidades: presencial e a distância (EaD). Quanto à modalidade presencial, as ações de capacitação foram realizadas por meio da mobilização da PROCAP em seu planejamento e execução, chamadas de ações de capacitação internas; ou por meio da viabilização da participação dos servidores em cursos, congressos, simpósios e congêneres, oferecidos por pessoas jurídicas diversas, denominadas ações de capacitação externas. As ações de capacitação externas foram ofertadas por meio do Edital n. 01/2014, que selecionou projetos de capacitação para o desenvolvimento de competências específicas, sob demanda das unidades. No tocante à modalidade a distância, as ações de capacitação foram oferecidas por meio de parceria entre a PROCAP e o CEAD (Centro de Educação a Distância da UnB).

No total, foram ofertados pela PROCAP 12 cursos a distância e 64 na modalidade presencial. Foram oferecidas 2.072 vagas em ações de capacitação: 870 na modalidade EaD e 1.202 na modalidade presencial. Para que a modalidade EaD cresça e atinja um público mais significativo, são necessários maiores investimentos para tornar o processo de construção e oferta de cursos mais independente da infraestrutura de parceiros, além da capacitação da equipe EaD – PROCAP.

Participaram dos cursos docentes e servidores técnico-administrativos, ocupantes de função gerencial ou não. No total, foram realizadas 1.647 capacitações (matrículas feitas nos cursos), das quais 1.341 (81%) por servidores sem função gerencial e 306 (19%) por servidores ocupantes de algum tipo de função gerencial.



Certamente há outras ações de capacitação e aperfeiçoamento, além das já relatadas, como cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu*. A FUB contribuiu para viabilizar a educação formal em nível de pós-graduação sob diferentes formas: isentando taxas em cursos de pós-graduação da instituição e custeando cursos de mestrado profissional.

Atualmente estão cursando mestrado ou doutorado na FUB 176 servidores técnico-administrativos. A FUB viabilizou o acesso aos servidores em uma turma de Mestrado Profissional em Administração, duas turmas de Mestrado Profissional em Economia, 14 servidores selecionados e cursando o Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas, 6 servidores cursando Mestrado Profissional em Educação, 24 cursando o Mestrado Profissional em Economia/Finanças Públicas. Os demais 132 servidores encontram-se regularmente matriculados em mestrados e doutorados acadêmicos ofertados pela UnB.

Quanto aos resultados alcançados, não houve avaliação de impacto dos treinamentos. Contudo, verifica-se que a PROCAP realizou mais ações de capacitação do que as previstas no PAC 2014.

7.1.3 Custos de Pessoal da FUB

O quadro 7.5 demonstra as naturezas de despesas de pessoal com alguns grupos de servidores e tipologias de cargos relativamente ao exercício de 2013 e 2014.

As linhas do quadro referentes a membros de poder e agentes políticos foram suprimidas porque não se aplicam à FUB.



Quadro 7.5 – Custos do pessoal – Em R\$

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários				Demais Despesas Variáveis
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2014	251.876.715	9.391.888	57.691.639	229.265.271	28.509.393	14.469.034	448.325	526.156	112.393.804	704.572.225
	2013	185.514.568	0	42.115.968	148.836.438	20.762.018	10.003.673	742.260	1.005.001	80.629.806	489.609.732
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2014	0	202.975	22.229	79.325	3.202	7.060	1.410	2.019	0	318.220
	2013	0	191.677	26.786	50.598	10.071	9.981	8.894	6.248	0	304.255
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2014	0	941	21.517	20.396	8.985	1.279	4.316	0	0	57.434
	2013	0	3.242	26.948	19.405	11.583	1.279	22.017	0	0	84.474
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2014	10.689.490	0	2.024.885	6.170.695	759.430	770.281	15.490	16.147	4.198.828	24.645.246
	2013	3.018.717	45.111	869.297	2.602.840	255.265	248.280	12.025	24.682	1.399.832	8.476.049
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2014	11.551.671	0	925.579	653.604	49.187	0	595.508	78.750	0	13.854.299
	2013	39.417	0	4.230	2.681	0	0	2.011	0	0	48.339
Total											
Exercícios	2014	271.117.876	9.595.804	60.685.849	236.189.291	29.330.197	15.247.654	1.065.049	623.072	116.592.632	743.447.424
	2013	188.572.702	240.030	43.043.229	151.511.962	21.038.937	10.263.213	787.207	1.035.931	82.029.638	498.522.849

Nota: Foi considerado em cada despesa o valor líquido, ou seja, somados todos os valores pagos deduzidos os valores descontados em folha.

Fonte: DGP



7.1.4 Irregularidades na área de pessoal

As informações disponibilizadas neste item referem-se à acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos e à terceirização irregular de cargos.

7.1.4.1 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Atualmente, os trabalhos referentes à averiguação de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos decorreram da análise dos 516 casos de servidores com indícios de acumulação de cargos, quebra do regime de dedicação exclusiva e remuneração acima do teto constitucional, descritos no Acórdão TCU nº 1.289/2012 – 2ª Câmara.

A comissão constituída para proceder à apuração dos casos não conseguiu concluir suas atividades no tempo previsto devido ao reduzido número de servidores. À vista disso, em 17/02/2014, o TCU encaminhou o Ofício n. 1.163/2014-TCU/SEFIP notificando e reiterando que, caso o Acórdão TCU n. 1.289/2012 – 2º Câmara não fosse plenamente atendido, a FUB seria multada nos termos do art. 58, inciso IV, da Lei 8.443/1992. Diante do exposto, a FUB encaminhou, no dia 17/03/2014, o Ofício n. 254/2014/DGP/FUB ao TCU com o Plano de Trabalho prevendo as providências a serem adotadas, bem como solicitando prorrogação de prazo para atendimento pleno da demanda.

Assim, em 03/04/2014, a Assessoria de Controle Interno e Orientação à Legislação (ASCOL) assumiu a demanda do Acórdão TCU, com vistas à apuração e conclusão dos trabalhos. Nos trabalhos realizados pela ASCOL foram encaminhadas cartas aos servidores apontados no acórdão para prestação de informações preliminares acerca do indício, além de serem efetuadas verificações nominais utilizando-se o SIAPE, o Portal da Transparência, o sítio da Imprensa Nacional para realização de consulta no Diário Oficial da União e dos Estados, e, ainda, verificação junto ao Tribunal Regional Federal para acompanhamento dos processos judiciais com o intuito de confirmar a existência de decisão judicial favorável para a acumulação de cargos.

Cabe mencionar que as relações foram separadas por assuntos e, à medida que os fatos foram apurados, as informações foram repassadas ao Tribunal de Contas da União. Para isso, foram gerados 3 relatórios.

Em 16/10/2014, a ASCOL finalizou as análises dos 516 servidores citados no mencionado Acórdão. Dessa forma, é apresentado no quadro 7.6 um histórico consolidado sobre toda a apuração realizada ao longo de 6 meses.

Quadro 7.6 – Histórico consolidado sobre a apuração realizada – período de 03/04/2014 a 16/10/2014

Acórdão TCU n. 1.289/2012 – 2º Câmara	Relação 1: Cargos inacumuláveis	Relação 2: Jornada incompatível	Relação 3: Cargos inacumuláveis	Relação 4: Jornada incompatível
Servidores analisados	9	70	135	284
Servidores regularizados	8	67	112	215
Servidores aguardando o trânsito em julgado para acumulação de cargos públicos	1	3	8	20
Servidores que ainda não se manifestaram quanto à carta recebida	0	0	4	22
Servidores com jornada de trabalho de 40h/semana, mas exercendo 30h/semana	0	0	11	21
Servidores encaminhados para abertura de PAD ¹	0	0	0	6

Nota: 1- Em atendimento ao itens 9.2.4 e 9.2.7 do referido Acórdão.

Fonte: DGP.



Cabe destacar que, a partir de 16/10/2014, houve regularização de situações, contudo restam 15 servidores, os quais foram notificados por meio de carta e ainda por e-mail. Entretanto, até 31/12/2014 não houve posicionamento, o que ensejaria Processo Administrativo Disciplinar pela não manifestação em tempo hábil.

Deste modo, no intuito de concluir a análise do referido Acórdão e atender as recomendações do artigo 133 da Lei 8.112/1990, a ASCOL sugeriu, por meio do Memorando 455/2015 ao Gabinete do Reitor, a abertura de PAD individualizado, rito sumário, com vistas à apuração e regularização funcional imediata dos servidores supracitados.

Vale ressaltar que ASCOL já sugeriu a DPAM (Diretoria de Provimento, Acompanhamento e Movimentação), como medida de controle prévio, que, ao dar posse aos novos servidores, já verificasse no portal da transparência se o referido servidor já possui vínculo com a administração pública. Foi informado que o DGP não dispõe de ferramentas informatizadas para tal consulta prévia e de acompanhamento para detectar possível acumulação vedada de cargos. Atualmente, o Sistema SIAPE faz algumas críticas caso o servidor, ao registrar uma progressão, já possua outro vínculo em instituições que utilizam o sistema SIAPE, e, logo que esses casos são detectados, a ASCOL já orienta todas as diretorias e coordenadorias do DGP, por meio do Memorando Circular n. 5052/2014/DGP (disponível em: www.dpo.unb.br/documentos.php), datado de 21/08/2014, que notificará o servidor para efetuar a opção de cargos conforme prevê o artigo 133 da Lei n. 8.112/1990.

7.1.4.2 Terceirização Irregular de Cargos

A FUB conta com a prestação de serviços de colaboradores vinculados ao SICAP para atendimento, em sua grande maioria, no apoio administrativo, e cuja contratação não atende aos ditames do artigo 37, inciso II da Constituição Federal de 1988. Quanto à sua natureza jurídica, é considerada como contratação de nulo direito, havendo somente a retribuição financeira pelos serviços prestados, tornando a sua vinculação precária, ou seja, sem maiores garantias trabalhistas. Esses trabalhadores não têm nenhum tipo de documento formal para sua contratação, possuem somente vínculo ao SICAP.

Diante disso, o DGP vem desde novembro de 2012 buscando ações para regularizar essa situação com vistas à substituição da força de trabalho desses colaboradores por servidores concursados. Em 05/04/2013 foi reafirmado com os representantes da FUB, do MEC, do MPOG e do MPT o Acordo Judicial PAJ n. 608/2009.

Nesse acordo foi consignado em Ata que o desligamento de todos os colaboradores SICAP ocorrerá no menor prazo possível. Para isso o MEC iria disponibilizar 689 vagas novas para realização de concurso público para ingresso de novos servidores. Até 31/12/2014 o MEC procedeu à liberação de 511 vagas.

Sendo assim, atendendo a urgência para regularização dessa força de trabalho da FUB, seguem as ações realizadas em 2014:

- a) no período de 09/12/2013 a 31/12/2014, ocorreram 614 nomeações para o cargo de Técnico-Administrativo em Educação. Dentre essas nomeações, houve 142 desistências ou perdas de prazo. Sendo assim, 474 novos servidores tomaram posse e 472 entraram em exercício. As nomeações contemplaram as novas vagas disponibilizadas pelo Ministério da Educação e 33 vagas do Quadro de Referência do Servidor Técnico-Administrativo (QRSTA), contemplando casos de vacâncias, aposentadorias, falecimentos, exonerações e posse em cargo inacumulável;
- b) Em 11/04/2014 foi publicada no Diário Oficial da União a [Portaria n. 324](#), distribuindo 252 novos códigos de vagas. Esse quantitativo de vagas será utilizado em etapas, conforme descrito a seguir: nomeação de candidatos remanescentes e do cadastro de reserva do edital FUB nº 1/2013; e provimento de 221 vagas em cargos técnico-



administrativos do Edital de abertura nº 2/2014, de 03/12/2014, considerando a reserva para portadores de necessidades especiais e cotas para negros, com previsão de homologação do resultado final para a segunda quinzena do mês de maio de 2015.

No tocante às vagas pactuadas junto ao MEC e ao MPOG, cabe ressaltar que a FUB aguarda a distribuição do restante das 190 vagas, do total das 689 pactuadas, o que possibilitará a substituição efetiva da força precarizada em função do provimento dos novos servidores, a partir dos concursos públicos vigentes. Cumpre esclarecer que tais medidas e procedimentos adotados pela FUB foram formalmente informados ao Ministério Público do Trabalho, na Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região, na Ata de Audiência PAJ n. 000608/2009.10.000/8, de 12/11/2014.

É apresentada a quantidade de desligamentos de colaboradores SICAP ocorridos no período de 2012 a 2014 no quadro 7.7.

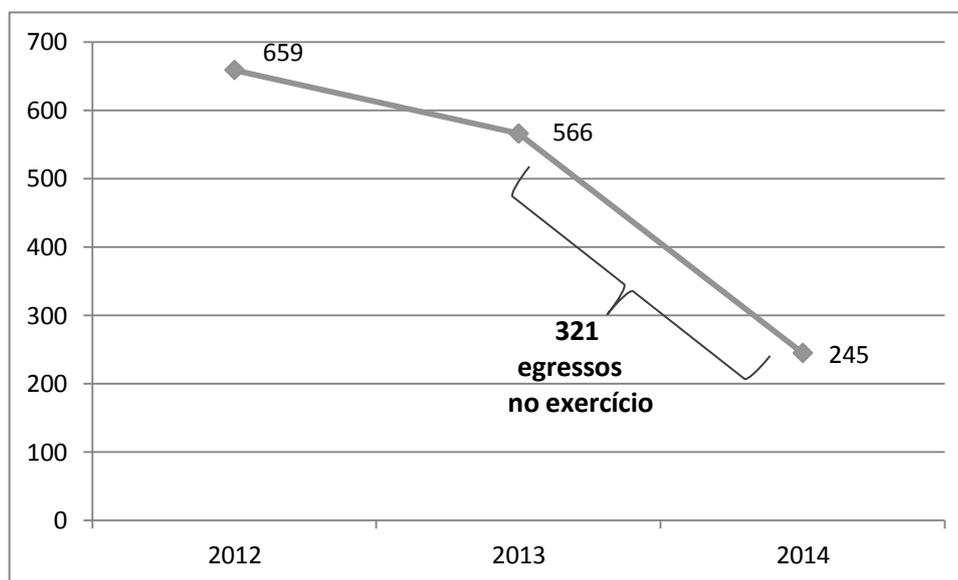
Quadro 7.7 - Quantidade de desligamentos de colaboradores SICAP – 2012 a 2014

Ano	Quantidade de desligamentos
2012	45
2013	85
2014	321
Total	451

Fonte: DGP

O gráfico 7.2 evidencia o quantitativo de servidores terceirizados que ocupam ou exercem cargos ou atividades típicos de categorias funcionais do plano de cargos da FUB (SICAP), em uma série histórica de 2012 a 2014.

Gráfico 7.2 - Quantitativo de terceirizados que ocupam ou exercem cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da FUB – 2012 a 2014



Fonte: DPAM/DGP (dados de 2014) e Relatórios de Gestão FUB de 2012 e 2013.

Dos 659 colaboradores terceirizados em 2012, 203 eram de nível superior e 456 de nível médio; já em 2013, 159 eram de nível superior e 407 de nível médio, completando 566 servidores terceirizados; e em 2014 eram 40 de nível superior e 205 de nível médio, totalizando 245 terceirizados que ocupavam ou exerciam cargos e atividades típicos de categorias funcionais do plano de cargos da FUB.



Considerando a continuidade das ações previstas no Termo de Conciliação Judicial, bem como ao compromisso firmado no Acordo Judicial PAJ n. 608/2009, a FUB efetivou o desligamento de 321 colaboradores SICAP no exercício de 2014. Não houve ingresso de colaboradores SICAP no ano de vigência deste relatório.

7.1.5 Riscos identificados na gestão de pessoas

Como não há padrão definido para informar os possíveis riscos identificados na gestão de pessoas, foram considerados fatores internos e externos a esta Fundação:

- a) falta de oferta de treinamento para manuseio dos novos sistemas estabelecidos pelos órgãos de controle e pelo MPOG, concomitante com a necessidade de cumprimento de prazos anteriormente estabelecidos;
- b) alta rotatividade dos servidores, devida, principalmente, ao baixo salário e à ausência de perspectiva na carreira. Tal rotatividade prejudica o desempenho e a continuidade das atividades;
- c) espera de liberação das 190 vagas por parte do MPOG para realização do concurso público de servidores técnico-administrativos em educação nos cargos de nível superior. Esse fato gera um risco do não cumprimento do acordo judicial (PAJ 608/2009);
- d) ausência de ferramentas administrativas que proporcionem maior efetividade na comunicação institucional entre as unidades acadêmicas/administrativas. (ex.: sistemas integrados, intranet);
- e) falta de padronização dos procedimentos (roteiros, fluxogramas, mapeamento de processos, manuais);
- f) ausência e/ou poucas ações voltadas à melhoria ergonômica e do ambiente de trabalho.

Essa listagem complementa o trabalho de gestão de riscos, constante do capítulo 13.

7.1.6 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Na FUB não há metas fixadas. O DGP utiliza alguns indicadores para mensurar o desempenho das atividades, de modo que os resultados seguem relacionados.

➤ Objeto mensurado: Capacitação.

Indicadores:

- número de vagas ofertadas: 2.072 vagas, 42% do total das vagas na modalidade EaD e 58% das vagas na modalidade presencial, conforme detalhado no item 7.1.2 Qualificação e capacitação da força de trabalho;
- número de cursos ofertados: 76 cursos, sendo 12 na modalidade EaD e 64 presencial;
- número de capacitações realizadas (matrículas efetivadas nos cursos): 1.647 matrículas;
- carga horária por modalidade EaD e presencial: 470 horas/aula na modalidade à distância e 2.214 horas/aula na modalidade presencial;

carga horária por linha de desenvolvimento: seguem dados de 2014 conforme quadro 7.8.



Quadro 7.8 - Carga horária por linha de desenvolvimento

Linhas de desenvolvimento	Carga horária
Competências específicas	1.484
Geral	692
Gestão	270
Saúde do trabalhador	142
Iniciação ao serviço público	56
Interambientes	40
Total	2.684

Fonte: DGP

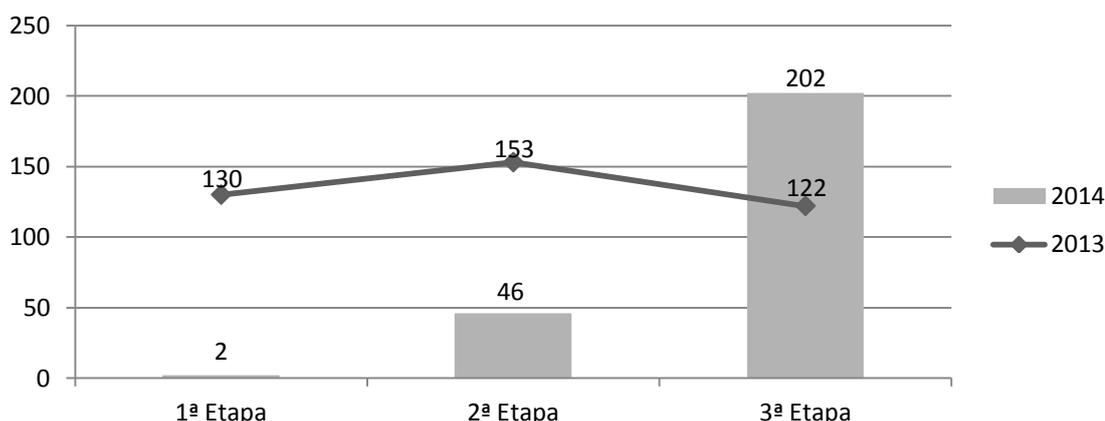
➤ Objeto mensurado: Avaliação de estágio probatório.

Iniciou-se em dezembro de 2013 a aplicação de novo modelo de avaliação de Estágio Probatório. Por esse motivo, atualmente existem duas Resoluções de Estágio Probatório: Resolução CAD nº 04/1998 (atende a todos os servidores admitidos até o fim do mês de novembro de 2013) e Resolução CGP nº 05/2013 (atende a todos os servidores admitidos a partir do mês de dezembro de 2013).

Indicador:

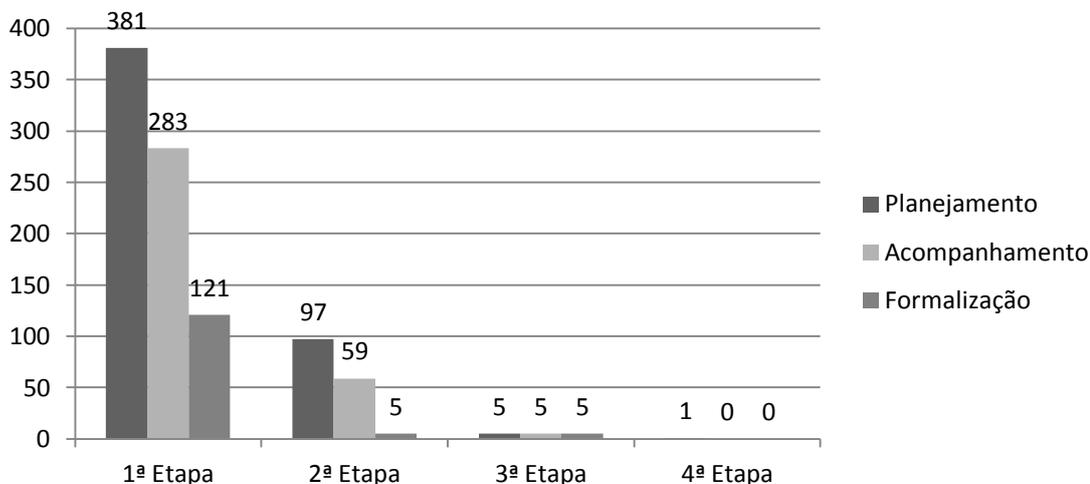
- Número de servidores em estágio probatório: conforme gráficos 7.3 e 7.4.

Gráfico 7.3 - Quantidade de servidores avaliados - Resolução CAD nº 04/1998 – Exercícios de 2013 e 2014



Fonte: DGP

Gráfico 7.4 - Quantidade de servidores avaliados - Resolução CGP nº 05/2013 – Exercício de 2014



Fonte: DGP

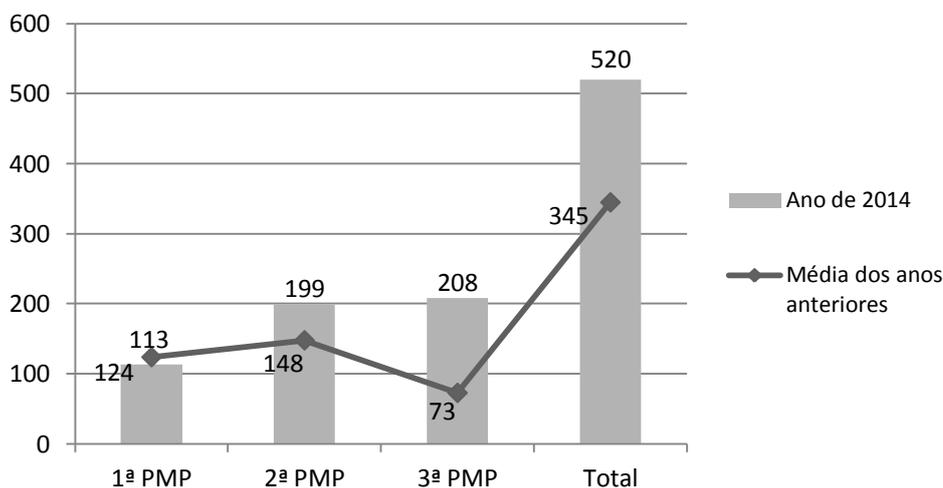


➤ Objeto mensurado: Progressão de servidores em estágio probatório.

Indicador:

- Número de progressões por mérito profissional de servidores em estágio probatório: seguem dados de 2014 e média dos anos de 2012 e 2013 conforme gráfico 7.5:

Gráfico 7.5 - Quantidade de Progressões por Mérito Profissional (PMP) resultantes da avaliação de desempenho em estágio probatório



Fonte: DGP

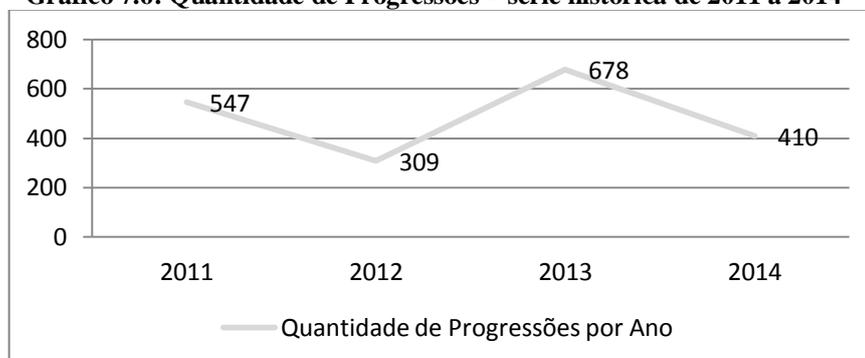
➤ Objeto mensurado: Progressão por capacitação profissional de servidores estáveis.

A progressão por capacitação profissional refere-se ao desenvolvimento do servidor na carreira, previsto no PCCTAE (Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação), instituído pela Lei n. 11.091/2005. Trata-se da mudança de nível de capacitação, no mesmo cargo e nível de classificação, decorrente da obtenção, pelo servidor, de certificado em programa de capacitação compatível com o cargo ocupado, ambiente organizacional, carga horária mínima exigida, bem como demais critérios previstos no PCCTAE. Tal progressão é concedida mediante requerimento do servidor, que deve respeitar o interstício de 18 meses entre uma progressão e outra.

Indicador:

Número de progressões por capacitação profissional. Seguem dados de 2011 a 2014 conforme gráfico 7.6:

Gráfico 7.6: Quantidade de Progressões – série histórica de 2011 a 2014



Fonte: DGP



- Objeto mensurado: Incentivo à qualificação.

Indicador:

- Quantidade de cursos de longa duração concedidos com apresentação de certificado, reconhecidos pelo MEC nos termos estabelecidos na Lei n. 11.091/2005 e suas atualizações e no Decreto n. 5.824/2006: em 2014 foram concedidos 484 cursos de longa duração, um aumento de 52% com relação a 2013 (com 319 cursos).

- Objeto mensurado: Afastamentos/Licenças para capacitação.

Indicador:

- Número de licenças capacitação autorizadas: no ano de 2014 foram autorizadas 142 licenças.

- Objeto mensurado: Rotatividade.

Indicador:

- Rotatividade do cargo de assistente em administração: um estudo de rotatividade do DGP demonstrou que cerca de 15% de servidores deste cargo se aposentaram ou pediram exoneração/vacância em 2014.

7.2 Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários

As informações sobre a terceirização regular de mão de obra no âmbito da FUB são tratadas considerando as orientações contidas nos subitens 7.2.1, 7.2.2, 7.2.3 e 7.2.4, as quais remetem ao preenchimento de três quadros.

Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância

O quadro 7.9 trata dos contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva da FUB em vigência no exercício de 2014.

A coluna de nível de escolaridade exigido dos trabalhadores contratados – Superior (previsto no contrato e efetivamente contratado) foi suprimida por não haver previsão e contratos efetivos deste nível de escolaridade nos contratos vigentes.



Quadro 7.9 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante											
Nome: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA						UG/Gestão: 154040 / 15257					
Informações sobre os Contratos											
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.
					Início	Fim	Fundamental		Médio		
							Prevista no contrato	Efetivamente contratada	Prevista no contrato	Efetivamente contratada	
2013	Vigilância ostensiva	Emergencial	733/2013	02.282.727/0001-34	25/11/2013	23/05/2014			168	168	E
2014	Vigilância ostensiva	Ordinária	206/2014	02.674.687/0001-76	27/05/2014	26/05/2015			168	168	A
2013	Limpeza e Higiene	Emergencial	1.994/2013	00.087.163/0001-53	25/11/2013	24/05/2014	891	891			E
2014	Limpeza e Higiene	Emergencial	6.370/2014	00.087.163/0001-53	23/05/2014	23/11/2014	891	891			E
2014	Limpeza e Higiene	Ordinária	179/2014	00.087.163/0001-53	01/09/2014	31/08/2015	584	584			A

Nota: contrato 733/2013 - Zepim Segurança e Vigilância Ltda; contrato 206/2014 - Life Defense Segurança Ltda; contratos 1.994/2013, 6.370/2014 e 179/2014 - Apecê Serviços Gerais Ltda.

Legenda: Situação do contrato: (A) ativo normal; (E) encerrado.

Fonte: DTer/DAF.



Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

O quadro 7.10 compreende os demais contratos terceirizados para desenvolvimento de atividades em áreas não abrangidas por categorias funcionais do órgão, em vigência no exercício de 2014. Excetuam-se deste quadro os contratos relativos à Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva, que foram tratados no quadro 7.9.

As colunas de nível de escolaridade exigido dos trabalhadores contratados – Superior e Fundamental (previsto no contrato e efetivamente contratado) foram suprimidas por não haver previsão e contratos efetivos destes níveis de escolaridade nos contratos vigentes.



Quadro 7.10 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante									
Nome: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA					UG/Gestão: 154040 / 15257				
Informações sobre os Contratos									
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados		Situação do Contrato
					Início	Fim	Médio		
							Prevista no contrato	Efetivamente contratada	
2013	Outras	Ordinária	315/2013	72620735/0001-29	16/09/2013	14/09/2015	33	31	Ativo prorrogado
2013	Copeiragem	Ordinária	064/2013	14673828/0001-15	08/04/2013	08/04/2015	4	4	Ativo prorrogado
2013	Copeiragem	Ordinária	292/2013	06090065/0001-51	30/08/2013	30/05/2014	20	20	Encerrado
2014	Copeiragem	Emergencial	6.091/2014	03.432.371/0001-30	31/05/2014	31/08/2014	20	20	Encerrado
2014	Copeiragem	Emergencial	464/2014	02843359/0001-56	01/09/2014	28/02/2015	20	20	Ativo normal
2013	Recepção	Ordinária	292/2013	06090065/0001-51	30/08/2013	30/05/2014	50	50	Encerrado
2014	Recepção	Emergencial	6.091/2014	03.432.371/0001-30	31/05/2014	31/08/2014	50	50	Encerrado
2014	Recepção	Emergencial	464/2014	02843359/0001-56	01/09/2014	28/02/2015	50	50	Ativo normal
2013	Telecomunicações	Ordinária	292/2013	06090065/0001-51	30/08/2013	30/05/2014	10	9	Encerrado
2014	Telecomunicações	Emergencial	6.091/2014	03.432.371/0001-30	31/05/2014	31/08/2014	10	7	Encerrado
2014	Telecomunicações	Emergencial	464/2014	02843359/0001-56	01/09/2014	28/02/2015	10	8	Ativo normal
2013	Outras	Ordinária	292/2013	06090065/0001-51	30/08/2013	30/05/2014	200	200	Encerrado
2014	Outras	Emergencial	6.091/2014	03.432.371/0001-30	31/05/2014	31/08/2014	200	172	Encerrado
2014	Outras	Emergencial	464/2014	02843359/0001-56	01/09/2014	28/02/2015	200	187	Ativo normal
2010	Manutenção de bens móveis	Ordinária	607/2010	02843359/0001-56	12/02/2010	14/02/2015	78	77	Ativo prorrogado
2010	Outras	Ordinária	607/2010	02843359/0001-56	12/02/2010	14/02/2015	165	164	Ativo prorrogado



2010	Manutenção de bens móveis	Ordinária	608/2010	02843359/0001-56	12/02/2010	14/02/2015	72	49	Ativo prorrogado
2010	Manutenção de bens imóveis	Ordinária	608/2010	02843359/0001-56	12/02/2010	14/02/2015	471	409	Ativo prorrogado
2010	Outras	Ordinária	604/2010	72620735/0001-29	14/02/2010	14/02/2015	202	149	Ativo prorrogado
2010	Transportes	Ordinária	610/2010	72620735/0001-29	14/02/2010	14/02/2015	132	132	Ativo prorrogado
2010	Outras	Ordinária	610/2010	72620735/0001-29	14/02/2010	14/02/2015	24	24	Ativo prorrogado
2010	Segurança	Ordinária	603/2010	06090065/0001-51	01/02/2010	29/05/2014	612	612	Encerrado
2014	Segurança	Emergencial	6.615/2014	04.944.460/0001-29	30/05/2014	30/11/2014	548	548	Encerrado
2014	Segurança	Emergencial	1.0456/2014	02.843.359/0001-56	01/12/2014	31/05/2015	548	548	Ativo normal

Nota: contrato 315/2013 - Ágil Serviços Especiais Ltda; contrato 064/2013 - Daher & Monteiro Soluções Patrimoniais Ltda; contrato 292/2013 - PH Service Ltda; contrato 6091/2014 - JE Paulino da Costa Ind. e Com.; contrato 464/2014 - Planalto Service Ltda; contrato 607/2010 - Planalto Service Ltda; contrato 608/2010 - Planalto Service Ltda; contrato 604/2010 - Ágil Serviços Especiais Ltda; contrato 610/2010 - Ágil Serviços Especiais Ltda; contrato 603/2010 - PH Service Ltda; contrato 6615/2014 - Rover Administração e Serviços EIRELI; contrato 10456/2014 - Planalto Service Ltda.

Fonte: DTer/DAF.



Análise Crítica dos itens 7.2.1 e 7.2.2

Segundo informações da DTer, atualmente a empresa APECÊ presta os serviços de limpeza e conservação das unidades da FUB. Este contrato possui cláusula de ANS, o que tem colaborado para a excelência dos serviços. A empresa LIFE presta serviços de vigilância desarmada, possuindo também cláusula de ANS. Durante o ano de 2014, não houve interrupções na prestação dos serviços terceirizados elencados no presente relatório.

Houve a necessidade de realização de audiências junto ao Ministério Público do Trabalho pelo fato de a empresa PH Serviços e Administração Ltda ter apresentado problemas para pagamento de salários e verbas trabalhistas dos empregados de Portaria.

Por intermédio destas audiências, foi possível o pagamento direto pela FUB dos empregados da PH, sanando grande parte das referidas obrigações. Porém, restou pendente o pagamento da multa dos 40% do FGTS. O Sindiserviços entrou com uma petição para bloquear junto à FUB qualquer saldo porventura devido à empresa no intuito de saldar esta dívida. Está em tramitação na FUB processo visando levantar o saldo da garantia contratual junto à seguradora contratada pela empresa PH Serviços.

A mesma situação de inadimplemento no pagamento de salários e verbas trabalhistas ocorreu com as empresas JE Paulino – Apoio e Copeiragem e Rover – Portaria. Foram também necessárias reuniões de mediação junto ao MPT para que os pagamentos dos empregados ocorressem. Ambas as empresas não prestam mais serviços na FUB.

Contratação de Estagiários

O quadro 7.11 demonstra a composição do quadro de estagiários, discriminando-os de acordo com o nível de escolaridade exigido e com a alocação na estrutura da FUB (na área fim ou na área meio), contemplando os quantitativos trimestrais de contratos de estágio, bem como a despesa no exercício.

Quadro 7.11 – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	1.005	945	962	1.025	7.514.655
1.1 Área Fim	570	564	575	632	4.397.837
1.2 Área Meio	435	381	387	393	3.116.818
2. Nível Médio	163	174	166	192	855.635
2.1 Área Fim	94	100	99	134	516.223
2.2 Área Meio	69	74	67	58	339.412
3. Total (1+2)	1.168	1.119	1.128	1.217	8.370.290

Fonte: DGP.

7.2.4.1 Análise Crítica

A FUB adota como parâmetro básico para a contratação de estagiários a Lei nº 11.788/2008. A contratação de estagiário segue o seguinte procedimento: a Unidade Acadêmica/Administrativa deve verificar a existência de vagas disponíveis. Caso exista a vaga, inicia-se o processo de seleção do estagiário, observando a área de interesse e de aptidão do curso com as atividades que o estagiário irá desenvolver, como perfil do curso, especialidade da atuação curricular ou a área de atuação no mercado de trabalho. Em seguida, encaminha-se o processo à Unidade Acadêmica/Administrativa para que aconteça a análise documental e acolhimento da demanda para a efetiva contratação, que é celebrada por meio da assinatura do Termo de Compromisso de Estágio. As contratações que a Coordenadoria de Estágio (COEST) realiza enquadram-se apenas na modalidade de estágio não obrigatório”, conforme possibilita o Art. 2º da Lei nº 11.788/2008.



8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

Este capítulo apresenta informações sobre o gerenciamento da frota de veículos automotores e os bens imóveis sob a gestão da FUB, tanto de propriedade própria quanto de terceiros. A SGP e o DCO/DAF prestaram as informações deste capítulo.

8.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

As informações sobre a gestão da frota de veículos da FUB encontram-se detalhadas a seguir, conforme documento encaminhado pela Coordenadoria de Gestão Administrativa – CGA.

8.1.1 Frota de Veículos Automotores de Propriedade da FUB

O Quadro 8.1 detalha o posicionamento dos gestores de veículos automotores de propriedade da FUB.

Quadro 8.1 – Gestão da Frota de Veículos Automotores da FUB

Solicitações do TCU	Posicionamento da FUB
a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;	Fundamentamos com base na Lei Nº 1.081 , de 13 de abril de 1950, juntamente com a revogação do artigo 9º, dado pela Lei nº 9.327 de 1996, e a Instrução da Reitoria 04/2002 , que estabelece normas para controle, uso e condução de veículos oficiais de propriedade da FUB.
b) importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;	Informamos que o uso do transporte é importante para as atividades acadêmicas, uma vez que os veículos contribuem para o desenvolvimento acadêmico educacional por meio do ensino prático em aulas de campo e visitas técnica/científicas. A frota é necessária para o cumprimento do currículo acadêmico de cada disciplina.
c) quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;	A frota da UnB é composta por 310 veículos, distribuídos em veículos de uso comum (toda a comunidade universitária usa os veículos) e os veículos dos departamentos, que são administrados por um responsável da unidade. (vide tabela em anexo) Veículos de Uso Comum: com 35 veículos, utilizados pelas unidades acadêmicas/administrativas em diversas atividades; são controlados pela Coordenação de Transporte. Veículos de Departamentos: com 275 veículos, estes são administrados por uma unidade específica e seu uso é restrito àquele setor, que também é responsável pelo mesmo.
d) média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;	Veículos de uso comum: média de 12.625,66 quilômetros anuais (35 veículos). Veículos de Departamentos: média de 99.201,60 quilômetros anuais (275 veículos). A média anual dos dois grupos de veículos é de 111.827,26 quilômetros rodados com a frota toda e as distâncias percorridas.



Solicitações do TCU	Posicionamento da FUB
e) idade média da frota, por grupo de veículos;	Grupo de Classificação: 1) automóvel – 7 anos; 2) caminhão – 11 anos; 3) caminhonete – 7 anos; 4) furgão – 9 anos; 5) jipe – 26 anos; 6) micro – 4 anos; 7) micro – ônibus – 4 anos; 8) misto – 9 anos e meio; 9) moto – 8 anos; 10) ônibus – 9 anos; 11) pick- up – 10 anos; 12) trator – 16 anos; 13) van – 6 anos.
f) custos associados à manutenção da frota (por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);	Seguro obrigatório R\$40.423,23 Licenciamento Anual: R\$16.192,82 em uma frota de 310 veículos Lubrificantes e peças: R\$162.856,45 Troca de pneus: R\$136.104,10 Gastos com combustível: R\$966.142,00 A estimativa de custos anual total com a frota é de R\$1.321.719, ou R\$4.263 por veículo.
g) plano de substituição da frota;	Há estimativa de renovação da frota a cada 10 anos, com a exceção de alguns veículos específicos, como o caminhão muck, as Toyotas traçadas para uso em estradas ruins e as Kombis, que não são mais fabricadas.
h) razões para a escolha da aquisição em detrimento da locação;	Atualmente estão sendo utilizados veículos contratados (viagens inter estaduais) devido aos ônibus da FUB necessitarem alguns reparos de pequeno porte e substituição de pneus. Quanto aos pneus, os mesmos foram recentemente adquiridos. Os veículos de locomoção para localidades próximas estarão prontos para uso da comunidade, o que reduz a necessidade de contratação.
i) estrutura de controle da FUB para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte;	O controle se dá através de lançamento em planilha na confirmação do pedido do transporte em que o motorista alocado no atendimento preenche o Boletim Diário de Tráfego- BDT e, em seguida, é feito um controle na guarita pelos seguranças da UnB, os custos de manutenção, consumo e números de atendimentos são controlados e lançados em relatório específico.

Fonte: CGA/PRC

O Quadro 8.2 especifica a quantidade de veículos de uso comum da FUB agregados por tipo de veículo:

Quadro 8.2 – Quantidade de Veículos de Uso Comum da FUB agrupados por Tipo - 2014

Tipo de Veículo	Quantidade
Automóvel	110
Caminhão	13
Caminhonete	41
Furgão	04
Jipe	07
Micro	07
Micro-ônibus	14
Misto	54
Moto	03
Ônibus	13
Pick-up	08
Trator	02
Van	34
TOTAL	310 Veículos

Fonte: CGA/PRC



8.1.2 Frota de Veículos Terceirizada

O Quadro 8.3 detalha o posicionamento dos gestores de veículos automotores a serviço da Universidade, mas contratados de terceiros:

Quadro 8.3 – Posicionamento da FUB

Solicitações do TCU	Posicionamento da FUB
a) Estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota de serviços e transportes.	Não há estudo técnico em relação à frota terceirizada
b) Nome e CPNJ da empresa contratada para a prestação do serviço de transporte.	Planalto Transportadora Turística Ltda-Me Cnpj:03.590924/0001-83
c) Tipo de licitação efetuada, nº do contrato assinado, vigência do contrato, valor contratado e valores pagos desde a contratação até o exercício de referência do Relatório de Gestão.	Pregão eletrônico N°714/2014 Processo Administrativo nº23106.009410/2014-47 Contrato N°1205/2014 Vigência do contrato: 12 meses, prorrogável por até 60 meses. Valor contratado: Estimativa de R\$2.098.000,00 por ano.
d) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos.	O contrato é regido pela Lei nº 10.520/2002 , Lei nº 10.406/2002 , 8.078/1990 e 8.666/1993 , além das normas da ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres, Código Nacional de Transito .
e) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da FUB.	Suprir a demanda de transporte no Campus, devido a Coordenadoria de Transportes não possuir veículos suficientes para atender a essa demanda.
f) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da FUB, discriminados por grupos, segundo a classificação, bem como a totalização por grupo e geral.	Há, no total, 5 vans, 3 ônibus executivos e 1 ônibus leito em uso pela FUB, classificados na categoria "rodoviários, urbanos e interestaduais".
g) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação da "f" supra.	A média anual dos veículos é de 550.000 quilômetros.
h) Idade média anual, por grupo de veículos.	Todos os veículos possuem, no máximo, 4 (quatro) anos de fabricação.
i) Custos associados à manutenção da frota não inclusos no contrato firmado.	Todos os custos com manutenção dos veículos contratados é de responsabilidade da empresa. A FUB paga somente pelo quilômetro rodado: vans R\$2, ônibus executivos R\$5 e ônibus leito R\$13.
j) Estrutura de controle existente na FUB para assegurar a prestação do serviço de transporte de forma eficiente e de acordo com a legislação vigente.	O controle de quilometragem é feito através do BDT - Boletim Diário de Transporte com lançamentos em planilha eletrônica, realizado pela PRC.

Fonte: CGA/PRC

8.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

Constam do patrimônio da FUB imóveis de distintas classificações como bens públicos, de uso especial e imóveis públicos dominiais.

Pela informação da Secretaria de Gestão Patrimonial (SGP), os imóveis da Universidade de Brasília não se enquadram como imóveis funcionais, pois constituem patrimônio da Fundação e sua renda se destina a auxiliar na manutenção da Universidade. Por esse motivo, não se aplica o quadro sobre Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ. A FUB possui autonomia patrimonial na forma do [artigo 207, caput da Constituição Federal](#).

Destaca-se que não se aplica o quadro relativo à Cessão de espaço físico em Imóvel da União na responsabilidade da UJ, pois a FUB não trabalha com cessão para terceiros, conforme informação da Secretária de Gestão Patrimonial- SGP.



8.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

O [Manual da SPU/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão](#) é explícito em sua “Introdução” (p. 4): “O Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União – SPIUnet – faz a gerência da utilização dos imóveis da União, de caráter "Bens de Uso Especial". O quadro 8.4 demonstra a Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União. Não há imóveis de uso especial de propriedade da União localizados no exterior.

Quadro – 8.4 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

Localização Geográfica		Quantidade de imóveis de propriedade da união de responsabilidade da FUB	
		Exercício 2014	Exercício 2013
Brasil	UF - Distrito Federal	2	2
	9701 - Brasília	2	2
	UF - Goiás	1	1
	9211 - Alto Paraíso	1	1
Total Brasil		3	3

Fonte: SGP

O total de imóveis da FUB, em 2014, é de 1.748. Para fins de controle pela SPU, esses imóveis foram classificados e cadastrados no SPIUnet, como sendo de uso especial, pois a categoria dominial não consta da classificação desse sistema.

8.2.2 Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional

O quadro 8.5 elenca 3 imóveis com seus respectivos RIP e avaliações. Ressalta-se que o item “Despesa no Exercício” não se aplica, pois a SGP informa que não controla a manutenção e reforma dos três RIPs citados.

Quadro 8.5 – Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP - Imóvel	RIP Utilização	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel		
					Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado
154040	9701.20251.500-3 ¹	9701.02090.500-0	23	Bom	751.102.325	19/09/2013	3.018.672.540
	9701.20252.500-9 ²	9701.02794.500-8	21	Bom	3.397.510	19/09/2013	109.957.136
	9211.00012.500-5 ³	9701.02091.500-6	21	-	617.580	19/09/2013	617.580

Fonte: SGP

Nota:

1- O RIP 9701.20251.500-3 registra o Campus Darcy Ribeiro incluindo todos os prédios nele situado

2- O RIP 9701.20251.500-9 refere-se à Fazenda Água Limpa

3- O RIP 9701.20251.500-5 refere-se ao terreno de Alto Paraíso

O Registro Imobiliário Patrimonial - RIP "9701.20251.500-3" engloba o Campus Darcy Ribeiro e todos os prédios nele situados, tendo em vista que não há documentação individual de cada prédio para cadastramento no SPIUnet, foi consolidado em um único RIP. A FUB está providenciando a documentação requerida para o cadastramento individualizado dos prédios.

O RIP de nº 9701.20252.500-9 refere-se à Fazenda Água Limpa, destinada a laboratórios de ensino e pesquisa dos cursos relacionados, a exemplo de Agronomia e Veterinária. O RIP de nº



9211.00012.500-5 é do terreno de Alto Paraíso em fase de construção, onde será instalado o 4º campus da UnB. Os campi de Planaltina, Ceilândia e Gama não constam do quadro 8.5, pois são cedidos pela TERRACAP e estão em processo de escrituração.

8.2.4 Análise Crítica:

A SGP administra um total 1.716 imóveis, todos cadastrados no SPIUnet. Desse total, 1.514 são residenciais, 176 são comerciais e 26 são garagens. Em dezembro de 2014 a ocupação dos imóveis residenciais, era a seguinte: 603 na modalidade de termo de ocupação com pagamento de 50% do valor de mercado, 287 na modalidade de 80% do valor de mercado, destinados à moradia de servidores da FUB, 18 apartamentos destinados à moradia de alunos de pós-graduação, 9 apartamentos concessão do Reitor, 8 apartamentos de trânsito. Outros 504 imóveis, incluindo as garagens, são locados a terceiros a preço de mercado, observando o valor de avaliação realizada por empresas especializadas em avaliações imobiliárias, selecionadas conforme a Lei 8.666/93. Dentre os comerciais, 104 são cedidos, sem ônus, às unidades da UnB, para as atividades fim da Instituição, conforme [Resolução 17 de 2005 do Conselho Diretor](#) da FUB.

A política de moradia da FUB, destinada aos servidores, busca a atração e fixação de quadros diferenciados de docentes e técnico-administrativos, conforme [Resolução nº 30/2004](#) do Conselho Diretor e [Lei 3.998/61](#). Esses servidores pagam uma taxa de ocupação cujo valor é subsidiado e uma taxa de manutenção, destinada a despesas com administração, conservação, zeladoria, consumo de água e energia elétrica das áreas comuns e outras despesas de manutenção. O valor da Taxa de manutenção é determinado por meio de rateio das despesas realizadas pelo número de apartamentos do edifício. O valor de Taxa de Ocupação dos imóveis destinados à moradia de servidores da FUB foi atualizado a partir de julho de 2014, conforme o Art. 2º da [Resolução do Conselho Diretor 0003/2014](#). Os percentuais de ajustes foram aplicados da seguinte forma: 50% para as renovações dos contratos existentes na modalidade “Termo de Ocupação”, com vencimento até 1º de julho de 2014 e 80% sobre o valor de avaliação, para os novos ocupantes da categoria servidores. Todos os Termos de Ocupação e Contratos de aluguel são celebrados com vigência de 12 meses. A locação dos imóveis dominiais da FUB tem sua renda revertida ao financiamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão caracterizando, portanto, a função social desse patrimônio público.

8.3 Bens Imóveis Locados de Terceiros

O quadro 8.6 apresenta a posição atual de imóveis locados nos exercícios de 2012, 2013 e 2014. Não há imóveis locados de terceiros localizados no exterior.

Quadro 8.6 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Localização Geográfica		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros Pela UJ		
		Exercício 2014	Exercício 2013	Exercício 2012
Brasil	Distrito Federal - DF	18	18	16
	Brasília	18	18	16
	Goiás - GO	1	1	1
	Alto Paraíso de Goiás- GO	1	1	1
Subtotal Brasil		19	19	17

Fonte: DCO/DAF, 2014



8.3.1 Análise

A Diretoria de Compras responde pela instrução dos processos de imóveis de terceiros. Os referidos contratos dos imóveis locados no período foram destinados aos estudantes em vulnerabilidade econômica.

Pelas informações prestadas pela DCO, constam locados 05 (cinco) imóveis na Asa Norte em decorrência da reforma da Casa do Estudante Universitário- CEU -, com previsão de entrega em março de 2015; 01 (um) imóvel em Alto Paraíso de Goiás para o desenvolvimento das atividades do Centro de Estudos do Cerrado da Chapada dos Veadeiros - UnB Cerrado; 01 (um) galpão para a guarda de equipamentos da Faculdade UnB Gama – FGA; e 01 (um) imóvel para atendimento administrativo do Campus UnB Planaltina. Não houve gastos com reformas, transformações ou manutenções no período analisado.

O Decanato de Assuntos Comunitários – DAC é a unidade Gestora dos contratos. A Diretoria de Compras deu o suporte relativo ao cumprimento de prazos, legalidade dos atos administrativos, registro dos fornecedores (locadores) e controle dos pagamentos. É necessário informar que os processos abrangem as especificações e justificativas individuais das necessidades de contratação. As especificações estão disponíveis na DCO/DAF.

8.4 Subsídios imobiliário

Neste tópico são apresentados os subsídios imobiliários gerenciados pela Secretaria de Gestão Patrimonial- SGP no que concerne à subvenção de imóveis residenciais e comerciais. O Quadro 8.7 apresenta o demonstrativo de subsídio imobiliário concedido com imóveis residenciais e comerciais em 2012, 2013 e 2014. Os valores estão informados em R\$ 1,00.

Em 2014, a FUB concedeu 12 milhões de reais em subsídios aos imóveis residenciais e comerciais, que representa uma redução de 24% em relação aos subsídios concedidos em 2013. Isso se deve, principalmente, em função da atualização do valor da Taxa de Ocupação (com base na Resolução 0003/2014 do Conselho Diretor).

Quadro 8.7 – Demonstrativo de subsídio imobiliário concedido pela FUB com imóveis residenciais e comerciais

Imóveis residenciais e comerciais	2012	2013	2014
1- Dos imóveis residenciais da FUB			
1.1) Docentes:			
Taxa de ocupação	7.946.124	9.381.097	6.570.679
Contrato de aluguel	361.980	22.480	4.285
Total subitem 1.1	8.308.104	9.403.577	6.574.965
1.2) Técnico-Administrativos:			
Taxa de ocupação	3.378.296	3.927.685	2.540.352
Contrato de aluguel	112.790	16.288	21.155
Total subitem 1.2	3.491.086	3.943.974	2.561.507
1.3) Aposentados:			
Taxa de ocupação	285.072	473.663	335.520
Contrato de aluguel	395.172	71.314	107.173
Total subitem 1.3	680.244	544.978	442.693
1.4) Outros			
Desconto 20% nos alugueis servidores	260.472	149.293	196.178
Apartamentos de Trânsito	-	195.149	195.169
Moradia estudantil de pós-graduação taxa de Ocupação	204.314	229.056	409.909



Concessão do GRE	63.720	63.307	88.382
Total subitem 1.4	528.506	636.805	889.638
Total do item 1	13.007.940	14.529.333	10.468.803
2- Dos imóveis comerciais da FUB			
Órgãos da FUB	946.896	946.896	1.205.930
Taxa de Manutenção/Condomínio	600.127	600.127	564.251
Total item 2	1.547.023	1.547.023	1.770.181
Total Geral	14.554.963	16.076.356	12.238.984

Fonte: SGP/SGI, 2014.

Nota: Não há informação sobre os Apartamentos de Trânsito em 2012.

O Quadro 8.8 apresenta o demonstrativo de subsídios de aluguéis concedidos às unidades da FUB com imóveis comerciais em 2012, 2013 e 2014. Os valores estão informados em R\$ 1,00

Quadro 8.8 - Demonstrativo de subsídios de aluguéis concedidos às unidades da UnB em imóveis comerciais

Unidades que recebem subsídios imobiliários	2012		2013		2014	
	Qtd	Valor -R\$	Qtd	Valor -R\$	Qtd	Valor -R\$
1. CESPE	11	53.124	17	85.668	15	164.703
2. Editora – UnB	6	369.000	5	352.850	5	352.778
3. CEAM	20	72.000	20	98.427	19	125.840
4. Casa da Cultura	18	99.600	18	143.568	18	144.028
5. IDA	1	9.240	1	10.638	1	6.623
6. SGP	2	14.400	2	16.578	2	16.196
7. DATA/UnB	9	54.552	9	53.452	8	70.852
8. PRODEQUI	8	45.600	7	51.108	11	82.712
9. CECANE	1	7.200	1	5.180	-	-
10. Núcleo de Est. em Direitos Humanos e Cidadania	4	15.540	1	6.216	1	8.289
11. LET - UnB IDIOMAS	4	32.496	10	91.450	10	91.459
12. CIRPS	1	8.124	3	59.540	3	59.545
13. SEI	3	13.500	3	26.892	3	26.899
14. Centro de Pesquisa e Aplic. Bambu	1	7.200	4	37.412	5	33.116
15. NEAGRI	12	67.800	1	431	1	6.623
16. VIOLES/SER/HD/UnB	3	51.720	4	37.992	2	16.265
Total	104	946.896	106	1.077.402	104	1.205.930

Fonte: SGI/SGP 2014

Notas:

1- A Editora utiliza 5 andares do Ed. OK, os demais utilizam salas e lojas

2- O CESPE utiliza 4 salas e 1 andar no Ed. OK. Está em processo de assinatura um termo de cooperação com a FUB, no qual está prevista a cobrança de uso de toda infraestrutura física e a marca CESPE pelo CEBRASPE, a partir de 2015.



9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Este capítulo contempla informações, prestadas pelo CPD, sobre sistemas computacionais que estejam diretamente relacionados aos macroprocessos finalísticos e objetivos estratégicos da FUB. Os valores informados estão em R\$ 1,00.

9.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

O quadro 9.1 está estruturado de forma a apresentar os sistemas computacionais existentes na Universidade de Brasília, bem como identificar suas respectivas áreas gestoras, plataformas e finalidades desses sistemas.

Quadro 9.1 - Sistemas computacionais utilizados na UnB e suas funções

Sistema	Gestor	Plataforma	Função
CONDOC – Atividades Acadêmicas e Administrativas de Docentes	SAA	C#	Disponibiliza a consulta das atividades acadêmicas e administrativas de docentes na Internet.
MATWeb – MatrículaWeb	SAA	VB.NET	Disponibiliza o procedimento de matrícula para o aluno na Internet.
SAE – Sistema de Assistência Estudantil	DAC	VB	Gestão de informações socioeconômicas de alunos de graduação, mestrado e doutorado que se candidatam aos programas de assistência estudantil da UnB.
SAEWeb – Sistema de Assistência Estudantil Web	DAC	C#	Disponibiliza o preenchimento e envio do Estudo Socioeconômico pelos alunos na Internet.
SCA – Sistema de Controle de Acesso	CPD	VB/Java	Autenticação de usuários e auditoria de utilização dos sistemas corporativos.
SGI – Sistema de Gerenciamento de Imóveis	SGP	VB	Gestão da alocação dos imóveis e administração dos condomínios de propriedade da UnB.
SGIWeb – Sistema de Gerenciamento de Imóveis Web	SGP	C# / PHP	Disponibiliza a emissão de 2ª via do boleto de cobrança pelo inquilino na Internet.
SIBOL – Sistema de Controle de Bolsas	DPP	VB	Gestão do PIC – Programa de Iniciação Científica.
SIBOLW – Sistema de Controle de Bolsas Web	DPP	C#	Disponibiliza algumas funcionalidades do PIC – Programa de Iniciação Científica na Internet.
SICAU – Sistema de Controle de Atendimento de Usuários	CPD	VB	Controle administrativo dos atendimentos aos usuários da RedUnB, efetuados pelo CPD.
SICONV – Sistema de Convênios	DAF/D PA	VB	Gestão de contratos, convênios e acordos da UnB.
SICONVW – Sistema de Convênios Web	DAF/D PA	C#	Disponibiliza a consulta de contratos, convênios e acordos da UnB na Internet (Portal da Transparência da UnB).
SIDIP – Sistema de Diplomas	SAA	VB	Controle do registro de diplomas dos alunos da UnB.
SIED – Sistema de Ensino a Distância	DEX	VB	Gestão de cursos e alunos de ensino à distância.
SIEFI – Sistema de Execução Financeira	DAF	VB	Controle de execução financeira da UnB.
SIEX – Sistema de Extensão	DEX	VB/Java	Gestão de cursos de alunos de extensão, aperfeiçoamento e especialização.
SIGER – Sistema Gerador de Relatórios	CPD	Java	Sistema de extração e impressão de relatórios customizados pelo Usuário.
SIGRA – Sistema de Graduação	DEG	VB	Gestão acadêmica de cursos e alunos de graduação.



SIGRAW – Sistema Acadêmico – Lançamento de Menções (Menção Web)	SAA	C#	Disponibiliza o lançamento das menções e frequências dos alunos de graduação e pós-graduação pelos professores na Internet.
SIMAR – Sistema de Material e Serviços	DAF/A MOX	VB	Gestão dos almoxarifados Central da UnB e do CME.
SIMCON – Sistema de Orçamento de Material de Consumo	DAF	VB	Gestão da dotação orçamentária dos Centros de Custo para permitir requisição de materiais de consumo, junto ao Almoxarifado Central da UnB.
SINUP – Sistema de Números Únicos de Processos	DAF	Java	Controle da emissão do Número Único de Processo – NUP.
SIOF – Sistema de Ocupação dos Imóveis Residenciais da FUB	DAC	VB	Elaboração de lista de pretendentes a ocupação de imóveis residenciais da UnB.
SIPAT – Sistema de Patrimônio	DGM	VB	Gestão do patrimônio mobiliário da UnB e das manutenções de equipamentos do CME.
SIPES – Sistema de Pessoal	DGP	VB	Gestão de funcionários técnico-administrativos, docentes e prestadores de serviço da UnB.
SIPPOS – Sistema de Controle Acadêmico de Pós-Graduação	DPP	VB	Gestão acadêmica de cursos e alunos de mestrado e doutorado.
SISOUV – Sistema de Ouvidoria	OUV	Java	Controle e tramitação de manifestações.
SISRU – Sistema de Restaurante Universitário	RU	Java	Controle da gestão do Restaurante Universitário da UnB.
SITAB – Sistema Unificado de Tabelas	CPD	Java	Manutenção das tabelas corporativas da UnB.
SITRAN – Sistema de Transportes	PRC	VB	Controle de alocação de veículos utilizados nas atividades acadêmicas da UnB.
SMI – Sistema de Microfilmagem	CDOC	VB	Armazenamento e recuperação de informações microfilmadas.
SRHPS – Sistema de Prestação de Serviços	DGP	VB	Gestão de folhas de pagamento dos prestadores de serviço da UnB.
UnBDOC – Sistema de Tramitação de Documentos	ACE	ASP	Controle de tramitação de documentos administrativos.

Fonte: CPD

O Quadro 9.2 apresenta os instrumentos celebrados entre a Fundação Universidade de Brasília e instituições da Área da Gestão em Tecnologia da Informação. O mesmo está estruturado de forma a apresentar nº dos contratos, objeto, vigência, custo e valores (em R\$ 1,00) desembolsados em 2014.



Quadro 9.2 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014

Nº Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores desembolsados
			Denominação	CNPJ		
Proposta N.T14307DUBRAS.DOC	Renovação de 10 unidades do Software SOPHOS ENDPOINT SECURITY ANDE CONTROL	11/07/2014 a 10/07/2017	Total Ware Sistemas e Redes	05.295.257/0001-31	2.175	2.175
Contrato nº 274/2013 - Pregão Eletrônico SRP Nº 090/2013	Serviços de suporte tecnológico ao ambiente de tecnologia da informação e comunicação gerenciados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE	10/12/2103 a 09/12/2014	Central IT Tecnologia da Informação Ltda.	07.171.299/0001-96	7.063.944	7.864
Nº 029/2014 Pregão FUB nº 131/2013.	Serviços de manutenção preventiva e corretiva na Sala-Cofre.	13/02/2014 a 13/02/2015	Orion Telecomunicações Engenharia S/A	01.011.976/0001-22	434.815	289.877
Contrato nº 035/2014 - Pregão 131/2013	Serviços de instalação, manutenção e suporte de Link de comunicação de dados para interligação do campus Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília (UnB) ao CEAD e CEAG.	28/02/2014	Novácia Tecnologia e Telecomunicações Ltda.	00.912.618/0001-28	68.650	22.883
Ata de SRP nº 033/2014 Pregão FUB Nº 001/2014 - Contrato nº 162/2014	Aquisição de ativos de redes: Switches e outros com garantia de 36 meses	10/03/2014 a 09/03/2015	Redisul Informática Ltda.	78.931.474/0001-44	8.593.984	1.286.486
INVOICE 239349	Renovação por 01 ano de link para acesso a internet internacional	12/03/2013 a 12/03/2014	Merit Network INC.	Estrangeiro	1.173	1.173
Contrato nº 069/2014 - Ata de SRP nº 068/2014 Pregão Eletrônico FUB Nº 099/2013	Aquisição de equipamentos e componentes para ampliação do sistema de telefonia da FUB	25/03/2014 a 24/03/2015	Stelmat Teleinformática	00.950.386/0001-00	3.794.278	314.888
Contrato nº 108/2014 Pregão Eletrônico FUB nº 129/2013	Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de telefonia da FUB	01/06/2014 a 30/05/2015	Stelmat Teleinformática	00.950.386/0001-00	1.502.784	375.696
Contrato 161/2013	Contratação de serviços de suporte para a solução Antispam CANIT: manutenção, suporte técnico e atualização para proteção antispam para servidores de correio eletrônico.	07/05/2013 a 06/05/2017	Uno Datacenter Antispam Internet Solutions Ltda. ME	10.962.242/0001-10	125.800	Não teve desembolso



ADITIVO 063/2010 SCI - 012129/2009-17	Aquisição de ativos de rede (switch de core, switches não PoE, interfaces Mini-GBIC), software de gerenciamento, treinamento, serviços de instalação	11/10/2011 a 10/10/2014	Redisul Informática Ltda.	78.931.474/0001-44	521.000	Não teve desembolso
ARP 15/2010 DPF	Aquisição de 26 Micro Computadores através da ARP 15/2010 conforme especificado no item 09 do Edital.	26/07/2011 a 26/07/2014	Hewlett - Packard Brasil Ltda.	Estrangeira	64.818	Não teve desembolso
015/2010	Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Telefonia Fixa Comutada Local. Fonte de Recursos n°: 0250159999, Programa de Trabalho Resumido n°: 003188 e Elemento de Despesa Global n° 339039	09/04/2011 a 09/04/2015	BRASIL TELECOM SA	76.535.764/0001-43	3.199.886	1.699.464
016/2010	Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Telefonia Fixa Comutada Local. Fonte de Recursos n°: 0250159999, Programa de Trabalho Resumido n°: 003188 e Elemento de Despesa Global n° 339039			76.535.764/0001-43	341.570	
017/2010	Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Telefonia de Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI).Fonte de Recursos n°: 0250159999, Programa de Trabalho Resumido n°: 003188 e Elemento de Despesa Global n° 339039			76.535.764/0001-43	364.466	
1010/2012 Edital Pregão n. 025/DIRMAB/2011	Contratação de solução integrada de segurança de Redes de computadores (MCAFEE SYSTEM PROTECTION), que serão prestados nas condições estabelecidas no Projeto Básico e Edital Pregão n. 025/DIRMAB/2011	28/02/2014 a 27/02/2015	PSN TECNOLOGIA LTDA.	04.786.911/0001-47	68.650	Não teve desembolso
Contrato n° 105/2014 Pregão eletrônico MPOG 30/2013	Manutenção corretiva e preventiva da rede de fibra óptica	20/05/2013 a 19/05/2015	G4S Monitoramento e Sistemas	46.699.211/0001-65	462.797	122.659
TOTAL					26.610.790	4.840.165

Fonte: CPD



10. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Este capítulo apresenta a avaliação da adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras. O questionário foi respondido por gestores das unidades DPO, DAF e PRC. Ressalta-se que devido à avaliação negativa do item 4, de acordo com as orientações, os itens seguintes foram suprimidos.

10.1 Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

A avaliação e as considerações gerais sobre gestão ambiental encontram-se no quadro 10.1.

Quadro 10.1 – Aspectos da Gestão Ambiental

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?	X	
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		X

Fonte: DPO; DAF, DCO, DGM e PRC

Considerações Gerais

Em 2014, houve capacitação e qualificação da equipe com vistas a atender ao disposto na Instrução Normativa nº 01/2010 do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, que trata sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação ou obras da Administração Pública Federal.

No que se refere ao item 2, acrescenta-se que, na questão de cartuchos e outros similares, existe um processo de logística reversa em que a empresa fornecedora faz esse recolhimento, e as doações de bens inservíveis e obsoletos são encaminhadas para associações filantrópicas. Registra-se, ainda, que está em andamento um processo de negociação para realização algumas parcerias iniciadas em 2015 para esse fim.

Destaca-se que, quanto à questão da sustentabilidade ambiental, a Fundação Universidade de Brasília - FUB, em apoio à iniciativa conjunta dos Ministérios do Planejamento, Meio Ambiente, Minas e Energia e Desenvolvimento Social e Combate à Fome, aderiu ao [Projeto Esplanada Sustentável - PES](#). Este projeto tem por objetivo incentivar órgãos e instituições públicas federais na adoção de modelo de gestão organizacional e de processos estruturados na implementação de ações voltadas ao uso racional de recursos naturais com o intuito de promover a sustentabilidade ambiental, socioeconômica na Administração Pública Federal, como também a melhoria da qualidade do gasto e a otimização do uso dos recursos.

A adesão da FUB ao PES ocorreu por meio de um termo de compromisso assinado com o Ministério da Educação e o Ministério do Planejamento, em novembro de 2012, e sua coordenação está sob a responsabilidade do Decanato de Planejamento e Orçamento - DPO. Nesse contexto, no exercício de 2014, o DPO coordenou e controlou os registros de informações no SIMEC/Módulo



PES das despesas liquidadas, com base na execução orçamentária dos seguintes itens: energia elétrica, água e esgoto, telecomunicações, apoio administrativo, técnico e operacional, limpeza e conservação, locação de veículos, manutenção e conservação de bens imóveis, material de consumo e vigilância.

A Universidade de Brasília, mesmo com dificuldades em função de sua dimensão territorial e população está buscando adotar as medidas necessárias no sentido de se adequar à legislação pertinente, com vistas a promover práticas ambientais sustentáveis.



11. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE.

Este capítulo retrata o tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU, o tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI), o cumprimento das obrigações relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de Bens e Rendas e a declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV. As informações foram prestadas pelas unidades DPA/DAF, AUD e DGP.

A AUD informou que a FUB não possui, em sua estrutura, um setor responsável pelo acompanhamento e gestão das medidas adotadas em caso de dano ao erário, de maneira que seja possível a sistematização das informações solicitadas. A Coordenação de Processo Administrativo Disciplinar (CPAD) esclareceu que, uma vez constatado o dano ao erário por meio de procedimento administrativo, a documentação comprobatória é enviada ao setor competente, para que se proceda às providências necessárias quanto ao ressarcimento.

Cabe informar que na apresentação dos quadros foram excluídas as linhas referentes à síntese dos resultados obtidos e análise crítica, visto que, não foram informadas pela auditoria.

11.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

As deliberações exaradas em acórdão do TCU estão dispostas em dois grupos: as deliberações atendidas em 2014, no Anexo B, e as deliberações que ficaram pendentes de atendimento, no Anexo C. No exercício foram atendidas 16 ordens e encontram-se pendentes 5 ordens.

11.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)

Este subitem demonstra o relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno, contendo a descrição da recomendação e as providências adotadas pela unidade responsável.

No exercício 2014, foi atendida apenas uma recomendação da Auditoria Interna, conforme o relatório apresentado no Quadro 11.1. Quanto à situação das 9 deliberações que estão pendentes de atendimento, essas estão dispostas no Anexo D.

Quadro 11.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília			470
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201407325	1.1.1.3	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília			470
Descrição da Recomendação			
<p>1.1 RECOMENDAÇÃO Nº: 001 Instituir procedimentos de controle, preferencialmente, com a utilização de meios eletrônicos (sistemas, planilhas, etc), sobre o prazo de vigência da cessão, a frequência do servidor no órgão cessionário, o retorno do servidor após esgotado o prazo da cessão e a efetuação de eventuais prorrogações dentro do prazo final da cessão, bem como designar servidor(es) responsável(is) pela operacionalização desses procedimentos.</p> <p>1.2 RECOMENDAÇÃO Nº: 002 Realizar extração de dados do SIAPE, a fim de verificar quais servidores se encontram com o status de cedido no referido sistema e confrontar a relação com os processos de cessão. Após: cadastrar servidores cedidos que ainda constem na qualidade de ativo permanente (a exemplo do servidor de matrícula 2285964) e atualizar o status daqueles</p>			



que já retornaram às atividades na FUB para ativo permanente (a exemplo do servidor de matrícula nº 1206283).	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Decanato de Gestão de Pessoas - DGP	117978
Síntese da Providência Adotada	
Recomendação 001: a Coordenadoria de Acompanhamento e Movimentação (CAM) vinculada a DPAM/DGP informa que atualmente dispõe de 02 (duas) planilhas de controle efetuadas no excel, com os dados extraídos do SIAPE. Uma planilha controla o ressarcimento dos valores e a outra trata das opções do servidor cedido (auxílios transporte e alimentação, percentual da função, etc). O servidor responsável por esse procedimento é o Coordenador da área. Recomendação 002: A Coordenadoria de Acompanhamento e Movimentação (CAM) informa que essa atividade está sendo realizada no momento do cadastro. O servidor de matrícula 2285964 está como ativo permanente, pois retornou à FUB em junho de 2014.	

Fonte: Auditoria Interna

11.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

Este subitem aborda a situação do cumprimento das obrigações referentes à entrega da declaração de bens e rendas (DBR) pelos servidores que ocupam cargos e funções comissionadas (Quadro 11.2). Cabe ressaltar que as informações relacionadas a autoridades e cargos eletivos não se aplicam à FUB no exercício.

Quadro 11.2 - Demonstrativo do cumprimento por servidores da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	298	7	833
	Entregaram a DBR	152	2	483
	Não cumpriram a obrigação	146	5	350

Fonte: DGP

No que se refere aos dados sobre o Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função, ocorreram 250 atos de dispensa e exoneração, porém somente 7 foram dispensados definitivos; desses apenas 2 entregaram a declaração. Os 243 restantes foram designados para outras funções, ou seja, continuaram exercendo uma função em 2014.

A atividade de acompanhamento do registro e controle das Declarações de Bens e Rendas é realizada pela Coordenadoria de Registro e Controle Funcional (COREF), pertencente à Diretoria de Administração de Pessoas (DAP). Em 2013 o DGP enviou uma circular com o intuito de cumprir o disposto na Lei n. 8.730/93 e também cientificar todos os servidores quanto à importância e a obrigação da entrega da DBR, determinando que, a partir de 1º de janeiro de 2013 a norma fosse cumprida. Outra medida adotada foi a atualização do formulário disponível no portal UnB e a inclusão da exigência no momento da designação/nomeação e/ou dispensa/exoneração da função de chefia.

Todos os servidores, ao tomarem posse na FUB, recebem o formulário de autorização de acesso à Declaração de Bens e Rendas, que deve ser preenchido em papel, não havendo autorização via sistema. No entanto, caso o servidor se negue a autorizar o acesso, este terá a opção de preencher e entregar anualmente ao DGP o formulário próprio.



O referido formulário está disponível na 1ª página do DGP. Quando o servidor opta por preencher o formulário próprio do setor de RH, tal informação é mantida em envelope lacrado, visando preservar o sigilo da informação prestada e arquivada no assentamento funcional do servidor.

Apesar do registro no SIPES ser realizado de forma manual e o volume de designação de função ser considerável, em 2014 a declaração foi entregue por 483 servidores, representando 58% do total de servidores obrigados a entregar a DBR.

11.4 Alimentação SIASG E SICONV

A inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV é realizada pela Diretoria de Projetos Acadêmicos (DPA) vinculada ao Decanato de Administração, conforme declaração constante no Anexo E.



12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Este capítulo apresenta informações, sob responsabilidade do DPO e da DCF/DAF, sobre a elaboração e a fidedignidade das informações contidas nas demonstrações contábeis e o acompanhamento da implementação dos novos critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Segundo a Diretoria de Contabilidade e Finanças (DCF), os seguintes itens não se aplicam à FUB:

- a) demonstrações Contábeis previstas pela Lei nº 4.320/64 e pela NBC T 16.6, aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, incluindo as notas explicativas, no caso das unidades jurisdicionadas que não executaram sua contabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI;
- b) demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76 ou em lei específica, incluindo as notas explicativas;
- c) demonstração da composição acionária do capital social, indicando os principais acionistas e respectivos percentuais de participação, assim como a posição da unidade jurisdicionada como detentora de investimento permanente em outras sociedades;
- d) relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis, caso tenha havido a contratação desse serviço pela unidade jurisdicionada.

12.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

As informações quanto a procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis elaboradas pela FUB para dar cumprimento às diretrizes preconizadas nas Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público estão descritas a seguir:

Quanto à aplicação dos dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10:

- a) No tocante à NBC T 16.9 a FUB registra a depreciação dos bens móveis desde 2010. A depreciação de bens imóveis não é registrada;
- b) Quanto à adoção NBC T 16.10, está previsto para 2015 a instauração de uma comissão com a finalidade de:
 - i. Realizar o inventário físico dos Bens Imóveis de uso comercial em todos os Campi da FUB;
 - ii. Realizar o inventário físico dos Bens Imóveis de uso residencial em todos os Campi da FUB;
 - iii. Realizar o inventário físico dos Bens Imóveis de uso educacional em todos os Campi da FUB;
 - iv. Realizar o inventário físico das Obras em Andamento em todos os Campi da FUB;
 - v. Realizar o inventário físico dos Terrenos/Projeções da FUB;
 - vi. Estabelecer norma para as rotinas de lançamento no SPIUNET no tocante aos Bens Imóveis;
 - vii. Estabelecer norma para as rotinas de escrituração contábil no tocante aos Bens Imóveis;
 - viii. Estabelecer norma para a rotina de Reavaliação dos Bens Imóveis da FUB;



- ix. Estabelecer norma para a rotina de Reavaliação dos Terrenos/Projeções da FUB.

A comissão citada não foi instaurada em 2014 em função dos poucos profissionais capacitados disponíveis na FUB, além do grande número de demandas nas áreas envolvidas. Porém, a FUB está em processo de seleção, por meio de concurso público, para diversos cargos; entre eles, engenheiros civis e contadores. A Secretária de Gestão Patrimonial, a Diretoria de Contabilidade e Finanças e a Diretoria de Gestão e Infraestrutura receberão novos servidores para recomposição dos quadros e, assim, instaurar a comissão citada. A metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo será definida pela comissão a ser criada no futuro. Com respeito à metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão, ela está definida pela Macrofunção STN 020330. O mesmo ocorre com as taxas utilizadas para os cálculos.

Sobre a metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido:

- a) quanto às disponibilidades: são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial. A UnB não possui moeda estrangeira;
- b) quanto aos créditos e dívidas: avaliados pelo valor original;
- c) quanto aos estoques: mensurados com base no valor de aquisição;
- d) quanto aos investimentos: a FUB não investimentos do ponto de vista da NBC T 16.10;
- e) quanto ao imobilizado e intangível: mensurados com base no valor de aquisição;
- f) a FUB não possui diferido do ponto de vista da NBC T 16.10.

Quanto ao impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício:

- a) a execução orçamentária e financeira da FUB é realizada no SIAFI. No tocante à depreciação o impacto é negativo, pois reduz o resultado do exercício, porém representa com maior fidedignidade o valor do ativo. O impacto no tocante aos bens imóveis, após a apuração de informações pela comissão citada, estiver será positivo no balanço patrimonial da UnB, com isso espera-se que este represente a realidade do patrimônio imobiliário que a universidade possui.

12.2 Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas

12.2.1 Custo com base na metodologia do Tribunal de Contas da União

Esta seção trata o cálculo do custo do ensino na UnB, no exercício de 2014, de acordo com a metodologia do TCU. A partir das definições do órgão de fiscalização, foram apurados os custos discriminados no quadro 12.1: na primeira parte, é demonstrado o custo corrente por aluno, excluindo todas as despesas realizadas pelo HUB, em 2014; na segunda parte é evidenciado o custo apurado, considerando-se, como parte da estrutura de custos da Fundação, 35% das despesas realizadas no Hospital Universitário de Brasília.

A fórmula de cálculo apresentada pelo TCU nivela igualmente as instituições sem considerar as diferenças entre elas em termos de diversidade de atuação e de porte, bem como não separa os custos educacionais dos gastos com propósitos não educacionais.

Diferente da UnB, a metodologia do TCU utiliza todas as despesas correntes executadas pela FUB/UnB no exercício, inclusive aquelas não relacionadas com o aluno, como as despesas executadas pelo CESPE na realização de concursos, dispêndios efetuados com atividades de pesquisa, de extensão e administrativas, aumentando consideravelmente o custo com o aluno.



Quadro 12.1: FUB/UnB – Custo Corrente por aluno, 2008 a 2014, segundo a Metodologia TCU

Valores Nominais em R\$ 1,00

Especificações	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Custo Corrente sem HUB							
Despesa Corrente da Universidade	862.276.079	1.024.534.988	1.237.271.223	1.347.291.402	1.452.979.074	1.877.295.033,95	1.822.632.492
(-) Despesa Corrente HUB	-31.778.952	-100.331.351	-107.825.057	-148.042.778	-147.928.377	-166.290.933,86	-148.842.212
(-) Aposentadorias e Reformas (conta n. 319001)	-96.288.778	107.637.484	-129.335.110	-143.892.136	-155.620.379	-181.735.015,52	-204.187.045
(-) Pensões (conta n. 319003)	-15.036.590	17.782.808	-19.851.030	-22.353.278	-25.639.824	-28.990.174,94	-33.596.374
(-) Sentenças Judiciais (conta n. 319091)	-54.373.612	87.777.196	-107.160.462	-120.999.956	-130.281.376	-145.266.684,60	-166.164.608
(-) Despesas com pessoal cedido - docente	-4.079.703	-2.345.126	-3.388.602	-2.212.194	-10.090.419	-3.726.466,47	-7.043.621
(-) Despesas com pessoal cedido – técnico-administrativo	-5.307.256	-5.227.158	-6.544.208	-6.744.131	-	-6.574.228,45	-11.994.380
(-) Despesas com pessoal afastado País - docente	-6.403.175	-0	-184.008	-0	-9.549.861	-8.392.762,59	-21.779.589
(-) Despesas com pessoal afastado País – técnico-adm.	-325.303	-0	-0	-0	-	-5.449.497,28	-6.872.868
Total de despesa	648.682.711	703.433.865	862.982.746	903.046.929	983.418.698	1.330.869.270,24	1.222.151.795
Total n. alunos equivalentes	38.107	40.758	42.533	43.804	47.785	46.424,21	51.671
Custo aluno	17.023	17.259	20.290	20.615	20.580	28.667,57	23.653
Custo Corrente com HUB							
Despesas Correntes	862.276.079	1.024.534.988	1.237.271.223	1.347.291.402	1.452.979.074	1.877.295.033,95	1.822.492
(-) 65% das despesas correntes do HUB	-20656319	-65.215.378	-70.086.287	-96.227.806	-96.153.445	-108.089.107,01	-96.747.438
(-) Aposentadorias e Reformas (conta n. 319001)	-96.288.778	107.637.484	-129.335.110	-143.892.136	-155.620.379	-181.735.015,52	-204.187.045
(-) Pensões (conta n. 319003)	-15.036.590	17.782.808	-19.851.030	-22.353.278	-25.639.824	-28.990.174,94	-33.596.374
(-) Sentenças Judiciais (conta n. 319091)	-54.373.612	87.777.196	-107.160.462	-120.999.956	-130.281.376	-145.266.684,60	-166.164.608
(-)Despesas com pessoal cedido - docente	-4.079.703	-2.345.126	-3.388.602	-2.212.194	-10.090.419	-3.726.466,47	-7.043.621
(-)Despesas com pessoal cedido – técnico-administrativo	-5.307.251	-5.227.158	-6.544.208	-6.744.131	-	-6.574.228,45	-11.994.380
(-) Despesas com pessoal afastado País - docente	-6.403.175	-0	-184.008	-0	-9.549.861	-8.392.762,59	-21.779.589
(-) Despesas com pessoal afastado País – téc.-adm.	-325.303	-0	-0	-0	-	-5.449.497,28	-6.872.868
Total de despesa	659.805.345	738.549.838	900.721.516	954.861.901	1.025.643.770	1.389.071.097,09	1.274.246.569
Total n. alunos equivalentes	38.107	40.758	42.533	43.804	47.785	46.424,21	51.671
Custo aluno	17.314,44	18.120	21.177	21.798	21.464	29.921,27	24.661

Fonte: DPO



12.2.2 Apuração do Custo do Ensino e do Custo Aluno, segundo a Metodologia de Apuração desenvolvida pela UnB

A FUB, ao definir o seu PDI para o período 2002/2006, estabeleceu, como Projeto Estratégico, a definição de metodologia específica para a apuração do custo do ensino e, conseqüentemente, o custo por aluno. Naquela ocasião, iniciou-se a análise da metodologia recomendada pelo TCU, por meio da Decisão Plenária n. 408/2002. Apesar da iniciativa do referido órgão em buscar forma de mensurar os custos relativos à atividade de ensino nas IFES, observou-se que a metodologia proposta apresentava algumas limitações para ser utilizada como instrumento gerencial na administração da expansão da oferta de ensino e no aperfeiçoamento da administração acadêmica.

A Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - FACE e a Secretaria de Planejamento - SPL, atualmente Decanato de Planejamento e Orçamento – DPO, desenvolveram em conjunto uma metodologia alternativa, conforme “Manual Modelo de apuração de Custos da UnB”, que vem sendo aperfeiçoada desde então.

O quadro 12.2 mostra a evolução dos custos do ensino e do aluno das unidades acadêmicas de 2008 a 2014. Constata-se uma variação significativa nos custos das unidades a partir de 2012, que pode ser justificada pela mudança do responsável pelo levantamento dos dados referentes ao percentual de dedicação ao ensino e à distribuição de créditos entre institutos/faculdades. O detalhamento da metodologia de custo por ano encontra-se no link: www.dpo.unb.br/documentos.php. Os dados de 2012 a 2014 são preliminares.

Quadro 12.2 - Custo do ensino, por unidade acadêmica, nos anos de 2008 a 2014 - FUB.

Cursos por Instituto ou Faculdade	Custo por Aluno em R\$ 1,00							2014/2008 (%)
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	
FACE Administração; Administração Noturno; Ciências Contábeis; Ciências Contábeis Noturno; Ciências Econômicas; Administração (mestrado/doutorado); Ciências Contábeis (mestrado/doutorado); Economia (mestrado/doutorado).	11.281	10.604	12.918	12.548	8.112	13.872	8.997	-20%
FAC Comunicação Social; Comunicação Organizacional Noturno; Comunicação (mestrado/doutorado).	16.702	15.850	16.557	18.624	12.740	9.960	9.469	-43%
FAU Arquitetura e Urbanismo; Arquitetura e Urbanismo Noturno; Arquitetura e Urbanismo (mestrado/doutorado).	15.635	16.102	19.020	20.328	10.092	8.519	11.874	-24%
FAV Agronomia; Medicina Veterinária; Gestão de Agronegócios; Saúde animal (mestrado); Agronegócios (mestrado); Ciências Agrárias (mestrado); Agronomia (mestrado/doutorado); Ciências Animais (mestrado/doutorado).	23.636	21.738	25.242	29.804	9.726	9.330	10.855	-54%
FD Direito; Direito Noturno; Direito (mestrado/doutorado).	9.619	8.892	10.992	12.891	12.712	11.379	11.205	16%
FE Pedagogia; Pedagogia Noturno; Educação (mestrado/doutorado).	13.763	11.236	19.166	11.524	16.079	20.725	32.062	133%
FEF Educação Física; Educação Física (mestrado).	23.903	19.761	22.371	25.116	22.044	18.319	21.400	-10%
FM Medicina; Ciências Médicas (mestrado/doutorado); Medicina Tropical (mestrado/doutorado); Patologia Molecular (mestrado/doutorado).	38.071	39.307	40.124	56.071	47.183	31.866	47.386	24%
FS Enfermagem; Ciências Farmacêuticas; Ciências Farmacêuticas Noturno; Nutrição; Odontologia; Gestão em Saúde	24.144	28.838	30.586	39.239	12.847	11.571	14.538	-40%



Cursos por Instituto ou Faculdade	Custo por Aluno em R\$ 1,00							2014/2008 (%)
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	
Coletiva; Ciências da Saúde (mestrado/doutorado); Nutrição Humana (mestrado/doutorado); Bioética (mestrado/doutorado).								
FT	19.413	18861	19.980	21.483	7.144	6.670	8.549	-56%
Engenharia Civil; Engenharia de Redes de Comunicação; Engenharia de Produção; Engenharia Elétrica; Engenharia Florestal; Engenharia Mecânica; Engenharia Mecatrônica; Engenharia de Computação; Engenharia Ambiental; Ciências Florestais (mestrado/doutorado); Ciências Mecânicas (mestrado/doutorado); Geotecnia (mestrado/doutorado); Engenharia Elétrica (mestrado/doutorado); Estruturas e Construção Civil (mestrado/doutorado); Sistemas Mecatrônicos (mestrado); Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos (mestrado/doutorado); Transportes (mestrado/doutorado).								
IB	15.073	14.551	17.218	17.731	26.962	24.305	35.213	134%
Ciências Biológicas; Ciências Biológicas Noturno; Biotecnologia; Biologia Animal (mestrado/doutorado); Botânica (mestrado/doutorado); Ciências Biológicas (mestrado/doutorado); Ecologia (mestrado/doutorado); Fitopatologia (mestrado/doutorado).								
ICS	9.662	9.135	9.926	10.242	9.489	7.458	10.119	5%
Ciências Sociais (Hab. Antropologia e Sociologia); Estudos Comparados sobre as Américas (mestrado/doutorado); Antropologia (mestrado/doutorado); Sociologia (mestrado/doutorado).								
IdA	13.193	13.651	16.987	15.876	13.459	12.695	12.907	-2%
Artes Cênicas; Artes Cênicas Noturno; Artes Visuais; Desenho Industrial; Música; Música Noturno; Teoria Crítica e História da Arte; Música (mestrado); Artes (mestrado/doutorado).								
IE	8.671	8.100	7.791	10.515	27.157	23.399	28.754	232%
Ciência da Computação; Computação Noturno; Estatística; Matemática; Matemática Noturno; Estatística (mestrado); Ciência da Computação (mestrado); Informática (mestrado); Matemática (mestrado/doutorado).								
IF	9.630	8.939	9.147	8.909	29.077	26.462	39.087	306%
Física; Física Noturno; Física (mestrado/doutorado)								
IG	17.862	16.352	17.120	20.516	12.554	11.446	15.003	-16%
Geofísica; Geologia; Geociências Aplicadas (mestrado/doutorado); Geologia (mestrado/doutorado).								
IH	9.586	10.299	11.116	12.392	9.018	9.548	9.855	3%
Filosofia; Filosofia Noturno; Geografia; História; História Noturno; Serviço Social; Serviço Social Noturno; Filosofia (mestrado); Geografia (mestrado); História (mestrado/doutorado); Política Social (mestrado/doutorado).								
IL	8.799	9.550	10.090	11.609	12.525	12.720	14.919	70%
Letras Português do Brasil; Letras Português; Letras Francês; letras Inglês; Letras Espanhol Noturno; Letras Japonês Noturno; Letras língua Estrangeira Aplicada; Letras – Tradução/Espanhol/Inglês/Francês; Linguística (mestrado/doutorado); Linguística Aplicada (mestrado); Literatura (mestrado/doutorado)								
IP	14.903	13.682	14.154	17.436	29.226	30.272	26.755	-80%
Psicologia; Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde (mestrado/doutorado); Ciências do Comportamento (mestrado/doutorado); Psicologia Clínica e Cultura (mestrado/doutorado); Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações (mestrado/doutorado).								
IPOL	9.893	10.531	10.279	11.562	9.511	11.916	12.360	25%
Ciência Política; Ciência Política (mestrado/doutorado).								
IQ	15.500	15.827	16.669	17.690	19.555	14.820	16.634	7%
Química; Química Noturno; Engenharia Química; Química (mestrado/doutorado); Química Tecnológica.								
IREL	16.009	15.103	16.553	20.206	5.581	5.304	6.168	-61%
Relações Internacionais; Relações Internacionais (mestrado/doutorado).								



Cursos por Instituto ou Faculdade	Custo por Aluno em R\$ 1,00							2014/2008 (%)
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	
FCE	15.354	9.357	9.396	13.223	11.427	2.013	15.601	2%
Enfermagem; Farmácia; Fisioterapia; Gestão de Saúde; Terapia Ocupacional.								
FGA	20.599	12.669	11.055	11.691	10.948	9.883	13.123	-36%
Engenharia (habilitações: Engenharia de Energia; Engenharia de Software; Engenharia Automotiva; Eletrônica)								
FUP	34.626	17.316	9.828	12.323	6.328	5.589	7.556	-78%
Ciências Naturais; Ciências Naturais Noturno; Educação do Campo; Gestão Ambiental; Gestão do Agronegócio; Gestão do Agronegócio Noturno.								
FCI	-	-	23.791	14.380	4.891	12.607	4.894	-
Biblioteconomia; Arquivologia; Museologia; Ciência da Informação (mestrado/doutorado).								
Total n. alunos	24.634	25.795	29.138	31.720	33.878	40.768	34.856	41%
Custo	375.880.848	373.210.517	448.894.008	561.256.981	462.285.595	538.178.889	524.796.584	40%
Custo/ aluno	15.259	14.468	15.406	17.694	13.646	13.201	15.056	-1%

Fonte: FUB/Decanato de Planejamento e Orçamento.

Nota: 1- Os valores financeiros das colunas foram atualizados para 31/12/2014, com base no índice INPC/IBGE.

12.3 Conformidade Contábil

As informações sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada estão descritas a seguir:

- I. Quanto à conformidade contábil, na UnB, cada unidade descentralizada é responsável pela sua própria conformidade. As unidades descentralizadas são:
 - a) Hospital Universitário de Brasília – HUB (UG: 154106);
 - b) Editora UnB – EDU (UG: 154076);
 - c) Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico – CDT (UG: 154019);
 - d) Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos – CESPE (UG: 154079).

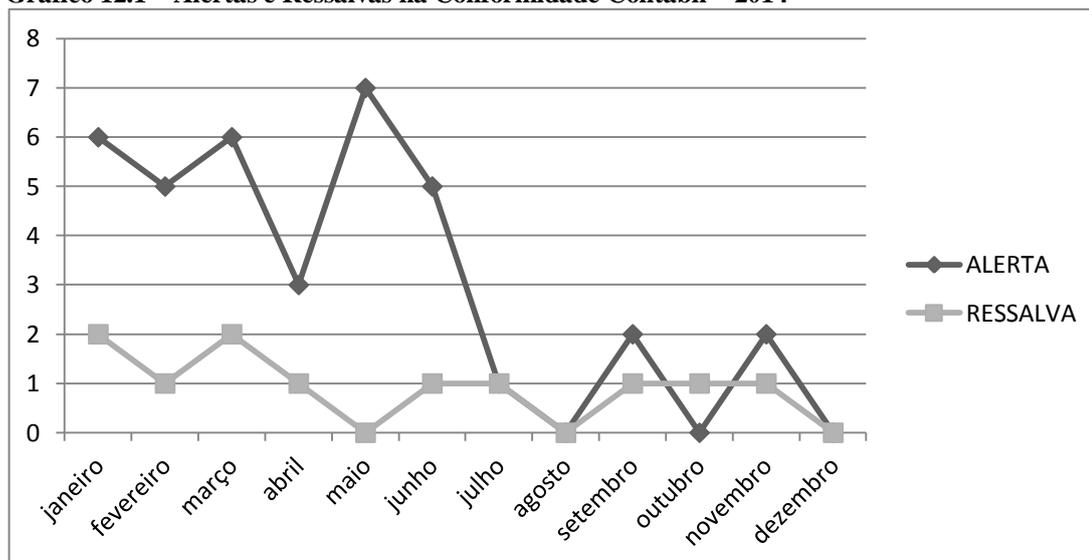
Na FUB (UG 154040), a conformidade contábil é realizada na Diretoria de Contabilidade e Finanças por meio da Coordenação de Análise Contábil.

A conformidade de órgão (UO: 26271) também é realizada na DCF, com base nas informações da Coordenação mencionada anteriormente;

- II. A quantidade de ocorrências (alerta ou ressalva), observadas durante o exercício, estão dispostas no gráfico 12.1



Gráfico 12.1 – Alertas e Ressalvas na Conformidade Contábil – 2014



Fonte: DCF

As seguintes observações foram destacadas pela DCF:

- os alertas mais comuns em 2014 foram o Não Registro da Conformidade de Gestão e Não Entrega do RMA no Prazo para Registro Dentro do Mês. Já as ressalvas mais comuns foram as Ordens Bancárias Canceladas. Destaca-se que as ressalvas Equação 147 e Não Registro da Depreciação Dentro do Mês ocorreram uma vez cada no ano de 2014;
- o volume de pagamentos a pessoa física importa na ocorrência de ordens bancárias canceladas. Assim, para ajustar essa ocorrência, foi adquirido um software que cria diariamente uma lista de credores no SIAFI e a envia ao banco para que as pessoas saquem os créditos devidos. A partir de 2015, essa rotina será feita somente no último dia do mês para evitar a ocorrência;
- quanto à conformidade de registro de gestão, cada unidade é responsável por efetuar a conformidade diariamente. Na UG 154040 essa atribuição é do Ordenador de Despesa, porém não existe na UnB um setor responsável por tal conformidade;
- as demais ressalvas ou alertas aconteceram por conta do atraso na entrega de relatórios para contabilização, porém, foram saneados no mês seguinte.

12.4 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

A declaração do contador responsável pelas demonstrações contábeis procedeu-se com ressalva e consta no Anexo F deste documento.



13. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

13.1 Avaliação de Riscos

Após a avaliação do Relatório de Gestão 2013, realizada pelo TCU, foi identificada a deficiência da Universidade de Brasília na área de gestão de risco. No contexto das organizações, riscos são quaisquer impedimentos à consecução dos objetivos institucionais. Eles estão sempre presentes, têm origem e grau de probabilidade determináveis e podem ser combatidos reduzindo-se a possibilidade de sua ocorrência. Dessa forma, essa área passou a ser priorizada dentro desta Instituição, que pretende criar uma cultura de monitoramento dos riscos institucionais e produzir informações relevantes para auxiliar a Administração Superior no processo de tomada de decisão.

Foi realizada pelo DPO uma avaliação de riscos por meio da ferramenta Matriz de Probabilidade e Impacto, que apresenta a combinação de probabilidade de ocorrência e impacto referente aos riscos. Essas duas variáveis foram avaliadas utilizando uma escala alto/médio/baixo. Foram considerados os riscos apresentados em formulários de outras instituições, como a Universidade de Cambridge e a Association of Governing Boards of Universities and Colleges, além dos riscos levantados durante a produção do PDI 2014-2017 desta Instituição. A partir desse levantamento foi gerada uma lista com os riscos, que foram decompostos em vários elementos e avaliados com base no julgamento subjetivo do grupo de trabalho, formado pelo DPO e Auditoria da UnB, a respeito das variáveis impacto e probabilidade.

Os riscos foram classificados e divididos conforme a tipologia utilizada pelo Ministério do Planejamento: em riscos internos (RI) e externos (RE), que por sua vez são subdivididos em subgrupos de acordo com a suas características. Devido às particularidades desta Instituição, foi adicionado aos tipos de riscos internos apresentados pelo MP o risco acadêmico, permitindo um melhor entendimento e representação dos riscos.

Utilizando como ponto de partida a metodologia do Ministério do Planejamento, foi elaborada uma tabela que relaciona os objetivos da Instituição, os riscos relacionados ao alcance desses, a classificação dos riscos, o impacto e probabilidade desses e suas atividades de controle. Dessa forma, os riscos também foram divididos de acordo com os objetivos com os quais esses se relacionam (utilizando como base os documentos), que podem ser: melhorar sua reputação (R); melhorar a experiência do estudante (E); melhorar seu quadro de funcionários (F); conservar suas propriedades e instalações (P); melhorar a gestão financeira (FN); aumentar receitas (C); diminuir os riscos Organizacionais (OR); desenvolver a tecnologia da Informação (TI); melhorar a qualidade acadêmica (Q); melhorar avaliação Externa (Av); promover a internacionalização (Int); melhorar a segurança das pesquisas (Pq).

Após a avaliação subjetiva, realizada pelo o grupo de trabalho, foram selecionados os elementos de riscos que apresentaram resultados “alto, alto”, “alto, médio” e “médio, alto” nas variáveis impacto e probabilidade e sugeridas atividades de controle que poderão resultar na diminuição de uma dessas variáveis. Esses elementos foram selecionados, pois estão situados numa área acima do nível de riscos tolerados pela organização, exigindo ações específicas. Assim, do total de 164 elementos de riscos foram avaliados 64, divididos entre 9 riscos externos e 55 riscos internos.

Nas tabelas a seguir, são apresentadas as frequências dos riscos. O quadro sobre riscos analisados e suas respectivas atividades de controle constam no Anexo G.



Quadro - 13.1 Frequência de riscos quanto a seu Impacto/Probabilidade

Classificação	Frequência	%
Alto, Alto ¹	15	9,15
Alto, Médio ¹	40	24,39
Alto, Baixo	42	25,61
Médio, Alto ¹	9	5,49
Médio, Médio	15	9,15
Médio, Baixo	23	14,02
Baixo, Baixo	14	8,54
Baixo, Médio	6	3,65
Baixo, Alto	0	0,00
Total	164	100

¹ Utilizados na gestão de riscos

Fonte: DPO

Quadro 13.2 - Frequência de Riscos Internos

Classificação	Frequência	%
Processos internos	14	25,45
Recursos Financeiros	8	14,54
Sistemas de Informação	7	12,73
Acadêmicos	7	12,73
Recursos Humanos	2	3,64
Fornecedores/ Parceiros	2	3,64
Outros Riscos	15	27,27
Total	55	100

Fonte: DPO

Quadro 13.3 - Frequência de Riscos Externos

Classificação	Frequência	%
Legal/ Regulatório	4	44,45
Político	2	22,22
Econômico/ Financeiro	1	11,11
Ambiental	1	11,11
Sociocultural	1	11,11
Total	9	100

Fonte: DPO

13.1.1 Atividades de controle

13.1.1.1 Riscos Externos

Para reduzir o impacto e a probabilidade de ocorrência desses riscos, sugere-se: o desenvolvimento de planos de ação, considerando cenários com possíveis contingências ou limitações; aprimorar a arrecadação de receitas próprias; promover ações que a alta taxa de retenção e evasão dos discentes; atenção a brechas em contratos e convênios que possam deixar a UnB em uma situação vulnerável; reformular a política de transparência dentro da instituição devido a demandas da Lei de Acesso à Informação (LAI); e estabelecer um planejamento de prevenção a acidentes e de manutenção dos seus ativos.

13.1.1.2 Riscos Internos

Com o intuito de diminuir o impacto desses riscos e sua probabilidade, é necessário: considerar contingências durante o planejamento financeiro, identificando obrigações e necessidades futuras; estabelecer um plano de captação de recursos e geração de receitas próprias; investir em atividades de qualidade de vida no trabalho e políticas de retenção de pessoal; elaborar



manuais de procedimentos; melhorar o processo de planejamento e execução de obras; aprimoramento dos mecanismos de *disclosure* e *accountability*, juntamente com a criação de indicadores de governança para monitoramento e controle; investir em manutenção e segurança do sistema de TI; aprimorar o processo licitatório e desenvolvimento de mecanismos de acompanhamento e controle da execução, entre outros.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Relatório de Gestão 2014 da Fundação Universidade de Brasília prezou pela clareza e objetividade, tanto para os órgãos de controle quanto para a sociedade. Desta forma, buscou-se da melhor forma possível apresentar a sociedade os esforços e desempenho da gestão.

Com a missão de “ser uma instituição comprometida com a excelência acadêmica, científica e tecnológica formando cidadãos conscientes do seu papel transformador na sociedade, respeitadas a ética e a valorização de identidades e culturas com responsabilidade social”, a UnB busca reestabelecer o equilíbrio orçamentário diante das limitações orçamentárias para suprir as necessidades de manutenção da Instituição.

Há uma convergência de esforços por parte dos gestores visando atingir os objetivos da Universidade. Para o exercício 2015 as principais ações a serem desenvolvidas para mitigar as dificuldades enfrentadas são: melhorar a Comunicação Institucional, formalizar o Código de Ética, reduzir valores dos contratos de serviços terceirizados, captar recursos por meio da cobrança de custos indiretos, elevar a receita de imóveis patrimoniais, implementar o Sistema de Informação de Custos, internacionalizar o ensino de graduação e pós-graduação, incentivar a formação de novos pesquisadores, estreitar laços com instituições de fomento, aprimorar as atividades de extensão.



REFERÊNCIAS

- Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Manual Técnico de Orçamento 2015**. Brasília, 2014
- CGU. Controladoria Geral da União. **Portaria nº 650**. Brasília, 2014
- FUB. Fundação Universidade de Brasília. **Relatório de Gestão 2013**. Brasília 2014.
- FUB. Fundação Universidade de Brasília. **Relatório de Gestão 2012**. Brasília 2013.
- FUB. Fundação Universidade de Brasília. **Relatório de Gestão 2011**. Brasília 2012.
- FUB. Fundação Universidade de Brasília. **Relatório de Gestão 2010**. Brasília 2013.
- FUB. Fundação Universidade de Brasília. **Planejamento Estratégico – 2014 a 2017**. Brasília 2014.
- TCU. Tribunal de Contas da União. **Decisão Normativa nº 134**. Brasília, 2013
- TCU. Tribunal de Contas da União. **Decisão Normativa nº 139**. Brasília, 2014.
- TCU. Tribunal de Contas da União. **Instrução Normativa nº 72**. Brasília, 2013
- TCU. Tribunal de Contas da União. **Instrução Normativa nº 63**. Brasília, 2010.
- TCU. Tribunal de Contas da União. **Portaria nº 90**. Brasília, 2014.
- TCU. Tribunal de Contas da União. **Referencial Básico de Governança. Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública**. Brasília, 2014.



ANEXOS

Anexo A: Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

A Fundação Universidade de Brasília - FUB não possui Programas ou Iniciativas relativas a programas temáticos no Plano Plurianual. Portanto, os quadros relacionados a esses itens foram suprimidos.

Ações da FUB: Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS

A FUB dispõe de 13 ações orçamentárias vinculadas a programas temáticos, de gestão, manutenção e serviços ao estado que estão sob a responsabilidade dessa Unidade Jurisdicionada. Já as 6 ações do tipo operações especiais serão dispostas nos Quadros sem as respectivas linhas correspondentes às metas físicas, uma vez que tais ações não possuem metas.

Destaca-se que a programação qualitativa possui uma nova categoria de caráter gerencial vinculada à ação orçamentária: o Plano Orçamentário – PO, trata-se de uma identificação orçamentária, de caráter estritamente gerencial - que não consta da LOA - e que tem por finalidade permitir que tanto a elaboração do orçamento quanto o acompanhamento físico e financeiro da execução ocorram em nível mais detalhado que o do localizador de gasto.

Salienta-se que as informações prestadas nesta seção foram retiradas da Lei Orçamentária Anual - LOA, do Manual Técnico do Orçamento- MTO e do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, do Ministério da Educação.

A seguir, são apresentados os atributos e a execução orçamentário-financeira de cada ação governamental, em Quadros específicos com valores expressos em reais (R\$), seguidos da análise situacional.

Quadro 1 - Ação 20RJ Vinculada ao Programa Temático 2030

Identificação da Ação							
Código	20RJ Tipo: Atividade						
Descrição	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica.						
Iniciativa	Código: 02BQ - Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e a distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações étnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente.						
Objetivo	Código: 0597 - Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.						
Programa	Educação Básica Código: 2030 Tipo: Temático						
Unidade Orçamentária	26271 - Fundação Universidade de Brasília						
Ação Prioritária	(X) Sim ()Não Caso positivo: (X)PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	4.808.976	4.808.976	4.232.304	2.006.625	2.006.625	10.829	2.225.679
Execução Física da Ação - Metas							



Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
0053	Pessoa beneficiada	Unidade	15.728	15.728	6.202	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0053	3.726.767	2.266.942	22.431	Pessoa beneficiada	Unidade	6.731

Fonte: FUB; LOA 12.952/2014; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2014 e MTO/2015.

Análise Situacional: ação criada pelo Ministério da Educação - MEC com o objetivo de incentivar e promover a capacitação e a formação inicial e continuada, a distância, semipresencial e presencial, de professores, profissionais, funcionários e gestores para a educação básica, inclusive na implementação de política da educação inclusiva, bem como pela contribuição para o desenvolvimento de estudos e pesquisas voltados para a melhoria da formação. Sendo assim, para permitir que haja maior detalhamento na execução físico-financeira, essa ação dispõe de 2 PO's, quais sejam: PO – 0001 - Plano Estratégico de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, o qual teve 2.454 pessoas beneficiadas; e o PO – 0002 - Formação de Profissionais da Educação Básica, o qual teve 3.748 pessoas beneficiadas. De outra forma, mais detalhada, os cursos desenvolvidos pela UnB com a Secretaria de Educação Básica - SEB/MEC para 2014 incluem: os Programas Pró-Letramento - 4000 professores cursistas e 220 orientadores; Especialização em Educação Infantil - 80 cursistas; Escola de Gestores - 400 cursistas; Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PARFOR) - 351 cursistas; Gestão de Políticas em Gênero e Raça- 160 cursista. Tendo como concluintes 480 cursistas dos Programas Especialização em Educação Infantil e Escola de Gestores. Já os cursos desenvolvidos com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI/MEC são: Especialização em Direitos Humanos - 360 cursistas; Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com ênfase na Educação de Jovens e Adultos - 300 cursistas. Essa parceria teve como concluintes: 540 cursistas do Estatuto da Criança e do Adolescente e 160 cursistas do Aperfeiçoamento Educação do Campo. Em relação à execução físico-financeira da ação, conclui-se que foram realizados 82,2% da meta física prevista para o exercício de 2014, ou seja, foram 12.933 pessoas beneficiadas. Para isso, foram executados 47,4% (R\$ 2 milhões) dos recursos empenhados na ação. No entanto, do total dos recursos inscritos em restos a pagar foram executados 61,2% (R\$ 2,2 milhões), o que representou, proporcionalmente, a 6.731 pessoas beneficiadas.

Quadro 2 - Ação 20GK Vinculada ao Programa Temático 2032

Identificação da Ação	
Código	20GK Tipo: Atividade
Descrição	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Iniciativa	Código: 0390 - Concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos, no país e no exterior, para a formação, valorização e capacitação de recursos humanos e para promover cooperação internacional no Sistema Nacional de Pós-Graduação, em áreas de interesse nacional e regional, inclusive formação de professores, garantida equidade étnico-racial e de gênero.
Objetivo	Código: 0803 - Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2032 Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	26271 - Fundação Universidade de Brasília
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria
Lei Orçamentária Anual - 2014	
Execução Orçamentária e Financeira	



Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	5.218.985	5.218.985	4.709.483	2.933.682	2.933.682	291.017	2.010.447
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
0053	Iniciativa apoiada		Unidade	1.152	1.152	955	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0053	3.932.833	3.200.994	83.197	Iniciativa apoiada	Unidade	1.018	

Fonte: FUB; LOA 12.952/2014; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2014 e MTO/2015.

Análise Situacional: caracteriza-se por oportunizar ao aluno universitário a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão e a consolidação dos conhecimentos com a prática, mediante atividades voltadas à coletividade, viabilizando a vivência social e comunitária, e a integração entre a Instituição de Ensino Superior e a comunidade. Além disso, busca melhorar as condições de ensino-aprendizagem dos cursos de graduação, otimizando o potencial acadêmico dos estudantes e promovendo a integração entre a atividade acadêmica e a futura atividade profissional, inclusive, por meio da formação de grupos tutoriais de alunos. Dessa forma, são desenvolvidas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão universitária e de atendimento às comunidades, como implementação de ações educativas e culturais. Além de promover, também, congressos, seminários e simpósios científicos e culturais, entre outras atividades necessárias ao desenvolvimento dos projetos em questão. Sendo assim, para permitir que haja maior detalhamento na execução físico-financeira, essa ação dispõe de 2 PO's, quais sejam: PO - 0001 - Proposta de Extensão - PROEXT, o qual teve 19 iniciativas apoiadas; e o PO - 0002 - Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão, que teve 936 iniciativas apoiadas. Considerando que, por se tratar de ação oriunda da aglutinação de ações específicas, sendo que, em sua maioria, desenvolvidas na área de Extensão, sua gestão coube ao Decanato de Extensão - DEX da Universidade. Dessa forma, o Decanato desenvolveu 955 iniciativas apoiadas em 2014; dessas: 334 referentes ao Programa Institucional de Bolsas de Extensão - PIBEX, 123 referentes aos Projetos de Extensão de Ação Contínua - PEAC's, 120 referentes ao Programa de Fomento, 19 referentes ao PROEXT e 359 referentes à Semana Universitária. Analisando a execução físico-financeira da ação, pode-se concluir que 82,9% da meta física prevista para 2014 foi alcançada, correspondendo a 955 iniciativas apoiadas. Sendo que, para isso, foram executados 62,3% (R\$ 2,9 milhões) dos recursos empenhados na ação. No entanto, do total inscrito em restos a pagar não processados foi executado 83,1% (R\$ 3,2 milhões), o que custeou, proporcionalmente, 1.018 iniciativas apoiadas.

Quadro 3 - Ação 20GK Vinculada ao Programa Temático 2032

Identificação da Ação	
Código	20GK Tipo: Atividade
Descrição	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Iniciativa	Código: 0390 - Concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos, no país e no exterior, para a formação, valorização e capacitação de recursos humanos e para promover cooperação internacional no Sistema Nacional de Pós-Graduação, em áreas de interesse nacional e regional, inclusive formação de professores, garantida equidade étnico-racial e de gênero.
Objetivo	Código: 0803 - Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código:



		2032 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária		26271 - Fundação Universidade de Brasília					
Ação Prioritária		(X) Sim () Não Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária Anual - 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0050	800.000	800.000	800.000	565.353	565.353	-	-
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
0050	Iniciativa apoiada		Unidade	62	25	23	

Fonte: FUB; LOA 12.952/2014; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2014 e MTO/2015.

Análise situacional: Trata-se da mesma ação do Quadro anterior, entretanto, com código localizador de gasto diferente. Ambas estão vinculadas à unidade orçamentária 26.271- FUB, sendo que a ação de localizador de gasto 0050 - Região Centro-Oeste não dispõe de PO e vigora por meio de emenda parlamentar. Em relação à execução física e financeira, conclui-se que foram 23 iniciativas apoiadas, o que representou 37,1% da meta física prevista para 2014. No entanto, foram executados 70,7% (R\$ 565,3 mil) dos recursos empenhados na ação.

Quadro 4 – Ação 20RK Vinculada ao Programa Temático 2032

Identificação da Ação							
Código	20RK Tipo: Atividade						
Descrição	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior						
Iniciativa	Código: 03GD - Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos, e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade.						
Objetivo	Código: 0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da Rede Federal de Educação Superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.						
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2032 Tipo: Temático						
Unidade Orçamentária	26271 - Fundação Universidade de Brasília						
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	473.812.934	556.903.579	425.383.115	387.422.714	386.778.723	8.821.181	37.969.334
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
0053	Estudante matriculado		Unidade	43.436	50.000	41.142	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0053	107.128.470	79.268.429	15.141.951	Estudante matriculado	Unidade	8.411	

Fonte: FUB; LOA 12.952/2014; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2014 e MTO/2015.



Análise Situacional: Ação responsável pelo desenvolvimento de atividades que assegurem a manutenção e o funcionamento dos cursos nas Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, além de abranger a manutenção da infraestrutura física, por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação, reforma, adaptação, aquisição ou reposição de materiais, observados os limites da legislação vigente. Contempla, ainda, a manutenção de serviços terceirizados, pagamento de serviços públicos e de pessoal ativo, aquisição de material bibliográfico, e a promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas, bem como as demais contratações necessárias ao desenvolvimento das atividades. Sendo assim, é importante registrar que não há como vincular diretamente a execução orçamentário-financeira com a execução física, uma vez que a quantidade de estudantes matriculados não interfere, de imediato, no montante de recursos previstos para manutenção e funcionamento da instituição. Por exemplo, se durante o exercício forem executados 70% dos recursos ou houver necessidade de aporte de mais 30%, a meta física não será afetada, permanecerá constante para o período de execução, e a - qualidade do atendimento pode ficar comprometida ou até sofrer consequências somente em longo prazo, como reflexo da defasagem. Com relação à execução financeira, a ação foi executada, principalmente, na medida da liberação das cotas de limite orçamentário realizada pelo Ministério da Educação - MEC. Destaca-se a dificuldade de manutenção das atividades da Universidade, uma vez que o recurso do tesouro destinados a esta ação em 2014 foi de 83 milhões para execução anual. Em contrapartida, a despesa mensal para funcionamento da Universidade fica na ordem de 20 milhões. Assim, fica evidente a dificuldade de equilibrar tal equação. Essa situação tem obrigado a Universidade a fazer o remanejamento, na própria ação, dos recursos alocados em investimento para custear despesas correntes, bem como o remanejamento dos recursos de outras ações para suprir a insuficiência do aporte para manutenção da Instituição. Combinado a isso, intensificou-se, também, a captação de recursos próprios. No que se refere à execução física, tomou-se como base o produto da ação, estudante matriculado. Sendo assim, foram considerados todos os estudantes matriculados na Universidade em 2014, na forma descrita: 40.690 estudantes na graduação; 5.333 estudantes no mestrado; 3.530 estudantes no doutorado, representando um total de 49.553 estudantes matriculados em 2014. Dessa forma, a Universidade alcançou 114,1% da meta física prevista para a ação em 2014. Foram executados 91,1% (R\$ 387,8 milhões) dos recursos empenhados na ação, sem levar em consideração o executado com restos a pagar não processados, que representou 86,2% (R\$ 79,3 milhões) do total inscrito, correspondendo, proporcionalmente, a 8.411 estudantes matriculados.

Quadro 5 - Ação 4002 Vinculada ao Programa Temático 2032

Identificação da Ação	
Código	4002 Tipo: Atividade
Descrição	Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Iniciativa	Código: 03GA - Ampliação do acesso, da permanência e da taxa de sucesso dos estudantes na educação superior, em instituições públicas e privadas, inclusive por meio de financiamento estudantil, com promoção da elevação da eficiência acadêmica, da qualidade, da equidade e da inclusão, considerando, inclusive, especificidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e das pessoas com deficiência.
Objetivo	Código: 0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da Rede Federal de Educação Superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2032 Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	26271 - Fundação Universidade de Brasília
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria
Lei Orçamentária Anual - 2014	



Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	26.714.405	21.714.405	21.616.054	13.471.498	13.464.608	54.043	8.144.556
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
0053	Benefício concedido		Unidade	3.594	4.500	2.702	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0053	6.813.885	5.673.011	22.292	Benefício concedido	Unidade	1.480	

Fonte: FUB; LOA 12.952/2014; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2014e MTO/2015.

Análise Situacional: Caracteriza-se por promover a permanência do estudante, principalmente em nível de graduação, evitando a evasão e a retenção nas universidades, por meio de ações que contemplem, inclusive, estrangeiros; o pleno acesso de pessoas com deficiência às instituições de ensino superior, mediante o fornecimento ou auxílio à alimentação, ao alojamento e ao transporte, dentre outras iniciativas de assistência ao estudante que contribuam para o bom desempenho do aluno no ensino superior. Sendo assim, o Decanato de Assuntos Comunitários - DAC, por meio de sua Diretoria de Desenvolvimento Social - DDS, oferece aos estudantes programas, cuja finalidade é fornecer incentivos para que permaneçam na Universidade e concluam seu curso, podendo ser contemplados com mais de um benefício. Desse modo, com o aumento significativo dos recursos provenientes do PNAES, manteve-se a ampliação dos benefícios, permitindo consolidar, expandir, aprimorar e garantir as ações da assistência estudantil em execução na Universidade. Cabe destaque, esse ano, ao programa moradia estudantil com absorção de toda a demanda de estudantes qualificados. Além disso, houve redimensionamento das estratégias de ação da política assistencial com mudanças significativas nos Programas, como o fim da obrigatoriedade das contrapartidas de 12 horas de participação em projetos para estudantes do antigo Programa Bolsa Permanência – UnB, que passou por reformulações para se consolidar como o Programa Auxílio Socioeconômico. Dessa forma, a Diretoria da Diversidade – DIV/DAC em parceria com a Diretoria de Desenvolvimento Social – DDS, desenvolveu, durante todo o ano, ações ampliadas e transversais de assistência estudantil com o objetivo de promover a igualdade de condições e oportunidades respeitando as diferenças. Nesse sentido, realizaram-se ações afirmativas nos programas sociais de moradia, auxílio à permanência, auxílio alimentação (pecúnia) e bolsa alimentação, que oferecem aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica condições de permanência na UnB, incluindo estrangeiros, indígenas e quilombolas. Observa-se, ainda, que foram realizadas adequações no RU do Campus Darcy Ribeiro para melhor atender à comunidade acadêmica, e houve a implantação dos restaurantes nos campi de Ceilândia (FCE) e Gama (FGA); como também a conclusão do trabalho de elaboração das normas de administração do Programa de Moradia Estudantil e das regras de convivência na Casa do Estudante Universitário - CEU, que resultaram em duas resoluções. Outro fator importante foi a inauguração do Alojamento dos estudantes de Licenciatura do Campus de Planaltina (LEdoC), que reduziu custos da FUB com aluguéis de imóveis para acomodar os estudantes desse curso. Destaca-se, ainda, a melhoria na acessibilidade dos estudantes com deficiência por meio do Programa de Apoio ao Portador de Necessidades Especiais - PPNE, incluindo a elaboração do plano de ação conjunta com a Prefeitura do *Campus* para a realização de obras e reformas de adaptação para atender pessoas com deficiências. Sendo assim, foram realizadas obras e reformas, tais como: criação de rampas nas calçadas, adaptações dos banheiros, manutenção de elevadores e aquisição de novos equipamentos, resultando em um total de 190 acessibilidades promovidas aos portadores de necessidades especiais. Desse modo, para



permitir que haja maior detalhamento na execução físico-financeira, essa ação dispõe de 2 PO's, quais sejam: PO - 0001 - Viver sem limite – Programa Incluir, o qual teve 190 acessibilidades promovidas; e o PO – 0002 - Assistência ao Estudante, o qual teve 4.182 benefícios concedidos. Quanto à execução física e financeira, a Universidade alcançou 116,4% da meta física prevista para a ação em 2014. Sendo que, para isso, foram executados 62,3% (R\$ 13,5 milhões) dos recursos empenhados na ação, sem levar em consideração o executado com restos a pagar não processados que representou 83,5% (R\$ 5,7 milhões) do total inscrito, correspondendo, proporcionalmente, a 1.480 benefícios concedidos.

Quadro 6 - Ação 6328 Vinculada ao Programa Temático 2032

Identificação da Ação							
Código	6328 Tipo: Atividade						
Descrição	Universidade Aberta e a Distância						
Iniciativa	Código: 03GA - Ampliação do acesso, da permanência e da taxa de sucesso dos estudantes na educação superior, em instituições públicas e privadas, inclusive por meio de financiamento estudantil, com promoção da elevação da eficiência acadêmica, da qualidade, da equidade e da inclusão, considerando, inclusive, especificidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e das pessoas com deficiência.						
Objetivo	Código: 0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da Rede Federal de Educação Superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.						
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2032 Tipo: Temático						
Unidade Orçamentária	26271 - Fundação Universidade de Brasília						
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: (X)PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	7.000.000	503.000	480.137	277.849	277.849	1.093.710	202.288
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
0053	Vaga ofertada	Unidade	7.000	7.000	3.771		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0053	3.890.616	3.484.704	120	Vaga ofertada	Unidade	905	

Fonte FUB; LOA 12.952/2014; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2014 e MTO/2015.

Análise Situacional: Essa ação está voltada para a elaboração, a implantação e o desenvolvimento de cursos e programas de formação educacional na modalidade de educação à distância. Sua execução prevê a aquisição e instalação de equipamentos e de redes; capacitação de docentes e pessoal envolvidos com os cursos; criação de currículos específicos, respectivos conteúdos, material instrucional e metodologias de ensino a distância, buscando ampliar, democratizar e efetivar a oferta de cursos e programas nessa modalidade, oportunizando o acesso à educação superior inicial e continuada. Destaca-se o contrato firmado com a Advocacia Geral da União – AGU, para realização do curso de Pós-graduação lato sensu em Direito Público visando o aperfeiçoamento científico e profissional dos integrantes das carreiras jurídicas da AGU que se insere nos objetivos de valorização dos servidores e sua qualificação para as funções públicas, para este curso foram



disponibilizadas 209 vagas. Além disso, foram realizados outros cursos de capacitação, tais como: Ledores e Transcritores que visa aprimorar procedimentos para aplicação de provas nessa área, assim como dos colaboradores do CESPE/UnB na modalidade a distância para desenvolvimento de cursos de aprendizagem e aperfeiçoamento dos procedimentos de aplicação de prova de caráter regular e sistematizado. No que se refere à execução física e financeira da ação, foram disponibilizadas 4.676 vagas, correspondendo proporcionalmente a 66,8% da meta física prevista para 2014. No entanto, foram executados 57,9% (R\$ 277,8 mil) dos recursos empenhados na ação, sem levar em consideração o executado com restos a pagar não processados, que representou 89,6% (R\$ 3,5 milhões) do total inscrito.

Quadro 7 - Ação 8282 Vinculada ao Programa Temático 2032

Identificação da Ação							
Código	8282 Tipo: Atividade						
Descrição	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior						
Iniciativa	Código: 03GD - Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos, e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade.						
Objetivo	Código: 0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da Rede Federal de Educação Superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.						
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2032 Tipo: Temático						
Unidade Orçamentária	26271 - Fundação Universidade de Brasília						
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	70.265.396	65.775.351	41.862.672	29.688.445	29.688.445	811.439	12.174.227
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
0053	Projeto viabilizado		Unidade	11	11	3	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0053	13.067.440	10.084.572	30.297	Projeto viabilizado	Unidade	2	

Fonte: FUB; LOA 12.952/2014; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2014 e MTO/2015.

Análise Situacional: Essa ação foi criada como incentivo do Ministério da Educação às Instituições Federais de Ensino Superior visando possibilitar a elevação da mobilidade estudantil, a criação de vagas (especialmente no período noturno) e o completo aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes. Além disso, apoia planos de reestruturação e expansão, assim como o completo aproveitamento da estrutura instalada e a adequação e modernização da estrutura acadêmica e física das instituições, por meio de obras de pequeno vulto, incluindo reforma, construção, aquisição de equipamentos, materiais e serviços. Contribuíram, para isso, os programas de fomento à melhoria da qualidade do ensino de graduação por meio da concessão de bolsas de auxílio à participação em eventos científicos, bolsas de tutoria de graduação, bolsas de aprendizagem e inovação social; bem como a realização de eventos acadêmicos de acolhimento aos



estudantes e de reflexão crítica (Ciclo de Diálogos, ENADE, Encontro de Avaliação), além do apoio ao transporte de estudantes e docentes para atividades de prática em campo. Em relação à execução físico-financeira da ação, conclui-se que foram viabilizados, durante o ano de 2014, cinco projetos, o que representou 45,4% da meta física prevista para o ano. Sendo que, para isso, foram utilizados 70,9% (R\$ 29,7 milhões) dos recursos empenhados na execução de três projetos. Além desses, dois projetos foram custeados com recursos inscritos em restos a pagar não processados, o que representou 77,4% (R\$ 10,1 milhões) do total dos recursos inscritos em (RP).

Quadro 8 - Ação 2004 Vinculada ao Programa de Gestão e Manutenção 2109

Identificação da Ação							
Código	2004		Tipo: Atividade				
Descrição	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes.						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação. Código: 2109 Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.						
Unidade Orçamentária	26271 - Fundação Universidade de Brasília						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	8.184.984	7.460.984	7.434.301	7.383.317	7.383.317	-	50.984

Fonte: FUB; LOA 12.952/2014; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2014 e MTO/2015.

Análise Situacional: Ação elaborada pelo Ministério do Planejamento com o objetivo de prover aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas, condições para manutenção da saúde física e mental. Nesse sentido, visa à concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas. O serviço pode ser prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou, ainda, como auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento, opção esta utilizada pela Universidade de Brasília. Em relação à execução financeira, pode-se concluir que foram executados 99,3% (R\$ 7,4 milhões) dos recursos empenhados na ação para 2014, sendo que o restante (R\$ 50,9 mil) foi inscrito em restos a pagar (RP).

Quadro 9 - Ação 2010 Vinculada ao Programa de Gestão e Manutenção 2109

Identificação da Ação							
Código	2010		Tipo: Atividade				
Descrição	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares.						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação. Código: 2109 Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.						
Unidade Orçamentária	26271 - Fundação Universidade de Brasília						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	720.000	720.000	668.519	668.519	668.519	-	-

Fonte: FUB; LOA 12.952/2014; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2014 e MTO/2015.

Análise Situacional: A concessão do benefício de assistência pré-escolar é realizada a partir do requerimento dos servidores e empregados públicos federais que tenham filhos em idade pré-



escolar, conforme dispõe o Decreto 977/93. No que se refere à execução financeira, pode-se concluir que foram executados 100% (R\$ 668,5 mil) dos recursos empenhados na ação.

Quadro 10 - Ação 2011 Vinculada ao Programa de Gestão e Manutenção 2109

Identificação da Ação							
Código	2011		Tipo: Atividade				
Descrição	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares.						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação. Código: 2109 Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.						
Unidade Orçamentária	26271 - Fundação Universidade de Brasília						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	2.179.308	1.879.308	1.874.704	1.874.704	1.874.704	-	-

Fonte: FUB; LOA 12.952/2014; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2014 e MTO/2015.

Análise Situacional: Trata-se de pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo pelos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado, conforme Lei nº 8.745/93, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa. Em relação à execução financeira, pode-se concluir que foram executados 100% (R\$ 1,9 milhões) dos recursos empenhados na ação.

Quadro 11 - Ação 2012 Vinculada ao Programa de Gestão e Manutenção 2109

Identificação da Ação							
Código	2012		Tipo: Atividade				
Descrição	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares.						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação. Código: 2109 Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.						
Unidade Orçamentária	26271 - Fundação Universidade de Brasília						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	20.040.000	20.940.000	20.681.031	20.681.031	20.681.031	-	-

Fonte: FUB; LOA 12.952/2014; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2014 e MTO/2015.

Análise Situacional: Ação responsável pela concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação destinado aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado, conforme a Lei nº 8.745/93, para aquisição de vale ou ticket-alimentação/refeição ou, por meio da manutenção de refeitório. Quanto à execução financeira, pode-se concluir que foram executados 100% (R\$ 20,7 milhões) dos recursos empenhados na ação.



Quadro 12 - Ação 4572 Vinculada ao Programa de Gestão e Manutenção 2109

Identificação da Ação							
Código	4572			Tipo: Atividade			
Descrição	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação. Código: 2109 Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.						
Unidade Orçamentária	26271 - Fundação Universidade de Brasília						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	950.000	950.000	890.279	590.974	590.974	2.788	299.305
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
0053	Servidor capacitado		Unidade	3.100	3.100	1.360	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0053	145.547	118.683	5.360	Servidor capacitado	Unidade	361	

Fonte: FUB; LOA 12.952/2014; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2014 e MTO/2015.

Análise Situacional: Caracteriza-se pela realização de ações diversas voltadas ao treinamento e à capacitação de servidores, tais como custeio de eventos; pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação; taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal. Nessa ação, foram desenvolvidas atividades, visando preencher lacunas de competências necessárias ao bom desempenho das atribuições dos cargos; as necessidades foram apontadas pelos diversos setores da UnB. Sendo que, após mapeamento das competências fundamentais, gerenciais e específicas, as ações de capacitação foram disponibilizadas nas modalidades presencial e à distância. Além do Plano Anual de Capacitação, que tornou pública a oferta de cursos internamente à FUB, foi lançado um edital para contemplar demandas vindas das áreas. Por meio deste edital, foram disponibilizadas quatro turmas para desenvolvimento de competências específicas, bem como dez eventos externos; dentre eles: cursos, seminários, congressos e simpósios. Destaca-se que o desembolso gerado por ações de capacitação externa relativa à Pessoa Jurídica organizadora de cursos, congressos, seminários e afins impactou sensivelmente a execução financeira da Ação, uma vez que tais atividades representaram 54% do desembolso total das ações de capacitação. Posto que, para realização desse tipo de evento externo, o processo de capacitação fica, significativamente, mais oneroso se comparado à capacitação interna, devido aos custos com diárias e passagens. Em relação à execução físico-financeira, conclui-se que foram 1.721 servidores capacitados, o que correspondeu a 55,5% da meta física prevista para o exercício de 2014. No entanto, foram executados 66,4% (R\$ 590,9 mil) dos recursos empenhados na ação, sem levar em consideração o executado com restos a pagar não processados (RP), que representou 84,7% (R\$ 118,7 mil) do total inscrito, correspondendo, proporcionalmente, a 361 servidores capacitados.



Quadro 13 - Ação 20TP Vinculada ao Programa de Gestão e Manutenção 2109

Identificação da Ação							
Código	20TP		Tipo: Atividade				
Descrição	Pagamento de Pessoal Ativo da União.						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação. Código: 2109 Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.						
Unidade Orçamentária	26271 - Fundação Universidade de Brasília						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	551.273.259	634.403.485	622.295.626	622.216.098	622.216.069	1.052.539	79.527

Fonte: FUB; LOA 12.952/2014; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2014 e MTO/2015.

Análise Situacional: Trata-se de uma ação padronizada da União que tem caráter nacional e contempla o Pagamento de Pessoal Ativo da União. Apesar de ser uma ação do tipo Atividade vinculada a um Programa de Gestão e Manutenção, não possui meta. Nesse caso, as linhas correspondentes às metas físicas foram suprimidas do Quadro 13. Quanto à execução financeira, pode-se concluir que foram executados 99,9% (R\$ 622,2 milhões) dos recursos empenhados na ação, sendo que o restante (R\$ 79,5 mil) foi inscrito em restos a pagar (RP).

Quadro 14 - Ação 00M1 Vinculada ao Programa de Gestão e Manutenção 2109

Identificação da Ação							
Código	00M1		Tipo: Operações Especiais				
Descrição	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação. Código: 2109 Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.						
Unidade Orçamentária	26271 - Fundação Universidade de Brasília						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	441.335	561.335	472.804	472.804	472.804	-	-

Fonte: FUB; LOA 12.952/2014; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2014 e MTO/2015.

Análise Situacional: Essa ação dispõe sobre as despesas orçamentárias com o pagamento de Auxílio-Funeral devido à família do servidor falecido ativo ou aposentado ou a terceiro que custear, comprovadamente, as despesas com o funeral do ex-servidor, bem como com o pagamento de Auxílio-Natalidade devido à servidora, cônjuge ou companheiro servidor público por motivo de nascimento de filho. Apesar de estar vinculada a um programa de gestão e manutenção, caracteriza-se por ser uma ação do tipo Operações Especiais, a qual não possui meta física. Sendo assim, as linhas correspondentes às metas foram excluídas do Quadro 14. No que se refere à execução financeira, pode-se concluir que foram executados 100% (R\$ 472,8 mil) dos recursos empenhados na ação.



Quadro 15 - Ação 0181 Vinculada ao Programa de Operações Especiais 0089

Identificação da Ação							
Código	0181 Tipo: Operações Especiais						
Descrição	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis.						
Programa	Previdência de Inativos e Pensionistas da União. Código: 0089 Tipo: Operações Especiais						
Unidade Orçamentária	26271 - Fundação Universidade de Brasília						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	252.431.868	291.589.395	286.845.670	286.845.670	286.839.899	-	-

Fonte: FUB; LOA 12.952/2014; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2014 e MTO/2015.

Análise Situacional: Essa ação dispõe sobre o pagamento de Aposentadorias e Pensões de Servidores Civis e caracteriza-se por ser uma ação do tipo Operações Especiais, a qual não dispõe de meta física. Sendo assim, as linhas correspondentes às metas foram suprimidas do Quadro 15. Quanto à execução financeira, pode-se concluir que foram executados 100% (R\$ 286,8 milhões) dos recursos empenhados na ação.

Quadro 16 - Ação 0005 Vinculada ao Programa de Operações Especiais 0901

Identificação da Ação							
Código	0005 Tipo: Operações Especiais						
Descrição	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)						
Programa	Cumprimento de Sentenças Judiciais. Código: 0901 Tipo: Operações Especiais						
Unidade Orçamentária	26271 - Fundação Universidade de Brasília						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	8.592.641	8.785.635	8.785.635	7.901.054	7.901.054	-	884.581

Fonte: FUB; LOA 12.952/2014; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2014 e MTO/2015.

Análise Situacional: Trata-se de uma ação padronizada da União que tem caráter nacional e contempla o pagamento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) devidas pela União, Autarquias e Fundações Públicas e caracteriza-se por ser uma ação do tipo Operações Especiais, a qual não dispõe de meta física. Sendo assim, as linhas correspondentes às metas foram suprimidas do Quadro 16. Em relação à execução financeira, pode-se concluir que foram executados 89,9% (R\$ 7,9 milhões) dos recursos empenhados na ação. O restante (R\$ 884,6 mil) foi inscrito em restos a pagar (RP).

Quadro 17 - Ação 00G5 Vinculada ao Programa de Operações Especiais 0901

Identificação da Ação							
Código	00G5 Tipo: Operações Especiais						
Descrição	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor.						
Programa	Cumprimento de Sentenças Judiciais. Código: 0901 Tipo: Operações Especiais						
Unidade Orçamentária	26271 - Fundação Universidade de Brasília						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária 2014							



Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	651.314	651.314	651.314	651.314	651.314	-	-

Fonte: FUB; LOA 12.952/2014; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2014 e MTO/2015.

Análise Situacional: Trata-se, também, de uma ação padronizada da União que possui o código localizador de gasto 0001 - de abrangência nacional, e dispõe sobre o pagamento da contribuição patronal para o regime de previdência dos servidores públicos federais correspondente ao pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor e, por ser uma ação do tipo Operações Especiais, não possui meta física. Sendo assim, as linhas correspondentes às metas foram excluídas do Quadro 17. Quanto à execução financeira, pode-se concluir que foram executados 100% (R\$ 651,3 mil) dos recursos empenhados na ação.

Quadro 18 - Ação 09HB Vinculada ao Programa de Gestão e Manutenção 2109

Identificação da Ação							
Código	09HB Tipo: Operações Especiais						
Descrição	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação. Código: 2109 Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.						
Unidade Orçamentária	26271 - Fundação Universidade de Brasília						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	141.332.980	154.674.342	153.519.004	153.519.004	153.519.004	-	-

Fonte: FUB; LOA 12.952/2014; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2014 e MTO/2015.

Análise Situacional: Essa ação dispõe sobre a Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais. Caracteriza-se por ser uma ação do tipo Operações Especiais, da qual não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços, porém, está vinculada a um programa de Gestão e Manutenção. No entanto, por não possuir meta, as linhas correspondentes às metas físicas foram suprimidas do Quadro 18. Quanto à execução financeira, pode-se concluir que foram executados 100% (R\$ 153,5 milhões) dos recursos empenhados na ação.

Quadro 19 – Ação 0536 Vinculada ao Programa de Operações Especiais 0909

Identificação da Ação							
Código	0536 Tipo: Operações Especiais						
Descrição	Pensões Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais.						
Programa	Outros Encargos Especiais. Código: 0909 Tipo: Operações Especiais						
Unidade Orçamentária	26271 - Fundação Universidade de Brasília						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	32.500	32.500	28.956	28.956	28.956	-	-

Fonte: FUB; LOA 12.952/2014; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2014 e MTO/2015.



Análise Situacional: Caracteriza-se por ser uma ação padronizada da União que possui o código localizador de gasto 0001 - de abrangência nacional, e dispõe sobre o pagamento de pensões em decorrência de Legislação Especial ou de Sentenças Judiciais e, por ser uma ação do tipo Operações Especiais, não possui meta física. Sendo assim, as linhas correspondentes às metas foram excluídas do Quadro 19. Em relação à execução financeira, pode-se concluir que foram executados 100% (R\$ 28,9 mil) dos recursos empenhados na ação.

Ações do HUB: Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS

O Hospital Universitário de Brasília – HUB não possui Programa ou Iniciativas relativas a programas temáticos no Plano Plurianual. Dessa forma, são relacionadas, somente, informações referentes às 7 ações orçamentárias vinculadas a programas temáticos, de gestão, manutenção e serviços ao estado que estão sob a responsabilidade dessa Unidade Jurisdicionada.

No entanto, as 3 ações do tipo operações especiais serão dispostas nos Quadros sem as respectivas linhas correspondentes às metas físicas, uma vez que tais ações não possuem metas.

Ressalta-se, que, em 2013, foi firmado um contrato de gestão entre o HUB e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), empresa pública de direito privado e patrimônio próprio, vinculada ao Ministério da Educação. Esse acordo tem o objetivo de resolver as limitações de financiamento e o impasse na regularização dos trabalhadores contratados de forma irregular, incluindo médicos e enfermeiros. Dessa forma, a Ebserh passou a administrar o HUB, sendo responsável pelo pagamento de funcionários e pela compra de insumos, entre outros compromissos.

Entretanto, o hospital continua academicamente subordinado à UnB, com a missão de formar os alunos da área de saúde e prestar atendimento via Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse sentido, o plano de reestruturação do HUB será executado de forma conjunta entre a Universidade e a Ebserh e prevê a adoção de medidas para a recuperação da infraestrutura física e tecnológica e a recomposição do quadro de pessoal.

Além disso, salienta-se que a programação qualitativa dispõe de uma nova categoria de caráter gerencial vinculada à ação orçamentária: o Plano Orçamentário – PO. Trata-se de uma identificação orçamentária, de caráter estritamente gerencial - que não consta da LOA - e que tem por finalidade permitir que tanto a elaboração do orçamento quanto o acompanhamento físico e financeiro da execução ocorram em nível mais detalhado que o do localizador de gasto.

Registra-se que as informações prestadas nesta seção foram retiradas da Lei Orçamentária Anual - LOA, do Manual Técnico do Orçamento- MTO e do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, do Ministério da Educação.

A seguir, são apresentados os atributos e a execução orçamentário-financeira de cada ação governamental, em quadros específicos com valores expressos em reais (R\$), seguidos da análise situacional.

Quadro 20 - Ação 20RX Vinculada ao Programa Temático 2032

Identificação da Ação	
Código	20RX Tipo: Atividade
Descrição	Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais.
Iniciativa	Código: 03GE - Expansão, reestruturação, manutenção e funcionamento dos hospitais universitários federais, com promoção da qualificação de recursos humanos na saúde e ampliação de programas de Residência em Saúde, nas profissões, especialidades e regiões prioritárias para o país.
Objetivo	Código: 0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da Rede Federal de Educação Superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.
Programa	Educação Básica. Código: 2030 Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	26393 - Hospital Universitário de Brasília - HUB
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: (X)PAC () Brasil sem Miséria



Lei Orçamentária 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	95.245	3.716.495	69.184	23.156	0	435.964	46.028
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
0053	Unidade reestruturada		Unidade	1	1	1	1
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0053	10.078.850	4.488.769	2.421	Unidade reestruturada	Unidade	1	

Fonte: FUB; LOA 12.952/2014; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2014 e MTO/2015.

Análise Situacional: Essa ação tem por finalidade criar condições materiais e institucionais para que os Hospitais Universitários Federais – HUFs possam desempenhar plenamente suas funções, possibilitando, inclusive, a melhoria dos processos de gestão, a adequação da estrutura física, a recuperação e a modernização do parque tecnológico e a reestruturação do quadro de recursos humanos. Além disso, visa o aprimoramento das atividades hospitalares vinculadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, bem como à assistência à saúde. Em relação à execução física, conclui-se que foi realizada 100% da meta física prevista, uma vez que tomou-se como referência o produto da ação que é unidade reestruturada. Contribuíram, para isso, as melhorias realizadas no processo de gestão e na reestruturação do quadro de recursos humanos. Quanto à execução financeira, foram executados 33,5% (R\$ 23,1 mil) dos recursos empenhados na ação, sem levar em consideração o executado com restos a pagar não processados, que representou 44,5% (R\$ 4,5 milhões) do total inscrito.

Quadro 21 - Ação 4086 Vinculada ao Programa Temático 2032

Identificação da Ação							
Código	4086 Tipo: Atividade						
Descrição	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais.						
Iniciativa	Código: 03GE - Expansão, reestruturação, manutenção e funcionamento dos hospitais universitários federais, com promoção da qualificação de recursos humanos na saúde e ampliação de programas de Residência em Saúde, nas profissões, especialidades e regiões prioritárias para o país.						
Objetivo	Código: 0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da Rede Federal de Educação Superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.						
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2032 Tipo: Temático						
Unidade Orçamentária	26393 - Hospital Universitário de Brasília - HUB						
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: (X)PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	548.604	775.571	548.604	540.937	491.349	266.211	7.667
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	



Localizador						
0053	Unidade mantida	Unidade	1	1	1	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Nº do subtítulo/ Localizador	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0053	599.575	295.914	110.304	Unidade mantida	Unidade	1

Fonte: FUB; LOA 12.952/2014; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2014 e MTO/2015.

Análise Situacional: Caracteriza-se por assegurar condições de funcionamento dos Hospitais de Ensino e, além disso, é responsável pela manutenção das atividades e pela melhoria da qualidade dos serviços hospitalares prestados à comunidade, bem como pela restauração e modernização das instalações, com vistas a um adequado estado de uso. Nesse sentido, contempla a realização de obras de pequeno vulto que envolva ampliação, reforma, adaptação, aquisição ou reposição de materiais, observados os limites da legislação vigente. Em relação à execução física, conclui-se que foi realizada 100% da meta física prevista, uma vez que tomou-se como referência o produto da ação que é unidade mantida. Dessa forma, foram adquiridos bens e serviços fundamentais para a manutenção e o desenvolvimento do Hospital, sobretudo na área de assistência à saúde e ao ensino, bem como, de maneira geral, para a melhoria da gestão administrativa, financeira, técnica e hospitalar. Além disso, iniciaram-se a reforma e a modernização de algumas áreas do hospital, tais como: refeitório, maternidade, UTI e emergência. No que se refere à execução financeira, foram executados 98,6% (R\$ 540,9 mil) dos recursos empenhados na ação, sem levar em consideração o executado com restos a pagar não processados, que representou 49,3% (R\$ 295,9 mil) do total inscrito.

Quadro 22 - Ação 2004 Vinculada ao Programa Temático 2109

Identificação da Ação							
Código	2004 Tipo: Atividade						
Descrição	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes.						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação. Código: 2109 Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.						
Unidade Orçamentária	26393 - Hospital Universitário de Brasília - HUB						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	929.028	780.000	780.000	719.066	719.066	-	60.934

Fonte: FUB; LOA 12.952/2014; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2014 e MTO/2015.

Análise Situacional: Ação elaborada pelo Ministério do Planejamento com o objetivo de prover aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas, condições para manutenção da saúde física e mental. Nesse sentido, visa à concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusivamente para a contratação de serviços médico-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio. O serviço pode ser prestado diretamente por órgão ou entidade ou, ainda, como auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento, opção esta utilizada pela Universidade de Brasília. Em relação à execução financeira, pode-se concluir que foram executados 92,2% (R\$ 719,1 mil) dos recursos empenhados na ação, sendo que o restante (R\$ 60,9 mil) foi inscrito em restos a pagar (RP).



Quadro 23 - Ação 2010 Vinculada ao Programa Temático 2109

Identificação da Ação							
Código	2010		Tipo: Atividade				
Descrição	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cívicos, Empregados e Militares.						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação. Código: 2109 Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado						
Unidade Orçamentária	26393 - Hospital Universitário de Brasília - HUB						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	168.000	168.000	168.000	103.096	103.096	-	64.904

Fonte: FUB; LOA 12.952/2014; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2014 e MTO/2015.

Análise Situacional: A Concessão do benefício de assistência pré-escolar é realizada a partir do requerimento dos servidores e empregados públicos federais que tenham filhos em idade pré-escolar, conforme dispõe o Decreto 977/93. No que se refere à execução financeira, pode-se concluir que foram executados 61,4% (R\$ 103,1 mil) dos recursos empenhados na ação.

Quadro 24 - Ação 2011 Vinculada ao Programa Temático 2109

Identificação da Ação							
Código	2011		Tipo: Atividade				
Descrição	Auxílio-Transporte aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares.						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação. Código: 2109 Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.						
Unidade Orçamentária	26393 - Hospital Universitário de Brasília - HUB						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	692.892	692.892	692.892	561.230	561.230	-	131.662

Fonte: FUB; LOA 12.952/2014; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2014 e MTO/2015.

Análise Situacional: Trata-se de pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo pelos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado – conforme Lei nº 8.745/93, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa. Quanto à execução financeira, conclui-se que foram executados 80,9% (R\$ 561,2 mil) dos recursos empenhados na ação, sendo que o restante (R\$ 131,7 mil) foi inscrito em restos a pagar (RP).

Quadro 25 - Ação 2012 Vinculada ao Programa Temático 2109

Identificação da Ação							
Código	2012		Tipo: Atividade				
Descrição	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares.						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação. Código: 2109 Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.						
Unidade Orçamentária	26393 - Hospital Universitário de Brasília - HUB						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	3.032.016	3.032.016	3.032.016	2.669.370	2.669.370	-	362.646

Fonte: FUB; LOA 12.952/2014; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2014 e MTO/2015.



Análise Situacional: Ação responsável pela concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação destinado aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado, conforme a Lei nº 8.745/93, para aquisição de vale ou ticket-alimentação/refeição ou por meio da manutenção de refeitório. Em relação à execução financeira, pode-se concluir que foram executados 88% (R\$ 2,7 milhões) dos recursos empenhados na ação, sendo que o restante (R\$ 362,6 mil) foi inscrito em restos a pagar (RP).

Quadro 26 - Ação 20TP Vinculada ao Programa de Gestão e Manutenção 2109

Identificação da Ação							
Código	20TP		Tipo: Atividade				
Descrição	Pagamento de Pessoal Ativo da União.						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação. Código: 2109 Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.						
Unidade Orçamentária	26393 - Hospital Universitário de Brasília - HUB						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	54.860.311	57.040.480	56.040.480	55.279.220	54.125.380	-	761.260

Fonte: FUB; LOA 12.952/2014; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2014 e MTO/2015.

Análise Situacional: Ação padronizada da União que tem caráter nacional e contempla o Pagamento de Pessoal Ativo da União. Entretanto, apesar de ser uma ação do tipo Atividade vinculada a um Programa de Gestão e Manutenção, não possui meta. Nesse caso, as linhas correspondentes às metas físicas foram suprimidas do Quadro 26. Quanto à execução financeira, pode-se concluir que foram executados 98,6% (R\$ 55,3 milhões) dos recursos empenhados na ação, sendo que o restante (R\$ 761,3 mil) foi inscrito em restos a pagar (RP).

Quadro 27 - Ação 09HB Vinculada ao Programa de Gestão e Manutenção 2109

Identificação da Ação							
Código	09HB		Tipo: Operações Especiais				
Descrição	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação. Código: 2109 Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.						
Unidade Orçamentária	26393 - Hospital Universitário de Brasília - HUB						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	12.700.182	12.700.182	12.700.182	11.577.291	10.648.740	-	1.122.891

Fonte: FUB; LOA 12.952/2014; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2014 e MTO/2015.

Análise Situacional: Essa ação dispõe sobre a Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais. Caracteriza-se por ser uma ação do tipo Operações Especiais, da qual não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços, porém, está vinculada a um programa de Gestão e Manutenção. No entanto, por não possuir meta, as linhas correspondentes às metas físicas foram suprimidas do Quadro 27. Em relação à execução financeira, pode-se concluir que foram executados 91,2% (R\$ 11,6 milhões) dos recursos empenhados na ação, sendo que o restante (R\$ 1,1 milhões) foi inscrito em restos a pagar (RP).



Quadro 28 - Ação 00M1 Vinculada ao Programa de Gestão e Manutenção 2109

Identificação da Ação							
Código	00M1		Tipo: Operações Especiais				
Descrição	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação. Código: 2109 Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.						
Unidade Orçamentária	26393 - Hospital Universitário de Brasília - HUB						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	20.000	40.000	40.000	20.000	20.000	-	20.000

Fonte: FUB; LOA 12.952/2014; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2014 e MTO/2015.

Análise Situacional: Essa ação dispõe sobre as despesas orçamentárias com o pagamento de Auxílio-Funeral devido à família do servidor falecido ativo ou aposentado ou a terceiro que custear, comprovadamente, as despesas com o funeral do ex-servidor, bem como com o pagamento de Auxílio-Natalidade devido à servidora, cônjuge ou companheiro servidor público por motivo de nascimento de filho. Apesar de estar vinculada a um programa de gestão e manutenção, caracteriza-se por ser uma ação do tipo Operações Especiais, a qual não possui meta física. Sendo assim, as linhas correspondentes às metas foram excluídas do Quadro 28. Quanto à execução financeira, pode-se concluir que foram executados 50% (R\$ 20 mil) dos recursos empenhados na ação, sendo que o restante (R\$ 20 mil) foi inscrito em restos a pagar (RP).

Quadro 29 - Ação 0181 Vinculada ao Programa de Gestão e Manutenção 0089

Identificação da Ação							
Código	0181		Tipo: Operações Especiais				
Descrição	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis.						
Programa	Previdência de Inativos e Pensionistas da União. Código: 0089 Tipo: Operações Especiais						
Unidade Orçamentária	26393 - Hospital Universitário de Brasília - HUB						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	863.330	863.330	863.330	807.360	787.422	-	55.970

Fonte: FUB; LOA 12.952/2014; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2014 e MTO/2015.

Análise Situacional: Essa ação dispõe sobre o pagamento de Aposentadorias e Pensões de Servidores Civis e caracteriza-se por ser uma ação do tipo Operações Especiais, a qual não dispõe de meta física. Sendo assim, as linhas correspondentes às metas foram suprimidas do Quadro 29. No que se refere à execução financeira, pode-se concluir que foram executados 93,5% (R\$ 807,4 mil) dos recursos empenhados na ação, sendo que o restante (R\$ 55,9 mil) foi inscrito em restos a pagar (RP).



Anexo B: Deliberações do TCU atendidas no exercício

Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB					470
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC 011.646/2012-8	443/2014 2ª Câmara	1.8	Deliberação	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB					470
Descrição da Deliberação					
<p>1.8. Determinar à Fundação Universidade de Brasília que:</p> <p>1.8.1. dê ciência à interessada da deliberação desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência da decisão do Tribunal, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;</p> <p>1.8.2. faça cessar, em caso de decisão desfavorável à Sra. Maria Lea Salgado Labouriau, no âmbito do Mandado de Segurança nº 26156/DF, que tramita no Supremo Tribunal Federal, no prazo de 15 (quinze) dias, os pagamentos da parcela referente à URP (26,05%), promovendo, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990, a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente a partir do mês subsequente ao do presente Acórdão;</p> <p>1.8.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão do Tribunal, cópia dos documentos que comprovem a data em que a interessada teve conhecimento desta deliberação.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Decanato de Gestão de Pessoas - DGP					117978
Síntese da Providência Adotada					
<p>As determinações constantes do Acórdão n. 443/2014, proferido pela 2ª Câmara do Tribunal de Contas da União, foram devidamente atendidas, senão vejamos.</p> <p>Após o recebimento do aludido Acórdão, encaminhado por meio do Ofício n. 1.293/2014 – TCU/Sefip, foi enviado ao TCU o Ofício de Restituição de 2ª Via nº 228/2014, datado de 07/03/2014.</p> <p>Também foi informado ao TCU acerca do falecimento da Servidora Maria Lea Salgado, que não deixou beneficiários de pensão, o que impossibilitou o atendimento às determinações da Corte de Contas.</p>					
Unidade Jurisdicionada					
Fundação Universidade de Brasília - FUB					470
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	TC 012.242/2012-8	444/2014 2ª Câmara	1.8	Deliberação	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB					470
Descrição da Deliberação					
<p>1.8. Determinar à Fundação Universidade de Brasília que:</p> <p>1.8.1. dê ciência à interessada da deliberação desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência da decisão do Tribunal, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;</p> <p>1.8.2. faça cessar, em caso de decisão desfavorável à Sra. Nussy Almeida de Oliveira, no âmbito do Mandado de Segurança nº 28819/DF, que tramita no Supremo Tribunal Federal, no prazo de 15 (quinze) dias, os pagamentos da parcela referente à URP (26,05%), promovendo, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990, a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente a partir do mês subsequente ao do presente Acórdão;</p> <p>1.8.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão do Tribunal, cópia dos documentos que comprovem a data em que a interessada teve conhecimento desta deliberação.</p>					



Providências Adotadas					
Sector Responsável pela Implementação					Código SIORG
Decanato de Gestão de Pessoas - DGP					117978
Síntese da Providência Adotada					
As determinações proferidas pela 2ª Câmara do TCU, no Acórdão 444/2014, que julgou ilegal o ato de concessão de aposentadoria da Senhora Nussy Almeida de Oliveira em razão da URP, foram devidamente atendidas. A Universidade de Brasília, após ter sido notificada por meio do Ofício n. 1.330/2014-TCU/Sefip, enviou ao TCU o Ofício de Restituição de 2ª Via n. 0221/2014. Posteriormente, foi enviada a Carta n. 0059/2014 à servidora em referência, com cópia do Acórdão n. 444/2014, informando a ela acerca das irregularidades apontadas pelo TCU. Após o AR retornar a esta Coordenadoria, foi enviado novo Ofício ao TCU com cópia do AR, comprovando que a servidora recebeu a carta mencionada. Entretanto, apesar de ter recebido a carta, a servidora não se manifestou.					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB					470
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	TC 012.250/2012-0	445/2014 2ª Câmara	1.8	Deliberação	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB					470
Descrição da Deliberação					
1.8. Determinar à Fundação Universidade de Brasília que: 1.8.1. dê ciência à interessada da deliberação desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência da decisão do Tribunal, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos; 1.8.2. faça cessar, em caso de decisão desfavorável à Sra. Wilma Gonçalves Rosas Saltarelli, no âmbito do Mandado de Segurança nº 28819/DF, que tramita no Supremo Tribunal Federal, no prazo de 15 (quinze) dias, os pagamentos da parcela referente à URP (26,05%), promovendo, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990, a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente a partir do mês subsequente ao do presente Acórdão; 1.8.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão do Tribunal, cópia dos documentos que comprovem a data em que a interessada teve conhecimento desta deliberação.					
Providências Adotadas					
Sector Responsável pela Implementação					Código SIORG
Decanato de Gestão de Pessoas - DGP					117978
Síntese da Providência Adotada					
O Acórdão n. 445/2014, proferido pela 2ª Câmara do TCU, julgou ilegal o ato de concessão de aposentadoria da servidora Wilma Gonçalves Rosa Saltarelli, negando-lhe o respectivo registro, em razão da inclusão da parcela alusiva à URP. O referido Acórdão determinou que esta Universidade desse ciência à interessada acerca das deliberações da Corte de Contas e que fizesse cessar, em caso de decisão desfavorável, os pagamentos decorrentes da parcela URP. Em atenção a estas determinações este Decanato enviou o Ofício de restituição de 2ª via ao TCU em 03/09/2014, bem como enviou a Carta n. 408/2014 a Sra. Wilma contendo o disposto no Acórdão 445/2014. Como não houve manifestação da servidora em questão, foi enviado ao TCU, por meio do Ofício n. 1014/2014, cópia do AR, comprovando o recebimento da referida Carta.					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB					470
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	TC 011.659/2012-2	457/2017 2ª Câmara	1.8	Deliberação	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB					470



Descrição da Deliberação					
<p>1.8. Determinar à Fundação Universidade de Brasília - FUB que:</p> <p>1.8.1. dê ciência aos interessados da deliberação desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência da decisão do Tribunal, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;</p> <p>1.8.2. faça cessar, em caso de decisão desfavorável à Sra.Nívea D’Aparecida Melo Wanzeller e do Sr. Thiago Melo Wanzeller, no âmbito do MS nº 25.678/DF, que tramita no Supremo Tribunal Federal, no prazo de 15 (quinze) dias, os pagamentos da parcela referente à URP (26,05%), promovendo, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990, a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente a partir do mês subsequente ao do presente Acórdão;</p> <p>1.8.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão do Tribunal, cópia dos documentos que comprovem a data em que os interessados tiveram conhecimento desta deliberação.</p>					
Providências Adotadas					
Sector Responsável pela Implementação					Código SIORG
Decanato de Gestão de Pessoas - DGP					117978
Síntese da Providência Adotada					
<p>O Acórdão n. 457/2014 – TCU/2ª Câmara julgou o ato de concessão da pensão civil de Nívea D’Aparecida e Thiago Melo ilegal, em razão da inclusão indevida da parcela referente à URP. Em atendimento às determinações do TCU foi enviado o Ofício n. 0227/2014 ao Tribunal de Contas, com a restituição de 2ª Via. Também foram enviadas Cartas aos pensionistas que não se manifestaram acerca das determinações do TCU. Por essa razão, foram encaminhadas ao TCU, por meio do Ofício n. 283/2014, cópias dos AR’s, que comprovam que os pensionistas foram devidamente notificados acerca da decisão do TCU.</p>					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB					470
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	TC 028.413/2009-8	745/2014 1ª Câmara	9.3	Deliberação	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB					470
Descrição da Deliberação					
<p>9.3. Determinar à Universidade de Brasília que adote as seguintes providências, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa:</p> <p>9.3.1. dê ciência ao interessado do inteiro teor desta deliberação no prazo de 15 (quinze) dias e faça juntar aos autos o comprovante de notificação nos 15(quinze) dias subsequentes;</p> <p>9.3.2. após cientificado o interessado, adote providências para suspender o pagamento da vantagem prevista no art. 192 da Lei 8.112/1990;</p> <p>9.3.3. acompanhe o andamento da decisão judicial que atualmente assegura o pagamento da URP ao servidor aposentado (Mandado de Segurança junto ao STF 25.678), e, uma vez desconstituída a decisão judicial que assegura, presentemente, a manutenção do pagamento da URP nos proventos da aposentadoria tratada nestes autos, promova, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/90, a restituição dos valores que lhe foram pagos indevidamente a esse título, desde a impetração da respectiva ação, e emita novo ato de aposentadoria, livre das irregularidades detectadas, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262 do Regimento Interno/TCU.</p>					
Providências Adotadas					
Sector Responsável pela Implementação					Código SIORG
Decanato de Gestão de Pessoas - DGP					117978
Síntese da Providência Adotada					
<p>O Tribunal de Contas da União, Acórdão n. 745/2014 da 1ª Câmara, julgou ilegal o ato de aposentadoria do Sr. Waldir Vieira em razão do pagamento da vantagem prevista no art. 192 da Lei 8.112/90. Ocorre que o pagamento da aludida rubrica é devido, já que o servidor percebe uma aposentadoria integral. Em 10/09/2010, com base na Orientação Normativa SRH/MPOG n. 7 de 21/11/2007, o servidor Waldir Vieira requereu contagem de tempo de serviço especial, sendo reconhecido como tempo de serviço insalubre/perigoso o período de 01/04/1963 a 11/12/1990, conforme Memorando n. 25/2010/NEST/DAIA. Diante deste fato, fez-se necessária nova revisão da aposentadoria outrora concedida, o que implicou na alteração do fundamento legal da aposentadoria, assegurando-lhe o fundamento no “art. 40, inciso III, alínea a, da Constituição Federal de 1988, na sua redação original, com as vantagens do art. 192, inciso II, da Lei n. 8.112/1990”, conforme Ato da Reitoria nº 1140/2012 do dia 15/10/2012, publicado no D.O.U. de 17/10/2012.</p>					



É oportuno ressaltar que a documentação comprobatória dos fatos explanados acima encontra-se anexada ao processo original de aposentadoria, que encontra-se na Controladoria Geral da União e, por esse motivo, neste momento não será possível encaminhar cópia desta documentação neste Memorando. Sem mais, esse processo foi finalizado.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB					470
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	TC 020.033/2005-0	621/2014 2ª Câmara	9.3, 9.4 e 9.5	Deliberação	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB					470
Descrição da Deliberação					
<p>9.3. Determinar à unidade jurisdicionada que acompanhe o andamento das decisões judiciais que atualmente asseguram o pagamento da URP aos servidores aposentados (Mandados de Segurança junto ao STF 26.156 e 25.678), e, uma vez desconstituída a decisão judicial que assegura, presentemente, a manutenção do pagamento da URP nos proventos das aposentadorias tratadas nestes autos, promova, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/90, a restituição dos valores que pagos indevidamente a esse título desde a impetração da respectiva ação, e emita novos atos de aposentadoria, livres da irregularidade detectada, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262 do Regimento Interno/TCU;</p> <p>9.4. dar ciência do inteiro teor do presente Acórdão aos interessados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não os exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a respectiva notificação, em caso de não-provimento do recurso;</p> <p>9.5. no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhar a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que os interessados tomarem conhecimento da decisão desta Corte.</p>					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Decanato de Gestão de Pessoas - DGP					117978
Síntese da Providência Adotada					
<p>O Acórdão n. 621/2014, proferido pelo Tribunal de Contas da União julgou ilegal os atos de aposentadorias de Armando Takatsu, Francisco Pereira Cupertino, Raphael Magalhães Dias e outros, em razão da inclusão da parcela referente à URP. Foram enviadas cartas aos servidores, informando acerca das deliberações da Corte de Contas. Também foi encaminhado ao TCU o Ofício n. 243/2013 de restituição de 2ª via. Como não houve manifestação por parte dos servidores, foi enviada cópia dos AR's ao TCU, comprovando que foi dada ciência aos interessados.</p>					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB					470
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	TC 006.446/2013-2	409/2014 2ª Câmara	1.6	Deliberação	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB					470
Descrição da Deliberação					
<p>1.6. Determinações:</p> <p>1.6.1. reiterar à Fundação Universidade de Brasília que corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, o valor da parcela referente provento básico atribuído ao servidor David Lee Fortune (CPF 089.486.311-87), o qual deverá obedecer à proporcionalidade de 11/35 do respectivo valor integral, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, conforme já determinado pelo subitem 9.3.1 do Acórdão 1459/2007 - 2ª Câmara;</p> <p>1.6.2. determinar à Fundação Universidade de Brasília que apure o montante pago ao aposentado David Lee Fortune, em desacordo com o item 9.3.1 do Acórdão 1459/2007 - 2ª Câmara, desde o mês de julho de 2007 até o presente, e promova, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, a reposição dos valores ao erário.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Decanato de Gestão de Pessoas - DGP					117978



Síntese da Providência Adotada					
<p>Por meio do Acórdão n. 409/2014 da 2ª Câmara, o Tribunal de Contas da União determinou que fosse corrigido, no prazo de 15 dias, o valor da parcela referente ao provento básico atribuído ao servidor David Lee Fortune. Em atendimento a essas determinações, a Universidade de Brasília enviou o Ofício n. 0275/2014/DGP, com a restituição de 2ª via do Ofício n. 1451/2014 –TCU/Sefip. Também foi enviado ao órgão de Controle o Ofício n. 273/2014/DGP reiterando os termos do Ofício n. 107/2013/DGP que informou ao Tribunal que os proventos do servidor já estavam calculados, 0 à razão de 11/35, mas que, em atendimento ao art. 191 da Lei 8.112/90, o servidor recebia proventos a maior. A redação do mencionado artigo dispõe que, quando proporcional ao tempo de serviço, o provento não será inferior a 1/3 da remuneração da atividade. Assim sendo, apesar da proporção dos proventos estarem registrados à razão de 11/35 no SIAPE, o servidor não poderá perceber um valor menor que 1/3 da remuneração da atividade. Assim sendo, esse processo foi devidamente finalizado.</p>					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB					470
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
8	TC 011.658/2012-6	5.550/2014 2ª Câmara	9.2	Deliberação	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB					470
Descrição da Deliberação					
<p>9.2. Determinar à Fundação Universidade de Brasília que:</p> <p>9.2.1. acompanhe o deslinde do MS 26.156 que se encontra pendente de julgamento no STF, e, caso a decisão final seja desfavorável à interessada, faça: (i) cessar os pagamentos decorrentes dos atos em tela, promovendo, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente;</p> <p>9.2.2. comunique à interessada acerca da deliberação desta Corte de Contas, alertando-a que a interposição de eventuais recursos junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores recebidos indevidamente após a notificação desta deliberação, caso os recursos não sejam providos;</p> <p>9.2.3. no prazo de 30 (trinta dias), encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que a interessada tomar conhecimento da decisão desta Corte.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Decanato de Gestão de Pessoas - DGP					117978
Síntese da Providência Adotada					
<p>O Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão n. 5550/2014, julgou o ato de concessão de pensão civil em favor de Marilyn Mendes Fraga LEGAL, determinando à Universidade de Brasília que comunicasse à interessada acerca das deliberações constantes do referido Acórdão. Este Decanato, em cumprimento às determinações do TCU, enviou cópia do Acórdão à pensionista em referência junto com Ofício, esclarecendo que a pensão foi julgada legal. Desta feita, as determinações do TCU foram devidamente atendidas e o Processo TC foi finalizado.</p>					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB					470
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
9	TC 028.365/2009-9	4.785/2014 1ª Câmara	9.2	Deliberação	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB					470
Descrição da Deliberação					
<p>9.2. Determinar à unidade jurisdicionada que adote medidas para:</p> <p>9.2.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação às interessadas, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não as exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;</p> <p>9.2.2. encaminhar ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que as interessadas tiveram conhecimento do acórdão.</p>					
Providências Adotadas					



Sector Responsável pela Implementação					Código SIORG
Decanato de Gestão de Pessoas - DGP					117978
Síntese da Providência Adotada					
O Acórdão n. 4785/2014 julgou ilegal o ato concessão de pensão civil em favor de Layssa Farias, Luiza Farias e Maria Liduina Aragão, em razão da inclusão da URP (26,05%), e, por essa razão, determinou à Universidade de Brasília que desse ciência às pensionistas acerca desta deliberações. Este Decanato, então, enviou Ofícios às pensionistas em referência e, posteriormente, enviou Ofícios com cópias dos AR's ao Tribunal de Contas, comprovando que foram feitas as devidas comunicações. Como as determinações do TCU foram devidamente atendidas, o Processo TC foi finalizado.					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB					470
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10	TC 007.055/2013-7	4.527/2014 2ª Câmara	9.7	Deliberação	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB					470
Descrição da Deliberação					
9.7. Determinar à Fundação Universidade de Brasília que: 9.7.1 no prazo de até 30 (trinta) dias, dê ciência do Acórdão 9898/2011-TCU-2ª Câmara, bem como do relatório e voto que o fundamentam, ao aposentado Adelce Pinto de Queiroz (CPF 096.897.701-44); 9.7.2 caso não atendidas, alternativamente, as condições estabelecidas nos subitens 9.3.1.1 e 9.3.1.2 do referido acórdão, faça cessar, ao término do prazo fixado, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa.					
Providências Adotadas					
Sector Responsável pela Implementação					Código SIORG
Decanato de Gestão de Pessoas - DGP					117978
Síntese da Providência Adotada					
O Acórdão n. 4.527/2014 – TCU – 2ª Câmara aplicou multa à Gilca Ribeiro Starling Diniz pelo descumprimento do ato de determinações contida no item 9.3 do Acórdão n. 9898/2011-TCU-2ª Câmara, e também determinou que fosse dada ciência ao servidor Adelce Pinto de Queiroz a respeito do Acórdão n. 9898/2011-TCU-2ª Câmara. No item 9.3 do Acórdão n. 9898/2011, o Tribunal de Contas da União TCU determinou que a Universidade de Brasília regularizasse o ato de aposentadoria do servidor Adelce Pinto de Queiroz, que foi julgada ilegal em razão do cômputo de tempo rural, sem a comprovação de recolhimento das contribuições previdenciárias devidas. A Coordenadoria de aposentadoria, então, enviou, ao Sr. Adelce, junto com Ofício n. 349/2014/DGP, cópia do Acórdão n. 9898/2011, solicitando que o servidor se manifestasse acerca das possibilidades apresentadas pelo TCU. Inconformado, o servidor apresentou suas alegações de defesa em 21/08/2014, que não foram acolhidas por esta Universidade. Desta feita, o Ato da Reitoria n. 1235/2014, publicado no D.O.U. DE 12/09/2014, cancelou o Ato da Reitoria que concedeu aposentadoria ao Sr. Adelce, o que o fez voltar a suas atividades laborais junto a esta Universidade. Foi emitido novo formulário informando acerca do cancelamento da aposentadoria. Atualmente, o servidor está cedido a outro órgão e, por todo o exposto, após o cumprimento de todas as diligências cabíveis, esse processo foi arquivado.					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB					470
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
11	TC 015.919/2010-2	4.064/2014 1ª Câmara	9.2	Deliberação	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB					470
Descrição da Deliberação					
9.2. Determinar à Fundação Universidade de Brasília que: 9.2.1. dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados mencionados no subitem 9.1, acima, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não os exime da					



devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;
9.2.2. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que os interessados mencionados no subitem 9.1, acima, tiveram ciência desta deliberação.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Decanato de Gestão de Pessoas - DGP	117978

Síntese da Providência Adotada

O Acórdão n. 4064/2014, da 1ª Câmara do Tribunal de Contas da União, analisou os atos de aposentadoria de diversos servidores, conforme detalhado abaixo:

- 1) Lytton Leite Guimarães: o servidor teve o ato de sua aposentadoria julgado ilegal em razão do pagamento do percentual relativo à URP. Desta feita, o servidor foi devidamente notificado, por meio da Carta n. 357/2014 (comprovante de AR no processo), o que foi cientificado ao TCU, através do Ofício n. 870/2014;
- 2) Maria Eugênia de Carvalho: o ato de aposentadoria foi considerado ilegal pelo TCU, em razão da inclusão da URP. Então, essa Universidade encaminhou Cópia do referido Acórdão, junto com a Carta n. 356/2014 (comprovante AR no processo), o que foi cientificado ao TCU, por meio do Ofício n. 866/2014;
- 3) Maria Jenny da Conceição Souza: sua aposentadoria teve o registro negado também em razão da URP. A servidora foi notificada acerca da decisão do TCU, bem como o TCU foi cientificado acerca do cumprimento das suas determinações;
- 4) Maria Silvia Ribeiro Todorov: também teve o ato de sua aposentadoria julgado ilegal pelo TCU em razão do pagamento da URP. A servidora teve ciência do Acórdão n. 4.064/2014 por meio da Carta n. 353/2014, e a Corte de Contas foi cientificada acerca do cumprimento das determinações por meio do Ofício n. 881/2014;
- 5) Maria de Lourdes Torres: também teve o ato de sua aposentadoria julgado ilegal pelo TCU em razão do pagamento da URP. A servidora teve ciência do Acórdão n. 4.064/2014 por meio de Carta, e a Corte de Contas foi cientificada acerca do cumprimento das determinações por meio d. Ofício;
- 6) O TCU, no mesmo Acórdão, determinou ainda que, a Sefip destacasse e autuasasse, em novo processo, os atos relativos aos ex-servidores Maria Arlete Gonçalves do Aragão, Maria Silvia Ribeiro Todorov e Mario Márcio Moura. O processo TC em epígrafe tramitou dentro dos prazos e formalidades legais, e todas as determinações do Tribunal de Contas foram atendidas. Por essa razão, o processo foi digitalizado e arquivado junto ao processo de aposentadoria dos respectivos servidores.

Unidade Jurisdicionada

Denominação Completa	Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB	470

Deliberações do TCU

Deliberações Expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
12	TC 010.278/2012-5	4019/2014	9.3	deliberação	

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação	Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB	470

Descrição da Deliberação

9.3. Determinar à Universidade de Brasília que:
9.3.1. acompanhe o deslinde do MS 28.819 que se encontra pendente de julgamento no STF, e caso a decisão final seja desfavorável ao interessado, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato em tela, promovendo, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente e emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade detectada, nos termos do que estabelece o art. 262, §2º do Regimento Interno do TCU;
9.3.2. esclareça ao interessado, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre as possibilidades de:
9.3.2.1. continuar aposentado, com proventos proporcionais (30/35), hipótese em que a Universidade deverá emitir novo ato de aposentadoria;
9.3.2.2. comprovar o recolhimento das contribuições previdenciárias relativas ao tempo de serviço rural, de forma indenizada, hipótese em que a autoridade administrativa responsável poderá emitir novo ato, livre da irregularidade ora apontada, e submetê-los a nova apreciação por este Tribunal, com fundamento nos artigos 262, §2º, e 260, caput, do RI desta Corte;
9.3.2.3. retornar à atividade para completar os requisitos legais para aposentadoria, alertando-o de que esta dar-se-á pelas regras vigentes no momento da concessão;

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Decanato de Gestão de Pessoas - DGP	117978



Síntese da Providência Adotada					
A 2ª Câmara do TCU, no Acórdão n. 4.019/2014, julgou ilegal o ato de aposentadoria do servidor Vicente de Paulo Fonseca, em razão do pagamento da parcela referente à URP e da contagem irregular de tempo de serviço rural. Em atendimento às determinações do TCU, foi enviado ao mesmo Ofício n. 1007/2014, em 19/09/2014, restituindo a 2ª via do Ofício n. 9370/2014-TCU/Sefip, contendo o ciente do responsável pelo atendimento. Em 16/09/2014 foi enviada a Carta n. 0423/2014/DGP ao Senhor Vicente de Paulo Fonseca informando acerca das deliberações do Acórdão n. 4.019/2014-TCU-2ª Câmara, esclarecendo acerca das possibilidades apresentadas pelo TCU. Como não houve manifestação do servidor dentro do prazo legal, em 04/11/2014, foi enviado o Ofício n. 1.158/2014 que encaminhava uma Intimação para que o servidor se apresentasse na Universidade de Brasília para se manifestar sobre as decisões do TCU. O servidor, então, compareceu a esta Universidade em 21/11/2014 e optou por continuar aposentado com proventos proporcionais, após a exclusão do tempo de serviço rural julgado irregular. Desta feita, o Ato da Reitoria n. 1632/2014, publicado no D.O.U. 28/11/2014, alterou o fundamento da aposentadoria do Senhor Vicente, que passou a fazer jus a uma aposentadoria proporcional, à razão de 30/35 avos. Novo formulário SISAC foi enviado ao Controle Interno em 10/12/2014, o que finalizou o presente Processo TC.					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB					470
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
13	TC 006.523/2013-7	3.781/2014 1ª Câmara	9.4	Deliberação	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB					470
Descrição da Deliberação					
9.4. Determinar à Fundação Universidade de Brasília que: 9.4.1. apure o montante recebido em desacordo com a determinação contida no subitem 9.3.1.2 do Acórdão nº 6.620/2009-1ª Câmara pelos servidores aposentados nela referidos, desde a sua ciência da deliberação até a efetiva regularização dos seus proventos, e promova, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/90, a restituição ao erário, mediante a prévia instauração de processo administrativo, assegurando-se-lhes o direito ao contraditório e à ampla defesa; 9.4.2. emita e disponibilize no SISAC, se já não o fez, novos atos iniciais de concessão de aposentadoria em favor de Maria Augusta Almeida Burszyn (115.892.721-53), Tânia Bastos Bayma (308.442.231-15), Vera Lucia Dantas Menezes Assunção (114.629.221-04) e Valdivino José Jesus (059.601.261-68), escoimados das irregularidades verificadas nos presentes autos.					
Providências Adotadas					
Sector Responsável pela Implementação					Código SIORG
Decanato de Gestão de Pessoas - DGP					117978
Síntese da Providência Adotada					
O Acórdão de n. 3.781/2014 da 1ª Câmara do Tribunal de Contas da União rejeitou as razões de justificativa apresentadas pelo Senhor Afonso de Souza, aplicando a ele multa em virtude do descumprimento do disposto no Acórdão n. 6.620/2009 – TCU-1ª Câmara. O Tribunal de Contas determinou ainda que fossem apurados os montantes recebidos pelos servidores aposentados Maria Augusta Almeida Burszyn, Tânia Bastos Bayma, Vera Lúcia Dantas Menezes Assunção e Valdivino José de Jesus, bem como fosse disponibilizados novos atos iniciais de concessão de aposentadoria em favor desses. Em atenção a essas determinações, a Fundação Universidade de Brasília enviou ao Tribunal de Contas o Ofício n. 775/2014/DGP, informando que, com relação ao julgamento das aposentadorias dos servidores Maria Augusta Almeida, Tânia Bastos Bayma, Vera Lúcia Dantas Menezes Assunção e Valdivino José de Jesus, as determinações dessa Corte de Conta já tinham sido atendidas. Informou ainda que, no que concerne à reposição ao erário, esta somente era devida à servidora Maria Augusta Almeida, que já responde ao processo administrativo n. 23106.012342/2014-01 de restituição ao erário, nessa Universidade. Sem mais, esse Processo TC foi finalizado.					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB					470



Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
14	TC 012.245/2012-7	3.131/2014 2ª Câmara	9.3	deliberação	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB					470
Descrição da Deliberação					
9.3. Determinar à Fundação Universidade de Brasília - FUB que:					
9.3.1. corrija a proporcionalidade da aposentadoria do ato em questão, que deve corresponder à proporção de 27/35 avos;					
9.3.2. dê ciência ao interessado da deliberação desta Corte de Contas, alertando-o de que a interposição de eventuais recursos junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores recebidos indevidamente após a notificação desta deliberação, no caso de esses recursos não serem providos;					
9.3.3. em caso de decisão desfavorável ao Sr. Roberto Pereira de Oliveira, no âmbito do MS nº 28.819/DF, faça cessar os pagamentos da parcela referente à URP (26,05%), promovendo, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990, a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente a partir do mês subsequente ao do presente Acórdão;					
9.3.4. no prazo de trinta dias, encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomar conhecimento da decisão desta Corte;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Decanato de Gestão de Pessoas - DGP					117978
Síntese da Providência Adotada					
Conforme disposto no Acórdão n. 3131/2014, proferido pela 2ª Câmara do Tribunal de Contas da União, o ato de aposentadoria de Roberto Pereira de Oliveira foi considerado ilegal, por conta dos cálculos dos proventos do servidor estarem calculados à razão de 27/30 avos, proporção impossível por se tratar de uma aposentadoria de homem. Por isso, o TCU determinou que fosse corrigida a proporcionalidade da aposentadoria para 27/35 avos. Desta feita o Ofício n. 1.124/2014/DGP restituiu a 2ª via do Ofício n. 8495/2014-TCU/Sefip, à Corte de Contas. Foi enviado também, ao servidor, o Ofício n. 1.053/2014 informando acerca das determinações do TCU. Como não houve manifestação por parte do servidor, que já havia apresentado alegações de defesa anteriormente, as determinações do Acórdão n. 3131/2014 foram atendidas e a proporção da aposentadoria em tela foi corrigida à base de 27/35. Ademais, foi disponibilizado ao Controle Interno novo formulário SISAC e o presente Processo TC foi finalizado.					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB					470
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
15	TC 012.246/2012-3	1.883/2014 2ª Câmara	9.3	deliberação	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB					470
Descrição da Deliberação					
9.3. Determinar à Fundação Universidade de Brasília que:					
9.3.1. acompanhe o deslinde da Ação Ordinária nº 2007.34.00.008955-9 e do Mandado de Segurança 25.678, que tramitam respectivamente no Tribunal Regional Federal da 1ª Região e no STF, e, no caso de decisão definitiva em favor da União, emita novo ato de aposentadoria, livre das irregularidades detectadas, nos termos do que estabelece o art. 262, § 2º do Regimento Interno do TCU;					
9.3.2. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos junto ao TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;					
9.3.3. encaminhe ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão desta Corte, documento apto a comprovar que a interessada teve conhecimento do presente acórdão;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Decanato de Gestão de Pessoas - DGP					117978



Síntese da Providência Adotada					
O Tribunal de Contas da União, através do Acórdão n. 1.883/2014, exarado pela 2ª Câmara, determinou à Universidade de Brasília que acompanhasse o deslinde da Ação Ordinária n. 2007.34.00.008955-9 e do Mandado de Segurança 25.678, que tramitam respectivamente no TRF 1ª Região e no STF, e, no caso de decisão definitiva em favor da União, emitisse um novo ato de aposentadoria, livre das irregularidades detectadas. Em atenção ao referido Acórdão, a Fundação Universidade de Brasília enviou o Ofício n. 0521/2014/DGP com a restituição de 2ª via do Ofício n. 3769/2014-TCU/Sefip. Também foi enviada, à servidora, a Carta n. 0169/2014/DGP informando a ela acerca das deliberações do TCU. Após consulta ao Portal do Tribunal Regional Federal 1ª Região na internet, verificou-se que a Ação Ordinária supracitada está concluída para relatório e voto. Com relação ao Mandado de Segurança 25.678, estamos aguardando posicionamento do Supremo Tribunal Federal.					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB					470
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
16	TC 027.878/2011-2	1.654/2014 2ª Câmara	9.3	deliberação	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB					470
Descrição da Deliberação					
9.3. Com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte, determinar à Fundação Universidade de Brasília que:					
9.3.1. corrija a proporcionalidade da aposentadoria do ato em questão, que deve corresponder ao percentual de 70%, nos termos do art. 8º. § 1º da Emenda Constitucional 20/1998;					
9.3.2. faça cessar, em caso de decisão desfavorável ao interessado, no âmbito do MS nº 28.819/DF, os pagamentos da parcela referente à URP (26,05%), promovendo, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990, a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente;					
9.3.3. dê ciência ao interessado da deliberação desta Corte de Contas, alertando-o que a interposição de eventuais recursos junto ao Tribunal de Contas da União não o eximirá da devolução dos valores recebidos indevidamente após a notificação desta deliberação, no caso desse recurso não ser provido;					
9.3.4. no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomar conhecimento da decisão desta Corte.					
Providências Adotadas					
Sector Responsável pela Implementação					Código SIORG
Decanato de Gestão de Pessoas - DGP					117978
Síntese da Providência Adotada					
O TCU julgou irregular o ato de aposentadoria do Senhor João Batista de Almeida, por meio do Acórdão 1.654/2014, em razão de erro no cálculo da proporcionalidade que deveriam corresponder ao percentual de 70% e não na proporção de 31/35 avos (85,71%), uma vez que a aposentadoria ocorreu na forma do art. 8º da EC 20/98. Em 17/06/2014 o servidor recebeu a Carta nº 180/2014 que informava acerca da decisão do TCU e o cumprimento dessa. Ocorre que, o Sr. João Batista apresentou certidão emitida pelo TCU, que suspendeu os efeitos da decisão e, por esse motivo, até o momento os seus proventos não foram reduzidos.					

Fonte: Auditoria Interna



Anexo C: Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB					470
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC 007.037/2004-5	1.121/2014	9.3	deliberação	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB					470
Descrição da Deliberação					
<p>9.3. Modificar os itens 9.5 e 9.7 do Acórdão 6.138/2009 – TCU – 2ª Câmara, para que passem a vigorar com seguinte redação:</p> <p>“9.5. aplicar ao Sr. João Carlos Teatini de Souza Clímaco, com fundamento no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/92, multa no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o seu recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir do dia seguinte ao do término do prazo estabelecido até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;</p> <p>9.7 autorizar a Fundação Universidade de Brasília, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei 8.443/92, a realizar o desconto da dívida na remuneração do Sr. João Carlos Teatini de Souza Clímaco, observado o disposto no art. 46 da Lei 8.112/90, caso não sejam atendidas as notificações”.</p>					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Decanato de Gestão de Pessoas - DGP					117879
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Mediante o encaminhamento do Memo AUD nº 88/2014, datado de 24/11/2014, a Auditoria Interna solicitou ao Decanato de Gestão de Pessoas que encaminhasse informações e documentos referentes ao atendimento do referido acórdão, entretanto, não obteve resposta.					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB					470
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	TC 019.875/2005-0	824/2014 2ª Câmara	9.4	Deliberação	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB					470
Descrição da Deliberação					
<p>9.4 Determinar à Fundação Universidade de Brasília – FUB que:</p> <p>9.4.1 apure os valores indevidamente recebidos pelo aposentado Aurino de Oliveira Cardoso (CPF 002.279.351-87) a título de quintos/décimos incorporados em virtude do exercício de função comissionada no Distrito Federal desde maio/2006, mês posterior à prolação do Acórdão 950/2006-TCU- 2ª Câmara, e promova, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/90, sua restituição ao Erário;</p> <p>9.4.2 submeta, via Sisac, novo ato de concessão de aposentadoria em favor do aposentado Aurino de Oliveira Cardoso, escoimado da irregularidade verificada, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU.</p>					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Decanato de Gestão de Pessoas - DGP					117978
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Mediante o encaminhamento do Memo AUD nº 88/2014, datado de 24/11/2014 a Auditoria Interna solicitou ao Decanato de Gestão de Pessoas que encaminhasse informações e documentos referentes ao atendimento do referido acórdão, entretanto, não obteve resposta.					



Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB					470
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	TC 016.343/2014-0	4.706/2014 1ª Câmara	9.4	Representação	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB					470
Descrição da Deliberação					
9.4. Com fulcro o art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, determinar à Fundação Universidade de Brasília que:					
9.4.1. ao término do primeiro ano da sua vigência, abstenha-se de prorrogar o contrato celebrado com a empresa Apecê Serviços Gerais Ltda., em decorrência do pregão eletrônico 24/2014;					
9.4.2. durante o primeiro ano de vigência do contrato mencionado no item supra, promova a realização de novo procedimento licitatório, contemplando no edital do certame as inovações trazidas pela IN-SLTI/MPOG 6/2013 pertinentes ao objeto da contratação, devendo apresentar ao TCU, no prazo de 60 (sessenta) dias, plano de ação a respeito do planejamento e da deflagração da nova licitação;					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Prefeitura do Campus - PRC					24258
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
A Prefeitura do Campus, em resposta ao Memo AUD 90/2014, de 24/11/2014, encaminhou resposta, entretanto, sem responder objetivamente sobre o cumprimento das determinações contidas no Acórdão.					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB					470
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	TC 032.477/2013-9	342/2014 Plenário	9.2	Representação	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB					470
Descrição da Deliberação					
9.2. determinar, com fundamento no art. 71, inciso IX, da Constituição da República, c/c o art. 45 da Lei nº 8.443/1992, à Fundação Universidade de Brasília que, caso opte pela continuidade do certame, adote, no prazo de 15 dias, as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, promovendo a anulação do ato que desclassificou a empresa ECC Construtora LTDA. – ME, bem como dos atos dele decorrentes, em razão de vício insanável no motivo determinante daquele ato administrativo, ficando a unidade jurisdicionada autorizada, caso haja interesse, a dar continuidade ao procedimento licitatório a partir da etapa em que ocorreu o vício identificado, informando ao TCU as medidas adotadas;					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Prefeitura do Campus - PRC					24258
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
A unidade responsável não encaminhou informações à Auditoria Interna da FUB sobre a adoção da determinação contida no Acórdão.					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB					470



Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	TC 007.057/2013-0	3.130/2014 2ª Câmara	9.3	deliberação	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB					470
Descrição da Deliberação					
9.3 Reiterar à Fundação Universidade de Brasília a determinação contida no subitem 9.3.4 do Acórdão 11.186/2011-2ª Câmara.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Decanato de Gestão de Pessoas - DGP					117978
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Mediante o encaminhamento do Memo AUD nº 88/2014, datado de 24/11/2014 a Auditoria Interna solicitou ao Decanato de Gestão de Pessoas que encaminhasse informações e documentos referentes ao atendimento do referido acórdão, entretanto, não obteve resposta.					

Fonte: Auditoria Interna



Anexo D: Recomendações do Órgão de Controle Interno Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília			470
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201407325	1.1.1.3	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília			470
Descrição da Recomendação			
<p>1.3 RECOMENDAÇÃO Nº: 003 Estabelecer procedimentos relativos ao lançamento tempestivo dos atos referentes à cessão de cada servidor no sistema SIAPE, abrangendo o início da cessão, seu término, e o lançamento da remuneração extra-SIAPE do servidor (quando for o caso, para fins de cálculo do limite remuneratório previsto no Art. 37, Inciso XI da CF/88), bem como designar servidor(es) responsável(is) pela execução desses procedimentos.</p> <p>1.4 RECOMENDAÇÃO Nº: 004 Promover a cobrança imediata dos reembolsos, cujos pagamentos já se encontrarem em atraso por parte dos cessionários, constantes do relatório situacional, com valor devido total de R\$ 6.843.530,66. Em caso de descumprimento, acionar a Procuradoria Jurídica a fim de solicitar a cobrança dos valores devidos.</p> <p>1.5 RECOMENDAÇÃO Nº: 005 Promover o retorno dos 41 servidores cedidos sem ônus, constantes do relatório situacional, cujos órgãos cessionários não providenciarem o reembolso das despesas com a remuneração, até o mês subsequente à cobrança.</p> <p>1.6 RECOMENDAÇÃO Nº: 006 Estabelecer fluxo formalizado, mecanismos de controle (preferencialmente, com a utilização de meios eletrônicos (sistemas, planilhas, etc.)), relacionados à sistemática de ressarcimento e designar servidor(es) responsável(is) pela execução e a periodicidade mensal de operacionalização, prevendo, no mínimo, as atividades a seguir listadas: apresentação do valor a ser reembolsado ao cessionário, com a discriminação por parcela remuneratória e por servidor cedido; acompanhamento do efetivo pagamento dos reembolsos; interrupção da cessão do servidor (no caso de não ser efetuado o reembolso no mês subsequente), adoção de providências para o retorno do servidor; suspensão do pagamento da remuneração a partir do mês subsequente, caso o servidor não retorne após notificado.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília			470
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Recomendação 003: a Coordenadoria de Acompanhamento e Movimentação (CAM) informa que atualmente tem 237 (duzentos e trinta e sete) servidores cedidos para outros órgãos. No entanto, com advento da Nota nº 105/2014/CGNOR/DENOP/SEGEP/MP, a FUB obtêm o direito ao ressarcimento de somente 11 (onze) servidores. O valor estimado de R\$ 3.296.085,08 (três milhões duzentos e noventa e seis mil e oitenta e cinco reais e oito centavos), foi calculado com base nos rendimentos brutos dos servidores cedidos nos termos no parágrafo 1º do artigo 93 da Lei nº 8.112/1990, bem como artigo 4º do Decreto nº 4.050/2001. Após apuração desses valores a CAM encaminhou aos órgãos cessionários Ofícios com as cobranças dos valores apurados juntamente com as Guias de Recolhimento da União (GRU) e os Avisos de Lançamentos de Débito (AVLD) para cada um dos servidores cedidos. Além disso, a CAM informa como ação paralela ao ressarcimento está efetuando a tabulação das informações relativas às opções dos servidores para efeito de abate teto, bem como para implantação de controle para coibir a duplicidade de pagamentos. Prazo de atendimento: 30/12/2014</p> <p>Recomendação 004: a Coordenadoria de Acompanhamento e Movimentação (CAM) informa que quando da apuração desses valores a FUB tinha direito ao ressarcimento dos encargos com 39 (trinta e nove) servidores cedidos para Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBESERH) e para Secretaria de Educação do Governo do DF. No entanto, após a Nota Técnica nº 105/2014 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que dispensa a cobrança dos valores devidos nos casos em que os recursos do órgão cessionário forem repassados pela União, restou a cobrança de apenas 11 (onze) servidores cedidos com o valor a ser ressarcido de aproximadamente R\$ 3.296.085,08. Prazo de atendimento: 30/12/2014;</p> <p>Recomendação 005: a Coordenadoria de Acompanhamento e Movimentação (CAM), em conjunto com a Coordenadoria de Operações Financeiras (COFIN), está promovendo ações para apuração dos valores devidos e</p>			



cobranças aos órgãos. Contudo, após essas ações caso os órgãos não efetuem os pagamentos a FUB irá solicitar o retorno dos servidores cedidos. Prazo de atendimento: 30/12/2014;

Recomendação 006: a Coordenadoria de Acompanhamento e Movimentação (CAM), em conjunto com a Coordenadoria de Operações Financeiras (COFIN), está promovendo ações para apuração dos valores devidos e cobranças aos órgãos. Contudo, após essas ações, caso os órgãos não efetuem os pagamentos, a FUB irá solicitar o retorno dos servidores cedidos, conforme descrito na recomendação nº 005. Prazo de atendimento 30/12/2014.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília			470
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201407325	2.1.1.2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília			470
Descrição da Recomendação			
2.1 RECOMENDAÇÃO Nº: 001 Normatizar as atividades internas da unidade correcional por meio da aprovação de seu regimento interno e da elaboração de normas internas sobre suas rotinas operacionais, tais como manuais e cartilhas.			
2.2 RECOMENDAÇÃO Nº: 002 Cadastrar no CGU-PAD todos os processos administrativos que atendem às determinações estabelecidas no art. 4º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007.			
2.3 RECOMENDAÇÃO Nº: 003 Instituir Unidade Seccional de Correição nos termos do Decreto 5.420 de 2005, dotando-a de recursos humanos, espaço físico e recursos materiais adequados ao desempenho de suas atribuições, inclusive quanto à adoção de um espaço físico com privacidade para a realização de audiências.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Reitoria			16398
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Recomendação 001: Quando da instalação da Unidade Seccional de Correição, será aprovado o regimento interno, bem como as normas internas acerca das rotinas operacionais, contendo as orientações por meio de manuais e cartilhas, tendo como exemplo todo o material disponibilizado pelo Controladoria-Geral da União nos cursos de aperfeiçoamento em Processo Administrativo Disciplinar. Independentemente da instalação da Unidade Seccional de Correição, a Coordenação de Processo Administrativo Disciplinar (CPAD) presta acompanhamento e assessoramento técnico às comissões disciplinares em estrita observância às normas regulamentares. Prazo de atendimento: dezembro/2015.			
Recomendação 002: Nesse contexto, para atender as disposições constantes da Portaria nº 1.043/2007 da CGU, apesar de se encontrar em curso a implantação da Unidade de Correição, cabe informar que a CPAD presta acompanhamento e assessoramento técnico nos procedimentos administrativos disciplinares e realiza o cadastro de informações sobre processos disciplinares no sistema CGU-PAD desde o ano de 2013. No entanto, é importante dizer que a CPAD vem enfrentado certa dificuldade em alimentar o sistema, em virtude de falhas frequentes apresentadas pelo sistema. Prazo de atendimento: dezembro/2015.			
Recomendação 003: A respeito da instalação da Unidade Seccional de Correição, conforme determina a legislação em vigor, informamos que tal medida já é discutida pela administração superior e será implantada até 2016. Prazo de atendimento: dezembro/2016.			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília			470
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201407325	3.1.1.2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília			470
Descrição da Recomendação			
3.1 RECOMENDAÇÃO Nº: 001 Formalizar a situação dos docentes voluntários que estão ministrando aulas sem contrato/termo de compromisso.			
3.2 RECOMENDAÇÃO Nº: 002			



Aprimorar os mecanismos de controle em relação à conformidade dos contratos de professores substitutos e voluntários, especialmente quando do início das atividades, prorrogação e encerramento, de forma que tais mecanismos prevejam repasse tempestivo das informações ao DGP, para que este providencie a adequação contratual.

3.3 RECOMENDAÇÃO Nº: 003

Apurar responsabilidade dos professores que delegaram a terceiros o desempenho de atribuição de sua responsabilidade, conforme previsto no art. 143 da Lei 8.112/90, caso comprove-se que tal delegação não seja regular (prevista normativamente).

3.4 RECOMENDAÇÃO Nº: 004

Aprimorar os mecanismos de controle para assegurar que o professor designado para cada disciplina efetivamente esteja ministrando as aulas. No caso de aluno de pós-graduação em prática docente, garantir que ocorra supervisão presencial do titular, de acordo com a grade curricular divulgada ao corpo discente.

3.5 RECOMENDAÇÃO Nº: 005

Aprimorar os mecanismos de lançamento e atualização de matrículas, sobretudo informatizados (SIGRA), para que permitam efetivamente lançar o docente de cada disciplina. Tal processo deve garantir transparência à comunidade das atividades desempenhada por cada docente, refletindo a realidade acadêmica.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Decanato de Ensino de Graduação	24230

Justificativa para o seu não Cumprimento

Recomendação 001: Providências a serem adotadas: a) divulgar na comunidade acadêmica o teor das recomendações feitas pela CGU, especialmente nos Conselhos Superiores – CAD, CEPE e CONSUNI; b) orientar coordenadores de graduação, chefes e diretores de unidades acadêmicas acerca dos instrumentos legais que regem a contratação de professores voluntários e substitutos na UnB; c) divulgar, no âmbito das chefias e direção das unidades acadêmicas, os detalhes referentes à tramitação dos processos de contratação de professores voluntários e substitutos. Prazo de atendimento: 31/12/2014.

Recomendação 002: Providências a serem implementadas:

a) divulgar, na comunidade acadêmica, o teor das recomendações feitas pela CGU, especialmente nos Conselhos Superiores – CAD, CEPE e CONSUNI; b) elaborar uma circular DEG com orientações expressas sobre a responsabilidade das chefias e direções das unidades acadêmicas acerca do controle da conformidade dos contratos, especificamente quanto aos prazos de vigência, controle das atividades e informação imediata ao DGP das alterações que porventura ocorrerem na situação de cada professor contratado; c) divulgar amplamente a normatização que rege os contratos de professores voluntários e substitutos; d) atuar junto ao DGP e chefias de departamentos para que não haja inadequação contratual. Prazo de atendimento: 31/12/2014.

Recomendação 003: Providências a serem implementadas:

a) divulgar, na comunidade acadêmica, o teor das recomendações feitas pela CGU, especialmente nos Conselhos Superiores – CAD, CEPE e CONSUNI; b) instaurar, em caso de irregularidade comprovada, processo de apuração de responsabilidades que garanta o direito à ampla defesa e ao contraditório a todos os envolvidos. Prazo de atendimento: Como se trata de uma prática continuada, não há determinação de prazo.

Recomendação 04: Providências a serem implementadas:

a) divulgar, na comunidade acadêmica, o teor das recomendações feitas pela CGU, especialmente nos Conselhos Superiores – CAD, CEPE e CONSUNI; b) solicitar aos coordenadores de pós-graduação e de graduação que garantam a supervisão, pelo docente, do estágio de docência realizado pelos alunos de pós-graduação; c) orientar coordenadores de graduação, chefes e diretores de unidades acadêmicas acerca da necessidade de controle mais eficaz sobre a presença dos docentes em sala de aula, excetuando-se os casos de atividades a distância, conforme previsto na legislação pertinente. Prazo de atendimento: 31/12/2014.

Recomendação 005: Providências a serem implementadas:

a) O SIGRA já permite o lançamento das matrículas dos docentes que ministram cada disciplina. Naturalmente, a informação deve ser alimentada no sistema, sendo isso atribuição do coordenador de graduação ou de pós-graduação do respectivo curso. Desse modo, será elaborada uma circular para solicitar aos coordenadores que mantenham as informações atualizadas no SIGRA, durante o semestre letivo, de forma a garantir que os dados da lista de oferta espelhem o que de fato ocorre nas salas de aula. Prazo de atendimento: 31/12/2014

Unidade Jurisdicionada

Denominação Completa	Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília	470

Recomendações do OCI

Recomendações Expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201407325	4.1.1.1	



Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília	470
Descrição da Recomendação	
<p>4.1 RECOMENDAÇÃO Nº: 001 Posicionar os órgãos envolvidos na gestão do patrimônio imobiliário da FUB (SGP, DOB, DGI, PRC, CEPLAN) no organograma, de forma a garantir a integração entre as unidades e a posição superior do órgão responsável por coordenar os demais.</p> <p>4.2 RECOMENDAÇÃO Nº: 002 Designar órgão competente para fiscalizar o cumprimento das normas de segurança (inclusive contra incêndio) e padrões de acessibilidade, mantendo integração com os demais órgãos envolvidos na gestão patrimonial.</p> <p>4.3 RECOMENDAÇÃO Nº: 003 Atualizar o Ato da Reitoria 041/98 em relação às atribuições executadas pela SGP.</p> <p>4.4 RECOMENDAÇÃO Nº: 004 Designar órgão competente para realizar gestão de todos os instrumentos de cessão de espaço a particulares (concessões, permissões ou autorizações de uso de espaço público), inclusive a gestão do consumo de despesas de manutenção, como água e energia elétrica, mantendo integração com os demais setores envolvidos com a gestão imobiliária.</p> <p>4.5 RECOMENDAÇÃO Nº: 005 Estabelecer mecanismos de controle nas rotinas de contabilização do patrimônio imobiliário da FUB, de tal forma a assegurar que o patrimônio imobiliário registrado no SIAFI represente fielmente as alterações físicas de seus imóveis.</p> <p>4.6 RECOMENDAÇÃO Nº: 006 Atualizar o Ato da Reitoria 1024/2009 em relação às atribuições executadas pela PRC.</p> <p>4.7 RECOMENDAÇÃO Nº: 007 Normatizar as rotinas operacionais dos órgãos envolvidos na gestão imobiliária da FUB (SGP, DOB, DGI, PRC, CEPLAN) por meio de normas específicas como manuais e cartilhas, visando garantir a continuidade das operações no caso de substituição de servidores.</p> <p>4.8 RECOMENDAÇÃO Nº: 008 Designar órgão competente para realizar avaliação de riscos e elaboração de indicadores, no âmbito da gestão imobiliária.</p> <p>4.9 RECOMENDAÇÃO Nº: 009 Formalizar competência para que os órgãos envolvidos na gestão do patrimônio imobiliário da FUB forneçam, de forma tempestiva, informações que possam afetar o patrimônio da fundação, como as decorrentes de construções, reformas e fruição do patrimônio (cessão de espaço a particulares e alugueis) à DCF.</p>	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Reitoria	16398
Justificativa para o seu não Cumprimento	
<p>Recomendação 001: a Vice-reitoria, através da Resolução nº 0021/2014, de 12 de agosto de 2014, constituiu comissão com o objetivo de analisar e propor adequações no atual organograma da Universidade de Brasília. Esta comissão vem se reunindo periodicamente e analisando as unidades que integram a estrutura da Universidade, procurando identificar a funcionalidade das relações hierárquicas, fluxos de procedimentos, sua funcionalidade, eventuais superposições ou lacunas em atribuições de funções. A apresentação de um relatório está programada para fevereiro de 2015. Prazo de atendimento: dezembro/2015.</p> <p>Recomendação 002: face ao seu aspecto operacional na manutenção e vigilância dos imóveis da FUB, a Prefeitura dos Campi - PRC responsabiliza-se pela vigilância do cumprimento das normas de segurança contra incêndio e acessibilidade nos imóveis dos <i>campi</i>, seguindo diretrizes e procedimentos elaborados pela SUINFRA. Prazo de atendimento: dezembro/2015.</p> <p>Recomendação 003: a Secretaria de Gestão Patrimonial – SGP está propondo uma redefinição da estrutura da Secretaria de Empreendimento Imobiliário - SEI e alterações do Ato da Reitoria 041/98 onde são atualizadas as atividades da SGP/SEI para inserir os registros SPIUnet, elaborou uma minuta que será apresentada à Administração Superior para apreciação e posterior aprovação. Prazo de atendimento: 31/03/2015.</p> <p>Recomendação 004: a Secretaria de Gestão Patrimonial, em princípio, está indicada pelo Magnífico Reitor para ser o órgão gestor dos processos relacionados ao patrimônio imobiliário destinado à locação residencial e comercial. Já a Prefeitura, cabe à gestão dos edifícios educacionais e respectiva gestão de consumo de despesa de manutenção como água e energia elétrica, reparos e outros serviços dos campi. Prazo de atendimento: 30/04/2015.</p> <p>Recomendação 005: há necessidade de planejar e executar o mapeamento de processo e fluxo dos processos de Gestão do Patrimônio Imobiliário da FUB. Conforme decidido em Reunião com a Reitora em Exercício no dia 16/10/2014, será criada, por meio de Ato da Reitoria, um Grupo de Trabalho que será composto pela Diretoria de Contabilidade e Finanças – DCF, Diretoria de Gestão e Infraestrutura – DGI e da Secretaria de Gestão Imobiliária para a complementação de inclusão do Patrimônio imobiliário dos Campi no SPIUnet que automaticamente alimentará o SIAFI. Prazo de Atendimento: 31/12/2015.</p>	



Recomendação 006: quando da aprovação e implementação da proposta da SUINFRA, conforme citado no item 4.1.1, as atribuições da PRC serão também discutidas e atualizadas visando o planejamento e coordenação política de manutenção predial para atender o Ensino Pesquisa e Extensão. Prazo de atendimento: dezembro/2015

Recomendação 007: necessidade de contratação de pessoal do quadro permanente da FUB para a SGP, visando o planejamento e atualização dos registros físicos e financeiros no SPIUnet. Contratação até 31/07/2015 – responsável será o Decanato de Gestão de Pessoas; capacitação (indicação SGP) – até 31/12/2015; realização dos registros SGP até 31/12/2015. Na FUB o mapeamento de processos está sob a responsabilidade do Decanato de Planejamento e Orçamento que será envolvida até 28/02/2015. Prazo de atendimento: 31/12/2015.

Recomendação 008: a Secretaria de Gestão Patrimonial, em princípio, está indicada pelo Magnífico Reitor para ser o órgão gestor dos processos relacionados ao patrimônio imobiliário. Prazo de atendimento: 31/12/2015.

Recomendação 009: está sendo criado um Grupo de Trabalho Permanente composto por servidores da FUB lotados nas áreas que possuem algum tipo de processo de Gestão Patrimonial. A nomeação e instalação dos trabalhos ocorrerão na forma descrita no item 4.5.1.1. Prazo de atendimento: 31/12/2014.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília			470
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	201407325	4.1.1.2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília			470
Descrição da Recomendação			
5.1 RECOMENDAÇÃO Nº: 001 Realizar atualização dos profissionais envolvidos na contabilização de bens imóveis da FUB em relação ao processo de convergência das normas nacionais às normas internacionais de contabilidade.			
5.2 RECOMENDAÇÃO Nº: 002 Contabilizar os imóveis de uso especial localizados nos <i>campi</i> Planaltina, Gama e Ceilândia no Ativo Imobilizado da FUB, em observância às normas nacionais e internacionais de contabilidade. Para tanto, esses imóveis devem ser cadastrados no SPIUnet.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Contabilidade e Finanças			24278
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Recomendação 001: No dia 21/08/2014, às 15h00min, no DAF, reuniram-se DCF (Tiago e Leandro), DGI (Andre), AUD (Thiago e Luciana) e SGP (Rosângela, Selma e Beth), com o intuito de dirimir sobre os ajustes necessários para a atualização do SPIUNET e SIAFI no tocante aos bens imóveis de uso especial da FUB. Nessa reunião ficou acordado que a SGP irá entregar uma planilha (com formato dos dados constantes do SPIUNET) à DGI para que essa última faça a atualização dos dados das obras concluídas com as respectivas metragens. Após o trabalho da DGI, que ainda está em andamento, a SGP irá informar à DCF o valor de mercado do m ² na Asa Norte para que haja, se necessário, ajuste na contabilidade (obras em andamento e bens imóveis). Cabe esclarecer que a DGI ainda está catalogando os dados e deve terminar esse trabalho somente em meados de novembro/2014. Prazo de atendimento: 31/12/2014.			
Recomendação 002: No dia 21/08/2014, às 15h00min, no DAF, reuniram-se DCF (Tiago e Leandro), DGI (Andre), AUD (Thiago e Luciana) e SGP (Rosângela, Selma e Beth), com o intuito de dirimir sobre os ajustes necessários para a atualização do SPIUNET e SIAFI no tocante aos bens imóveis de uso especial da FUB. Nessa reunião ficou acordado que a SGP irá entregar uma planilha (com formato dos dados constantes do SPIUNET) à DGI para que essa última faça a atualização dos dados das obras concluídas com as respectivas metragens. Após o trabalho da DGI, que ainda está em andamento, a SGP irá informar à DCF o valor de mercado do m ² na Asa Norte para que haja, se necessário, ajuste na contabilidade (obras em andamento e bens imóveis). Cabe esclarecer que a DGI ainda está catalogando os dados e deve terminar esse trabalho somente em meados de novembro/2014. Prazo de atendimento: 31/12/2014.			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília			470
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	201407325	4.1.1.3	



Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG	
Fundação Universidade de Brasília		470	
Descrição da Recomendação			
6.1 RECOMENDAÇÃO Nº: 001 Estabelecer mecanismos de controle sobre os registros feitos no SPIUnet, haja vista o impacto direto nas demonstrações contábeis do órgão.			
6.2 RECOMENDAÇÃO Nº: 002 Manter interlocução com a Secretaria do Patrimônio da União, a fim de obter resposta quanto ao adequado registro de imóveis já incorporados ao patrimônio, com documentação obrigatória pendente, até que haja possibilidade de registrá-los adequadamente no SPIUnet. Caso não haja possibilidade do cadastro no SPIUnet, manter interlocução com a DCF e a Secretaria do Tesouro Nacional sobre como realizar o lançamento contábil adequado no SIAFI.			
6.3 RECOMENDAÇÃO Nº: 003 Contabilizar os imóveis de uso especial dos <i>campi</i> , bem como os demais imóveis de posse da FUB, de forma individualizada, nos sistemas adequados para cada tipo de imóvel (SPIUnet, SIAPA e SIAFI).			
6.4 RECOMENDAÇÃO Nº: 004 Realizar ações de capacitação com servidores da FUB, responsáveis pela alimentação do SPIUnet, de preferência na forma presencial, sobre cadastramento e atualização de imóveis de uso especial no SPIUnet.			
6.5 RECOMENDAÇÃO Nº: 005 Realizar gestões junto aos órgãos responsáveis para obtenção das escrituras definitivas e demais documentos que limitam o registro dos imóveis no SPIUnet, a fim de regularizá-los.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação		Código SIORG	
Secretaria de Gestão Patrimonial		37521	
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Recomendação 001: verificada a necessidade de planejar, executar mapeamento e fluxo de processo de Gestão do Patrimônio Imobiliário da FUB, foi decidido em Reunião com a Reitora em Exercício no dia 16/10/2014, que será criado, por meio de Ato da Reitoria, um Grupo de Trabalho. Esse Grupo de Trabalho será composto pela Diretoria de Contabilidade e Finanças – DCF, pela Diretoria de Gestão e Infraestrutura – DGI e pela Secretaria de Gestão Imobiliária, com intuito de promover o levantamento de informações e documentação, bem como de complementar a inclusão do Patrimônio Imobiliário dos <i>Campi</i> no SPIUnet, que automaticamente alimentará e atualizará o SIAFI. Prazo de atendimento: 31/12/2015.			
Recomendação 002: a SGP enviou, em 30 de janeiro de 2014, o Ofício SGP nº 02/2014, à Secretaria de Patrimônio da União – SPU, solicitando uma reunião com o objetivo de viabilizar o correto e transparente registro dos imóveis de propriedade da FUB para o controle pela União. Entretanto, até o presente momento não foi obtida resposta. Assim, será encaminhado um novo Ofício, mencionado o anterior, renovando a solicitação de agendamento de reunião com a SPU. Prazo de atendimento: 31/12/2014.			
Recomendação 003: conforme decidido em Reunião, no dia 16/10/2014, na presença da Reitora em Exercício, Professora Sônia Bão, será criado, por meio de Ato da Reitoria, um Grupo de Trabalho que será composto pela Diretoria de Contabilidade e Finanças – DCF, pela Diretoria de Gestão e Infraestrutura – DGI e pela Secretaria de Gestão Imobiliária. O grupo efetuará o levantamento de informações e documentação, para complementação de inclusão do Patrimônio imobiliário dos <i>Campi</i> no SPIUnet, o qual automaticamente alimentará o SIAFI. A Secretaria de Gestão Patrimonial, em princípio, foi indicada pelo Magnífico Reitor para ser o órgão gestor dos processos relacionados ao patrimônio imobiliário, portanto, fará a inclusão dos dados dos demais imóveis no SPIUnet, logo após conclusão do referido Grupo de trabalho. Prazo de Atendimento: 31/12/2015			
Recomendação 004: restou verificada a necessidade de contratação de pessoal do quadro permanente da FUB para a SGP, visando o planejamento e atualização dos registros físicos e financeiros no SPIUnet. Assim, será realizada a contratação até o dia 31/07/2015, cujo responsável será o Decanato de Gestão de Pessoas, também será realizada capacitação (por indicação SGP) até 31/12/2015. O treinamento e a capacitação do pessoal para utilização do SPIUnet será de responsabilidade da SPU/MPOG. Prazo de atendimento: 31/12/2015.			
Recomendação 005: A Vice Reitoria, juntamente com os Diretores das faculdades Planaltina, Ceilândia e Gama, vêm se reunindo com a TERRACAP - GDF em negociações para adotar as devidas providências com a finalidade de obter todas as escrituras dos <i>Campi</i> e da Granja do Torto. Prazo de Atendimento: 31/12/2016.			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa		Código SIORG	
Fundação Universidade de Brasília		470	
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	201407325	4.1.1.4	



Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília			470
Descrição da Recomendação			
7.1 RECOMENDAÇÃO Nº: 001 Instituir comissão para reavaliar, de forma individualizada, os imóveis de uso especial localizados no Campus Darcy Ribeiro, contabilizados na conta 1.4.2.1.1.10.07 - IMOVEIS DE USO EDUCACIONAL, detalhando os critérios de avaliação, em conformidade com as orientações da NBC T 16, item 10 e com as orientações do MCASP - PCP.			
7.2 RECOMENDAÇÃO Nº: 002 Instituir comissão para avaliar os imóveis localizados nos <i>Campi</i> Ceilândia, Planaltina e Gama, em conformidade com a NBC T 16, item 10 e com o MCASP - PCP.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Gestão Patrimonial			37521
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Recomendação 001: após a conclusão do item 5, a comissão será instituída. Prazo de atendimento: 31/12/2014. Recomendação 002: após a conclusão do item 5, a comissão será instituída. Prazo de atendimento: 31/12/2014.			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília			470
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	201407325	4.1.1.5	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília			470
Descrição da Recomendação			
8.1 RECOMENDAÇÃO Nº: 001 Instituir normatização interna para a utilização de sistemas corporativos (como SIAPE, SIASG, SIAFI e SPIUnet), que atenda às normas gerais sobre o tema, bem como a orientação dos órgãos de controle.			
8.2 RECOMENDAÇÃO Nº: 002 Promover a prévia capacitação dos servidores que receberão as atribuições atualmente designadas aos colaboradores SICAP.			
8.3 RECOMENDAÇÃO Nº: 003 Estabelecer cronograma para que as atividades desempenhadas por colaboradores sem vínculo formal com a Instituição sejam transferidas para servidores efetivos.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Contabilidade e Finanças			24278
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Recomendação 001: a DCF promoveu diversos saneamentos na lista de usuários do SIAFI, sendo que os servidores não efetivos estão sendo excluídos. Dessa forma, o número de usuários extraquadro já reduziu bastante e acredita-se que, a partir de 201,5 nenhum usuário do SIAFI será extraquadro (a não ser que não haja reposição por meio de concurso público). Entende-se que, após o saneamento total, fará sentido editar uma legislação regulando o assunto na FUB. Em relação aos outros sistemas, as áreas responsáveis não se pronunciaram. Recomendação 002: no tocante às atividades desempenhadas na DCF, os novos servidores, que chegaram para assumir as atividades executadas pelo pessoal extraquadro, já estão em treinamento. Prazo de atendimento: 31/12/2014. Recomendação 003: no tocante às atividades desempenhadas na DCF, os novos servidores, que chegaram para assumir as atividades executadas pelo pessoal extraquadro, já estão em treinamento. No entanto, serão necessárias novas nomeações para que as trocas sejam efetivamente providenciadas. Atualmente, a DCF possui um passivo de pessoal extraquadro de 6 (seis) pessoas e um ativo a receber do DGP de 10 (dez) vagas. Prazo de atendimento: 31/12/2014.			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília			470
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	201407325	4.1.1.7	



Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília	470
Descrição da Recomendação	
<p>9.1 RECOMENDAÇÃO Nº: 001 Prover a Prefeitura dos recursos tecnológicos, humanos e de capacitação necessários ao desempenho de suas atividades.</p> <p>9.2 RECOMENDAÇÃO Nº: 002 Prever dotação orçamentária necessária às atividades de manutenção, bem como realizá-la em montante suficiente para suprir as necessidades.</p> <p>9.3 RECOMENDAÇÃO Nº: 003 Promover e apresentar o inventário do estado de conservação das edificações e o planejamento anual formalizado de manutenções preventivas.</p>	
Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Prefeitura do Campus	24258
Justificativa para o seu não Cumprimento	
<p>Recomendação 001: Providências a serem implementadas: Providência nº 1: Elaborar Inventário do Estado das Edificações Com o apoio da ferramenta de gerenciamento da manutenção, pretende-se elaborar inventário detalhado do estado de conservação de todas as edificações dos quatro campi da UnB. Providência nº 2: Elaborar Planejamento Anual da Manutenção Muitas das ações de manutenção realizadas pela Prefeitura repetem-se com frequência e em períodos bem determinados, como a manutenção da impermeabilização durante o período de estiagem. Para essas atividades, é relativamente simples estabelecer um cronograma anual, programando mão de obra e materiais para executá-las. Providência nº 3: Elaborar Planejamento da Manutenção Preventiva Muitas das ações de manutenção realizadas pela Prefeitura repetem-se com frequência e em períodos bem determinados, como a manutenção da impermeabilização durante o período de estiagem. Para essas atividades, é relativamente simples estabelecer um cronograma anual, programando mão de obra e materiais para executá-las. Prazo para execução: PROVIDÊNCIA – PRAZO Nº. 1: Adequar o contingente às necessidades. Dezembro de 2015 Nº. 2: Capacitar servidores. Dezembro de 2015 Nº. 3: Contratação da manutenção por serviço. Outubro de 2015 Nº. 4: Sistema de Gestão Integrado. Julho de 2016 Nº. 5: Sistema de Gerenciamento da Manutenção. Dezembro de 2015</p> <p>Recomendação 002: Providência no 1: Elaborar Orçamento da Manutenção Com o apoio do sistema integrado de gestão e da ferramenta de gerenciamento da manutenção, pretende-se elaborar orçamento cada vez mais detalhado das ações de manutenção necessárias às edificações dos quatro <i>campi</i> da UnB. Providência nº 2: Melhorar a eficiência dos processos de manutenção Atualmente, de um modo geral, a Prefeitura consegue atender dentro de prazos razoáveis, as demandas de manutenção recebidas por meio do SICOS. Em 2013, reduziu-se consideravelmente o número de OS aguardando atendimento por diferentes razões, tal como falta de material, gerenciamento deficiente, etc. PROVIDÊNCIA – PRAZO Nº. 1: Elaborar Orçamento da Manutenção. Dezembro de 2015 Nº. 2: Melhorar a eficiência dos processos de manutenção. Dezembro de 2015</p> <p>Recomendação 003: Providência no 1: Elaborar Inventário do Estado das Edificações Com o apoio da ferramenta de gerenciamento da manutenção, pretende-se elaborar inventário detalhado do estado de conservação de todas as edificações dos quatro <i>campi</i> da UnB. Providência nº 2: Elaborar Planejamento Anual da Manutenção Muitas das ações de manutenção realizadas pela Prefeitura repetem-se com frequência e em períodos bem determinados, como a manutenção da impermeabilização durante o período de estiagem. Para essas atividades, é relativamente simples estabelecer um cronograma anual, programando mão de obra e materiais para executá-las. Providência nº 3: Elaborar Planejamento da Manutenção Preventiva Muitas das ações de manutenção realizadas pela Prefeitura repetem-se com frequência e em períodos bem determinados, como a manutenção da impermeabilização durante o período de estiagem. Para essas atividades, é relativamente simples estabelecer um cronograma anual, programando mão de obra e materiais para executá-las. PROVIDÊNCIA – PRAZO Nº. 1: Elaborar Inventário do Estado das Edificações. Dezembro de 2015 Nº. 2: Elaborar Planejamento Anual da Manutenção. Dezembro de 2015 Nº. 2: Elaborar Planejamento da Manutenção Preventiva. Dezembro de 2015</p>	



Anexo E: Alimentação SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Cecília Estela Ferreira da Silva Cesar CPF nº 112067.338-02, Diretora de Apoio a Projetos Acadêmicos, na DPA/DAF/FUB, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 09 de fevereiro de 2014.

Cecília Estela Ferreira da Silva Cesar
112.067.338-02
DPA/DAF/FUB

Nota: O Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV) "deve ser obrigatoriamente utilizado em todos os atos de celebração, execução, acompanhamento e prestação de contas de convênios e contratos de repasse (SICONV), firmados com recursos da União". Todavia, uma vez que a FUB é uma instituição predominantemente convenente, no ano de 2014, não foram identificados, na DPA instrumentos passíveis de registro no SICONV, os quais teriam a FUB como entidade concedente.



Anexo F: Declaração do Contador com Ressalvas sobre a Fidedignidade das Demonstrações Contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA		154040	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6, aprovada pela resolução CFC n.º 1.133/2008, relativas ao exercício de 2014, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) os demonstrativos contábeis que não constam do SIAFI (Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico) não estão atestados, conforme dispôs a mensagem do SIAFI 2013/0473715 emitida pela UG 170999 em 21/03/2013.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília, DF	Data	31/12/2014
Contador Responsável	Tiago Mota dos Santos	CRC n.º	16101/0-3 DF



Anexo G: Riscos Avaliados

Quadro 13.1 Avaliação de Risco

Risco	Tipo	Descrição	Avaliação		Atividade de Controle
			Impacto	Probab.	
R1	RI	Outros riscos	Alto	Médio	Estimular a manutenção de uma cultura de planejamento estratégico na universidade.
			Alto	Médio	Investir em QVT e políticas de retenção de pessoal (flexibilização, remuneração, capacitação, etc).
			Alto	Alto	Otimizar a execução das despesas de capital, priorizar o planejamento.
R4	RI	Acadêmico	Alto	Médio	Implantar software de plágio.
E3	RE	Sociocultural	Alto	Médio	Apoio psicopedagógico, análise de reintegração de ex-alunos e ingressos especiais.
E5	RI	Processos internos	Alto	Médio	Atendimento individual.
E6	RI	Acadêmico	Alto	Médio	Acompanhar o rendimento acadêmico e monitorar os principais fatores que levam a baixas taxas de graduação.
			Alto	Médio	Apoio psicopedagógico, análise de reintegração de ex-alunos e ingressos especiais.
F4	RI	Recursos humanos	Alto	Alto	Investir em QVT e políticas de retenção de pessoal (flexibilização, remuneração, capacitação, etc).
P1	RI	Outros riscos	Alto	Médio	Planejamento de utilização de salas de aula.
P2	RI	Outros riscos	Alto	Médio	Alocar recursos para manutenção.
P4	RI	Outros riscos	Alto	Médio	Elaborar plano de manutenção de longo prazo.
			Alto	Médio	
P6	RI	Parceiros/ Fornecedores	Alto	Alto	Melhorar o processo licitatório e desenvolver mecanismos de acompanhamento e controle da execução.
P7	RI	Outros riscos	Alto	Alto	Formalização de um planejamento de segurança.
FN1	RE	Políticos	Alto	Médio	Aumentar o diálogo com o poder legislativo e MEC.
			Alto	Médio	Considerar contingências durante o planejamento.
FN6	RI	Recursos financeiros	Alto	Médio	Considerar contingências durante o planejamento.
			Alto	Alto	
			Alto	Alto	



FN7	Perda de fontes adicionais de receitas, levando à dependência de financiamentos do Estado	RE	Econômico/ Financeiro	Alto	Alto	Assegurar a geração de receitas próprias.
FN8	Aumento da despesa com pessoal superior ao aumento das receitas	RI	Recursos financeiros	Alto	Alto	Planejamento e controle das despesas com terceirizados.
	Incapacidade de cumprir outras obrigações			Alto	Alto	
FN10	Incapacidade de equilíbrio financeiro com relação aos alojamentos estudantis/residências funcionais.	RI	Recursos financeiros	Médio	Alto	Planejamento e controle das despesas com alojamento estudantil.
	Necessidade de utilização de outros fundos para pagar obrigações devidas em razão dos alojamentos estudantis			Médio	Alto	
	Redução do escopo para outras atividades			Médio	Alto	
C1	Incapacidade de desenvolver receitas dos projetos ou atrair investimentos de acordo com o planejado.	RI	Recursos financeiros	Alto	Médio	Plano de captação de recursos e geração de receitas próprias.
	Incapacidade de obter potenciais fontes de recursos para a instituição			Alto	Médio	
C2	Aconselhamentos negligentes dados por servidores	RI	Processos internos	Alto	Alto	Manuais, formalizar procedimentos, treinamento.
	Litígios em potencial, possível responsabilização por perdas e danos. Possibilidade dos danos à reputação ameaçarem futuras receitas			Alto	Alto	
C3	Quebra de contratos comerciais	RI	Processos internos	Alto	Médio	Melhor elaboração de contratos/ convênios, levando em consideração todos os setores da UnB que serão envolvidos e as atribuições de cada um.
	Litígios em potencial, possível responsabilização por perdas e danos. Possibilidade dos danos à reputação ameaçarem futuras receitas.			Alto	Médio	
C4	Incapacidade de aproveitar os pontos fortes da organização	RI	Outros riscos	Médio	Alto	Realizar levantamento de pontos fortes, oportunidades e atividades desenvolvidas pela UnB que podem ser potencializadas.
	Incapacidade de captar potenciais fontes de recursos para a instituição			Médio	Alto	
OR1	Responsabilização (legal) em relação aos estudantes e recursos humanos	RI	Outros riscos	Alto	Médio	Maior participação no planejamento ou maior rigor na verificação dos requisitos necessários para se realizar eventos no <i>campus</i> .
	Danos à reputação			Alto	Médio	
	Litígios em potencial, possível responsabilização por perdas e danos			Alto	Médio	
OR2	Incapacidade de investir na expansão da infraestrutura	RI	Processos internos	Alto	Alto	Aprimorar o processo de planejamento e execução de obras.
OR4	Desastre decorrente da falta de planejamento	RE	Ambiental	Alto	Médio	Aumentar o planejamento em manutenção e prevenção de acidentes.
OR5	Elevados custos decorrentes de litígios e responsabilização	RE	Legal/ Regulatório	Alto	Médio	Identificar possíveis falhas em contratos e convênios que deixem a UnB vulnerável.
OR6	Governança corporativa inadequada	RI	Processos internos	Alto	Alto	Aprimorar os mecanismos de <i>disclosure</i> e <i>accountability</i> ; criação de indicadores de governança para monitoramento e controle.
	Crítica negativa resultante da percepção de fraqueza ou inadequação da governança corporativa pelos meios de comunicação			Médio	Alto	
OR7	Processo de planejamento estratégico mal elaborado.	RI	Processos internos	Alto	Médio	Contratar especialistas em planejamento estratégico.



	Incapacidade de expansão ou mudança frente aos novos desafios			Médio	Alto	
TI1	Desastre em TI – perda de informação ou hardware central	RI	Sistemas de Informação	Alto	Médio	Aumentar investimento em manutenção e segurança do sistema de TI.
TI2	Incapacidade de gerir a informação de maneira abrangente e precisa	RI	Sistemas de Informação	Alto	Alto	Elaboração de um sistema integrado capaz de fornecer informação em tempo real para os usuários.
	Interrupção das atividades de suporte			Alto	Médio	
TI3	Perda/vazamento de informação	RI	Sistemas de Informação	Alto	Médio	Aumentar investimento em segurança de TI.
TI4	Problemas de rede ou de sistemas	RI	Sistemas de Informação	Alto	Médio	Aumentar investimento em manutenção do sistema de TI. Desenvolvimento de procedimentos alternativos, como suporte ao sistema principal em momento de falha desse.
	Queda no sistema de matrículas			Alto	Médio	
	Interrupção do ensino e/ou das atividades de suporte			Alto	Médio	
TI6	Violação à legislação relativa à informação/LAI	RE	Legal/ Regulatório	Alto	Alto	Estruturação de setor responsável pela LAI e treinamento do pessoal.
	Retenção de informação			Alto	Médio	
Q1	Deixar de investir em tecnologias de ensino e aprendizagem inovadoras	RI	Acadêmico	Alto	Médio	Realizar cursos e workshops sobre tecnologias de ensino e aprendizagem inovadoras.
Q4	Deixar de explorar campos de estudos por divergências quanto aos paradigmas	RI	Acadêmico	Médio	Alto	Tornar o processo avaliativo mais democrático e aberto.
Av1	Legislação e formas de avaliação que restrinjam a liberdade acadêmica	RE	Legal/ Regulatório	Alto	Médio	Aumentar o diálogo com o poder legislativo e MEC.
Av2	Baixo comprometimento dos docentes e discentes a respeito dos sistemas externos de avaliação	RI	Processos internos	Alto	Médio	Elaboração de workshops e consultorias sobre o assunto.
	Deficiência nos métodos, nas técnicas e nos sistemas de coleta e análise de dados			Alto	Médio	
	Incapacidade de comunicar e divulgar os resultados de avaliação			Médio	Alto	
Int1	Deixar de fortalecer a formação e a certificação em línguas estrangeiras	RI	Acadêmico	Alto	Médio	Ofertar bolsas para alunos no UnB Idiomas; aumentar o número de vagas; oferecer cursos gratuitos.
	Deixar de incentivar a oferta de disciplinas de graduação e pós-graduação em língua estrangeira			Alto	Médio	Investir na preparação dos docentes em língua estrangeira; aumentar o número de professores visitantes de outras nacionalidades.
Pq1	Incapacidade de expansão/ manutenção dos programas de pesquisa	RI	Processos internos	Alto	Médio	Promover troca de experiências entre os pesquisadores.
Pq4	Condições de armazenamento e controles de acesso de produtos perigosos/produtos químicos controlados	RI	Outros riscos	Alto	Médio	Estabelecer política de segurança de produtos perigosos/químicos.
	Desvio de produtos perigosos/produtos químicos controlados para fins ilícitos			Alto	Médio	